



ANAIS

ISBN: 978-85-7273-955-9

Apresentação

Sumário

Artigos

Organizadores:

Maria Angélica Furtado da Cunha

Edvaldo Balduino Bispo

José Romerito Silva

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL

XVII SEMINÁRIO NACIONAL

27 a 30 de novembro de 2012 – UFRN

**TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E
GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES**

APOIO:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

Diretor do CCHLA: Herculano Ricardo Campos

Diretor da EDUFRN: Margarida Maria Dias de Oliveira

Revisão linguística: Edvaldo Balduino Bispo

José Romerito Silva

Maria Angélica Furtado da Cunha

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Fernando da Silva Cordeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática (4. : 2012 : Natal, RN)
Anais do IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática e XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática [recurso eletrônico]: Teoria da gramaticalização e gramática de construções / Maria Angélica Furtado da Cunha, Edvaldo Balduino Bispo, José Romerito Silva, organizadores. – Natal: UFRN, 2013.
1 CD-R.; il.; 4 ¾ pol.

Realizado de 27 a 30 de novembro de 2012, UFRN, Natal, RN.
ISBN: 978-85-7273-955-9

1. Língua Portuguesa - Gramaticalização. 2. Língua Portuguesa - Gramática. 3. Língua Portuguesa - Brasil. I. Seminário Nacional do Grupo Discurso & Gramática (17. : 2012). II. Cunha, Maria Angélica Furtado da. III. Bispo, Edvaldo Balduino. IV. Silva, José Romerito. V. Título.

CDU 811.134.3'36

Bibliotecário: André Balduino Bispo CRB-15/269

Comissão Organizadora

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN/CNPq)
Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)
José Romerito Silva (UFRN)

Comissão Científica

Angélica Rodrigues (UNESP/Araraquara)
Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)
João Bosco Figueiredo Gomes (UERN)
José da Luz da Costa (UFRN)
José Romerito Silva (UFRN)
Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN/ CNPq)
Maria Célia Lima-Hernandes (USP/ CNPq)
Mariangela Rios de Oliveira (UFF/ CNPq)

Equipe de apoio

Beatriz de Lucena Moreira
Fernando da Silva Cordeiro
Iury Mazzili Gomes Dantas
Lígia Maria da Silva
Nedja Lima de Lucena
Sara Azevedo Santos de Melo

Apresentação

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) representa uma orientação teórico-metodológica recente que compreende a língua como um sistema simbólico configurado numa rede de construções. Nesse sentido, congrega pressupostos da tradição funcionalista norte-americana e da linguística cognitiva.

Em sintonia com essa abordagem, o Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D&G) vem desenvolvendo pesquisas voltadas para o estudo de fenômenos morfossintáticos e textuais sob a ótica construcionista. Com isso, busca descrever e explicar fatores semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos implicados nesses fenômenos.

Objetivando reunir pesquisadores com os quais dialoga, compartilhando afinidade epistemológica e investigação de temática similar, o D&G, em seu XVII Seminário Nacional e IV Seminário Internacional, oportunizou um rico e produtivo debate sobre o tema “Teoria da gramaticalização e gramática de construções”. Nessa perspectiva, foram discutidas questões relativas a construções do português do Brasil (usos, funções e configuração sintática/textual), sob enfoque(s) sincrônico e/ou diacrônico.

Neste CD, portanto, registramos resultados das discussões empreendidas durante o evento, o que inclui os seguintes tópicos: aquisição de estruturas oracionais complexas pelas crianças, transitividade e estrutura argumental, subjetividade e intersubjetividade no uso de construções, flutuação categorial, construções correlativas, organização do texto narrativo, gramaticalização de construções.

Maria Angélica Furtado da Cunha
Edvaldo Balduino Bispo
José Romerito Silva
(Organizadores)

SUMÁRIO

Comissão Organizadora

Apresentação

Gramaticalization in diachronic Construction Grammar..... 5

Dirk Noël

O processo de gramaticalização das construções *quase* e *quase que*: corpus sincrônico e rastreamento histórico 13

Priscilla de Almeida Nogueira

Construções correlatas aditivas na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso 26

Ivo da Costa do Rosário

O estatuto argumental do objeto indireto na construção ditransitiva..... 42

Maria Angélica Furtado da Cunha

As expressões *daqui vem* e *daí vem* no português contemporâneo 52

Mariangela Rios de Oliveira

Rossana Alves Rocha

Substantivos, adjetivos e advérbios: a flutuação categorial em textos publicitários 66

Marta Anaísa Bezerra Ramos

Camilo Rosa Silva

Aspectos (inter)subjativos no uso de sufixos graduadores nominais 80

Edvaldo Balduino Bispo

José Romerito Silva

A transitividade na conversação: uma abordagem funcional centrada no uso 91

Lúcia Chaves de Oliveira Lima

Os marcadores da organização da estrutura narrativa (MON) no português do Brasil: implicações para o ensino 105

Leonor de Araújo Bezerra Oliveira

Deitou-se estendido em cruz conta o oriente: anexos predicativos na Língua Portuguesa em uso 117

Maria Célia Lima-Hernandes

Justificativa teórico-metodológica para conjugar teoria constructional e teoria da gramaticalização no estudo de marcas de intersubjetividade 129

Vânia Cristina Casseb-Galvão

A articulação discursiva da linguagem oral por crianças em fase de alfabetização 139

Alexandre Yuri Ribeiro Guerra

Mente de antigamente: relação entre semântica e ordenação do advérbio..... 147

Julia Oliveira Costa Nunes

Rosana Azevedo Martins

Gramaticalization in diachronic Construction Grammar

Dirk Noël¹

ABSTRACT: This short paper offers an impression of the state of the art in diachronic construction grammar research (section 1) and then considers the question of what kind of work on grammaticalization can be considered to be “diachronic construction grammatical” in nature (section 2). It is an only slightly modified version of the first (theoretical) part of a paper delivered at the 4th International Seminar of the research group “Discurso & Gramática”, held at the Universidade Federal do Rio Grande do Norte in November 2012. The second part of that oral paper, a descriptive case study intended to illustrate some of the theoretical points made in section two below, is awaiting publication elsewhere.

1. Diachronic construction grammar

The term “diachronic construction grammar” was used for the first time as a name for a linguistic discipline, to my knowledge at least, in a paper by Deborah Ziegeler on a diachronic study of the English causative have construction that underscored the relevance of constructions to grammaticalization as well as the mutual relevance of construction grammar and grammaticalization theory (Ziegeler 2004). As far as I can tell, Ziegeler used the term to refer to work on grammaticalization only; in other words, as a synonym for grammaticalization theory. However, in a paper I published in 2007 in *Functions of Language*, entitled “Diachronic construction grammar and grammaticalization theory” (Noël 2007), I argued in favour of a discipline dealing with the development of the “constructi-c-ions” of languages (cf. Goldberg 2003) that was wider than grammaticalization theory for reason that some of the phenomena grammaticalization theorists had been trying to squeeze in under the heading of grammaticalization appeared to be very different in nature from what had for a long time constituted the core business of grammaticalization studies, i.e. lexical material getting to be used to signal grammatical meanings. Indeed a lot of energy has been spent on arguing that the development of schematic, lexically non-specific, constructions is grammaticalization just like the development of lexically-specific grammatical constructions, i.e. that the same mechanisms are at work in both developments, but perhaps more can be gained by broadening one’s perspective rather than by focussing on that fairly narrow question. In a footnote to the 2007 paper I wrote that a discipline dealing with the history of constructions with a wider scope than grammaticalization theory is needed because certain questions need to be addressed which are not focuses of grammaticalization theory. The specific questions I listed are the following: “How do constructions accumulate meanings? What universal or language specific extension mechanisms play a part in this? [And, I would like to add now, how do constructions lose meanings?] How do fluctuations between constructional prototypes and constructional peripheries evolve? How do the relationships between competing constructions develop?” This was not intended to be an exhaustive list, or a programme for diachronic construction grammar, but not much research addressing

¹ The University of Hong Kong.

questions like these had surfaced when I wrote that footnote. Since then, however, quite a lot has happened and I think the development of diachronic construction grammar as a discipline is truly under way now, though I hasten to add that I do not think this is due to my little footnote, or to the 2007 paper as a whole. Evidence that diachronic construction grammar has recently started to become established as a field of investigation in linguistics is its appearance in the last couple of years on the lists of areas of interest mentioned in calls for papers of conferences, most notably those targeting cognitive linguists generally or construction grammarians specifically.

So what is happening in diachronic construction grammar, i.e. in historical constructionist linguistics, or constructionist historical linguistics? Undoubtedly much more than I am personally aware of, and I have so far not attempted to make a complete cartography of the field, but I consider there to be two main strands in the research that is contributing to the development of the discipline. One of these I will simply call the “construction grammar” strand. It consists of work by people who have come to diachronic construction grammar from synchronic construction grammar. The other major strand has its origin in grammaticalization theory, a discipline whose roots are of course much older than those of construction grammar.

Starting with the latter, the discipline name “diachronic construction grammar” in my opinion also captures the research efforts of those working within grammaticalization theory who have relatively recently come to recognize that the most central theoretical concept of construction grammar is a highly relevant and useful one in the description of and theorizing about grammaticalization changes and who have now even started to use the term “constructionalization” in lieu of “grammaticalization” (e.g. Traugott 2011; Trousdale & Norde 2013), distinguishing between “grammatical constructionalization” and “lexical constructionalization”.

The pioneer in this line of work is undoubtedly Elizabeth Traugott. Her distinction between “micro-constructions” (individual construction types), “meso-constructions” (sets of similarly-behaving specific constructions) and “macro-constructions” (schematic form-meaning pairings like the NP-of-NP Degree Modifier Construction) is very compatible with the constructional taxonomies of construction grammar (see, e.g., Traugott 2008).

Obviously, though, the discipline name “diachronic construction grammar” seems to most naturally cover diachronic work that is rooted in construction grammar, i.e. work by people who first and foremost profile themselves as construction grammarians and who consider from a historical perspective constructions that have received a lot of attention from a synchronic one. Within this strand there are three areas of investigation, or sub-strands of the construction grammar strand in diachronic construction grammar, which I would like to draw attention to.

A first sub-strand consists of work by Goldbergian construction grammarians who consider particular argument structure constructions from a historical perspective. Two representative examples are Barðdal (2007) and Coleman & De Clerck (2011), which both look at the history of the ditransitive construction, the former (mainly) in Scandinavian languages and the latter in English. The study by Barðdal is an exercise in comparative linguistics. It compares the range of meaning extensions of the ditransitive construction in various Germanic languages and dialects to reconstruct the semantic structure of the construction in Proto-Germanic. Barðdal observes that the range of meaning extensions is the widest in Icelandic and that all the meaning extensions present in the other Germanic dialects looked at are also present in Icelandic, and she concludes that the situation in Icelandic is likely to come closest to the situation in Proto-Germanic. Coleman & De Clerck make the theoretical point that, just like lexical items, schematic syntactic patterns are vulnerable to semasiological shifts (in other words, semantic change). Comparing data from 18th-century Late Modern English with Present-day English, they show that the semantic evolution of the English ditransitive, or double object, construction presents a case of what they call “specialization”, in the sense that the range of meanings associated with the construction has become much narrower over time. Verbs that could at one time enter the construction can now no longer do so. The type frequency of the construction consequently decreased (there are fewer types of it), while its semantic transparency increased. (So the construction moved more in the direction of “One Form, One Meaning”).

The difference between this first sub-strand of the construction grammar strand and the grammaticalization strand in diachronic construction grammar already makes clear that while the grammaticalization strand is concerned with the question of how languages acquire constructions, first and foremost lexically-specified ones, this is not necessarily the case in the construction grammar strand. A prominent concern in the Goldbergian construction grammatical strand is diachronic semantic variation in extant (existing) schematic constructions like argument structure constructions.

Another thread of research in the construction grammatical tradition is work on what Timothy Coleman and myself have called “constructional attrition” (Coleman & Noël 2012). This revealed itself as an area of inquiry in diachronic construction grammar in Trousdale’s (2008) study on the disappearance of the impersonal construction in English and indeed in contrastive research by Timothy Coleman and myself on the diachronic evolution of the frequency and the inclusiveness of believe-type raising-to-object and raising-to-subject constructions in English and Dutch (Noël & Coleman 2010; Coleman & Noël 2012). Since diachronic construction grammar, unlike grammaticalization theory, is less exclusively preoccupied with the question of how languages acquire grammar, it can indeed also ask the opposite question of whether languages sometimes lose grammar.

Trousdale (2008) was the first study to discuss the loss of a construction from a construction grammatical perspective, i.e. from a perspective which considers constructions as symbolic form-meaning pairings that form a network of taxonomies. It connects the demise of the English impersonal construction (of which the archaism *methinks* is a still familiar relic) with the rise of the transitive construction, i.e. with an increase of the schematicity of the transitive construction, in the sense that it became more productive (e.g. allowing a wider range of subject types), more general (the arguments of the verb could express a wider range of roles) and less compositional (e.g. some variants of the construction became less clearly telic). As a result of this increased schematicity, the transitive construction became a “superordinate category” which also took in the semantic niche that was previously reserved to the impersonal construction. Trousdale offers this diachronic construction grammatical account, which makes reference to changes in the composition of the construction of a language (in other words, the composition of the taxonomically organized inventory of constructions available to its users), as an alternative to a previous, purely formal, account which attributed the loss of the impersonal construction to a gradual rejection of the option of lexically case-marking subjects.

My joint research with Timothy Coleman on English and Dutch believe-type raising-to-object (or “accusative and infinitive”, or “ACI”) constructions and raising-to-subject (or “nominative and infinitive”, or “NCI”) constructions, which documented the virtually complete disappearance of the ACI construction and the drastic reduction in the productivity or inclusiveness of NCI in Dutch, explains constructional attrition with reference to the competition constructions face from other constructions in the construction. It is contrastive research, and the contrastive dimension not only helps to identify constructional areas of interest but also offers explanations for either the presence or the absence of certain form-meaning pairings in the construction of a language by pinpointing differences in the competition existing between constructions in particular areas of the constructional taxonomies of different languages. The contrastive dimension is not essential to it, however.

This is different from the research in the third area of investigation, which appeals to language contact and borrowing to explain the presence of a construction in the construction of a language. Let’s call this the “constructional borrowing” strand of the construction grammar strand of diachronic construction grammar. This strand, too, can be illustrated with reference to work of my own (Noël 2008), some of it jointly with Timothy Coleman (Coleman & Noël 2013). This is first of all work which argues that not only the nominative and infinitive, or NCI, pattern in English generally is a borrowing from Latin, but also the “evidential” NCI construction; and second, work that deals with the question of how Dutch ended up with a deontic construction that is cognate with English deontic *be supposed to*. We suggest that this is the result of language contact rather than grammaticalization. Speakers of Dutch who already had constructions in their constructions which were formally similar to and which shared a

meaning with the more polysemous English pattern be supposed to copied that polysemy as a result of extensive contact with English and also started to use the Dutch cognate patterns with the additional meaning.

2. Grammaticalization in diachronic construction grammar

The work that can be considered to be a continuation of the grammaticalization paradigm represents by far the largest body of research falling under the heading of diachronic construction grammar. So let's now turn back to the grammaticalization strand of diachronic construction grammar and ask, what are the conditions for work on grammaticalization to be considered to be part of diachronic construction grammar?

Construction grammar, and by extension diachronic construction grammar, is of course part of cognitive linguistics and naturally there is work on grammaticalization that connects it with cognitive linguistics but with generative linguistics, so that work on grammaticalization is of course not part of diachronic construction grammar. Is it enough for work on grammaticalization to — to phrase it somewhat disrespectfully — “pay lip service” to cognitive linguistics and to refer to the notion of the construction as a pairing of form and meaning? Well, that's a good start, of course, but perhaps not all work that affiliates itself with cognitive linguistics, including my own, takes into account the full implications of that affiliation.

Cognitive linguistics is “usage-based” linguistics. It is sometimes said that there is also non-usage based cognitive linguistics, but the people who say this are perhaps focussing too much on a methodological implication of a usage-based approach, i.e. that one bases one's descriptions and theories on usage data. Indeed, much work in cognitive linguistics is not exactly overly preoccupied with data. It is a mistake, however, to use the term “usage-based linguistics” as a synonym of “corpus-based linguistics”, as is sometimes done. Ideally, of course, usage-based work should use corpus data, and take frequency as well as co-text and context into account, but using usage data does not constitute the essence of a usage-based approach. It is sometimes forgotten perhaps that the term “usage-based” is a language-acquisitional term: it was introduced to distinguish cognitive linguistics from generative linguistics, which is a cognitive theory as well, but whereas generative linguistics relies on an internal linguistic system that is wired into the speaker's brain to explain language acquisition, cognitive linguistics proper does not, but holds instead that a speaker's internal linguistic system is the result of their exposure to and experience of the external linguistic system; in other words, it is the result of exposure to and experience of usage (see, e.g. Kemmer & Barlow 2000; Tomasello 2003).

It is part of the essence of a usage-based approach to distinguish between the external linguistic system and the internal linguistic system. We should be careful with both, however, because neither system exists as such. What we call the external system is a linguist's generalization over what speakers do, and what we call the internal

system is, one could say, what speakers “know”. But we all do something different, we all experience something different, and we all know something different. When linguists say that a language has changed, they do so on the basis of a comparison of at least two snapshots of what people do, i.e. two snapshots of the external system, which are separated in time, and it is said that a certain pattern in snapshot A has changed into, e.g. has grammaticalized into, a construction found in snapshot B. But the internal system is by definition individual, in fact the internal system does not exist, any more than does the external system, only internal systems plural exist, and innovations can only be situated there, i.e. in one of these internal systems: someone must always have been the first to use a particular construction. Question is, however, whether the changes perceived between snapshots of the external system are necessarily reflections of changes that have taken place within an individual system. One would expect grammaticalization studies that take place within diachronic construction grammar, as a historical cognitive linguistic discipline, to take this question seriously.

Another thing one would expect studies of grammaticalization within a diachronic construction grammatical framework to do (that is, studies of innovations in individuals’ constructions) is to take into account which constructions are already there in these constructions. Part of the essence of a diachronic construction grammatical approach to the composition of the “construction” of a language is that it tries to account for the current availability of certain form-meaning pairings by tracing their specific history in the context of the history of other functionally and/or formally similar patterns. As a “usage-based” approach it turns to principles of human cognition like analogical reasoning to explain changes in the composition and organization of the constructional taxonomy. Strangely, someone like Joan Bybee, a grammaticalization theorist who has very much profiled herself as a cognitive linguist, does not put much emphasis on the workings of analogy in grammaticalization. In her 2010 book entitled *Language, Usage and Cognition* she writes that “grammatical-ization involves the creation of a new construction out of an existing construction” (p. 107, my emphasis), but perhaps into an existing construction is equally important, if not more, as is argued by Olga Fischer. For instance, in the case of Bybee’s pet example *be going to* (or grammaticalization theorists’ pet example generally perhaps) the pattern *be going to* was created out of a more general purpose clause construction, as in *they are going to Windsor to see the king*, but to account for its grammatical-ization Bybee only appeals to the fact that *go* has a very basic meaning, and is consequently frequently used in this pattern, and to the metaphorical connection between *going* somewhere and futurity. Olga Fischer, on the other hand, maintains that *be going to* could only become an auxiliary because the speaker-listener’s grammar already contained a great many auxiliary + infinitive constructions (Fischer 2008, 2009).

I would consider Olga Fischer to be the most groundbreaking exponent of the grammaticalization strand in diachronic construction grammar even though she has not yet explicitly recognized diachronic construction grammar as a framework herself, and

indeed may never feel the need to do so. Her insistence on the importance for grammaticalization of what is already there in the grammar, and consequently on the role of analogy, perfectly captures what to me constitutes the essence of a diachronic construction grammatical approach to the development of new (substantive) constructions.

References

Barðdal, Jóhanna. 2007. The Semantic and Lexical Range of the Ditransitive Construction in the History of (North) Germanic. *Functions of Language*14, 1: 9-30.

Bybee, Joan. 2003. Cognitive processes in grammaticalization. In M. Tomasello (ed.), *The new psychology of language: Cognitive and functional approaches to language structure*. Volume 2. Mahwah, NJ: Erlbaum. 145-167.

Bybee, Joan. 2010. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Colleman, Timothy & Bernard De Clerck. 2011. Constructional semantics on the move: On semantic specialization in the English Double Object Construction.

*Cognitive Linguistics*22, 1: 183-209. Colleman, Timothy & Dirk Noël. 2012. The Dutch evidential NCI: A case of constructional attrition. *Journal of Historical Pragmatics*13, 1: 1-28.

Colleman, Timothy & Dirk Noël. 2013. Tracing the history of deontic NCI patterns in Dutch: A case of polysemy copying. In I. Taavitsainen & A. Jucker (eds.)

Diachronic Corpus Pragmatics. Amsterdam: John Benjamins. Fischer, Olga. 2008. On analogy as the motivation for grammaticalization. *Studies in Language*32, 2: 336-382.

Fischer, Olga. 2009. Grammaticalization as analogically driven change? *Vienna English Working Papers* 18, 2: 3-23.

Goldberg, Adele E. 2003. *Constructions: A new theoretical approach to language*. *Trends in Cognitive Sciences* 7,5: 219–224.

Kemmer, Suzanne & Michael Barlow. 2000. Introduction: A usage-based conception of language. In S. Kemmer & M. Barlow (Eds.), *Usage-based models of language*.

Stanford: Center for the Study of Language and Information. vii-xxviii.

Noël, Dirk. 2007. Diachronic construction grammar and grammaticalization theory. *Functions of Language*14, 2: 177-202.

Noël, Dirk. 2008. The nominative and infinitive in Late Modern English: A diachronic constructionist approach. *Journal of English Linguistics*36, 4: 314-340.

Noël, Dirk. 2011. The modal be bound to constructions and the dynamic English constructicon. Paper presented in the workshop “Diachronic construction grammar” at the 44th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea, Universidad de la Rioja, Logroño, Spain, 8-11 September 2011.

Noël, Dirk and Timothy Colleman. 2010. Believe-type raising-to-object and raising-to-subject verbs in English and Dutch: A contrastive investigation in diachronic construction grammar. *International Journal of Corpus Linguistics* 15: 157-182.

Traugott, Elizabeth Closs. 2008. Grammaticalization, constructions, and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In R. Eckardt, G. Jäger & T. Veenstra (eds.), *Variation, Selection, Development: Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin: Mouton de Gruyter, 219-250.

Traugott, Elizabeth Closs. 2011. Toward a coherent account of grammatical constructionalization. Paper presented in the workshop “Diachronic construction grammar” at the 44th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea, Universidad de la Rioja, Logroño, Spain, 8-11 September 2011.

Trousdale, Graeme. 2008. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In S.M. Fitzmaurice & D. Minkova (eds.), *Studies in the History of the English Language IV: Empirical and Analytical Advances in the Study of English Language Change*. Berlin: Mouton de Gruyter, 301-326.

Tomasello, Michael. 2003. Usage-based linguistics. In Michael Tomasello, *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1-7.

Trousdale, Graeme & Muriel Norde. 2013. Degrammaticalization and constructionalization: Two case studies. *Language Sciences* 36: 32-46.

Ziegeler, Debra. 2004. Grammaticalisation through constructions: The story of causative have in English. *Annual Review of Cognitive Linguistics* 2: 159-195.

Author's address:
School of English
The University of Hong Kong
Pokfulam Road
Hong Kong S.A.R
P. R. China
dnoel@hku.hk
<http://www.english.hku.hk/staff/noel.htm>

O processo de gramaticalização das construções *quase* e *quase que*: *corpus* sincrônico e rastreamento histórico

Priscilla de Almeida Nogueira²

*RESUMO: O objeto da pesquisa apresentada neste trabalho é o estudo das construções de base aproximativa **quase** e **quase que**, colocando-se como objetivo principal a investigação de seus possíveis processos de gramaticalização a partir da aplicação de princípios funcionalistas em corpus sincrônico – formado por um conjunto de redações dissertativas de candidatos ao vestibular da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular), referente aos anos de 2004 a 2011 – e da realização de rastreamento histórico a partir de dicionários dos séculos XVIII, XX e XXI. Foram analisadas construções com grau de polaridade negativa em termos de certeza e de convicção do usuário da língua, reconhecendo o estágio de estratificação de usos (HOPPER, 1991) e, assim, estabelecendo um paralelo de propriedades funcionais em relação às observadas para as construções estudadas. Foi, ainda, verificada a atuação do princípio funcionalista de iconicidade (CUNHA, COSTA e CEZARIO, 2003).*

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização de construções; Funcionalismo; Rastreamento Histórico.

*ABSTRACT: This research aims to study the constructions **quase** and **quase que** on the Brazilian Portuguese and to investigate the possible grammaticalization process. That purpose involves the tasks of (i) to analyse constructions with degree of negative polarity in terms of certainty and conviction of the speaker and the recognition of the stage of stratification of use (HOPPER, 1991), establishing a parallel of functional properties between these structures and the constructions **quase** and **quase que** (ii) to track data that can bring that to use, then (iii) to describe them based on functionalist principles, among which includes the principle of iconicity (CUNHA, COSTA e CEZARIO, 2003). The corpus consists of dissertative texts from students who applied to the vestibular Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular) in the years from 2004 to 2011. A historical tracking is also made from dictionaries from the XVIII, XX and XXI centuries.*

KEY WORDS: Grammaticalization of constructions; Functionalism; Historical tracking.

1 Introdução

O presente trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado “Gramaticalização da construção *quase que*”, que visa investigar - a partir da aplicação de princípios funcionalistas a *corpus* sincrônico, rastreamento histórico e análise de motivações cognitivas – esse possível processo de gramaticalização e as pressões às quais o item *quase* teria sido submetido para que deslizesse funcionalmente.

² Graduada em Letras, mestranda pela Universidade de São Paulo, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: priscillanogueira27@gmail.com

Em investigação inicial, empreendida na fase de estudos para a elaboração deste projeto, foi realizada a análise de um conjunto formado pelas redações dissertativas mais bem pontuadas e pelas de pior pontuação redigidas por candidatos ao vestibular da Fuvest (Fundação para o Vestibular), referente aos anos de 2004 a 2011. A escolha dessas amostras deu-se em virtude do interesse desse projeto pela incorporação de usos inovadores na escrita formal.

A tarefa preliminar consistiu na análise de construções – identificadas no *corpus* sincrônico acima definido – com grau de polaridade negativa em termos de certeza e de convicção do usuário da língua com vistas a reconhecer o estágio de estratificação proposto por Hopper (1991) e, por meio dessa estratégia, estabelecer um paralelo de propriedades funcionais em relação às observadas para as construções³ *quase* e *quase que* num momento posterior. Foi ainda reconhecida a atuação de outro princípio funcionalista, o de iconicidade, especialmente em sua subcategoria de quantidade (FURTADO DA CUNHA, COSTA e CEZARIO, 2003).

Na sequência das ações investigativas, foi realizado um rastreamento histórico a partir de dicionários dos séculos XVIII, XX e XXI, objetivando-se identificar dados que pudessem trazer as construções *quase* e *quase que* para, então, descrever-lhes as propriedades funcionais.

Devido ao grande peso exercido pelos processos intencionais e cognitivos no desenvolvimento dos itens e construções gramaticalizados na língua (GIVÓN, 2011), faz-se necessária a realização de uma análise voltada para as motivações cognitivas desses deslizamentos funcionais. Essa grande influência assumida pela cognição e pela intenção no estudo de gramaticalização é trabalhada no projeto ao qual este texto vincula-se e será abordada em trabalho posterior.

2 Análise de *corpus* sincrônico

Guiando-se pelo princípio de estratificação proposto por Hopper (1991), segundo o qual novas “camadas” estão constantemente emergindo e coexistindo com as antigas, ou seja, funções desempenhadas por determinadas construções passam a ser desempenhadas por outras, sem que as primeiras deixem de existir, confrontou-se *quase* e *quase que* a outras construções de grau de polaridade negativa em termos de certeza e de convicção do usuário da língua, identificadas utilizando-se o mesmo *corpus*, ou seja, o mesmo recorte temporal.

As ocorrências levantadas foram as seguintes: *talvez*; *quem sabe*; *parece*; *é possível que*; *pode-se dizer que*; *pode-se afirmar que*; *pode ser que*. Observem-se alguns exemplos:

(1) Chico Buarque trabalha com a concepção TALVEZ mais abstrata do tempo. (FUVEST, 2004)

(2) (...) o dito popular “uma imagem vale mais que mil palavras”
PARECE consolidar-se, em detrimento da qualidade literária. (FUVEST, 2010)

³ Até o presente momento da pesquisa, não foi possível concluir tratar-se realmente de duas construções diferentes ou de instanciações diferentes da mesma construção com *quase*. A análise em questão será publicada em trabalho posterior.

- (3) Ou seja PODE SER QUE suas atitudes de hoje possam destruir o que os primeiros imigrantes ingleses com muita luta fundaram um país no dia 4 de julho de 1776. (FUVEST, 2004)
- (4) É POSSÍVEL QUE o trabalho não seja uma característica inerente ao ser humano. (FUVEST, 2006)
- (5) Entretanto, observando certos fatos e aspectos do mundo atual PODE-SE DIZER QUE hoje há uma limitação excessiva (...) (FUVEST, 2005)
- (6) Assim sendo, PODE-SE AFIRMAR QUE a iniciativa do grupo Contra-filé é válida (...) (FUVEST, 2005)
- (7) Ora, se a verdade está no próprio homem, QUEM SABE não esteja faltando algo ao estruturalismo (...) (FUVEST, 2010)
- (8) Infelizmente, QUASE nunca temos uma versão neutra e objetiva dos acontecimentos. (FUVEST, 2004)
- (9) Se a unidade religiosa e cultural, antes, resultava numa solidariedade vinculante esta se dava QUASE QUE apenas entre iguais e a um preço alto (...) (FUVEST, 2011)

Esses itens com função discursivo-pragmática das intenções de dúvida, incerteza, aproximação e imprecisão revelaram-se produtivos em tipos distintos de codificação linguística:

(a) forma isolada: *quase; talvez.*

(b) constituído de sintagma verbal: *parece.*

(c) constituído de oração: *quase que; pode-se dizer que; é possível dizer que; pode-se afirmar que; pode ser que; quem sabe.*

Apesar das diferenças estruturais, ao optar pelo uso de quaisquer dessas formas, o indivíduo manifesta seu julgamento sobre o valor de verdade da proposição e também o seu descomprometimento em relação a essa verdade. Essas expressões foram assim classificadas em uma definição proposta por Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007, p.195) – “expressões valorativas de subjetividade, do comprometimento, do conhecimento”.

Entretanto, não são idênticas as funções desempenhadas por cada uma das construções. Há divergência, por exemplo, quanto ao grau de descomprometimento sugerido. *Talvez* e *quem sabe* sugerem um grau bem maior do que aquele sinalizado por *é possível que* e *pode ser que*, que codificam um valor semântico de possibilidade dotado de um grau de certeza maior do que o sugerido por aquelas. Estas últimas, por sua vez, não sinalizam o mesmo grau de descomprometimento que *pode-se dizer que*, *pode-se afirmar que* e *parece*, codificadoras de um grau de certeza algo acima. Porém,

quase e *quase que*, nessa escala, indicam um menor grau de descomprometimento. Por serem codificadoras de um valor aproximativo maior, essas construções sinalizam também um grau maior de certeza, ainda que distante do polo da certeza total, quando comparadas às outras. Em uma escala de sinalização desse valor, as construções estariam dispostas do seguinte modo:

Talvez; quem sabe > é possível que; pode ser que > pode-se dizer que; pode-se afirmar que; parece > quase; quase que

Segundo Hopper (1991), as formas coexistentes desempenhariam funções se não idênticas, similares. O confronto entre as construções identificadas indicou tratar-se do último caso.

Ainda dedicando-se à aplicação de princípios funcionalistas à análise, recorreu-se ao princípio da iconicidade, especialmente em sua subcategoria de quantidade, explicitado a seguir.

Sabe-se que os funcionalistas defendem que “a língua não é um mapeamento arbitrário de ideias para enunciados: razões estritamente humanas de importância e complexidade refletem-se nos traços estruturais das línguas.” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 34). Logo, pode-se dizer que o funcionalismo defende o princípio da iconicidade, ou seja, defende que há uma relação motivada entre expressão e conteúdo e que a língua pode refletir, de alguma forma, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, supõe-se que a estrutura linguística revele as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana. A opção pelo uso de uma construção em detrimento de outra jamais seria, portanto, arbitrária ou desprovida de significado.

Como desdobramento desse princípio geral, tem-se o subprincípio da quantidade, também defendido por Furtado da Cunha, Costa e Cezario, que se manifesta da seguinte maneira: quanto maior e mais relevante for a quantidade de informação a ser transmitida ao interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada na codificação morfossintática dessa informação. Ou seja, a complexidade do pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão.

Desse modo, aquilo que é mais simples e esperado expressa-se com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo, ou seja, exige menos codificação. Quanto mais imprevisível se torna a informação, mais codificação ela recebe.

Dentre as 758 redações analisadas (381 bem pontuadas e 377 mal pontuadas), foram identificadas 20 ocorrências do item *quase* e 6 da locução *quase que*. Verificou-se, portanto, que *quase*, mais simples e dotada de menos forma quanto à complexidade estrutural, é mais frequente e menos marcada pragmaticamente, sendo usada em contextos mais diversos, atribuindo um valor aproximativo a substantivos, adjetivos, pronomes e advérbios, como pode-se observar nos dados abaixo listados:

(10) (...) vide a crise do “Código Florestal Brasileiro” e a QUASE falência do “Protocolo de Kyoto” (...) (FUVEST, 2011)

(11) Enquanto Hobesbaum se debruça sobre o tempo passado, Heberto Linhares tem do tempo uma visão imediatista, QUASE infantil: o tempo é hoje, o momento é já. (FUVEST, 2004)

(12) Percebe-se nos dias de hoje uma alta tecnologia de serviços na área de comunicação, voltada para fazermos QUASE tudo de dentro de nossas próprias residências (...) (FUVEST, 2007)

(13) Fotos e vídeos pessoais podem ser disponibilizados contra a vontade de seus donos, QUASE não há respeito aos direitos autorais (...) (FUVEST, 2008)

A locução *quase que*, por sua vez, morfologicamente mais complexa porque dotada de mais forma, mostrou-se menos frequente e mais marcada pragmaticamente, apresentando um contexto de uso bem menos diverso, tendo advérbios como escopo em quase todas as ocorrências identificadas. A seguir, dados coletados:

(1) Um país marcado por um processo colonial explorador e cujo domínio político foi reservado QUASE QUE exclusivamente a uma elite econômica (...) (FUVEST, 2003)

(2) (...) os ensinamentos bíblicos permaneceram intactos, tornando-os QUASE QUE totalmente inadequados à realidade atual. (FUVEST, 2010)

A aplicação do princípio da iconicidade e de seu subprincípio da quantidade – acima explanados – aos dados identificados e analisados levou à reflexão e ao levantamento da hipótese de que a opção pelo emprego da construção *quase que* em detrimento de sua concorrente – *quase* – manifestaria a atitude do candidato de preocupar-se em transmitir conceitos e informações que sejam relevantes, mais complexos, visando ao desenvolvimento de uma dissertação criativa e, portanto, com chances de ser bem pontuada pela banca examinadora. De fato, foi curioso observar que *quase que* ocorre entre as redações consideradas as melhores em seus respectivos anos.

O confronto entre as ocorrências de *quase* e *quase que* parecem estar em sintonia com o princípio de marcação, segundo o qual as categorias marcadas e as não-marcadas seriam assim diferenciadas:

- a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não-marcada correspondente;
- b) distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não-marcada correspondente;
- c) complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não-marcada correspondente. Incluem-se, aqui, fatores como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento. (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 34)

3 Rastreamento histórico

Para realização do rastreamento histórico de *quase* e *quase que*, recorreu-se à análise de dicionários dos séculos XVIII, XX e XXI.

Bluteau (1712-1728), primeiramente, apresenta a classificação da palavra *quasi*, grafia empregada à época para a palavra *quase*: categoriza-a como um advérbio de valor discursivo-pragmático, já que sua função, segundo o autor, é modalizar algo que poderia

soar impropriedade linguística (moderar) ou, ainda, para soar como uma aproximação (moderar ou emendar) reconhecida pelo falante como adequada, julgamento esse feito com base em sua bagagem discursivo-pragmática:

QUASI. Adverbio, que serve de moderar, temperar, & emendar, o que no discurso poderia parecer impropriedade, ou encarecimento; como quando digo: A natureza he hũa quasi, ou como artifice do que obra; ou a Arte he hũa quasi, ou como natureza das cousas, que affeyçoa. *Quasi*, & às vezes, *penè, ferè. Cic. Vid. Como. Vid. Perto. Vid. Pouco falta.*

(BLUTEAU, 1712 – 1728, p. 25)

No exemplo oferecido para ilustrar essa categorização e funcionalidade, Bluteau emprega as palavras *quase* e *como* numa sequência informativa. Salvo engano, *quase* seria um aproximativo de uma definição prototípica e *como* seria um advérbio de modo em sua função já de estabelecer uma comparação de igualdade, similaridade a essa definição considerada prototípica: “A natureza é uma quase, ou como artifice do que obra”. Referenda esse raciocínio o segundo exemplo apresentado: “A Arte é uma quase, ou como natureza das coisas, que afeiçoa.” O autor apresenta referendação histórica com dados latinos de Cícero e Plauto.

O interessante é que Bluteau também está atento aos gêneros discursivos em que ele percebe ser mais frequente o emprego da palavra *quase*: na área jurídica, acompanhando substantivo, adjetivo e verbo:

Quasi contrato, quasi força, quasi castrense, & outras semelhantes palavras, que começam por *Quasi*, são termos de Jurisconsultos. *Quasi força* he, se alguém occupar a posse da coisa vaga, que não fosse por outrem corporalmente possuída, a qual o possuidor cuidava ser alheia, & depois achou que era sua. *Vid. Liv. 4. das Ordenaç. Tit 58 §. 1. Quasi castrense* he o que o filho familias adquirio por le-

tras, ou por doação del-Rey. *Vid. Livro 3. das Ordenaç. Tit. 9. §. 3. Quasi contrato*, se póde provar por testemunhas, posto que a quantia delle passe de sessenta mil reis. *Liv. 3. das Orden. Tit. 59 §. 22.*

Esses exemplos evidenciam a produtividade do termo *quase* numa área muito desenvolvida e engendradora em toda a sociedade urbana, que sempre está lutando por direitos de posse a bens. Não é difícil que essa terminologia tão frequente saísse de sua esfera terminológica e fosse apropriada por usuários da língua para outras situações em que a intenção fosse a mesma: a de modalizar ou de codificar um valor aproximativo da informação.

O ditado popular, também conhecido como adágio, pode representar tecnicamente o produto do processo de repetições na situação de oralidade. Esse evento desencadearia a cristalização da forma e a aplicação a muitos contextos cuja funcionalidade se replicasse. Portanto, encontrar o emprego de *quase* num adágio pode denunciar um uso corriqueiro no cotidiano já à época da elaboração da obra lexicográfica de Bluteau. Foi o que encontrou-se:

...O adagio Portuguez diz: Toda a terra he húa, & a gente quafi quafi.

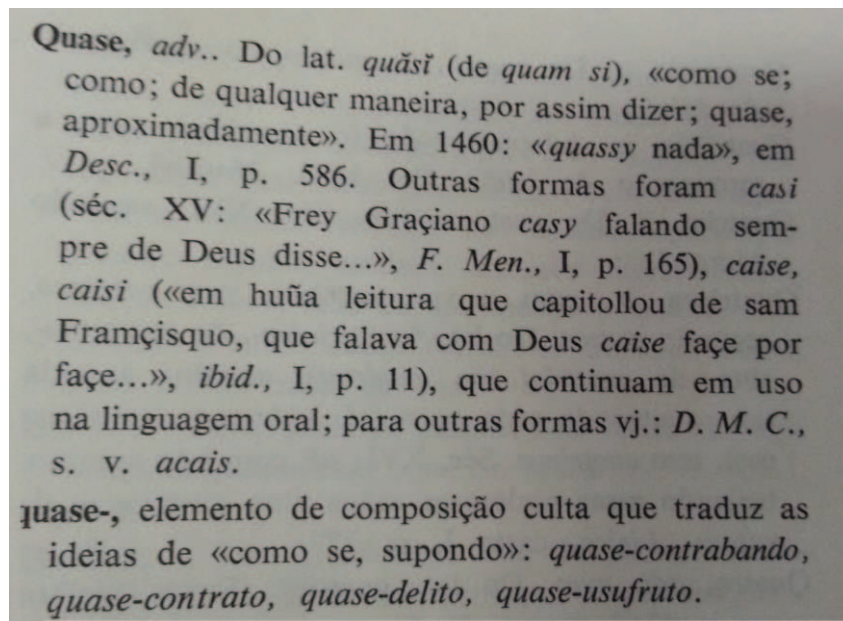
Também em sua classificação, Lima (1946; 1951) revela o valor aproximativo de *quase*, uma vez que todas as expressões por ele apresentadas – *perto*, *proximamente*; *pouco menos*; *por pouco*; *como se* – sinalizam graus de aproximação.

Quase, adv. Perto, próximamente; pouco menos; por pouco; como se.
Quase-contrato (quase contracto), s. m. Compromisso voluntário, sem forma rigorosa de contrato. (Pl.: quase-contratos.)
Quase-delito (quase-delicto), s. m. Dano causado por negligência, sem intenção nociva. (Pl.: quase-delitos.)

(LIMA, 1946, p. 1029; 1951, p. 1012)

Contudo, os exemplos só permitem afirmar que a aproximação relaciona-se a eventos e não a espaço físico ou tempo, embora, dada a abstratização da categoria “evento”, aquelas estariam aí pressupostas. A palavra *como*, que já fora relacionada a *quase* por Bluteau (1712-1728), aparece, nesse momento, acompanhada por *se* em uma locução de valor discursivo-pragmático. A função desempenhada por *como* de estabelecer comparações – que seriam, de certo modo, também formas de aproximação, uma vez que dois conceitos são colocados lado a lado – parece ter sido ampliada. Ao se juntar a *se* e constituir a locução *como se*, a palavra *como* tem seu emprego ampliado

a contextos mais abstratos, já que essa locução estabelece relações necessariamente entre ações e não entre objetos ou pessoas – conceitos mais concretos – como faz, apesar de não unicamente, a palavra *como*. A presença de *como se* como sinônimo de *quase* pode nos sugerir que um caráter mais abstratizado tenha sido também por ela assumido à época da constituição da obra de Lima. Em seguida, o autor lista e classifica expressões compostas por *quase* juntamente a outras palavras – *contrato* e *delito*. Nota-se que tais construções ligam-se intrinsecamente à área jurídica, justamente aquela à qual Bluteau referiu-se como sendo a mais produtiva em termos de frequência de emprego da palavra *quase*.



(MACHADO, 1967, p. 1923)

Em Machado (1967), mais uma vez, *como* e *como se* aparecem associados semanticamente a *quase*.

Observe-se a expressão *de qualquer maneira* apresentada pelo autor. Apesar de seu caráter também aproximativo, é possível perceber um valor de indefinição – conferido pela palavra *qualquer*, gramaticalmente classificada como pronome indefinido – não presente nas outras palavras e expressões. Essa estrutura sugeriria significados como: 1. aconteça o que for, determinada coisa irá/precisa ocorrer, não deixará de ocorrer: “precisamos vencer/venceremos de qualquer maneira” 2. equivalente a *de qualquer forma*: “de qualquer maneira, isso não será possível” 3. de modo despreocupado (equivalente a *de qualquer jeito*): “não faça a atividade de qualquer maneira”. Nota-se como os sentidos são totalmente opostos ao grau de certeza que sugere *quase*⁴.

⁴ Para trabalho posterior, serão investigadas, dessa época de uso, estruturas formadas pela palavra *qualquer* acompanhada por outras.

A classificação de Machado novamente se aproxima da de Bluteau ao apresentar a expressão *por assim dizer*, cuja funcionalidade pode ser definida do mesmo modo como este último categorizou *quase*: item empregado com o objetivo de modalizar algo que poderia soar impropriedade linguística. Machado também reconhece, portanto, a função modalizadora da palavra em questão. Ainda, o autor define-a como “elemento de composição culta” e a apresenta, assim como Bluteau e Machado, em expressões que se relacionam à área jurídica. É interessante também observar como o autor diferencia o uso de *quase* na linguagem oral – apresentando exemplos de cunho religioso – do uso culto, que, segundo ele, estaria restrito à área jurídica. O emprego do item em textos religiosos, um gênero discursivo de tanta circulação e tão valorizado à época, conduz à hipótese de que este poderia facilmente ter sido levado a um uso mais frequente no cotidiano. Entretanto, a confirmação de tal hipótese exigiria, naturalmente, um levantamento de dados à época.

quase. [Do lat. *quasi*, ‘como se’.] Adv. **1.** Perto, aproximadamente: *Está quase em idade escolar.* **2.** Pouco menos: *Tem quase 1.500 livros.* **3.** Por pouco, não; por um triz, não: *Quase enlouqueceu.*

quase-contrato. *S. m.* Compromisso voluntário, sem forma rigorosa de contrato. [Pl.: *quase-contratos.*]

quase-delito. *S. m. Jur.* Ato ilícito, culposo civil que gera a obrigação de indenizar. [Pl.: *quase-delitos.*]

quase-equilíbrio. *S. m. Fís.* Característica de um sistema que, não estando em equilíbrio, se acha num estado muito próximo de um estado de equilíbrio. [Pl.: *quase-equilíbrios.*]

quase-estático. *Adj. Fís. -Quím.* Diz-se de processo em que há equilíbrio entre o sistema e suas vizinhanças, e também no interior do sistema, em cada uma das suas etapas. [Pl.: *quase-estáticos.*]

quase-posse. *S. f. Jur.* Usufruto de direitos abstratos. [Pl.: *quase-posses.*]

(FERREIRA, 1986, p. 1427)

A expressão *por pouco* – já apresentada por Lima (1946; 1951) – se faz presente na categorização de Ferreira (1986), mas acompanhada por *não*, o que enfatiza a polaridade negativa da expressão. De fato, o item *quase* sinaliza uma negação: “Está quase em idade escolar”, ou seja, **não** está em idade escolar ainda; “Quase enlouqueceu”, ou seja, **não** enlouqueceu. Essa polaridade de *quase* pode ser explicada através de sua etimologia⁵: a junção do advérbio latino *quam* à conjunção *si* – sinalizadora de acontecimentos apenas eventuais, no plano da hipótese, da irrealidade. Daí o traço *irrealis* presente em *quase*.

⁵ Para essa investigação, utilizou-se o *Dicionário de Latim-Português* de Ferreira (19-?, data incerta).

Ferreira lista, ainda, uma série de expressões compostas pelo item. Observa-se como, além de apresentar expressões pertencentes à área jurídica – *quase-delito*; *quase-posse*, que até então não havia sido listada pelos autores pesquisados; *quase-contrato*, que, apesar de não ser classificada pelo autor como pertencente a essa área, parece estar a ela relacionada – Ferreira elenca duas expressões inseridas no campo da física – *quase-equilíbrio*; *quase-estático*. A palavra *quase* se mostra, portanto, cada vez mais produtiva também em vocabulários técnicos. Tal fato pode dever-se ao grau de certeza medial por ela apresentado quando ligada a qualquer outro item. Desse modo, levantaríamos a hipótese de que *quase* se gramaticalizou. Entretanto, há ainda a possibilidade de o item estar desempenhando a função de prefixo lexical e, portanto, pode-se também imaginar que ele tenha se gramaticalizado para depois servir de ferramenta à lexicalização de outras estruturas. Essas e outras hipóteses serão estudadas em texto a ser publicado posteriormente.

Em relação à edição anterior – e às acepções presentes neste trabalho – Ferreira (1999) apresenta uma nova classificação: *talvez*; *porventura*, presente em uma variante geográfica em Cabo Verde. A palavra *quase*, pela primeira vez, tem dicionarizado seu caráter de indicação de possibilidade, o que revela uma ampliação de seu emprego para demarcar conceitos mais abstratizados.

quase. [Do lat. *quasi*, 'como se'.] **Adv.** **1.** Perto, aproximadamente: [] *Está quase em idade escolar.* **2.** Pouco menos: [] *Tem quase 1.500 livros.* **3.** Por pouco, não; por um triz, não: [] *Quase enlouqueceu.* **4.** *Cabo-verd.* Talvez; porventura: “Quero dizer: foi o que eles me contaram. Se é verdade... Mas quase não é.” (Antônio Aurélio Gonçalves, *Noite de Vento*, p. 169.)
(FERREIRA, 1999, p. 1167)

O autor nos apresenta ainda uma composição bastante curiosa: *quase-crioulo*, que consiste em uma língua que possui características consideradas, normalmente, próprias dos crioulos, mas que, em sua história, desconhece-se a existência de fase identificável como crioulo. O item *quase* mantém, nesse caso, seu valor aproximativo e compõe novamente uma expressão inserida em área específica: a dos estudos linguísticos.

quase-contrato. **S. m.** Compromisso voluntário, sem forma rigorosa de contrato. [Pl.: *quase-contratos*.]

quase-crioulo. **S. m.** *E. Ling. V. criouloíde.* [Pl.: *quase-crioulos*.]

quase-delito. **S. m.** *Jur.* Ato ilícito, culposo, civil, que gera a obrigação de indenizar. [Pl.: *quase-delitos*.]

quase-equilíbrio. **S. m.** *Fis.* Característica de um sistema que, não estando em equilíbrio, se acha num estado muito próximo de um estado de equilíbrio. [Pl.: *quase-equilíbrios*.]

quase-estático. **Adj.** *Fis.-Quím.* Diz-se de processo em que há equilíbrio entre o sistema e suas vizinhanças, e também no interior do sistema, em cada uma das suas etapas. [Pl.: *quase-estáticos*.]

quase-posse. **S. f.** *Jur.* Usufruto de direitos abstratos. [Pl.: *quase-posses*.]

quase *adv.* (1460) 1 a pouca distância; próximo, perto <falou-lhe q. encostado ao ouvido> 2 com ligeira diferença para menos <a produção agrícola q. ultrapassou a do ano anterior> 3 pouco mais ou menos; quando muito; aproximadamente <tem q. 90 anos> 4 um tanto <a capelinha antiga está q. arruinada> 5 por um triz, por pouco que não <ao vê-lo ensanguentado, q. desmaiou> ♦ **q. que** por assim dizer; verdadeiramente <comprou uma terra com uma vista q. que perfeita> ◉ GRAM/USO em novembro de 2008, a Academia Brasileira de Letras sugeriu que passassem a se grafar sem hífen as palavras que no português se iniciavam por *quase* empregado como el.comp. (p.ex., *quase-contrato*, *quase-delito*, *quase-domicílio*, *quase-equilíbrio*, *quase-estático*, *quase-posse* e outras mais); por consenso com a ABL, este dicionário passou a registrar as palavras compostas com *quase* como locuções; o Acordo Ortográfico de 1990 não menciona regra para esse uso ◉ ETIM lat. *quasi* 'do mesmo modo que; como; pouco mais ou menos; como se, aparentemente'

(HOUAISS, 2009, p. 1586)

Além dos valores de aproximação física (acepção 1) e quantitativa (acepções 2 e 3), Houaiss (2009) apresenta em sua categorização o caráter aproximativo referente a uma avaliação qualitativa: “a capelinha antiga está q. arruinada”. Pela primeira vez na análise, a palavra *quase* acompanha um adjetivo, indicando um grau de aproximação ao conceito por ele transmitido e compondo uma avaliação de caráter qualitativo.

A locução *quase que* aparece, finalmente, dicionarizada e classificada de modo bastante interessante, com uma funcionalidade que parece modalizar o discurso, constituindo-se em uma locução de valor discursivo-pragmático. Apesar de não perder seu valor aproximativo, o item *quase* adquire, nessa locução, uma funcionalidade relacionada à intenção do enunciador de demarcar certo grau de descomprometimento: “comprou uma terra com uma vista q. que perfeita”. Assim, podemos imaginar que tal vista tenha falhas e que não seja totalmente perfeita; entretanto, a hipótese mais plausível é a de que o enunciador, ao empregar *quase que*, tenha a intenção de não se comprometer com uma afirmação que poderia soar muito categórica ao referir-se a algo como sendo perfeito.

Dando continuidade ao trabalho de rastreamento histórico, recorreu-se a cartas dos séculos XIX e XX que compõem o *corpus* Projeto Nacional para a História do Português Paulista (PHPP).

A partir das variedades e acepções apresentadas, pôde-se perceber a presença do rompimento de um valor categoricamente polar. O item sob análise mantém em todas as acepções um valor modalizador, rompido pela presença de polaridade negativa desde sua raiz, em que *si* se liga a *quam*, como mencionado.

A análise realizada até este momento da pesquisa nos leva a crer tratar-se de uma construção bastante produtiva e interessante. A investigação a respeito do processo de gramaticalização do item *quase*, sobre o qual já foram levantadas hipóteses a partir de uma série de indícios identificados ao longo do estudo, assume importância em sua

área de estudo, uma vez que lidar com empregos inovadores de construções linguísticas é o caminho ideal para aumentar o grau de consciência linguística dos falantes e escreventes do português, pois desenvolve habilidades para reconhecer a funcionalidade de diversos elementos e para usá-los nos mais diversos gêneros textuais.

Referências

- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 –1728, p.25.
- FERREIRA, A. G. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora, 19?-data incerta.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1427.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1167.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A. & CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. A. R. & MARTELOTTA, M. E. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A, 2003, p. 30-34.
- GIVÓN, T. *Compreendendo a gramática*. [trad. Maria Angélica Furtado da Cunha] Natal: EdUFRN, 2011.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization. Vol. I: Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991, p. 17-36.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 1586.
- LIMA, H.; BARROSO, G. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1946, p. 1029.
- LIMA, H.; BARROSO, G. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 9.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1951, p. 1012.
- LIMA-HERNANDES, M. C. & CASSEB-GALVÃO, V. C. Gramaticalização e ensino. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 195.
- MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Livros Horizonte, 1967, p. 1923.

Base de dados – Amostras

FUVEST (Fundação Universitária para o Vestibular). Redações dos anos 2004 e 2011. Disponível em: <www.fuvest.br>. Data de acesso: 11/03/2011.

Construções correlatas aditivas na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso

Ivo da Costa do Rosário⁶

RESUMO: Neste artigo, analisamos a correlação aditiva, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso, que reúne tanto pressupostos funcionalistas quanto construcionistas. Propomos que a correlação aditiva seja analisada em uma perspectiva que a esquematize em micro, meso e macro-construções. Utilizamos como corpus um conjunto de textos políticos, extraídos do site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009. A análise proposta verifica a possibilidade de haver muitos padrões micro-construcionais hierarquizados em padrões meso-construcionais que, por sua vez, estão ligados a um padrão macro-construcional mais genérico, abstrato e esquemático. A constituição básica da prótase correlativa aditiva regularmente é a seguinte: elemento de negação seguido de focalização. Na apódose, por sua vez, há um elemento de inclusão, seguido ou não de um elemento de reforço. Há, assim, um jogo entre restrição negativa ou negação de um foco (na prótase), acompanhada de uma inclusão, que conta ou não com reforço (na apódose). Nosso intento, neste artigo, está em verificar como se dá a esquematização da correlação aditiva em uma perspectiva construcional.

PALAVRAS-CHAVE: Correlação; Adição; Construções.

ABSTRACT: In this paper we analyze the additive correlation in light of Functional Usage-Based Linguistics, which brings together both functionalist and constructionist assumptions. We propose that the additive correlation is examined from a perspective that lay out in the micro, meso and macro-constructions. The texts used as corpus were extracted from the site of the Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, in 2009. The proposed analysis verifies the possibility of many micro-constructions creating a hierarchical assemblage of meso-constructions which are connected to a more generic, abstract and schematic macro-construction. The basic constitution of additive correlative protasis is the element of denial followed by focus. Apodosis, consequently, is constituted by an element of inclusion, which may be followed or not by a reinforcing element. In protasis, there is thus an interaction between negative restriction or denial of a focus [in protasis], aided by an inclusion, that in apodosis may count or not with a reinforcement. Our intent, in this article, is to verify how the additive correlation is schematized in a construcional perspective.
Key Words: Correlation; Addition; Constructions.

1 Considerações Iniciais

(Quanto ao estudo da correlação), faço-o agora o mais completo que posso. Outros, futuramente, com mais lazer, alargarão as pesquisas, pois, neste assunto, deparam-nos os autores, floresta inexplorada”. (Oiticica, 1952, p. 2)

⁶ Professor Adjunto do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF, e-mail: rosário.ivo@gmail.com

O tema da correlação aditiva configura-se como um dos assuntos mais centrais para as discussões no tocante à sintaxe do chamado período composto⁷. Afinal, nossas gramáticas e demais compêndios ressentem-se da falta de uma reelaboração segura e atualizada da chamada *Teoria da Correlação*.

Como disse Oiticica (1952, p. 2), de fato, essa é uma “floresta inexplorada”, que precisa ser desbravada pelos estudiosos da língua. Neste artigo, que é parte de minha tese de doutorado (ROSÁRIO, 2012), intentamos trazer uma pequena contribuição a essa tarefa, haja vista a incipiente literatura linguística produzida sobre tal temática.

Em primeiro lugar, precisamos afirmar que a correlação reúne em seu bojo uma série de estruturas muito diversificadas, o que nos levou a uma decisão fundamental: selecionar um aspecto da questão, tendo em vista a necessidade de conferir à investigação aqui proposta, de caráter essencialmente sincrônico, um tratamento um pouco mais detalhado. Com esse objetivo, portanto, para análise, selecionamos a **correlação aditiva**.

Nossa escolha baseou-se nesse tipo de construção, principalmente pelo fato de a adição ser um dos matizes semânticos mais básicos, se comparado à concessão, adversatividade, causa, resultado, comparação etc. Assim, acreditamos que, ao tomar a adição como ponto de partida, estamos criando uma agenda de estudos que poderá ser adotada em momentos posteriores ao dessa pesquisa, com vistas à investigação das outras construções correlatas.

Nosso trabalho intenta responder às seguintes questões centrais:

- Quais são as motivações para o uso de construções correlatas em língua portuguesa?
- Como conferir um tratamento construcional para a correlação aditiva, que a esquematize em macro, meso e microconstruções?

Evidentemente, esse artigo seleciona apenas uma pequena parte da grande discussão que envolve o fenômeno da correlação. Há necessidade, portanto, de discussões para desdobramentos futuros, cooperando-se continuamente com o “alargamento das pesquisas”.

2 Revisitando a correlação

Como é natural, há diferentes pontos de vista assumidos pelos autores no tocante à correlação. Há alguns que simplesmente ignoram esse fenômeno sintático; outros o consideram como processo distinto da coordenação e da subordinação; e, por fim, há quem o agasalhe dentro dos processos mais canônicos. Essa última perspectiva parece ser a mais adotada entre os autores brasileiros, de uma forma geral.

Segundo Módolo (1999, p. 06), Oiticica (1952) propôs uma perspectiva funcional da teoria da correlação. Por seu trabalho ter sido publicado na década de 50 do século passado, Módolo (1999) advoga o título de funcionalista *avant la lettre* para Oiticica, por ter sido ele o precursor dos estudos funcionalistas nessa área da sintaxe de língua portuguesa, antes mesmo de tais estudos terem florescido no campo da investigação linguística.

⁷ Tomamos o termo *período composto* em acepção similar ao da tradição gramatical.

Diante da necessidade de maior expressividade ou de um tipo de argumentação mais formal ou enfática, houve a necessidade de criação de um arranjo sintático formal diferente dos já tradicionais esquemas subordinativos ou coordenativos. Vejamos dois exemplos criados para ilustrar essa asserção:

(1) *João é rico e feliz.*

(2) *João não só é rico como também é feliz.*

Os exemplos (1) e (2), à primeira vista semanticamente similares, apresentam arranjos sintáticos diferentes e atendem a necessidades comunicativas e pragmáticas distintas. Em (1), a conjunção coordenativa aditiva *e* simplesmente reúne dois termos coordenados entre si, que funcionam, na terminologia tradicional, como predicativos do sujeito. Por outro lado, em (2), não podemos afirmar que há uma simples união de predicativos. De certa forma, há uma ideia de gradação enfática crescente do primeiro termo predicativo ao segundo, enunciados na construção do período (cf. ROSÁRIO, 2009). Além disso, a correlação específica, na apódose, uma informação que muitas vezes vai na contraexpectativa do leitor/interlocutor.

Parece que as duas sentenças apresentadas servem para espelhar ou justificar a premência de um trabalho de pesquisa que contemple as vicissitudes desse arranjo sintático da língua portuguesa.

Existe uma tendência nos compêndios tradicionais de considerar a coordenação e a subordinação como processos únicos de estruturação sintática. Aliás, esse pensamento vai além das obras consideradas tradicionais e converge até mesmo com a concepção de influentes linguistas brasileiros como Camara Jr., em obra organizada por Uchôa (2004, p. 108, grifo nosso). Vejamos:

Para compreendermos bem o acerto da decisão, convém esclarecer o que se entende por coordenação e subordinação da linguagem. *Numa e noutra se resume toda a estruturação da linguagem.* Podemos compará-las, no âmbito matemático, com a adição e a multiplicação, respectivamente. Na coordenação os elementos linguísticos se somam, como se juntam as parcelas de uma soma, e o conjunto não é mais do que a reunião de partes justapostas. Na subordinação, ao contrário, eles se fundem para se tornar outra coisa: o multiplicador, ou seja, o elemento modificador se integra no multiplicando, ou seja, o elemento modificado, e o resultado é um produto em que se absorvem um e outro.

Assim, não haveria, segundo o autor, espaço para a existência de outros processos autônomos de ligação intersentencial. De fato, grande parte dos gramáticos tradicionais não incluiu em suas obras a correlação, apesar de esta apresentar especificidades bem particulares em relação aos processos mais canônicos de estruturação sintática. Aliás, verificamos até mesmo posições bastante radicais que rechaçam essa proposta, como a de Camara Jr., em seus *Dispersos*:

Os adeptos da correlação, à força de explorar o conceito, chegaram à demonstração por absurdo de que ele é falso, quando criaram a ‘correlação alternativa’ como faz Gladstone Chaves de Melo atendendo a uma sugestão do jovem professor Maximiano de Carvalho. Assim, dois professores excelentes (e Gladstone Chaves de Melo é uma pessoa que muito admiro, como já frisei mais de uma vez) aboliram a coordenação alternativa com – ‘ou...ou...’, ‘quer... quer...’ sob alegação de que uma oração de ‘ou’ ou ‘quer’ não se justifica sem a outra. Mas isso é normal em toda coordenação: na

adversativa, na explicativa, na conclusiva e até na aditiva, em que cada oração se compreende em função da anterior: ‘mas preguiçoso’, ‘preguiçoso pois’ e assim por diante não formam ‘sentido completo’. A ser válido o raciocínio dos dois dignos professores, não há coordenação, e em seu lugar teremos a correlação. (UCHÔA, 2004, p. 111-112)

Bechara (1999), Luft (2000), Kury (2003), entre outros autores, concordam com Camara Jr. (1981). Também Carone (2003), à maneira de Camara Jr. (1981), prefere considerar as correlatas, bem como as justapostas, como variantes dos processos de subordinação e coordenação. Azeredo (2003) e Azevedo Filho (1971) também optam por defender a correlação como um subtipo ora da subordinação ora da coordenação, funcionando como um verdadeiro recurso expressivo de ênfase.

Essa parece ser a linha adotada pela maioria dos teóricos em língua portuguesa: considerar a correlação, assim como a justaposição, procedimentos sintáticos que funcionam como variações de forma dentro do âmbito da subordinação e da coordenação. Assim, é comum verificarmos algumas palavras como *vigor*, *ênfase*, *realce* quando os gramáticos se referem a esse processo.

Oiticica (1952), como já apontamos anteriormente, foi citado por diversos autores brasileiros. O estudo desse pesquisador, contido em *Teoria da Correlação* (1952), é uma das mais importantes obras sobre o tema em nosso vernáculo. Nessa obra, Oiticica advoga a existência da correlação como um mecanismo de estruturação sintática ou procedimento sintático em que uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Ele também defende a ideia de que as orações consecutivas e comparativas devem ser consideradas correlatas, diferentemente do que preceitua a tradição gramatical brasileira, que as considera como subordinadas adverbiais.

Não são poucos os autores que, à diferença da maioria, defendem a autonomia da correlação perante os outros processos mais canônicos. Rodrigues (2007, p. 232-233), por exemplo, aponta as seguintes características para a correlação:

- 1º - a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração⁸;
- 2º - no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;
- 3º - as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas, as adverbiais e as adjetivas⁹.

⁸ Por meio de um aprofundado estudo das conjunções, Mateus et al. (2003, p. 563, grifos nossos) afirmam que “as conjunções podem ocorrer isoladamente, como *e*, *nem*, *ou*, *mas*. Podem, contudo, requerer a presença de um correlato no primeiro membro de coordenação. No primeiro caso as estruturas de coordenação mobilizam uma conjunção simples; no último caso, locuções conjuncionais que assumem a forma de uma expressão descontínua, as chamadas conjunções correlativas. São exemplos de conjunções correlativas expressões coordenativas como: *não só...como*, *não só...mas também*, *tanto...como*, *ou...ou*, *ora...ora*, *nem...nem*, *quer...quer*.”

⁹ Na verdade, há alguns casos em que essa terceira característica não se sustenta. Vejamos um exemplo: “Começamos a compreender que **não** se vai transformar e **nem** preparar essa sociedade, [...] sem que tenhamos investimentos maciços em Educação. – 08/09/2009”. Neste caso específico, a correlação

Entretanto, a questão ainda está por ser pesquisada com maior profundidade e é necessário buscar algum ponto de convergência. Assim, a iniciar pelo próprio conceito, inspirando-nos principalmente em Camara Jr. (1981, p. 87), podemos definir a correlação como uma *construção sintática prototipicamente composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correlatores, de tal sorte que a enunciação de uma (prótase) prepara a enunciação de outra (apódose)*. Acreditamos que essa definição é funcional e atende aos objetivos desta pesquisa.

Acrescentamos que entendemos como *correlatores* os elementos responsáveis pela introdução da prótase e da apódose correlativas. Equivalem ao que a tradição chama de conjunções subordinativas ou coordenativas.

3 Construções

A primeira aplicação do termo *construção*, utilizado no âmbito do estudo das línguas humanas, data de Cícero, no 1º século da era cristã (GOLDBERG; CASENHISER, 2010, p. 1). Desde então, o conceito de construção tem passado por diversas alterações, acréscimos e ajustes, dependendo do nível de complexidade e esquematicidade da pesquisa (TROUSDALE, 2008b, p. 6).

O modelo que ora apresentamos começou a ser desenvolvido na Califórnia, EUA, na década de 70, e o centro de interesse estava na descrição de idiomatismos da língua inglesa. A esses trabalhos uniram-se outros, como os de Goldberg (1995) e de outros autores que são reconhecidos no meio acadêmico por serem os proponentes da chamada *Gramática das Construções*.

De acordo com Goldberg (1995, p. 1) e Goldberg e Casenhiser (2010, p. 4), pode-se defender a tese de que sentenças básicas da língua são exemplos de *construções* – “correspondências de forma-significado”, que passam a funcionar, nesta teoria, como unidades básicas e centrais da língua, ou, nos termos de Trousdale (2008b, p. 6), como unidades simbólicas convencionais, visto que operam em diferentes níveis da gramática.

Traugott (2008, p. 5) e Goldberg e Jackendoff (2004, p. 532-533) afirmam que a Gramática das Construções é uma abordagem sincrônica e possui as seguintes características:

- Forma e significado são pareados como iguais;
- A gramática é concebida de forma holística, ou seja, nenhum nível é central;
- A gramática é baseada no uso, isto é, está baseada nos falantes e nas expressões;
- Construções individuais são independentes, mas relacionadas em um sistema hierárquico com vários níveis de esquematicidade que podem interseccionar;
- Existe um *cline* de fenômenos gramaticais, desde o totalmente geral ao totalmente idiossincrático.

A partir dessas premissas, Traugott (2008a, p. 5) refina diversos conceitos anteriores e define *construção* como um *chunk* (‘pedaço’) de língua automatizado e rotinizado, que é armazenado e ativado pelo usuário de uma língua. Essa definição está

oracional se caracteriza como um constituinte que completa a predicação do verbo *compreender*, à semelhança das chamadas orações subordinadas substantivas objetivas diretas.

calcada, segundo Trousdale (2008b, p. 6), em Croft (2007, p. 274), para quem uma construção é uma unidade rotinizada que normalmente é utilizada na comunidade de fala, e que envolve um pareamento simbólico de forma e significado.

Traugott (2008a, p. 5), Trousdale (2008b, p. 6-7), Noël (2006, p. 20) e Fried (2008, p. 6), após analisarem as contribuições da Gramática das Construções à linguística funcional, propõem, sob a esteira de outros teóricos, a existência de alguns níveis esquemáticos, com o objetivo de capturar as similaridades e diferenças entre as construções. São esses os níveis:

- *Macroconstruções*. São grandes esquemas altamente abstratos, primitivos e possivelmente universais. Pareiam forma e significado, que são definidos por meio de uma estrutura com função definida. Nesse nível, os significados são bem gerais e de caráter mais morfossintático.
- *Mesoconstruções*. São grupos de micro-construções específicas, com comportamentos sintáticos e semânticos similares, em nível intermediário entre macroconstruções e microconstruções.
- *Microconstruções*. São construções individuais.

Todos esses níveis instanciam expressões que se combinam idiomáticamente, mas em diferentes níveis de esquematicidade e, portanto, de composicionalidade. Aliás, lembramos que a composicionalidade (cf. FRIED, 2008, p. 5) não pode ser apontada como mecanismo contrário à gramaticalização ou ao estatuto de construção de qualquer sequência que seja. Na verdade, no âmbito da gramática das construções, a composicionalidade é considerada de forma enfraquecida, já que o significado de uma expressão vai ser o resultado dos elementos lexicais que a compõem e o significado da própria construção.

A gramática das construções é uma linha de investigação teórica em franca ascensão, no sentido de que diversos estudiosos têm se debruçado sobre ela. As pontes com o funcionalismo, como já afirmamos, são bastante promissoras. Aliás, é daí que surge o conceito de *linguística funcional centrada no uso*, que tem orientado as pesquisas do grupo Discurso & Gramática, no Brasil. Certamente essa união ainda produzirá muitos frutos para a pesquisa linguística.

Assim, nossa proposta consiste em analisar a correlação aditiva por meio desse instrumental teórico, visto que consideramos esse fenômeno linguístico um padrão macroconstrucional, que tem atrelado a si algumas mesoconstruções, que, por sua vez, congregam microconstruções.

4 Procedimentos metodológicos

Em nosso *corpus*, que é composto por 1275 discursos de diferentes extensões, colhidos de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano, no *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, encontramos 382 ocorrências de pares correlativos aditivos, que serão analisados segundo dois níveis: 1. *Padrões microconstrucionais*; 2. *Padrões mesoconstrucionais*.

Esses dois aspectos retratam dois níveis diferentes de formalização para as construções aditivas. O nível mais elementar de esquematicidade é ocupado pelas microconstruções, que apresentam um grau menor de formalização. O nível intermediário de esquematicidade é ocupado pelas mesoconstruções, que são blocos

com comportamento sintático e semântico similar, em nível intermediário entre as macro e microconstruções. As mesoconstruções serão exploradas em seguida.

5 Análise de dados

Vejam os dados das microconstruções correlativas aditivas se apresentaram, acompanhadas do total de ocorrências detectadas no *corpus* desta pesquisa (números absolutos e porcentagem). O critério que adotamos para a listagem dos padrões foi o da frequência de ocorrência:

Tabela 1 – Padrões microconstrucionais correlativos aditivos

PADRÃO CONSTRUCIONAL	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
1.	Não [V] apenas...mas	74	19,37%
2.	Não [V] só...mas	69	18,06%
3.	Não [V] só...Δ	53	13,87%
4.	Não [V] só...mas também	38	9,94%
5.	Não [V] apenas...mas [V] também	37	9,68%
6.	Não [V] só...como também	23	6,02%
7.	Não [V] apenas...Δ	13	3,40%
8.	Não só...como	9	2,35%
9.	Não apenas...como [V] também	8	2,09%
10.	Δ...mas [V] também	7	1,83%
11.	Não [V]somente...Δ	7	1,83%
12.	Não [V] somente...mas também	6	1,57%
13.	Não [V] somente...mas	6	1,57%
14.	Δ...como também	4	1,04%
15.	Não [V] só...também	4	1,04%
16.	Não somente...como também	3	0,78%
17.	Não apenas...como	3	0,78%
18.	Não só...e sim	3	0,78%
19.	Não [V] apenas...e sim	3	0,78%
20.	Não...mas também	2	0,52%
21.	Não [V] só...mas sim	2	0,52%
22.	Não simplesmente...mas	2	0,52%
23.	Não simplesmente...Δ	1	0,26%
24.	Não somente...mas como	1	0,26%
25.	Não [V] somente...também	1	0,26%
26.	Não apenas...também	1	0,26%
27.	Não só...e também	1	0,26%
28.	Não somente...e sim	1	0,26%
	Total	382	100%¹⁰

¹⁰ Apesar de apontarmos um somatório de 100% na tabela referente à totalidade dos dados, esse dado não é exato, visto que a porcentagem referente a cada linha da tabela representa, muitas vezes, dízimas periódicas que são simplificadas com índices que levam em conta apenas os centésimos. O símbolo [V]

A convivência de tantos padrões microconstrucionais correlativos diferentes para a expressão da adição é explicada por Goldberg e Jackendoff (2004, p. 535-555) como sendo um verdadeiro fenômeno de variação, visto que as construções, em geral, “demonstram muita variação sintática e semântica”. Essa profusão de padrões, segundo os autores, forma uma *família de construções*, que compartilham importantes propriedades, mas diferem uma das outras, inclusive pelo seu grau de produtividade.

Segundo Traugott (2007, p. 6), a variabilidade é muito comum no campo das relações morfossintáticas. Trousdale (2008a, p. 7; 2008b, p. 7) corrobora suas palavras e acrescenta que quanto mais as construções são utilizadas, mais tendem à variação e extensão. É por isso que detectamos tanta flutuação na forma dos padrões microconstrucionais correlativos, que podem coexistir por até séculos (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 1997, p. 36).

Heine e Kuteva (2007, p. 17) apontam a criatividade como sendo o principal motor da mudança linguística. De fato, é a criatividade que faz com que os usuários da língua, de certa forma, modifiquem regras e transgridam o que já está sistematizado. Essa transgressão a que Heine e Kuteva (2007) fazem referência pode ser ilustrada com os dados da tabela 1.

O uso e combinação de material linguístico já existente possibilitaram a criação de novas microconstruções que, por sua vez, carregam novos significados, com usos determinados para novas funções. Essa capacidade humana tem sido refinada ao longo dos tempos, não só no campo da linguagem, mas também em diversas outras esferas da vida humana.

Heine e Kuteva (2007, p. 210) explicam que não podemos falar que as funções discursivas de hoje continuam as mesmas do passado. Novas formas linguísticas surgem (e com elas novos significados) porque também surgem novas necessidades comunicativas. Esse ponto de vista se coaduna, portanto, com o princípio construcionista da *força expressiva maximizada* e também da *não-sinonímia da forma gramatical*. Afinal, se uma nova forma emerge na língua, é porque há novas necessidades comunicativas a serem supridas, mesmo que isso, em um primeiro momento, não fique claro ao falante ou até mesmo ao analista.

Passemos, agora, à análise de alguns dados do nosso *corpus*: a microconstrução mais frequente e uma das menos frequentes. A data que consta após os dados do *corpus* corresponde ao dia em que o discurso político foi proferido:

5.1 Padrão microconstrucional correlativo aditivo 1

- Não [V] apenas... mas (74 ocorrências – 19,37%)

O padrão microconstrucional correlativo aditivo *não [V] apenas... mas* revela-se como o mais prototípico, tendo em vista a sua alta frequência (19,37%). Os dados demonstram que, no discurso político dos deputados da ALERJ e possivelmente em muitos outros gêneros similares, essa é a estratégia correlativa aditiva mais utilizada.

(3) Mais do que isso, fez menção também à importância de regras para a realização de bailes *funk* e de outros eventos – regras que, de fato, respeitem a vida e o direito ao repouso dos trabalhadores que moram onde esses bailes são realizados. É verdade que isso tem que ser observado, Sr. Presidente, **não**

indica a possibilidade de existir partícula verbal (ou de outra natureza morfossintática) inserida. O símbolo Δ indica a ausência de um correlator explícito.

apenas pelos realizadores desses eventos, mas de quaisquer eventos, de qualquer tipo de música; de qualquer evento e acontecimento que tenha que respeitar o direito do morador, do trabalhador que quer repousar. – 1º/09/2009

Em (3), a discussão gira em torno das regras para realização dos bailes *funk* no Rio de Janeiro. O deputado orador, no afã de tentar convencer aos outros deputados e, especialmente, ao presidente da ALERJ, alerta que as regras devem respeitar a vida e o direito de repouso dos trabalhadores. Ele acrescenta que essas regras devem ser seguidas pelos realizadores dos bailes *funk*, mas também pelos realizadores de quaisquer outros eventos e de quaisquer outros tipos de música.

A força expressiva que emerge da construção correlativa aditiva é evidente. Essa estratégia serve a uma função semântico-pragmática de reforço ou de ênfase. Se todos os eventos fossem alocados em uma linha imaginária, segundo a concepção do orador, o baile *funk* ocuparia um extremo e todos os outros gêneros musicais ocupariam outros pontos dessa linha.

Essa maior expressividade que emerge da correlação aditiva não seria a mesma se parafraseássemos o excerto do discurso analisado por uma sequência coordenativa aditiva com o prototípico e. O uso de uma forma linguística diferente carregaria uma força expressiva também diferente, provavelmente utilizada em outros contextos.

Vejamos agora um dado que representa o padrão microconstrucional correlativo aditivo 28, ou seja, um dos menos frequentes, contando com apenas 1 exemplar no *corpus*.

5.2 Padrão microconstrucional correlativo aditivo 28

- Não [V] somente... e sim (1 ocorrências – 0,26%)

Esse padrão microconstrucional é semelhante ao 18 (*não só...e sim*) e 19 (*não [V] apenas...e sim*). Apresenta o ponto comum de possuir a expressão *e sim* como segundo correlator. Vejamos a ocorrência de nosso *corpus*:

(4) Há perspectiva de se atender em torno de 15 mil dependentes. Serão em torno de 15 mil os beneficiados com a construção dessa policlínica. Não devem ser, espero que assim aconteça, somente salas de ambulatório, e sim uma policlínica que engrandeça cada dia mais a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, digna instituição que, como já disse, completou 200 anos. – 02/06/2009

Em (4), o orador fala sobre os benefícios da construção de uma policlínica para atendimento à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que essa instituição já vem servindo à população há mais de 200 anos. Registramos que o primeiro correlator *não [V] somente* possui vários elementos incluídos em si: *devem ser, espero que assim aconteça*. Isso comprova a elasticidade e plasticidade da construção correlativa.

O par correlativo *não [V] somente... e sim*, à maneira de outros similares, apresenta duas importantes peculiaridades. Em primeiro lugar, destacamos a inclusão do advérbio afirmativo *sim* na apódose, que passa a equilibrar ou contrabalançar a força da partícula negativa *não*, presente no primeiro correlator. Em segundo lugar, destacamos que esse advérbio afirmativo está acompanhado da prototípica conjunção coordenativa

aditiva *e*. Isso nos permite afirmar que o par correlativo reforça ainda mais a noção de adição.

De acordo com Traugott (2008b, p. 22), no processo de gramaticalização, é muito frequente que haja formas marginalizadas por conta de baixa frequência e prototipicidade. Por outro lado, essas inovações são naturais e constantes, inerentes ao sistema linguístico. Pode ser que essas novas formas (como o padrão microconstrucional 28) sejam aceitas pela comunidade e, conseqüentemente sejam estabilizadas, como também pode ser que elas venham a ficar ainda mais raras ou até mesmo venham a desaparecer. Como ainda diz Traugott (2008b, p. 22), estruturas emergentes são essencialmente instáveis por natureza.

Nossa pesquisa apontou a existência de, pelo menos, 28 padrões microconstrucionais correlativos aditivos. À primeira vista, essa profusão de padrões pode dar a impressão de uma falta de regularidade no âmbito da formação dos pares correlativos aditivos.

Entretanto, essa falta de regularidade é apenas aparente. Nesse aspecto, a gramática das construções pode nos ajudar de maneira muito produtiva na tipificação e caracterização de blocos tipológicos, que chamamos de *mesoconstruções*. Essas mesoconstruções, por sua vez, também podem ser congregadas sob uma formalização mais genérica e abstrata, chamada *macroconstrução*, como veremos um pouco adiante.

Para este artigo, propomos uma classificação mesoconstrucional que tome como ponto de partida a composição da apódose. Por esse prisma, seria possível a construção de uma proposta baseada em cinco padrões mesoconstrucionais, que seriam basicamente formados pela prótase (representada pela letra P), seguida dos elementos constituintes da apódose. São os seguintes:

- Padrão mesoconstrucional 1: **P... *mas*** (*também/sim/como*)
- Padrão mesoconstrucional 2: **P... Δ**
- Padrão mesoconstrucional 3: **P... *como*** (*também*)
- Padrão mesoconstrucional 4: **P... *e*** (*também/sim*)
- Padrão mesoconstrucional 5: **P... *também***

Cada padrão mesoconstrucional constitui uma rede construcional (cf. TRAUGOTT, 2008a, p. 6), em que há uma construção básica, que é o núcleo da rede, e outras construções diretamente relacionadas a esse núcleo, que as irradia. São metaforicamente caracterizadas como sendo *famílias*, tendo em vista as particularidades comuns que as congregam.

Trousdale (2008b, p. 12) acentua a importância dos padrões mesoconstrucionais ao asseverar que é nesse nível que ocorre a regulação e estruturação de novos modelos linguísticos. As mesoconstruções são, por definição, menos composicionais em termos de significado do que as microconstruções (os pares correlativos propriamente ditos).

As construções, de uma forma geral, emergem na língua, ou seja, não se encontram de forma estática. O surgimento de novas mesoconstruções objetiva capturar extensões do sentido original das diversas microconstruções, reunindo-as em blocos. Além disso, de acordo com Traugott (2008b, p. 240), a expansão das categorias funcionais (no caso que estamos investigando, a correlação) ocorre para que a negociação de significados seja facilitada. Afinal, quanto mais opções detém o falante, mais expressivo ele pode ser em seu discurso.

Tomando-se as micro e mesoconstruções em consideração, em termos formais ou estruturais, reunindo a investigação realizada, é possível sumarizar a constituição da correlação aditiva por meio da seguinte esquematização, que, na verdade, é o padrão macroconstrucional a que as meso e microconstruções já exploradas estão ligadas:

Esquema 1 – Padrão macroconstrucional correlativo aditivo

Prótase		Apódose	
<i>Negação</i>	<i>Focalização</i>	<i>Inclusão</i>	<i>Reforço</i>
<i>não</i>	<i>só</i>	<i>mas</i>	<i>sim</i>
	<i>apenas</i>	<i>como</i>	<i>como</i>
	<i>somente</i>	<i>e</i>	
	<i>simplesmente</i>	<i>também</i>	
	\emptyset	Δ	
Δ			

O esquema 1, que representa um padrão macroconstrucional, exprime, com clareza, a formação da correlação aditiva. Na prótase, encontramos um elemento de negação (sempre a partícula *não*), seguido de focalização (*só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*). Na apódose, por sua vez, há um elemento de inclusão (*mas*, *como*, *e* e *também*), seguido ou não de um elemento de reforço (*sim* e *como*).

As duas partes que perfazem a correlação aditiva (prótase e apódose) transmitem a ideia de uma polarização (negação na prótase e afirmação na apódose). Ao falar da pertinência do processo de polarização, Neves (2010, p. 145) explica a atuação dessas duas forças aparentemente antagônicas:

Uma marca polar negativa – por exemplo, *não só* ou *senão* no primeiro membro – implica/obriga a sequência de uma contraparte que insista em uma marca positiva, para acréscimo, restabelecimento ou compensação de uma noção cuja presença foi minimizada, mal valorizada, ou, mesmo, negada. Esse acréscimo é feito, no caso de *não só*, por *mas*, *como* e outros. (...) Tais categorias também são responsáveis pela quebra de linearidade da sentença, pondo de lado sua sucessão temporal.

Assim, a polarização que se instaura na correlação aditiva é contrabalançada pela sua própria estrutura, dialógica por natureza. Aliás, a negociação de significados, segundo Traugott (2008a, p. 3), é a responsável pela geração de novos usos linguísticos. É nos processos de comunicação humana, especialmente os de cunho dialógico, que os falantes exploram novas implicaturas e novas inferências são feitas sobre o conteúdo linguístico.

Assim, a observação dos dados permite-nos notar que a correlação está a serviço, principalmente, de uma maior explicitação dos conteúdos desenvolvidos ao longo do texto, pelo menos, de caráter argumentativo.

Com base na investigação dos dados desta pesquisa, pudemos fazer duas importantes constatações. Em primeiro lugar, comprovamos que os padrões correlativos aditivos não podem ser simplesmente reunidos em um grupo único chamado

coordenação aditiva. Afinal, tantos usos diversificados não poderiam estar a serviço de uma mesma ideia que seria apenas “ligar termos ou orações”, como preceituam as nossas gramáticas. Essa questão será explorada com maiores detalhes na seção seguinte.

Em segundo lugar, é possível estabelecer um padrão macroconstrucional para a correlação aditiva: na prótase, um elemento de negação (sempre a partícula *não*), seguido de focalização (*só, apenas, somente e simplesmente*); na apódose, um elemento de inclusão (*como, e e também*), seguido ou não de um elemento de reforço (*sim e como*). A esse padrão macroconstrucional podemos associar alguns padrões mesoconstrucionais que, por sua vez, reúnem diversos padrões microconstrucionais.

6 Distinção entre correlação e coordenação

A gramaticalização atua, entre outros campos, na motivação para o preenchimento das necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não se encontram designações linguísticas adequadas. Assim, acreditamos que essa é a força motriz para o uso de construções correlatas bem como de outras estruturas da língua. O fato significativo é que, para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais desenvolvem-se ao lado de estruturas equivalentes disponíveis, com crescente grau de expressividade.

Segundo nossos dados, as construções correlatas comportam-se sintaticamente de forma relativamente heterogênea, esquematizando-se na língua por intermédio de diversos padrões microconstrucionais, embalados em formatos diferentes. Por outro lado, ao longo de nossa investigação, foi possível detectar algumas características que, de certa forma, são predominantemente comuns em todos esses padrões. Vejamos:

Quadro 1 - Correlação e coordenação, segundo a perspectiva da linguística funcional centrada no uso

Correlação	Coordenação
Posição menos fixa dos correlatores	Posição mais fixa dos coordenadores
Maior escopo ou peso	Menor escopo, o que significa avanço no processo de gramaticalização.
Conectores com maior quantidade de massa fônica, ou seja, de substância fonética. Tendem a ser polissilábicos	Conectores mais reduzidos foneticamente, tendo em vista a prototípica conjunção coordenativa <i>e</i> . Tendência à ocorrência de conectores monossilábicos.
Apresenta menor distribuição, ou seja, menor frequência de uso ou habituação.	Apresenta maior frequência de uso, ou seja, maior generalização contextual, se comparada à correlação.
Grande profusão de padrões responsáveis por ligar os elementos correlatos, ou seja, maior competição de formas.	Maior redução no número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático, haja vista a prototipicidade do conectivo <i>e</i> .
Itens mais formais	Itens mais informais
Sempre marcada pela síndese	Pode ser marcada por assíndese, haja vista a parataxe justaposta.
Menor desbotamento, tendo em vista a manutenção da ideia de adição como	Maior dessemantização, tendo em vista usos menos verifuncionais.

prevalente.	
Quanto aos correlatores, maior perda de significação pragmática e mais ganho em termos de significação sintática.	Conectores já altamente gramaticalizados pela intensidade de uso.

Todas as características arroladas à esquerda, calcadas nas fontes da literatura linguística funcional centrada no uso e ilustradas pelos dados da pesquisa de Rosário (2012), depõem a favor da caracterização das correlatas como menos integradas sintaticamente, se comparadas às coordenadas. Em outras palavras, isso significa afirmar que a correlação aditiva seria uma estratégia de cunho mais discursivo do que sintático.

Segundo os gramáticos e outros teóricos consultados, tanto a coordenação aditiva quanto a correlação aditiva compartilham características em comum, o que pode levar alguns estudiosos a verem entre elas uma relação de *camadas* (cf. HOPPER, 1991) e a atuação do *princípio cognitivo da força expressiva maximizada* (cf. GOLDBERG, 1995). Vejamos algumas semelhanças:

- Veiculam a noção básica de adição.
- Ligam elementos frásicos e não frásicos.
- Geralmente unem elementos de natureza diversa com equivalência sintática.

Por outro lado, a correlação aditiva também apresenta inúmeras propriedades que a diferenciam da coordenação aditiva. As construções correlatas, além de serem mais marcadas, também tendem à verifuncionalidade e são dotadas de especial força argumentativa, que não pode ser comparada à força mais prototípica da adição, que tem como função precípua aproximar ou copular elementos, sem preocupação frequente com ênfase ou intensificação.

A análise de dados de Rosário (2012), amparada pela pesquisa teórica realizada, aponta diferenças marcantes entre a coordenação e a correlação. Vejamos o quadro 2:

Quadro 2 – Distinção entre correlação e coordenação

Correlação	Coordenação
Conectivos não contíguos, ou seja, descontínuos	Conectivos simples ou compostos
Maior efeito de paralelismo	Menor efeito de paralelismo
Discursos mais formais	Discursos menos formais
Maior efeito persuasivo e argumentativo	Menor efeito persuasivo
Interdependência	Independência
Intensificação, ênfase, vigor, <i>crescendum</i> argumentativo	Maior neutralidade
Número limitado de elementos ligados	Possibilidade de coordenações não só binárias mas múltiplas
Menor propensão à substituição por justaposição ou assíndese	Maior propensão à substituição por justaposição.
Permite coocorrência com coordenadores	Não permite coocorrência com

IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

	coordenadores
Pode iniciar orações ou períodos.	Raramente inicia orações ou períodos
Usos mais verifuncionais	Usos verifuncionais e não verifuncionais
Somente permite leituras <i>multiple-event</i> (interpretações distributivas), por conta de os conectivos descontínuos serem altamente icônicos	Permite leituras <i>multiple-event</i> ou <i>single-event</i>
Função primária de distinguir	Função primária de equacionar
Tendem a apresentar na prótase um elemento velho; na apódose, um elemento novo	Apresenta tanto elementos velhos quanto novos em qualquer posição
Pares correlativos como <i>não só... mas também</i> tiram a linearidade da frase, a sucessão temporal da sentença	Caracteriza-se por uma forte tendência à linearidade.
Maior poder hierarquizador de informações	Tendência ao pareamento equativo de informações

De acordo com Givón (1990), quanto maior a quantidade de informação, maior é a quantidade de forma. De fato, já que as correlatas agregam diversas propriedades, é natural que elas sejam perfiladas por conectivos mais “pesados”. Em outras palavras, há a atuação do *subprincípio da quantidade*, que reforça nossa defesa quanto à distinção entre correlatas e coordenadas.

É provável que, no contexto da tradição, a correlação não tenha sido considerada como um terceiro processo de estruturação sintática por grande parte dos gramáticos pelo fato de estarem quase todos sob a égide do estruturalismo que tendia a uma visão binária, segundo a qual só existiria espaço para dicotomias. Dentro desse espírito, seria mais conveniente falar apenas em subordinação e coordenação.

6 Considerações finais

Por fim, toda a análise empreendida comprovou a possibilidade de a correlação aditiva ser esquematizada, de fato, em três níveis básicos. Esses três níveis são chamados pela Gramática das Construções de micro, meso e macroconstruções.

No nível microconstrucional, detectamos a existência de 28 padrões com diferentes configurações morfossintáticas. Na prótase, após a partícula *não*, em todos os casos, com exceção apenas dos padrões correlativos aditivos perfilados por Δ , sempre ocorre um focalizador (*só, somente, apenas* ou *simplesmente*). Esta, portanto, é a constituição básica da prótase correlativa aditiva, em língua portuguesa: partícula negativa (*não*) + focalizador (*só, somente, apenas, simplesmente*).

Destacamos a maior frequência de uso do item *só*, que está presente em nove padrões microconstrucionais correlativos. Do ponto de vista formal, é o mais econômico, tendo em vista sua pequena massa fônica. O item *simplesmente* e Δ , por sua vez, são mais raros. Cada um conta com apenas duas ocorrências.

Com relação à apódose, também detectamos uma estrutura básica. O segundo correlator é comumente composto pela partícula *mas, como* e, mais raramente, *e*,

seguida(s) ou não de *também* ou *sim*. Como acontece na prótase, também, em alguns poucos casos, existe a possibilidade de a apódose ser representada por Δ . A partícula *mas* é a mais frequente na primeira posição da apódose, visto que está presente na composição de onze padrões microconstrucionais correlativos aditivos. A partícula *também* aparece como um reforço em treze padrões microconstrucionais correlativos, revelando-se, também, como bastante produtiva.

Ressaltamos que, à primeira vista, essa profusão de padrões correlativos pode dar a impressão de uma falta de regularidade no âmbito da formação dos pares correlativos aditivos. Entretanto, essa falta de regularidade é apenas aparente, visto que comprovamos ser possível uma caracterização das correlatas aditivas em blocos tipológicos, que chamamos de *mesoconstruções*.

As regularidades detectadas no nível mesoconstrucional, por sua vez, também apontam para uma macroconstrução, de caráter mais abstrato e genérico. Diante dessas reflexões, podemos comprovar a tese de que *as construções correlatas aditivas, de fato, apresentam características suficientes que as distinguem das coordenadas aditivas e podem ser esquematizadas em uma perspectiva construcional em três níveis: macro, meso e microconstruções*.

Certamente muito ainda há por ser investigado no que concerne aos processos de estruturação sintática, especialmente com referência à correlação, relegada por décadas ao ostracismo na descrição e análise da gramática do português. Contudo, por meio de nossa pesquisa, acreditamos que uma parte do caminho já foi percorrida, a ponto de comprovarmos por meio de argumentos e dados que a correlação apresenta um estatuto diferente dos outros tradicionais processos de estruturação sintática, tanto em termos funcionais quanto formais.

Referências

- AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1971.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios)
- CROFT, William. *Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century*. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University Press. Final Draft, September 2007.
- FRIED, Mirjan. Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution. Princeton University. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) *Constructions and language change*, 47-79. Mouton de Gruyter, 2008.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

- GOLDBERG; CASENHISER, Devin. *English Constructions*. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~adele/English%20Constructions.rtf>. Acesso em maio/2010
- GOLDBERG, Adele E.; JACKENDOFF, Ray. The English resultative as a family of constructions. *Language* 80, p. 532-567, 2004.
- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. Oxford, 2007.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.
- MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MÓDOLO, Marcelo. *(Pré) publications: forskning og undervisning*. Denmark: Aarhus Universitet, 1999.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Ensino de língua e vivência da linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NÖEL, Dirk. *Diachronic construction Grammar vs. Grammaticalization theory*. nº 225. Kahtolieke Universiteit Leuven, 2006.
- OITICICA, José. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2012.
- ROSÁRIO. Construções aditivas: uma análise funcional. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de; ROSÁRIO (Org.). *Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009. 1 CD ROM. p. 52-62.
- _____; RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação na perspectiva funcional. In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.) *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 31-47.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. 'All he endeavoured to prove was...': constructional emergence from the perspective of grammaticalization. 2008a. (Texto digitado).
- _____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, Regine; JÄGER, Gerhardt; VEENSTRA Tonjes (eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008b, p. 219-250.
- TROUSDALE, Graeme. *Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English*. 2008a.
- TROUSDALE, Graeme. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In: FITZMAURICE, Susan M.; MINKOVA, Donka (Eds.). *Studies in the History of the English Language IV*. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), 2008b.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

O estatuto argumental do objeto indireto na construção ditransitiva

Maria Angélica Furtado da Cunha¹¹

RESUMO: Este trabalho investiga o status argumental da relação gramatical objeto indireto no português e a construção de estrutura argumental em que ele ocorre, apoiado na ideia de que os diferentes papéis funcionais desse participante só podem ser entendidos quando sua investigação considera as diferentes configurações semântico-estruturais envolvidas na sua realização. A análise segue a perspectiva teórica da Linguística Funcional Centrada no Uso, que resulta da conjugação da Linguística Funcional à Linguística Cognitiva. Os dados empíricos analisados provêm do Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), do Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1998a) e de Niterói (VOTRE; OLIVEIRA, 1998b). Foram examinados dois padrões discursivos: narrativas e relatos de procedimento, nas modalidades falada e escrita, produzidos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e estudantes universitários do último semestre. Com base na análise dessa amostra, foi possível verificar padrões recorrentes no discurso no que diz respeito ao comportamento do objeto indireto com verbos que a gramática tradicional classifica como bitransitivos.

PALAVRAS-CHAVE: Objeto indireto; Construção ditransitiva; Estatuto argumental.

ABSTRACT: This paper investigates the argument status of the grammatical relation indirect object and the argument structure construction it occurs in, based on the idea that the different functional roles this participant plays can only be understood when the investigation takes into account the several semantic-structural configurations involved in its usage. The analysis follows the theoretical perspective of Usage-based Functional Linguistics, which arises from the conjunction of Functional Linguistics to Cognitive Linguistics. The database for this study is the Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1998a) and Niterói (VOTRE; OLIVEIRA, 1998b). Two discourse patterns were examined: spoken and written narratives and procedural texts, produced by students of the 12th grade and university seniors. The analysis of this data allowed finding recurrent patterns concerning the indirect object behavior of verbs traditionally classified as ditransitive.

KEYWORDS: Indirect object; Ditransitive construction; Argument status.

1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo examinar o *status* argumental da relação gramatical objeto indireto (doravante OI) no português e a construção de estrutura argumental (CEA) em que ele ocorre. Apoiada na ideia de que os diferentes papéis funcionais desse participante só podem ser entendidos quando sua investigação considera as diferentes configurações semântico-estruturais envolvidas na sua realização, volto meu olhar para a sintaxe e a semântica das interpretações ditransitivas, a fim de que o OI não seja

¹¹ Doutora em Linguística pela UFRJ e professora titular dessa disciplina na UFRN. angefurtado@gmail.com.

tratado como elemento isolado do seu uso real. A análise está orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (*Usage-based Linguistics*), que concebe a língua como um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas e reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição de suas formas. Adoto, pois, a conjugação, defendida por diversos linguistas (TOMASELLO, 1998, 2003; LANGACKER, 1987, 1998, *inter alia*), da Linguística Funcional à Linguística Cognitiva, resultando numa abordagem denominada Linguística Cognitivo-Funcional, ou Linguística Centrada no Uso. Essas duas correntes compartilham vários pressupostos com relação à estrutura linguística, dentre os quais destaco:

- rejeição à autonomia da sintaxe;
- concepção de que a estrutura da língua é criada à medida que a língua é usada;
- léxico e gramática não são níveis estanques, mas formam um contínuo.
- as habilidades linguísticas, inclusive as sintáticas, podem ser explicadas nos mesmos termos que outras habilidades cognitivas complexas;
- todos os elementos linguísticos, de qualquer nível – morfemas, sintagmas, orações – são instrumentos simbólicos que servem para transmitir significado;
- cada entidade linguística é definida com relação à função semântica e pragmática a que ela serve nos processos reais de comunicação;
- os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural.

Assumo, portanto, que a categorização conceptual e a categorização linguística são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e interacionais que desempenham um papel na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Como as línguas se assemelham muito no que diz respeito às relações gramaticais que exibem, admite-se que essas semelhanças são o resultado desses princípios cognitivos e funcionais.

Metodologicamente, a pesquisa conjuga fatores quantitativos e qualitativos no exame do objeto de estudo. Os dados empíricos analisados provêm do *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), a língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1998a) e a língua falada e escrita na cidade de Niterói (VOTRE; OLIVEIRA, 1998b). Foram examinados dois padrões discursivos: narrativas e relatos de procedimento, nas modalidades falada e escrita, produzidos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e estudantes universitários do último semestre.

O material analisado consiste de 121.686 palavras, sendo 100.654 dos textos falados e 21.032 dos textos escritos correspondentes. Para este estudo, limitei-me a investigar os verbos transitivos cuja moldura semântica implica a existência de um argumento objeto direto¹² e envolve também um argumento objeto indireto, ou seja, os verbos que a gramática tradicional classifica como bitransitivos. A análise dessa amostra permitiu descobrir padrões recorrentes no discurso no que diz respeito ao comportamento do objeto indireto com esse tipo de verbo.

2 Argumentos nucleares vs. argumentos periféricos

¹² Nos dados analisados, o OD ora é codificado como um SN lexical ora como um SN oracional, como em: ‘pra ela **responder** as cartas pra amiga’ e ‘essa menina **pediu** pra Isabel ficar escrevendo cartas’, respectivamente.

A discussão, na literatura, sobre a diferença entre argumentos nucleares e periféricos (*core vs. oblique arguments*)¹³ está diretamente atrelada à investigação do estatuto argumental do OI. Consensualmente, argumentos nucleares codificam os participantes implicados na situação descrita pelo verbo, i. e., no seu *frame*; argumentos oblíquos representam entidades que não têm uma participação direta no evento, mas que podem participar do seu contexto maior.

Em termos tipológicos, os dois tipos de argumento apresentam diferença de comportamento sintático, semântico e discursivo-pragmático. Sob o viés sintático, essa classificação distingue argumentos através do modo direto ou indireto como são ligados ao verbo: aqueles que não são precedidos por preposição (sujeito, objeto direto) e argumentos preposicionados (objeto indireto, locativos, agente da passiva etc.). Do ponto de vista semântico, os argumentos nucleares desempenham papéis obrigatórios previstos na moldura semântica (*case frame*) do verbo, enquanto os argumentos periféricos são circunstanciais. Da perspectiva discursivo-pragmática, os argumentos nucleares têm maior participação no conteúdo/na tessitura textual, de modo que apontam referentes mais tópicos, contínuos no texto, que frequentemente codificam informação dada.

A decisão sobre o caráter argumental – se nuclear ou periférico – da relação gramatical ‘objeto indireto’ em português deve contemplar não apenas propriedades semânticas, mas principalmente propriedades discursivo-pragmáticas. Este trabalho propõe-se discutir essas questões, apoiado na concepção de que a gramática de uma língua é o resultado da estruturação de aspectos comunicativos e cognitivos da linguagem, envolvidos nas interações linguísticas diárias.

A justificativa para esta pesquisa se apoia no fato de que não há um consenso, entre os próprios pesquisadores do assunto, quanto à descrição/classificação do objeto indireto, como bem observa Bechara (2005, p. 422): “os estudiosos têm encontrado dificuldade em estabelecer um rigoroso critério de identificação do complemento indireto, preferindo servir-se concomitantemente de critérios léxicos, formais e sintáticos.”

3 A construção ditransitiva

No *corpus* D&G, foram coletadas 390 ocorrências (321 na fala e 69 na escrita) de orações cujos verbos são acompanhados por SN objeto direto mais SPrep tradicionalmente classificado como objeto indireto. Adotando a tipologia proposta por Chafe (1979) e Borba (1996), esses verbos são do tipo semântico de ação-processo, ou seja, expressam uma ação em que um sujeito animado, intencional, causa uma mudança no estado ou na localização do paciente, como no fragmento:

(1) ... então eu observei isso em uma pessoa ... aí a gente queria **entregar** *o prêmio a essa pessoa* ... (D&G/Natal, p. 180, língua falada)¹⁴

¹³ Na literatura de língua inglesa, o termo *oblique* denota qualquer elemento sintático que acompanha um verbo, mas não é sujeito nem objeto (nem, em algumas análises, objeto indireto). No inglês, os SN oblíquos são objeto de preposições. Neste trabalho, utilizo o termo *periférico* em referência a *oblique*.

¹⁴ Nos enunciados, o verbo está em negrito, o OD está sublinhado e o OI, em itálico.

Os verbos de ação-processo triargumentais representam um típico evento de transferência, em que um agente animado (SUJEITO) transfere (= afeta, causando a mudança de localização ou estado) um elemento paciente (OD) para uma entidade humana recipiente (OI). No material examinado, foram constatadas 108 ocorrências (*tokens*) de verbos de transferência, distribuídas em 17 tipos (*types*), com 80 casos na fala e 28 na escrita. Entre esses, o verbo mais frequente (45 ocorrências, 42% do total) é *dar*, que representa o verbo de transferência prototípico. Vejam-se alguns dados:

(2) ... Quando o paciente é particular, ou seja, a consulta, o mesmo paga a consulta eu **dou-lhe o recibo** e, em seguida, o paciente se consulta [...] (D&G/Natal, p. 268, língua escrita)

(3) mas aí ele falou com ela e disse que tinham que aceitar né ... tendo em vista que eles estavam **oferecendo tanto dinheiro** pra eles ... aí eles aceitaram né ... (D&G/Natal, p. 277, língua falada)

(4) tá lembrado dos detalhes da ... da tela que você *me* **presenteou**? (D&G/Natal, p. 152, língua falada)

Outro tipo de verbo que ocorre frequentemente com OD e OI é o verbo *dicendi*,¹⁵ que expressa uma atividade que pode ser metaforicamente interpretada como um evento de transferência, em que aquilo que é dito (OD efetuado)¹⁶ é transferido para um interlocutor (OI recipiente). Por meio de uma metáfora comum, a fala sai, como em movimento, de um falante para um ouvinte. O ouvinte é o destino final da ação. Daí servirmo-nos da preposição *para* em construções coloquiais como *ele falou isso para mim*.

No *corpus*, os verbos *dicendi* correspondem a 282 dados, 241 na fala e 41 na escrita, distribuídos em 17 tipos. O mais frequente é o verbo *contar*, com 160 ocorrências (57%).¹⁷ Seguem alguns dados:

(5) então seu amigo começou a dá em cima dela, mais ela não aceitou, mas seu amigo **contou-lhe uma estória mentirosa** ... (D&G/Natal, p. 266, língua escrita)

(6) ele passou muitos dias assim ... sabe? aéreo ... [...] e num dizia pra onde ia ... saía sem camisa ... ia pro supermercado fazer feira ... ia assim por instinto ... sabe? num **dizia nada pra ninguém** ... (D&G/Natal, p. 224, língua falada)

(7) ele começou a ver de novo esse cara e **falou pra esse velho também que tava vendo esse cara** e começou a falar né ... (D&G/Natal, p. 30, língua falada)

É possível, portanto, agrupar os verbos de transferência (*dar, entregar, oferecer, mostrar, por exemplo*) com os verbos *dicendi* (*dizer, contar, perguntar, pedir*) na

¹⁵ A respeito dos verbos *dicendi* ou de enunciação, ver Furtado da Cunha (2006).

¹⁶ O objeto direto de um verbo de enunciação, como *falar*, é criado pela ação do verbo, e não transformado, como acontece com o objeto dos outros verbos de ação-processo. Hopper (1985) chama esse caso de *objeto efetuado*, para distingui-lo de objeto afetado.

¹⁷ A recorrência de verbos *dicendi* está relacionada ao tipo de amostra examinada: entrevista semiplanejada em que o informante é estimulado a narrar experiências pessoais ou histórias que leu ou ouviu. Daí a alta frequência de verbos como *contar, dizer, falar*. *Contar*, especificamente, ocorre toda vez que uma entrevista começa, quando a entrevistadora estimula o estudante a produzir seu discurso: “eu queria que agora você me contasse uma história que tenha acontecido com você”.

medida em que, semanticamente, eles compartilham o mesmo conjunto de papéis participantes: agente, paciente e recipiente. Em outras palavras, esses verbos têm a mesma estrutura argumental ou a mesma moldura semântica.¹⁸

A fim de explicar o agrupamento dos verbos de transferência concreta (*dar, entregar, oferecer*, etc) e os verbos *dicendi*, de transferência metafórica (*dizer, contar, falar*, etc) faço uso do conceito de construção (GOLDBERG, 1995). De acordo com essa autora, a construção é um pareamento forma-função que não depende de verbos particulares. Em outras palavras, a própria construção tem significado, independentemente das palavras que a constituem, servindo como um esquema que reúne o que é comum a um conjunto de predicados. Sob essa abordagem, a interpretação total de uma oração depende do sentido da construção e do significado do verbo que está integrado nessa oração.

O sentido central da construção ditransitiva no português é “agente faz com que o recipiente receba o paciente”, ou seja, o significado de transferência associado a verbos de oferecimento, cujo protótipo é *dar*. A prototipicidade desse verbo se deve ao fato de que sua semântica lexical (*i.e.*, sua moldura semântica) é idêntica à semântica da construção ditransitiva. A postulação desse sentido central se justifica porque ele envolve transferência concreta, e não metafórica ou abstrata e, como já demonstrado diacrônica (TRAUGOTT, 1988; SWEETSER, 1990) e sincronicamente (LAKOFF e JOHNSON, 1980), significados concretos são mais básicos.

Dada nossa tendência em interpretar situações novas e/ou abstratas com base em situações bem estabelecidas e/ou concretas, não é raro que um mesmo padrão estrutural seja estendido para outros significados que se afastam do sentido prototípico da construção (cf. LANGACKER, 1991).¹⁹ Como salienta Goldberg (1995), as instanciações de uma construção são tipicamente associadas a uma família de sentidos afins, e não a um único sentido fixo, o que acarreta polissemia construcional: a mesma forma se liga a sentidos diferentes. Assim, nem todos os padrões S V OD SPrep implicam, necessariamente, que o participante paciente é de fato transferido para o recipiente.

No *corpus* investigado, além dos verbos diretamente vinculados ao sentido central da construção ditransitiva, foram encontrados outros que se afastam, em alguma medida, desse sentido, conquanto a oração em que ocorram se conforme ao padrão S V OD OI. Vejam-se:

(8) ... mas aí ele falou com ela e disse que tinham que aceitar né ... tendo em vista que eles estavam **oferecendo tanto dinheiro pra eles** ... (D&G/Natal, p. 277, língua falada)

(9) ... ela acabou tomando comprimido e tudo pra morrer e nisso ele descobre e ela **deixou um bilhete pra ele** e qualquer coisa assim ... (D&G/Natal, p. 183, língua falada)

(10) ... então ficou naquele negócio ... ela **fazia as cartas pra pessoa** que ela gostava e ainda tinha que responder de novo pra amiga ... (D&G/Natal, p. 183, língua falada)

Até mesmo um verbo prototípico da construção ditransitiva, como é o caso de *dar*, pode originar usos produtivos mais metafóricos, desde que o sentido central de

¹⁸ Vale lembrar que outros autores (BERLINCK, 1996; MATEUS et al., 2003, por exemplo) também agrupam os verbos ditransitivos em termos dos papéis temáticos dos seus argumentos.

¹⁹ Furtado da Cunha (2009a, b) investiga as propriedades da construção transitiva prototípica, que expressa o evento transitivo prototípico, e aquelas orações codificadas como S V OD que se afastam do protótipo semântico do evento transitivo.

transferência entre um agente intencional e um recipiente “acolhedor/receptivo” se mantenha. A esse propósito, veja (11):

(11) Eu tive uma crise de garganta muito grande, daquelas, que eu não podia engolir a saliva e nessa fase ele *me deu muito apoio* e eu pude retribuir quando ele teve catapora, (...). (D&G/Natal, p. 266, língua escrita)

Na oração ditransitiva acima, o sujeito (*ele*) age intencionalmente de modo que o referente do objeto indireto (*me*) “receba” o argumento objeto direto (*muito apoio*), concebido como uma entidade concreta. Vale notar que a construção *X dar apoio a Y* se fixou a partir da frequência de uso de *dar* seguido de *apoio*, o que fez com que esses dois itens desenvolvessem uma relação sequencial, metonímica ou *chunk*, nos termos de Bybee (2010). Embora a expressão *dar apoio* seja relativamente fixa, suas partes internas são identificáveis, o que se evidencia pela possibilidade de acrescentar modificadores entre elas (*muito apoio*).

Outros casos de metaforização encontrados no *corpus* são:

(12) então tinha um cara lá ... esse já era doente ... ele já era tuberculoso ... já tava com os dias contados ... que ele fez ... resolveu antecipar ... resolveu antecipar sua morte ... comprando ... **vendendo sua vida a esse advogado** ... (D&G/Natal, p. 54, língua falada)

(13) (...), esse menino veio a falecer sendo vítima de um atropelamento. Parecia que a vida estava **lhe roubando a melhor parte de sua própria vida**. (D&G/Niterói, língua escrita)

Na oração ditransitiva em (12), é o objeto direto do verbo *vender* (*sua vida*) que é interpretado como uma entidade concreta que pode ser transferida para o recipiente (*esse advogado*). Em (13), o sujeito (*a vida*) é conceitualizado como um ser animado, intencional, ao passo que o objeto direto (*a melhor parte de sua própria vida*) é concebido como um bem material.

4 O objeto indireto

De um ponto de vista semântico, em 387 (99%) das orações examinadas o SPrep é humano e desempenha o papel temático de recipiente da ação denotada pelo verbo, como se pode ver nos dados de (1)-(13). Esse resultado não surpreende, já que o evento de transferência evoca um recipiente humano capaz de receber a coisa transferida. No entanto, à medida que o verbo da oração se afasta do sentido central da construção ditransitiva, o SPrep não se comporta como um recipiente prototípico. Observe-se o dado (14):

(14) ... nesse dia não houve aula e o professor me chamou pra fazer uma limpeza geral no laboratório ... chegando lá ... ele *me fez uma experiência* ... (D&G/Natal, p. 50, língua falada)

A moldura semântica de *fazer* não implica um recipiente, já que esse verbo não designa, necessariamente, um evento de transferência; contudo, ele pode ser usado numa oração ditransitiva, como em (14). Esse argumento “adicional”, que não é exigido, semântica ou sintaticamente, pela valência mínima do verbo, é licenciado pela própria CEA. Dependendo da classe semântica do verbo, as orações ditransitivas

produzem diferentes implicações quanto ao papel temático do OI. Nesse dado, o objeto (*me*) desempenha o papel de beneficiário, sendo caracterizado, como o recipiente, pelo traço [+humano].

Um aspecto típico dos eventos de transferência é que o recipiente geralmente faz algum uso da coisa transferida em seu próprio benefício. Esse aspecto está presente como parte da moldura semântica maior associada a esses eventos, relacionando-se a uma etapa cronologicamente posterior do ato de transferir. Por esse motivo, a oração ditransitiva pode integrar o SPrep beneficiário, marcando-o do mesmo modo que o recipiente.

Outros casos de extensão da construção ditransitiva em que o SPrep não é recipiente podem ser vistos em:

(15) ... falta algumas ... alguns detalhes nesse mar ... é:: dá um ... falta ... **dar uma idéia de volume a essa onda** ... o é:: talvez você jogar um azul da prússia aqui mais forte ... um mais claro ali ... e um mais claro ali ... você consiga ... obtenção desse volume que você quer dar à onda” ... (D&G/Natal, p. 135, língua falada)

(16) ... e esses amplificadores são ligados às caixas ... tá entendendo? o amplificador **manda a potência pras caixas** ... o som ... propriamente dito ... (D&G/Rio, língua falada)

As orações destacadas nos excertos anteriores representam extensões da construção ditransitiva. Em (15), o verbo *dar* é usado no sentido de transferência metafórica, em que o OD (*uma ideia de volume*) é “movido” para o SPrep (*a essa onda*), que se afasta do recipiente típico, na medida em que não é humano ou, ao menos, animado. Temos, aqui, o papel semântico meta. A oração em (16) é a que mais se distancia do sentido central da construção ditransitiva pois o sujeito (*o amplificador*) não é agente e o SPrep (*as caixas*) não é recipiente, mas meta. Assim, apesar de essas orações conformarem-se ao padrão estrutural S V OD SPrep, que caracteriza a construção ditransitiva, elas se desviam do sentido prototípico dessa construção porque seus argumentos não desempenham os papéis temáticos previstos para ela. Nesse sentido, a implicação de transferência não é um fato independente das palavras envolvidas, mas resulta diretamente da própria construção ditransitiva. Do ponto de vista da gramática tradicional, somente o SPrep de (15) seria classificado como OI; o de (16) seria analisado como adjunto adverbial de lugar. No entanto, o que quero ressaltar aqui é exatamente a equivalência estrutural e certa semelhança semântica entre as duas orações, motivada pela sua origem comum – a construção ditransitiva.

5 Propriedades pragmáticas do objeto indireto

As categorias de estatuto informacional, como dado e novo (cf. PRINCE, 1981), também são relevantes na determinação entre argumento nuclear vs. periférico, uma vez que o fluxo da informação reflete aspectos cognitivos e sociais do modo como as pessoas embalam o conteúdo ideacional enquanto se comunicam. Assim, a identificabilidade de um referente tem a ver com aquilo que o falante assume que seu ouvinte pode identificar. O estado de ativação de um referente na mente dos interlocutores se relaciona com o modelo do falante a respeito do estado cognitivo corrente do ouvinte: ativo, semiativo, inativo (cf. CHAFE, 1987, 1994). A possibilidade de rastreamento de um participante no discurso dá conta tanto da introdução de um referente no contexto comunicativo como da continuidade de uma menção anterior.

Desse modo, as suposições do falante sobre o estado de ativação do conhecimento do ouvinte, no momento da fala, refletem-se na estrutura da oração ditransitiva. Há, pois, uma tendência estatística para que o argumento recipiente já tenha sido mencionado no discurso precedente (geralmente codificado por pronome), o que lhe atribui uma proeminência maior do que sua ocorrência num SPrep.

No que diz respeito à perspectiva pragmática, dos 387 OI, 382 (99%) codificam informação textual (1, 2, 3, 5, 7, p. ex.) ou situacionalmente (4 e 17, abaixo) dada, logo, contínua, nos textos examinados, o que evidencia a natureza nuclear desse argumento.

(17) ... você tem assim alguma:: algum livro que você tenha lido ou algum filme ou uma história que alguém tenha *te contado* que você poderia recontar pra mim? (D&G/Natal, p. 182, língua falada)

Em meu banco de dados, é somente nos textos orais que ocorrem OI introdutores de informação nova no texto, morfologicamente expressos por Prep + SN, como em (18) e (19), ao passo que todos os objetos indiretos na escrita representam informação velha ou dada.

(18) “... aí a gente queria **entregar o prêmio** *a uma pessoa* ... a gente vai chamar o pastor Martins que é pastor da igreja pra entregar o prêmio a essa pessoa” ... (D&G/Natal, p. 180, língua falada)

(19) eu estava **fazendo um trabalho** *free-lancer* assim ... *pra um cara* ... aí eu liguei pra casa dele pra/ que ele tinha que me pagar por esse trabalho ... (D&G/Rio, língua falada)

Quanto à correlação entre foco da informação e ordenação dos argumentos paciente e recipiente com relação ao verbo, nos dados investigados, o OI se posiciona preferencialmente antes do OD (72% contra 28%, num total de 354 dados), tanto na forma de pronome (17) quanto na de SPrep (18)-(19), independente do tipo de transferência – concreta ou metafórica – veiculada pelo verbo.

É possível, também, estabelecer uma correlação, ligada ao fator pragmático *status* informacional, entre foco da informação e ordenação dos argumentos paciente e recipiente com relação ao verbo. Nos dados investigados, o OI se posiciona preferencialmente antes do OD (72% contra 28%, num total de 354 dados),²⁰ tanto na forma de pronome (20) quanto na de SPrep (21), independente do tipo de transferência – concreta ou metafórica – veiculada pelo verbo.

(20) ... se eu te ganhar ... você vai *me dar três rosas* ... (D&G/Rio, língua falada)

(21) [...] até que o homem em voz baixa chamou a sua atenção, mostrou-lhe uma pequena arma e disse para ela **passar para ele, o dinheiro, relógio e pulseira**. (D&G/Rio, língua escrita)

Observe-se que, em (21), o objeto direto é mais pesado, em termos de número de sílabas, do que o indireto, daí seu posicionamento no fim da oração. Pelo mesmo motivo, o OI é colocado antes do OD oracional, o qual representa uma significativa quantidade de ocorrências (32% de 354):

²⁰ Foram excluídas dessa contagem 36 orações ditransitivas, das quais 31 têm OD anafórico, 2 apresentam OI anafórico e 3 correspondem àqueles casos em que o SPrep funciona como meta.

(22) ... aí ele **mostrou pra ela** quais eram ... os frascos que ele tinha usado ... ela começou a rir... (D&G/Niterói, língua falada)

As alternâncias formais envolvidas na ordenação de OI vs. OD dizem respeito a diferentes perspectivas da oração ditransitiva. Associada à organização da informatividade no discurso, a perspectivação refere-se ao modo como se distribui a atenção com respeito a uma cena referencial – o evento a ser comunicado – em uma determinada cena atencional – o evento de interação (cf. TOMASELLO, 1999). Tem a ver, portanto, com a focalização de aspectos específicos de uma cena, motivada pelo ponto de vista a partir do qual o falante escolhe relatar essa situação.

6 Considerações finais

A construção ditransitiva constitui um tema particularmente interessante por causa da complexidade relativa do evento que ela representa. Como vimos, o evento de transferência tipicamente envolve três participantes – o transferidor, a coisa transferida e o recipiente. A relação entre esses participantes é variada e complexa: há uma interação entre um doador e um recipiente, entre um doador e uma coisa e entre um recipiente e uma coisa; uma mudança de posse; um movimento físico de uma coisa e, ainda, causação. A diversidade e a complexidade translinguísticas da sintaxe e da semântica das orações com *dar*, verbo prototípico desse evento, são reflexos da complexidade interna do próprio evento.

No que diz respeito à distinção entre argumentos nucleares e periféricos, pode-se argumentar que, na amostra examinada, o objeto indireto é um argumento nuclear, consideradas não apenas suas propriedades semânticas (participante implicado no evento denotado pelo verbo, ponto de chegada do evento de transferência), mas principalmente suas propriedades discursivo-pragmáticas (informação dada, contínua). Como prevê a orientação da Linguística Centrada no Uso, o OI, no português, não é uma categoria discreta, homogênea: há um contínuo que vai do OI prototípico (menos marcado) ao menos típico (mais marcado) do ângulo semântico assim como do discursivo. Generalizando, prediz-se que subtipos de SPrep têm propriedades gramaticais, semânticas e discursivas diferentes. Assim, se o OI recipiente ocupa um dos polos da escala, o complemento relativo se localiza no polo oposto, ao passo que o OI beneficiário se acha numa posição intermediária.

A inter-relação entre motivações semânticas e discursivo-pragmáticas que atuam na distinção nuclear vs. periférico pode ser interpretada do seguinte modo: os iniciadores (agentes ou outros causativos) e pontos de chegada (pacientes e recipientes) de eventos são aquelas entidades sobre as quais os humanos falam mais, aquelas que eles querem que seus ouvintes rastreiem, e são também aquelas a que as gramáticas das línguas naturais atribuem papéis nucleares. Desse modo, os padrões gramaticais estão estreitamente relacionados a, e podem ser explicados em termos da, estrutura do discurso. Comprova-se, assim, a inter-relação entre propriedades semânticas do OI e suas propriedades de fluxo da informação. A conjugação dessas propriedades parece ser decisiva na caracterização do objeto indireto como um argumento nuclear em português.

Referências

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- _____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsteden: John Benjamins, 1987.
- _____. *Discourse, consciouness and time: the flow of displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- _____. O complemento dos verbos de enunciação. *Revista Lingüística*, v. 2, n. 1, p. 69-84, 2006.
- _____. A gramática da oração: estruturas argumentais preferidas. In: OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do (orgs.). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009a.
- _____. A transitividade em gêneros textuais narrativos: implicações para o ensino *Anais do V SIGET – O ensino em foco*. : Caxias do Sul: EDUCS, 2009b.
- FURTADO da CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. DE; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Lingüística funcional – teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive linguistics*. v. 1. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- _____. *Foundations of Cognitive Linguistics*, v. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- _____. Conceptualization, symbolization, and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- TAYLOR, J. R. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (orgs.) *A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998a.
- VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (orgs.) *A língua falada e escrita na cidade de Niterói*. Niterói: UFF, 1998b.
- TOMASELLO, M. (ed.) *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- _____. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. (ed.) *The new psychology of language*, v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

**As expressões *daqui vem* e *daí vem*
no português contemporâneo²¹**

Mariangela Rios de Oliveira²²

Rossana Alves Rocha²³

RESUMO: Investigação dos padrões de uso das expressões “daqui vem” e “daí vem”, entendidas como instâncias da construção LOC+SV. A pesquisa é de caráter qualitativo, baseando-se em corpora referentes ao século XX e início do XXI. A pesquisa fundamenta-se na linguística funcional centrada no uso, nos termos de Bybee (2010), Heine e Kuteva (2007) e Traugott e Dasher (2005), entre outros, com base no processo de gramaticalização e nos mecanismos de extensão metafórica e metonímica, bem como na abordagem cognitiva da Gramática de Construção, mormente nos termos de Croft (2001). Examina-se o processo de vinculação de sentido e forma que dá origem às expressões aludidas no português do Brasil, promovendo a análise interpretativa das suas motivações discursivo-pragmáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Funcional; Gramática de Construções; Gramaticalização Locativos.

RESUMEN: Investigación de los patrones de uso, en la lengua portuguesa del Brasil, de “daqui vem” y “daí vem”, entendidos como instancias de la construcción LOC + SV. La investigación es cualitativa, basada en corpora del siglo XX y principios del XXI. El estudio se basa en principios de la lingüística funcional, de acuerdo con Bybee (2010), Heine y Kuteva (2007), Traugott y Dasher (2005), entre otros, con base en el proceso de la gramaticalización y los mecanismos de extensión metafórica y metonímica, así como en el enfoque cognitivo de la gramática de la construcción, especialmente en términos de Croft (2001). Analisa el proceso de vinculación de significado y la forma que se deriva de la expresión, se refiere la promoción de análisis interpretativo de su motivaciones discursivo-pragmáticas.

PALABRAS LLAVE: Lingüística funcional; Gramática de la construcción; Gramaticalización; Locativos.

1. Introdução

Os pronomes locativos (d) *aqui* e (d) *aí*, contíguos à forma verbal *vem*, têm se mostrado produtivos na língua portuguesa, conforme observamos em Rocha (2011). Pretendemos aqui analisar os aspectos semântico-sintáticos e discursivo-pragmáticos envolvidos no uso das expressões *daqui vem* e *daí vem*. Tais expressões são por nós

²¹ Este artigo foi publicado originalmente pelas autoras em *Caligrama – Revista de Estudos Românicos*, vol. 16, no. 2.

²² Doutora em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa - UFRJ. UFF/CNPq/Faperj. E-mail: mariangela.rios@terra.com.br

²³ Doutoranda em Estudos Linguísticos – UFF. E-mail: rossanalves@yahoo.com.br

compreendidas, do ponto de vista histórico, como instâncias da expressão inicial “locativo + sintagma verbal” (doravante LOC+SV), tal como também se observa em Oliveira e Teixeira (2010).

Nosso propósito é o de, com base em *corpora* referentes ao século XX e início do XXI, retirados aleatoriamente do *site* de busca *Google*, investigar, sob o enfoque do funcionalismo linguístico, nos termos de Bybee (2010), Heine e Kuteva (2007), Traugott e Dasher (2005), entre outros, os padrões de uso de *daqui vem* e *daí vem*. De acordo com os referidos autores, os padrões de uso gramatical são resultantes de processos de convencionalização; trata-se da sistematização de usos iniciais, criativos e fortuitos que, via repetição, são fixados pela comunidade linguística, eleitos como formas ritualizadas e socializadas de determinados sentidos ou funções. Assumimos, portanto, a perspectiva da gramaticalização, entendida como processo pelo qual um item gramatical ou, em nosso caso, sequências de itens gramaticais, tendem a se regularizar e convencionalizar, em termos semântico-sintáticos, com foco nos mecanismos de extensão metafórica e metonímica aí envolvidos.

Partimos da hipótese de que essas expressões, em determinados contextos, deixaram de ser compostas por dois vocábulos independentes, um advérbio locativo e um verbo lexical pleno, para funcionarem como uma construção integral, como unidade de sentido e de forma usada em situações específicas, cumpridora de funções menos referenciais e mais voltadas para o âmbito pragmático-discursivo.

Podemos relacionar esse efeito de sentido ao que Traugott e Dasher (2005) chamam de “inferência sugerida”, já que o emissor lança mão de elementos constantes, originalmente, do

nível da gramática, como o pronome locativo e o verbo de movimento, para a articulação de outro sentido, com vistas, por exemplo, à adesão e à anuência de seu interlocutor. Essa sugestão de inferência é efeito de estratégias altamente interativas – subjetificação e intersubjetificação – por intermédio das quais os participantes do ato comunicativo atuam uns sobre os outros. De acordo com os referidos autores, para a articulação de funções pragmáticas, a comunidade linguística lança mão de recursos já disponíveis, como as categorias lexicais e gramaticais, que, em contextos específicos, como sequências injuntivas ou exortativas, por exemplo, são redimensionadas, passando a cumprir funções no nível interpessoal ou subjetivo. Assim posto, defendemos aqui que o uso de *daqui vem* e *daí vem* como instanciações construcionais tem, entre outras possíveis motivações, a atuação do efeito de inferência sugerida.

Nesse sentido, nosso objetivo maior é o de analisar sincronicamente o processo de vinculação entre significado e forma envolvido no uso das expressões *daqui vem* e *daí vem*, não somente verificando as ocorrências de seu uso, mas também promovendo a análise interpretativa de suas motivações discursivo-pragmáticas. Assim procedendo, esperamos contribuir para o maior conhecimento dos aspectos funcionais envolvidos no uso dos locativos em língua portuguesa e, em âmbito maior, para a investigação dos mecanismos atuantes no processo de gramaticalização de construções, na interface mais recente dos estudos funcionalistas e cognitivistas.

2. Funcionalismo linguístico

O termo *funcionalismo* pode abrigar concepções ou vertentes teóricas por vezes distintas. Trabalhamos com uma dessas vertentes, tal como levada a termo por autores como Bybee (2010), Heine e Kuteva (2007), Traugott e Dasher (2005), Votre, Cezario e

Martelotta (2004), entre outros, comprometidos, todos eles, com o funcionalismo de linha norte-americana. De acordo com tal vertente, o uso linguístico é a fonte da regularização gramatical e a gramática é entendida como instância parcialmente estável, composta por distintos níveis de fixação, do mais flexível e motivado, como o sintático, ao mais rígido e arbitrário, como o fonético-fonológico. Trata-se também de uma vertente que privilegia fatores de ordem cognitiva, discursiva e pragmática na análise interpretativa dos distintos padrões de uso linguístico.

Destacamos, assim, as regularidades observadas no uso e desencadeantes do nível gramatical, que têm o contexto discursivo como locus motivador. Dessa forma, tais padrões de uso linguístico, como as expressões *daqui vem* e *daí vem*, aqui investigadas, constituem resultado das interações que se convencionalizam no trato social. Esse, por sua vez, é entendido como o uso efetivo da língua, levando em conta o sistema comunicativo e as necessidades pragmáticas em jogo nos eventos comunicativos.

A noção de língua, nessa abordagem, é a de um sistema não autônomo que considera a comunicação na situação social e fatores de ordem cognitiva, nos termos de Bybee (2010). Dessa forma, aspectos pragmático-discursivos adquirem relevância por ressaltarem o papel do usuário, passando a estrutura a ser entendida como parcialmente resultante dessas pressões advindas dos contextos de interação. Destacamos, de acordo com esse ponto de vista, a interdependência entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática, sendo esta última priorizada.

A definição de gramaticalização que, a nosso ver, melhor se enquadra aos objetivos de nossa investigação é a seguinte: “mudança pela qual itens lexicais e construções vêm, em certos contextos linguísticos, servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizadas, continuam, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003, p. 8). Visando ao tratamento das expressões *daqui vem* e *daí vem*, enfocamos também alguns procedimentos envolvidos no processo de gramaticalização, tais como a metonímia, a metáfora, a subjetificação e a intersubjetificação.

De acordo com Traugott e Dasher (2005, p. 80), a metonímia consiste num processo de mudança linguística atinente às relações sintagmáticas, em termos de realinhamento dos constituintes contíguos na ordem linear, envolvendo associação, contiguidade e indexicalidade.

Por outro lado, a metáfora é entendida como mudança semântica consequente de pressões metonímicas, como a outra face da gramaticalização. Assim, os elementos das expressões *daqui vem* e *daí vem* ganham força produtiva, ritualizam-se em termos formais, no nível metonímico, e assumem propósitos comunicativos específicos, no nível metafórico. Essa mudança sintático-semântica ocorre gradualmente, originada na reinterpretção induzida pelo contexto comunicativo.

Em suas interações, a partir de necessidades discursivas, os falantes/escritores deixam marcas das impressões de suas atitudes na fala, o que, ao longo do tempo, pode contribuir para a mudança linguística. Trata-se da propriedade da língua que se refere à expressão do ponto de vista do falante no discurso, chamada de subjetivização. Por outro lado, a intersubjetivização se refere à consciência do falante/escritor acerca da presença do interlocutor e de sua ação sobre o mesmo.

As correlações aludidas – metonímia/metáfora, subjetificação/intersubjetificação – promovem o desenvolvimento de novas polissemias, pelo processo de *inferência sugerida*. Esse processo diz respeito a uma espécie de relação conceptual dentro da cadeia de fala, de caráter associativo, derivada dos usos por intermédio dos quais

interlocutores articulam sequências lineares de enunciados e promovem associações no contexto. No caso da subjetificação, as novas polissemias, mais abstratas, são aquelas em que a perspectiva do falante é elemento essencial.

Dessa forma, a inferência sugerida destaca o caráter interativo do uso da língua: falantes/escritores podem convidar destinatários/leitores a fazer implicaturas, conforme defendem Traugott (2003) e Traugott e Dasher (2005).

Visando analisar as construções *daqui vem* e *daí vem* de modo mais holístico, levamos em conta os recursos comunicativos explorados em cada interação. Nesse âmbito, consideramos ainda as contribuições teóricas da pesquisa dos gêneros textuais, entendidos como eventos altamente maleáveis, históricos e forjados na interação social, de acordo com Adam (2001). No que concerne aos gêneros, levamos em conta também a dimensão mais formal desses estudos, levando em conta a investigação das sequências tipológicas, nos termos de Marcuschi (2002). De acordo com o autor, cada sequência, classificada como expositiva, descritiva, narrativa, injuntiva ou argumentativa, tem propriedades funcionais, estilo e composição específicos e constitui-se como a unidade maior que concorre para composição dos textos, em termos do gênero discursivo em elaboração.

3. Abordagem construcional

No enfoque cognitivista, a construção, que é uma unidade primitiva de representação sintática, nos termos de Goldberg (1995; 2006), tem relação com a competência linguística do falante/escritor e pode ser representada por um grupo de palavras, um vocábulo ou, até mesmo, um morfema. De acordo com a referida autora e com Croft (2001, p. 8), a construção consiste em um pareamento de forma e sentido, cujo significado não se restringe à soma dos sentidos dos membros da construção. Assim posto, conforme o aparato teórico da gramática de construção, pesquisamos as expressões *daqui vem* e *daí vem* como instâncias construcionais do português contemporâneo do Brasil, levando-se em consideração os contextos de seu uso.

Quanto à *forma*, esta compreende as propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas; na dimensão do *sentido*, situam-se as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais, numa correspondência simbólica interna à construção (CROFT, 2001, p. 18). Dessa maneira, mesmo as construções gramaticais mais gerais apresentam regras correspondentes de interpretação semântica. No que diz respeito à estrutura simbólica, há que se destacar o termo *sentido*, que está ligado a todos os aspectos funcionais da construção. O sentido pode incluir não somente propriedades específicas da situação descrita pelo enunciado, como também propriedades da situação pragmática dos interlocutores e do âmbito discursivo maior de articulação.

Entendidas como expressões idiomáticas, segundo Croft (2001, p. 15), *daqui vem* e *daí vem* são maiores que uma palavra e idiossincráticas semântica e sintaticamente de várias maneiras. Uma vez convencionalizadas como instâncias do padrão original LOC + SV, as duas expressões referidas passam a cumprir funções no nível pragmático-discursivo, atuando, pois, como objetos de representação de relações lógicas.

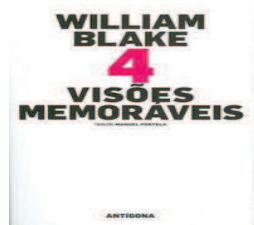
4. Análise dos dados

Em análise preliminar a esta, observamos que determinados fatores mostraram-se como mais relevantes para a identificação dos elementos *daí* ou *daqui* junto ao verbo *vem* como instanciações construcionais. Entre tais fatores, selecionamos a posição das expressões na oração, sua regularidade em relação às propriedades semântico-discursivas e o *frame* de referência do qual a expressão participa. Tais fatores motivam a funcionalidade das expressões como introdutores de tópico, operadores argumentativos, sequenciadores, entre outros papéis em seu uso gramaticalizado.

Em nosso levantamento pelo *Google*, selecionamos 67 dados, que foram mantidos conforme se apresentam nos *sites* pesquisados, em termos de formato e de ortografia. Após a investigação de cada um desses dados, chegamos à identificação de três padrões de uso, assim distribuídos:

a) Usos mais autônomos, em que tanto a forma verbal quanto o locativo cumprem função mais referencial; trata-se de casos em que os constituintes encontram-se no nível do léxico, como nos dados em que, antes ou após a apresentação de uma imagem, surge *daqui vem*, como em:

(1) **Daqui vem** muita coisa.



(<http://poesia-incompleta.blogspot.com/2009/06/daqui-vem-muita-coisa.html>, acesso em 15/06/2009)

Em (1), consideramos que *daqui* se refere a um local específico e referencial embora não constitua espaço físico, e *vem*, ainda que polissêmico, atua como forma verbal. Usos como (1) são por nós considerados como etapa inicial da gramaticalização de *daqui vem* como apresentado a seguir, em (b):

b) Expressões construcionais, nas quais o estatuto de construção é validado pela nova função pragmático-discursiva assumida e pela maior vinculação dos elementos constitutivos LOC e SV. Nesses casos, o conteúdo referencial encontra-se altamente abstratizado e já não podemos identificar “locativo e verbo”, mas sim um todo sintático-semântico de valor lógico, como na amostra a seguir:

(1) A mão grosseira e calosa não percebe distintamente pelo tato as coisas materiais; muito menos se tiver calçada a luva. Ao nosso espírito sim foi dado sentimento e percepção das coisas espirituais e divinas; porém, como o temos envolvido e calçado entre tantos sentimentos grosseiros das coisas terrenas, **daqui vem** não poder formar notícia que o afeiçoe e faça sábio das coisas divinas.

(<http://www.permanencia.org.br/revista/vida/Bernardes/silva1.htm>, acesso em 15/06/2009)

Em (2), consideramos que *daqui vem* atua como conector conclusivo, que expressa um tipo de referência e transpõe-se para uma classe gramatical mais avançada na trajetória da gramaticalização. As relações associativas e sintagmáticas instanciadas,

metonimicamente, no uso de *daqui vem* concorrem para o sentido lógico aludido, no plano metafórico.

c) Usos imbricados, em que as expressões se encontram numa etapa intermediária entre duas ou mais funções, na demonstração da gradiência e variabilidade da gramática (BYBEE, 2010), tal como ilustramos em (3):

(2) Este chakra é um mestre que nos faz ouvir a inteligência cósmica, e então sabemos que rumo tomar. **Daqui vem** a capacidade de canalizar sem desligamento da matéria.

(<http://www.astrologianaweb.com.br/chacras.php>, acesso em 15/06/2009)

No fragmento (3), observamos a funcionalidade ambígua de *daqui vem*. Numa primeira leitura, temos uma possível manifestação da referência dêitica do termo *chakra* por parte do pronome locativo, e a noção abstrata de deslocamento articulada pelo SN *capacidade de canalizar*. Numa outra leitura, entendemos *daqui vem* como um operador argumentativo, indicando relação de origem entre os dois períodos relacionados. Vale destacar que tais usos, longe de constituírem problema ou limitação ao analista, configuram-se como exemplos de uma das etapas de transição, previstas no processo de gramaticalização, conforme proposto em Heine e Kuteva (2007).

A seguir, são apresentados, na Tabela 1, os dados coletados segundo o tipo de expressão e os três padrões de uso referidos nesta seção.

Tabela 1 – Padrões de uso de *daqui vem* e *daí vem*

	<i>Daqui vem</i>	<i>Daí vem</i>
Expressão mais referencial	4	3
Construção LOC+SV	13	40
Casos imbricados	2	5
Total	19	48

Conforme pudemos observar na Tabela 1, os usos de *daí vem* apresentam maior taxa de frequência, aparecendo 48 vezes, diferentemente, pois, de *daqui vem*, que consta de 19 enunciados, o que, a nosso ver, indicia processo mais avançado de gramaticalização da expressão do primeiro conjunto *daí vem*. Consequentemente, o uso do elemento *daí*, por conta da frequência e de motivações pragmático-discursivas, assume número maior de funções, embora não ocorra como advérbio locativo, no âmbito da expressão mais referencial. Assim, em *daí vem*, o elemento *daí* atua já como sequenciador, que se configura como a função mais elementar desse elemento no uso de *daí vem* no português contemporâneo. Hipotetizamos, com base no processo de gramaticalização, que a referência original locativa de *daí* foi opacizada nos dias de hoje, em prol da articulação de sentidos mais abstratizados, como o de efeito de sequência.

Como reforço da proposta aqui defendida, lembremos que *daí vem* e *daqui vem* são consideradas instanciações do padrão inicial LOC+SV, quando representam um todo, um único arranjo ou unidade, em que o sentido dos itens diferencia-se da mera soma das partes presentes nessa expressão. Assim posto, levamos em conta os estágios

em que se situam as expressões aludidas, em termos do grau de gramaticalização que apresentam.

4.1. Usos da expressão *daqui vem*

A análise da expressão *daqui vem*, também examinada por meio dados sincrônicos coletados do *site* de busca *Google* (até a página sete), apontou como mais recorrente o seu uso como operador argumentativo como o mais recorrente.

Além desse uso construcional, levantamos ainda alguns poucos contextos em que *daqui* e *vem* ocorrem como constituintes mais autônomos, que, dotados de certa referencialidade, atuam, respectivamente, como pronome locativo e verbo, numa sequência correspondente a um estágio inicial do *cline* mais lexical > mais gramatical.

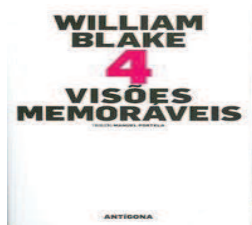
Desse modo, além de *daqui vem* como um caso imbricado em dois fragmentos, observamos, em quatro ocorrências, a expressão mais referencial e, em outras 13, exemplos de estágio mais gramaticalizado, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Usos de *daqui vem*

Usos	Número de ocorrências
Expressão mais referencial	4
Caso imbricado	2
Operador argumentativo	13
TOTAL	19

No estágio inicial, identificamos a sequência do advérbio e do verbo como palavras sintática e semanticamente autônomas, vistas como uma expressão mais referencial, tal como em (1), retomado a seguir:

(1) **Daqui vem** muita coisa.



(<http://poesia-incompleta.blogspot.com/2009/06/daqui-vem-muita-coisa.html>, acesso em 15/06/2009)

Na amostra (1), *daqui vem* é empregado como uma expressão mais referencial. O título apresenta, num *blog*, espaço referencial emergente na produção de texto/sentido, uma imagem do livro *4 visões memoráveis*, de William Blake. Entretanto, antes de o leitor ter sua própria impressão sobre a imagem, o locutor sugere, a partir da indicação do livro, feita pelo locativo *daqui*, o deslocamento subjetivo de uma característica positiva do produto mostrado no *site*, por meio do uso do verbo *vem*.

A localização do pronome locativo e do verbo, em sequência, portanto, não os define como uma instância de construção, porque ambos preservam sua autonomia sintático-semântica, ao manterem as características de seu estatuto categorial, permitindo hipotetizar que o desencadeamento do processo de gramaticalização se inicia a partir desse uso.

Há, também, o uso de *daqui vem* numa escala de abstração crescente. Trata-se de arranjo construcional cuja função é ligar sintagmas, na função de operador argumentativo. Nesse estágio, a expressão mencionada modifica seu estatuto de proposicional para textual, assumindo função de conector discursivo. É analisada agora como pertencente ao conjunto das categorias textual-discursivas, porquanto o elemento *daqui* e o elemento *vem* se destituem de suas marcas adverbiais e verbais prototípicas, como na amostra (2) já apresentada:

(2) A mão grosseira e calosa não percebe distintamente pelo tato as coisas materiais; muito menos se tiver calçada a luva. Ao nosso espírito sim foi dado sentimento e percepção das coisas espirituais e divinas; porém, como o temos envolvido e calçado entre tantos sentimentos

grosseiros das coisas terrenas, **daqui vem** não poder formar notícia que o afeiçoe e faça sábio das coisas divinas.

(<http://www.permanencia.org.br/revista/vida/Bernardes/silva1.htm>, acesso em 15/06/2009)

A expressão mais gramaticalizada é caracterizada pela abstratização da noção espacial dêitica do advérbio *daqui* e pela opacização da ideia de movimento físico do verbo *vir*, possibilitando outro sentido. Ocorre, assim, esvaimento dos dois termos, que passam a articular referência virtual em relação ao conteúdo anterior, decorrente de *inferência sugerida* ao leitor, nos termos de Traugott e Dasher (2005).

Observamos, ainda, *daqui vem* em um contexto favorecedor do processo de gramaticalização, no qual especificidades, como as abaixo assinaladas, geram usos de *daqui vem* com interpretação ambígua (casos imbricados). Assim, podemos interpretar *daqui vem*, em (4), não só como expressão mais referencial mas também como operador argumentativo, vejamos:

(4) Este chacra ativa a energia vital e é o grande responsável pela nossa saúde física. É a fonte da juventude. **Daqui vem** a coragem, o entusiasmo, a sexualidade, a agressividade para o combate, a capacidade de tomar iniciativas e a própria vontade de viver na realidade material. Aqui vamos atrás do dinheiro, do trabalho e das questões mundanas. Sob a ação do Muladhara, o sujeito marca sua presença no ambiente e anima os outros a sua volta como um gerador de energia.

(<http://www.astrologianaweb.com.br/chacras.php>, acesso em 15/06/2009)

Em (4), existe a possibilidade de inferirmos o uso de *daqui* como pronome locativo junto ao verbo de movimento *vem*, porquanto é possível referência dêitica do primeiro elemento ao termo *chacra* e a um movimento abstrato indicador de surgimento em *vem*. Por outro lado, há também a interpretação de *daqui vem* como instanciação construcional, na função de operador argumentativo. Nesse segundo caso, os dois elementos unidos funcionam como conector discursivo, articulando sentido de origem/consequência entre os dois períodos; trata-se de contexto favorecedor e original da emergência de padrão construcional.

4.2. Usos da expressão *daí vem*

O levantamento da expressão *daí vem*, em dados sincrônicos, como instância do padrão original LOC+SV, empreendida no *site* de busca *Google* (até a página sete), demonstrou cinco valores sintático-semânticos: introdutor de tópico, articulador de contraexpectativa, operador argumentativo, sequenciador e caso imbricado. Como expressão mais referencial e, portanto, com os elementos sintática e semanticamente autônomos, verificamos três dados do total de 48, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Usos de *daí vem*

Usos de <i>daí vem</i>	Número de dados
Expressão mais referencial	3
Articulador de contraexpectativa	13
Operador argumentativo	12
Sequenciador	3
Caso imbricado	5
Introdutor de tópico	12

Total	48
-------	----

Conforme já destacamos, o que estamos aqui nomeando de “expressão mais referencial” diz respeito ao uso de *daí* com função sequenciadora, uma vez que a referência locativa deste termo junto à forma verbal *vem* não foi encontrada no *corpus* pesquisado. Assim, o estágio mais inicial de *daí vem* corresponde ao tipo de padrão de uso ilustrado em (5):

(5) E outra coisa que me irrita, eu me contorço toda para não bater em ninguém **daí vem** uma baixinha e me da um baita tranco, poxa parece que não enxerga!
(http://www.lula.pro.br/forum/forum_posts.asp?TID=1026, acesso em 13/11/2009)

O fragmento acima exemplifica o uso do *daí* como sequenciador ao lado do verbo *vem*, em sua função prototípica, manifestando sentido mais concreto de deslocamento físico. A presença do sujeito agentivo *uma baixinha* relacionado à forma verbal de movimento *vem* confirma o estatuto verbal referido. Desse modo, ocorrências como (5) são por nós relacionadas, ao menos hipoteticamente, a uma fase mais inicial do percurso de gramaticalização, rumo à instanciação construcional da expressão *daí vem*.

Existem contextos interativos em que o uso da expressão *daí vem* tem a função de articular uma espécie de contraexpectativa em relação ao sentido inicial. Nesse estágio de gramaticalização, encontramos 13 exemplos. Neles, a referida expressão viabiliza um corte no transcurso das ideias, modificando a proposição, que se mostra, a partir da presença de *daí vem*, inusitada. Essa função foi identificada porque, entre outros fatores sintático-semânticos, *daí vem* funciona em alguns contextos com valor juntivo anafórico, possibilitando efeitos inusitados, numa referência implícita à proposição anterior, envolvendo sujeitos não agentivos. Além disso, a expressão posiciona-se no início da oração, favorecendo o sentido de consequência adversativa, como mostrado abaixo:

(6) Video legal...

daí vem o auscker chato e fica usufruindo do seu "ingreis" pra ficar esnobando a galera...
(<http://www.vilammo.com/forum/index.php?showtopic=50392&pid=258005&mode=threaded&start>, acesso em 13/11/2009)

No fragmento (6), o contraste dos termos *legal x chato* e o uso de *daí vem* possibilitam o sentido opositivo instaurado. Diz-se *Vídeo legal*, na proposição anterior, que se contrapõe ao sentido de *auscker chato*. A oposição entre esses elementos avaliativos corrobora a classificação da função de contraexpectativa da expressão *daí vem*. A ocorrência confirma, nos termos de Traugott e Dasher (2005), os usos dos dois elementos (*daí* e *vem*) numa expressão construcional que veicula crenças, valores e atitudes, propagando referências mais subjetivas, por meio do processo de inferência sugerida.

Daí vem também atua como um operador argumentativo. Nesse sentido, a expressão migra para outra dimensão funcional, de sentido menos concreto, atuando no plano textual, em referência anafórica. Assim, a noção semântica de movimento de *vem* e a acepção de locativo externo de *daí* são modificadas, num adiantado estágio de

polissemia e conseqüente gramaticalização. A função de operador argumentativo foi detectada em 12 ocorrências de *daí vem*:

(7) A mediunidade, porém, não é uma arte, nem um talento, pelo que não pode tornar-se uma profissão. Ela não existe sem o concurso dos Espíritos; faltando estes, já não há mediunidade. Pode subsistir a aptidão, mas o seu exercício se anula. **Daí vem** não haver no mundo um único médium capaz de garantir a obtenção de qualquer fenômeno espírita em dado instante.

(<http://www.espirito.org.br/portal/codificacao/es/es-26.html>, acesso em 13/11/2009)

O fragmento (7) ilustra *daí vem* como operador argumentativo, num texto religioso que trata da mediunidade. Nesse tipo de texto, marcado por sequências tipológicas expositivas e argumentativas, a presença de operadores é prevista. Assim articulada, a referida expressão é um recurso para a expressão do sentido lógico de consequência.

Além desse uso, *daí vem* assume valor sintático-semântico de operador de sequencialidade, estabelecendo relação de continuidade coesiva entre o enunciado anterior e o posterior. Como marcas dessa função, temos: a localização de *daí vem* em posição inicial no enunciado e a sua ocorrência em contextos caracterizados como de sequência de eventos. Nessa função, encontrada em três dados, o que vem antes da proposição serve de base para o que será declarado depois, num encadeamento discursivo que tende a ocorrer em registro mais informal, como se pode observar a seguir:

(8) Nem sei o que eu vou fazer ainda! E já tem gente que vem falar de vestibular pra mim. Fala sério. Fala sério. **Daí vem** gente falando pra ti que tu tem que aproveitar porque essa é a idade, que não sei o que, **daí vem** o filme da sessão da tarde que diz que tu tem que seguir teus sonhos, daí vem o Globo Repórter que diz pra tu comer linhaça, tá. Então vamos rezar!

(http://www.fotolog.com.br/bianca_eme/47420329, acesso em 13/11/2009)

Em (8), registra-se a dupla presença da expressão como operador de sequencialidade. Dessa maneira, *daí vem* encadeia o enunciado *gente falando pra ti (...)* ao enunciado anterior *Fala sério*, bem como a oração *o filme da sessão da tarde que diz (...)* à oração *que não sei o que*. Nos dois casos, esse operador aparece no início da oração, lugar típico de elementos coesivos. O locutor, assim, enfatiza e torna coeso o que é relatado por meio da função desempenhada pela expressão gramaticalizada *daí vem*.

Além desses novos papéis, identificamos ainda, em 12 dados, *daí vem* como introdutor de tópico, que tem como função sinalizar, iniciar ou introduzir um assunto determinado. Os fatores salientes no *corpus* que servem para identificar mais esse valor sintático-semântico são, entre outros, a posição inicial da expressão, à qual se segue o tópico propriamente dito, a sua constante presença em títulos, bem como o seu papel de organizador textual. Nesses novos papéis, *daí vem* deixa, portanto, de se comportar como conector, no âmbito da proposição, para se tornar um organizador textual.

É o que ocorre em (9), cujos elementos *daí* e *vem* passam a funcionar de um modo construcional, servindo para introduzir e focalizar o SN subsequente, como ilustrado abaixo:

(9) **Daí vem** o sono

Porque quem não dormiu direito não escapa do soninho do fim da tarde, né? Modos que eu passei pra avisar que já que não posso dormir em serviço, estou lendo os blogs de vcs no Reader. Mas não esperem comentários. Essa é uma atividade estritamente passiva... Outra hora eu deixo um alô.

(<http://casadaniela.wordpress.com/2008/09/16/dai-vem-o-sono/>, acesso em 13/11/2009)

A expressão *daí vem*, em (9), se posiciona em destaque no título do texto, antecedendo o tópico a ser tratado, qual seja, o sono. A prévia apresentação da expressão no título possibilita que se discuta, no corpo do texto, o referido tópico. Trata-se de mais uma evidência a favorecer da interpretação de *daí vem* como introdutor de tópico.

Em síntese, as duas expressões *daqui vem* e *daí vem* constituem instanciações do padrão original LOC+SV e casos de gramaticalização quando: a) passam a constituir um todo do ponto de vista sintático e semântico, com seus constituintes altamente integrados também em termos fonético-fonológicos; b) assumem posição mais fixa nas sequências textuais em que ocorrem; c) não permitem intercalações de outros constituintes, nem troca posicional entre seus elementos internos; d) atuam na articulação de relações gramaticais ou textuais, no nível discursivo-pragmático.

Nossa análise permite, assim, demonstrar que as relações estabelecidas entre as expressões *daqui vem* e *daí vem* e seus contextos de ocorrência são estruturadas por meio de mecanismos metonímicos e metafóricos, desencadeadores do processo de gramaticalização, tal como constatado também por Rocha (2011).

4. Resultados parciais

Neste estudo, constatamos que, em determinados contextos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos, *daqui vem* comporta-se como expressão mais referencial (uso mais prototípico), em sua forma disjunta de pronome locativo + verbo. Em outros ambientes, essa sequência é utilizada como instância de construção gramaticalizada, com sentido mais abstrato, na qualidade de operador argumentativo.

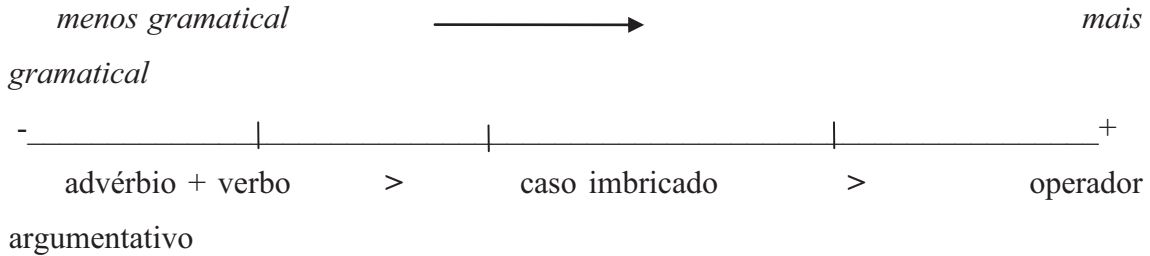
Daí vem, por sua vez, é encontrado como expressão mais referencial com o elemento *daí* bastante abstratizado, na função de sequenciador. Constatamos, diante disso, processo mais avançado de gramaticalização de *daí vem* nessas circunstâncias, se comparado à expressão mais referencial *daqui vem*. No uso construcional, respondendo pelo maior número de ocorrências, *daí vem* exerce outras funções, tais como a de sequenciador, de articulador de contraexpectativa, de introdutor de tópico e de operador argumentativo.

Os dados revelam, também, que há, nos fragmentos analisados, casos imbricados, etapas intermediárias entre duas ou mais funções, o que nos comprova o uso dessas expressões como categorias não discretas, muitas vezes ambíguas e com difícil classificação.

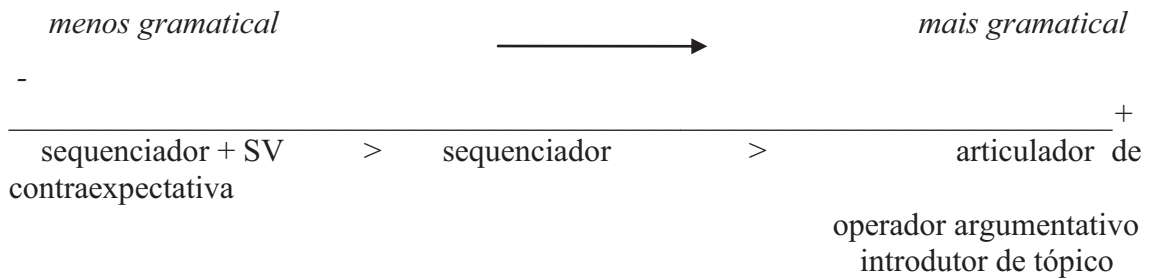
Daqui vem e *daí vem* são compreendidas, portanto, em alguns contextos, como expressões instanciadas do padrão original LOC+SV, configurando-se, pois, como formas gramaticalizadas. Nessa condição, as expressões referidas encontram-se cristalizadas e cumprem funções no nível pragmático-discursivo, em consequência das relações metonímicas e metafóricas atuantes na interação. Observamos, assim, a fixação dessas expressões como resultado de movimentos dinâmicos da língua, nos quais as estratégias interacionais atuam fortemente.

Chegamos, assim, à proposição do seguinte *continuum* para cada uma das expressões:

(a) Cline de *daqui vem*:



(b) Cline de *daí vem*:



Conforme expomos nos *clines* apresentados, estamos partindo da proposta de que o estágio menos gramatical está associado a funções no nível lexical, em que os constituintes LOC e SV ainda mantêm sentido referencial; no caso de *daí vem*, o sentido mais lexical do locativo encontrado já é de sequenciador. A escala também prevê estágios intermediários, na demonstração do caráter prototípico desses padrões, da gradiência e fluidez característica de grande parte desses usos.

A observação das duas escalas permite também apontar a maior complexidade dos usos de *daí vem*, por intermédio da detecção de três padrões funcionais associados à gramaticalização desse arranjo como estratégia pragmático-discursiva, portanto, em nível mais gramatical. Nesse momento, consideramos mais prudente o não apontamento de um ou outro tipo como mais elementar ou original em relação aos demais, colocando os três padrões no mesmo estágio de gramaticalização. A continuidade da pesquisa poderá apontar a viabilidade e a oportunidade de serem fixados níveis distintos de integração nesses usos e sua conseqüente escalarização.

À luz desses achados, levantados em fontes do português contemporâneo do Brasil, consideramos que se abre oportuno e relevante caminho para a pesquisa da gramaticalização de construções. É preciso, agora, observar e testar, do ponto de vista histórico, os *continua* aqui propostos, na detecção de escalas e níveis de integração semântico-sintática de outros padrões construcionais. Enfim, trata-se de uma agenda de pesquisa muito promissora, que apenas se inicia.

Referências

ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 2001.

- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- HEINE, B; KUTEVA, T. *The genesis of grammar – a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HOPPER, P; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al (org). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.
- OLIVEIRA, M. R; TEIXEIRA, A. C. M. Gramaticalização das construções "vá lá" e "vamos lá". *Todas as Letras*, São Paulo, v. 16, n. 70-79, 2010.
- ROCHA, R. A. *As construções "daqui vem" e "daí vem" no português contemporâneo*. 98 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- TRAUGOTT, E. C; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B; JANDA, R (eds.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, p. 624-647.
- VOTRE, S; CEZARIO, M. M; MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2004.

Substantivos, adjetivos e advérbios: a flutuação categorial em textos publicitários

Marta Anaísa Bezerra Ramos²⁴

Camilo Rosa Silva²⁵

RESUMO: As classes de palavras são objeto de estudo nas aulas de gramática do ensino fundamental ao médio. Mas, apesar das inovações quanto à abordagem do tema, devido à inserção de textos para explorar análise linguística, ainda persiste o exercício de identificação e classificação das palavras. A cada classe atribui-se um comportamento específico, distinção baseada predominantemente no critério semântico, quando os critérios morfológico e sintático são igualmente relevantes para a classificação. Por outro lado, uma abordagem que priorize a análise dos recursos linguísticos que a língua oferece para que os usuários se comuniquem de modo eficiente, irá atentar para as escolhas das palavras e os efeitos de sentido que provocam nos textos. Assim, apoiados numa perspectiva funcionalista, tratamos, neste artigo, do fenômeno da não fixidez das categorias gramaticais, elucidado pela teoria dos protótipos, centrando-nos na observação do funcionamento de três classes gramaticais – substantivo, adjetivo e advérbio, em textos publicitários. Respalmando-nos, teoricamente, em Neves (2002; 2006), Dutra (2003), Pinilla (2007), Perini (2005; 2006), Bechara (1999), entre outros autores, objetivamos refletir sobre o estudo de morfossintaxe, procurando: a) destacar a importância do conhecimento gramatical tanto por parte do autor quanto do leitor – não a mera atividade metalinguística muito presente quando do tratamento de aspectos gramaticais em manuais escolares; b) mostrar que o estudo das classes, tendo o texto como suporte – não o mero isolamento da palavra –, permite discutir o processo de elaboração textual, evidenciando a criatividade dos autores ao usarem as formas linguísticas, envolvendo o leitor e promovendo a interação.

PALAVRAS-CHAVE: Categorias gramaticais; Texto; Ensino

ABSTRACT: The word classes are object of studies in the grammar lessons for basic education. Although, despite the innovations regarding the approach to this subject, due to the insertion of texts to explore linguistic analysis, there is still the activity of identification and classification of words. For each class it is assigned a specific behavior, distinction predominantly based on semantic criteria, when the morphological and syntactic criteria are equally relevant for classification. On the other hand, an approach that prioritizes the analysis of linguistic resources that the language provides so that the users can communicate efficiently, will attend to the choices of words and meaning effects that cause in the texts. This way, supported by a functionalist perspective, in this article we present the phenomenon of non-fixity of grammatical categories, elucidated by the prototypes theory, focusing on the observation of the functioning of three grammatical classes - noun, adjective and adverb in advertising texts. The theories we used to produce this article is based on: Neves (2002, 2006), Dutra (2003), Pinilla (2007), Perini (2005, 2006), Bechara (1999), among others. Our work aims to reflect on the study of morphosyntax to: a) highlight the importance of grammatical knowledge by both the author and the reader - not the mere metalinguistic

²⁴ Doutoranda em Linguística pela UFPB, e-mail: martaanaisa@gmail.com

²⁵ Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFPB, e-mail: camilorosa@gmail.com

activity which is always present when treating the grammatical aspects in textbooks; b) show that the study of classes, having the text as support - not the mere isolation of the word – permit the discussion of the process of textual construction, showing the creativity of the authors when they use the linguistic forms, involving the reader and promoting interaction.

KEY-WORDS: Grammatical categories, Text, Teaching

1 Introdução

O processo de variação e evolução da língua constitui um dos interesses das abordagens funcionalistas. Nessa perspectiva, pode-se mapear as motivações externas que produzem as mudanças na gramática. Assim, dentre os objetos de observação de investigações funcionalistas, destacamos alguns mencionados por Neves (2006), por serem pontos que trazemos para discussão neste trabalho: a relação entre discurso e gramática, a liberdade organizacional do falante, a gramaticalização e suas bases cognitivas, a competição de motivações, a fluidez de categorias e prototipia.

De acordo com Martelotta e Areas (2003), três conceitos, desencadeados a partir dos estudos de Sausurre, marcam a evolução da linguística no século XX, a saber: sistema, estrutura e função. Subjacente à visão de língua como sistema está a prioridade no todo e não nas partes que compõem a língua; da substituição do termo “sistema” por “estrutura”, pressupõe-se que, se as partes constituem um todo organizado, deve-se analisar a estrutura da língua; e, por fim, tem-se a noção de “função”, que é mais complexa, visto implicar dois sentidos – um associado à relação entre um elemento e outro na estrutura linguística, e outro que tem relação com a finalidade do ato comunicativo.

Para os funcionalistas, a função ocupa o primeiro plano, na medida em que admitem que a estrutura gramatical é passível de modificação em virtude das pressões contextuais. Ou seja, a forma é influenciada pelo discurso. Face a essa influência, a sintaxe é uma estrutura suscetível a mudanças, pois a forma gramatical é iconicamente moldada conforme as estratégias de organização das informações usadas pelos falantes na interação. Por essa razão, de acordo com Givón, a “sintaxe existe para desempenhar uma certa função e é esta função que determina sua maneira de ser” (*apud* MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 24). Em outros termos, se a linguagem é funcional por natureza, porque tem uma finalidade, as formas linguísticas servem a várias funções, isto é, são configurações de funções, e as diferentes funções atendem aos diferentes significados materializados no enunciado (NEVES, 2006). Essa ideia também se apresenta nos postulados da não autonomia da sintaxe de Givón (1995), para quem a gramática é um organismo que une os níveis sintático, semântico e pragmático, sendo a sintaxe a realização do domínio semântico (proposicional) e pragmático (discursivo).

Nesta breve contextualização, convém mencionar algumas noções básicas que, segundo Neves (2002, p.176), caracterizam uma gramática centrada nos usos: “a) o caráter não-discreto das categorias gramaticais; b) a fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; c) gradualidade das mudanças e coexistência de etapas”. Dos objetos de estudo de uma gramática funcional a que nos referimos no início do texto, como base em Neves (2006), empenhamo-nos, neste artigo, em tratar do fenômeno da

não discretude das categorias gramaticais, elucidado pela teoria dos protótipos, centrando-nos na observação do funcionamento de três classes de palavras – substantivo, adjetivo e advérbio.

Para tanto, analisamos textos publicitários, tendo como objetivo refletir sobre a abordagem da morfossintaxe nas aulas de gramática, particularmente, motivados por dois interesses: i) destacar a importância do conhecimento gramatical seja da parte do autor do texto seja da parte do leitor – não o mero reconhecimento de classes e funções sintáticas, atividade metalinguística muito presente quando do tratamento das classes de palavras em manuais escolares; ii) mostrar que o estudo das classes, tendo o texto como suporte – não a simples retirada da palavra do texto –, permite evidenciar a criatividade dos autores, os quais exploram os meios de expressão que o sistema linguístico lhes disponibiliza, jogando conscientemente com as formas linguísticas capazes de envolver o leitor, propiciando uma comunicação eficiente.

A respeito desse segundo ponto, Pinnila (2007, p. 181) afirma ser objetivo de todo professor de língua portuguesa trabalhar as inúmeras possibilidades de expressão que a língua oferece. Especificamente sobre as classes gramaticais, ela complementa que tal estudo “deveria contribuir para ampliar a expressão oral e escrita do aluno, permitindo-lhe explorar, com mais expressividade, as possibilidades combinatórias das palavras na construção do texto”.

Este artigo está organizado em seções nas quais tratamos, sequencialmente, i) tipos de gramática: *histórica*, *descritiva*, *funcionalista-cognitivista* e *prescritiva*; contrapondo-se os objetos de estudo que lhe são característicos com respaldo em Castilho (2010); ii) a noção de prototipia, destacando a não fixidez das classes; iii) amostra de dados e sua respectiva análise, perseguindo a formulação de respostas às questões aqui suscitadas.

2 Tipos de gramática

Com base em Castilho (*op. cit.*), podemos dizer, resumidamente, que a *gramática histórica* preocupa-se com a explicação de como se dá a evolução da língua; que mudanças ela sofre e que fatores determinam as mudanças. Parte-se do uso individual para explicar os usos coletivos, embora não haja limites tão precisos entre esses usos. O elemento de base para explicação das mudanças é a fonética, objeto que permite depreender regularidades e irregularidades do sistema linguístico.

A *gramática descritiva* interessa-se pelo enunciado, produto da interação. O estudo se volta, pois, para a análise dos sintagmas que compõem o enunciado, para a depreensão de sua organização nos níveis fonológico, morfológico e sintático, partindo do princípio de que há uma hierarquia entre eles. Busca-se também depreender regularidades, ainda que se admita que a língua está sujeita a variações.

A *gramática funcional*, diferentemente da anterior, que se centra no sistema, volta-se para o estudo da língua em uso. Parte-se da ideia de que a língua não é homogênea, mas dinâmica, e de que há, sim, um sistema que governa o uso, mas este é determinado por fatores externos - de ordem cognitiva e discursiva - que influenciam na forma de organização da língua. Ou seja, a sintaxe sofre influência da semântica e da pragmática. Essa gramática, assim como as outras, objetiva depreender regularidades, mas o objetivo maior é explicar como os falantes se apropriam da língua para interagir

eficazmente, analisando como se dá o funcionamento da língua em situações reais de comunicação.

Por último, a *gramática prescritiva* centra-se na análise dos usos tidos como oficiais, considerados “corretos” ou de bom uso. Trata-se de uma gramática bastante criticada, o que se deve não ao seu carácter descritivo, mas ao fato de eleger uma única norma como sendo a correta – a norma de prestígio, assim entendida porque falada pelos indivíduos mais escolarizados ou de maior poder aquisitivo –, ignorando-se as outras normas que compõem a língua.

Na perspectiva analítica aqui acionada, a da gramática funcional, os elementos linguísticos devem ser cotejados a partir da constatação de que os usos alimentam uma permanente mobilidade categorial, consequência da fluidez que impede a discretude e o engessamento de classificações apriorísticas. Por isso, as noções de gramaticalização e de prototipicidade, realçadas na próxima seção, coadunam-se com a abordagem ora evidenciada.

3 Sobre as noções de gramaticalização e prototipia

A discussão sobre o processo de gramaticalização traz à tona dois aspectos amplamente defendidos pelos funcionalistas: o de que há uma relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo; o de que o sistema linguístico é constantemente renovado, dado que no uso cotidiano da língua fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativo interfere nas escolhas dos falantes, fazendo a gramática se reorganizar, caracterizando-se pela instabilidade e ao mesmo tempo pela regularização dos usos. Significa dizer que as mudanças ocorridas na língua, resultantes da criatividade e expressividade nos usos, rotinizam-se, através da repetição, isto é, regularizam-se, gramaticalizam-se. Eis, então, o postulado defendido por Hopper (1987), entre outros autores, de que no dia a dia surgem novas funções para formas pré-existentes como também se criam novas formas para funções pré-existentes – processos esses que se complementam, evidenciando que a gramática não está pronta, é dinâmica, está em construção; daí a noção de processo de gramaticalização ou de gramática emergente.

Por gramaticalização entende-se, mais precisamente, conforme Gonçalves et al. (2007), o deslocamento por que passam os itens linguísticos, responsáveis por novos arranjos na organização da língua. Atribui-se o primeiro uso do termo a Meillet, que definiu o processo como sendo a passagem de um vocábulo autônomo à função de elemento gramatical. Na proposta deste autor, a mudança tem como fonte o léxico e como meta a gramática: léxico > gramática, e internamente à gramática, a mudança parte do nível sintático para o morfológico.

Sob a visão clássica de gramaticalização, a migração dos vocábulos obedece a um critério: palavras pertencentes a uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) passam a fazer parte de uma categoria gramatical (preposições, advérbios, auxiliares), podendo vir a se tornar afixo, além do que, no plano textual, pode integrar a classe das conjunções. Para demonstrar essa transição, Gonçalves et al. (op. cit.) oferecem exemplos relativos ao uso do verbo VIR, como o seguinte “Os soldados *vinham* vindo, *vinham* vindo. (...)” no intuito de mostrar que, ao lado de um uso com valor de verbo pleno, significando deslocamento de um corpo no espaço físico, pode

ocorrer um uso como verbo não autônomo, ou seja, como verbo auxiliar, logo, com valor mais gramatical.

Assim, no exemplo supracitado, as formas verbais negritadas assumem o papel de verbo auxiliar, de caráter aspectual, significando continuidade, logo, teor durativo – de sentido aproximado a “os soldados *estavam* vindo, *estavam* vindo”. Essa noção, porém, talvez não se tornasse tão clara se a opção do falante tivesse sido pela estrutura “os soldados *vinham*.”, ou seja, pelo uso de uma só forma verbal. Isso prova que no construto *vinha vindo*, a ideia de movimento, deslocamento fica sob a responsabilidade de “vindo”, cabendo ao auxiliar, a função de acréscimo semântico relativo ao modo como a ação se distribui ou se desenvolve no tempo.

Fenômeno semelhante ocorre em construções perifrásticas de que faz parte o verbo IR. Desse modo, enquanto no exemplo “Eu *vou* à livraria amanhã comprar o livro.” o verbo IR tem valor de movimento-deslocamento, em “Eu *vou comprá-lo* (referindo-se ao livro) amanhã.”, este mesmo verbo assume novo valor - de sinalização de ação a se realizar num momento posterior, podendo a expressão ser substituída por “comprarei”. Ressalte-se que o novo uso não impede que fiquem resquícios do sentido original.

Paralelamente à mudança via léxico, tem-se um outro deslocamento apontado por autores como Givón, Lehmann, Heine, Hopper, Traugott, caracterizado como a passagem de um item gramatical para um uso mais gramatical. Exemplo disso é o uso do vocábulo *mal*, que pode ser usado como advérbio de modo, mas também como conjunção com valor semântico temporal: “*Mal* chegou de viagem, e foi trabalhar”, indicando que a segunda ação foi realizada imediatamente à primeira.

Os exemplos apresentados servem de confirmação dos dois princípios citados por Hopper (1991) ao se referir à gramaticalização: o de camadas e o de divergência. O primeiro associa-se ao fato de a língua disponibilizar formas diferentes para realizar uma só função, que se comprova através dos usos de “vou estudar/vou comprar” paralelamente a “estudarei/ comprarei”; o segundo associa-se ao de a língua disponibilizar itens de mesma etimologia para cumprir diferentes funções, é o caso de *mal*, que tanto indica modo (advérbio) como tempo (conjunção). Cabe destacar o percurso proposto por Givón (1979), que defende que a mudança parte do discurso para a morfossintaxe: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero.

Outro aspecto que merece destaque no estudo da mudança via gramaticalização diz respeito à distinção sincronia X diacronia. Nesse caso, deve-se esclarecer que se as mudanças, de um lado, podem se desenvolver no passar do tempo, revelando uma linha evolutiva (diacronia), de outro lado, numa mesma época, há coexistência de usos, ou formas em competição (sincronia), devido à extensão de sentido em razão da pressão comunicativa. Em vista disso, a abordagem funcionalista adota uma concepção pancrônica de mudança, voltando a atenção para as forças cognitivas e comunicativas que atuam no momento da comunicação.

Quanto às motivações da gramaticalização, entra em jogo a relação entre gramática e cognição. Assim, no que concerne à mudança semântica, o percurso segue o trajeto: concreto > abstrato. Esse processo de abstratização se manifesta, de acordo com Traugott e Heine (1991), numa escala gradativa: espaço > (tempo) > texto. Subjacente a

esse esquema está o princípio da unidirecionalidade, considerando que essa ordem não pode ser invertida. É preciso esclarecer, ainda, que, junto ao componente cognitivo, atua o componente comunicativo; daí as causas da mudança poderem envolver a motivação metafórica e motivação metonímica respectivamente. No primeiro caso, ocorre uma extensão de significado de modo que uma coisa é especificada por associação a outra não presente no contexto; no segundo, a especificação se dá por reinterpretação, com base numa informação presente no contexto, havendo reanálise. Assim, a extensão de sentido ocorre por pressão de informatividade.

Um exemplo ilustrativo do princípio da unidirecionalidade, em que na extensão de sentido de um item linguístico atuam os dois tipos de motivação, é apresentado por Tavares (1999). Trata-se do emprego do *ai*, que de um uso adverbial com valor locativo (“não senta *ai*” – referindo-se ao termo “muro”) passa a modificador nominal ou dêitico locativo (numa festinha *ai*...), atuando também como anafórico temporal (“depois que ele morreu, né? Que *ai* elas já eram mais ou menos moças...”) até chegar ao uso como sequenciador temporal num segmento narrativo (“... *ai* ela foi na casa...”). A extensão metafórica se revela quando da transferência de uma experiência sensório-motora (1) para uma relação espaço-temporal (dêixis), mas é possível verificar ainda uma ampliação de escopo semântico para o plano textual sob a influência do processo comunicativo, em razão de implicações conversacionais, também denominado de processo inferencial.

Passando à noção de *prototipia*, trata-se de um princípio que está estreitamente associado à de cognição, à medida que se considera protótipo o membro exemplar de uma categoria. Conforme esse princípio, aquele que ostenta o maior número de traços responsáveis pela atribuição de uma classificação é, por conseguinte, tomado como parâmetro para organização dos outros itens em diferentes categorias. Logo, o agrupamento dos vocábulos nas diferentes classes gramaticais será orientado pelo grau de semelhança que eles mantiverem com o protótipo, entendido como o melhor exemplar de uma determinada categoria.

É preciso ressaltar que a contribuição da teoria dos protótipos para o estudo do processo de gramaticalização reside no fato de que, ao admitir que um item linguístico não deixa de pertencer à mesma classe do termo a que foi associado por não reunir todos os traços daquele, põe em relevo a gradação ou o *continuum* entre as categorias gramaticais, o que vem a confirmar o caráter não discreto das categorias. (NEVES, 2006)

É a observação desse aspecto que justifica a migração de uma categoria para outra, pois o item mais periférico tem mais possibilidade de desempenhar novas funções. É o que se verifica em termos como *porém*, *por isso*, *portanto*, só para citar algumas conjunções coordenativas listadas nas gramáticas escolares, que, para gramáticos a exemplo de Bechara (1999), Garcia (2000) e Perini (1996) não são, de fato, conjunções, mas advérbios, razão por que o primeiro, ao tratar da coordenação, faz a distinção entre conectores propriamente ditos – *e*, *mas* e *ou* – e aqueles responsáveis por enlaces adverbiais – *entretanto*, *portanto*, *por isso*.

Acrescente-se que o mapeamento de traços deve ser considerado não apenas em relação às categorias lexicais, mas também quando da caracterização das funções sintáticas. Com relação ao aspecto sintático, considere-se um fato gramatical citado por

Dutra (2003), através do qual a autora ilustra a distinção entre os componentes típicos e atípicos, ao mesmo tempo em que revela o porquê de, em determinadas circunstâncias, o estudante sentir dificuldade de classificar um dado item. A autora ressalta, ainda, a importância de se levar em conta o conjunto de traços – morfológico, sintático e semântico – para caracterizar um item linguístico. Trata-se de uma construção (sintagma) formada por verbo + objeto direto (objeto este não precedido de determinante ou seguido de modificador) que é denominada, no referido estudo, de “construções com objeto incorporado” ou SN NU.

Após apresentar os traços semânticos, morfológicos e sintáticos do OD, a autora demonstra, através do exemplo “Maria lava *roupa* para fora.” que, embora o constituinte “roupa” seja identificado como um objeto direto, não responde satisfatoriamente a alguns testes, como: a) ser anaforizado pelo pronome oblíquo, resultando em “Maria *a* lava para fora.”; b) transformação para a passiva: “*Roupa* para fora é lavada por Maria.”; c) deslocamento do objeto para o início da oração: “*Roupa*, Maria lava para fora.”

Esse fenômeno decorre do fato de o objeto direto em análise representar um nome genérico, que forma uma unidade: VERBO+OBJETO em que o foco não está no objeto em si (roupa), mas na ação que se realiza (lavar roupa), como poderiam ser outras ações de que o mesmo verbo participa: (lavar louça); (lavar carro); ou outros verbos: (passar ferro), construções como essas são caracterizadas como “construções com objeto incorporado” ou SN NU. Com base nisso, a autora afirma que é a partir dos traços tipicamente definidores de um conceito gramatical, no caso em foco, o objeto direto, que se torna possível examinar orações que apresentam o objeto atípico.

Em se tratando das categorias gramaticais, citemos como exemplo de classes flutuantes as classes dos substantivos e adjetivos, tendo em vista certas palavras apresentarem comportamento ambíguo, ou seja, apresentarem traços característicos de ambas as classes. Como ilustração, considere-se o emprego de “brasileiro” nos exemplos abaixo:

Ex.1: O melhor do mundo é o **brasileiro**

Clodoaldo Silva foi eleito pelo Comitê Paraolímpico Internacional o melhor atleta do mundo em 2005. É isso que acontece quando você aposta nas loterias CAIXA, aposta também no esporte **brasileiro**. (ÉPOCA, 21 de novembro de 2005.)

Ex.2: A NOVA CARA DO **BRASILEIRO**

O **brasileiro** da metrópole tem uma nova cara e uma atitude diferente diante da vida. (...) Passados 20 anos da redemocratização do país, a posição dos **brasileiros** quanto ao regime político ainda é ambivalente. Em uma pesquisa que envolveu 18 países da América Latina, 27% dos entrevistados **brasileiros** disseram que apoiariam um governo autoritário se isso resolvesse problemas econômicos. (ÉPOCA. 30 de maio de 2006.)

Observando os significados dicionarizados do termo, se se concebe “brasileiro” como especificador da nacionalidade do indivíduo, a exemplo do que ocorre nas construções esporte *brasileiro*, entrevistados *brasileiros*, o termo se enquadra na classe dos adjetivos. Dada a correspondência com a expressão “do Brasil”, tem caráter

modificador, com função sintática de adjunto (simples ou sob a forma de locução adjetiva), e serve para marcar oposição a outras nacionalidades. Por outro lado, quando designa o indivíduo que é natural ou habitante do Brasil, assume o papel de substantivo, como revelam as construções o melhor do mundo é o *brasileiro*, o *brasileiro* da metrópole. Assim, nos contextos de uso, funciona, sintaticamente, como predicativo/modificador e sujeito.

Do exposto, concluímos que: i) um mesmo elemento serve, semanticamente, para designar e especificar, da mesma forma que assume função de núcleo do sujeito (típica de substantivo) e de modificador (típica de adjetivo); ii) provavelmente, há uma maior incidência do uso adjetival, daí, prototipicamente, o termo ser caracterizado como adjetivo. Muitos outros itens se comportam dessa forma, a exemplo de “velho”, “novo”, “pobre”, “amigo”, “trabalhador”, entre outros.

Portanto, ao lançar mão da noção de prototipicidade, compreendemos melhor o comportamento morfossintático e semântico das palavras. Uma vez entendido que determinados itens são mais representativos de uma dada categoria gramatical que outros, e que o menor número de traços não exclui um determinado item de uma dada categoria (trata-se apenas de elemento menos típico), entendemos, pois, que é exatamente essa propriedade – a do *contínuo funcional* que possibilita o trânsito entre as classes.

4 Dados: amostragem e discussão

Dada a importância que assumiu o texto no estudo da língua, muito evoluiu o trabalho com a leitura e a escrita, de modo que o estudo de interpretação textual não mais se limita à exploração de perguntas objetivas e/ou subjetivas que apelam ora para o conhecimento prévio do leitor sobre o tema, ora para a sua opinião sobre assunto. Já se observam perguntas inferenciais cujo ponto de partida são pistas/marcas linguísticas expressas nos textos. Por outro lado, ainda não há muita clareza quanto ao fato de a gramática estar a serviço da construção de sentido do texto, ou seja, nem sempre se faz a integração entre o estudo das formas linguísticas e o conteúdo do texto, como se tratasse de aspectos independentes. Não raro isolam-se frases de um texto para fazer a “análise linguística” ou trabalhar “gramática de texto”.

Como forma de distinguir dois modos de abordagem do estudo das classes gramaticais a partir do estudo de texto – um sob um enfoque prescritivo, e outro funcional –, analisamos, na sequência deste artigo, alguns textos publicitários. Num primeiro momento, atentamos para a escolha dos nomes (substantivos e adjetivos); num segundo momento, para a escolha dos adjetivos e advérbios:

Texto (1):

Tudo **rosa**, tudo **Azul**

Rosa é a cor da luta contra o câncer de mama. E não é porque a gente é **Azul** que ia deixar de participar. Por isso, a **Azul** se uniu com a Embraer e pintou de **rosa** um avião, que vai ao ar pelo Brasil com uma tripulação só de mulheres. Então, toda vez que você reparar em um avião **rosa** passando, pensa na sua saúde e na saúde das pessoas que você gosta. Esse é um jeito **Azul** para contribuir para uma causa tão nobre. E tão **rosa**.

Texto (2):

NOVO NÃO É GOSTAR DE IR A LUGARES ONDE NINGUÉM FOI ANTES. É GOSTAR DE FAZER CARRO COMO NINGUÉM FEZ.

FORD ECOSPORT: CRIAMOS O UTILITÁRIO ESPORTIVO MAIS DESEJADO DO PAÍS E QUE INAUGUROU UMA NOVA CATEGORIA DE CARROS

Ford

Texto (3):

NOVO NÃO É ACREDITAR QUE AS PESSOAS TÊM O DIREITO DE SONHAR. É ACREDITAR QUE SONHAR NÃO CUSTA CARO

UMA EMPRESA QUE ENTENDE OS SEUS SONHOS FAZ DE TUDO PARA QUE ELES SE REALIZEM. É POR ISSO QUE VOCÊ PODE TER UM FOCUS A PARTIR DE R\$ 41.990,00.

Ford

VIVA O NOVO

Uma análise linguística cujo objetivo seja a identificação das classes gramaticais das palavras em destaque, focalizaria a distinção entre substantivos e adjetivos. Nesse caso, considerando-se que, no primeiro texto, intitulado “Tudo *rosa*, tudo *Azul*”, os termos negritados designam nomes de cores, e nesse contexto, *Azul* designa especificamente o nome de uma empresa (*Azul*). Nesse caso, a classificação correspondente, sob o critério semântico, seria a de substantivo. Por outro lado, ainda sob esse mesmo critério, tem-se o uso desses mesmos termos como especificador ou qualificador – um avião *rosa*, um jeito *azul* ou causa tão *rosa*, respectivamente, o que os caracteriza como adjetivos. As definições transcritas a seguir dão suporte a essa afirmação:

- Substantivo é a palavra que nomeia os seres em geral (...) e serve privativamente de núcleo do sujeito, do objeto direto e do indireto e do agente da passiva. (CUNHA & CINTRA, 1993)
- Adjetivo - indica a qualidade dos seres. Daí o nome tradicional de adjetivo qualificativo (locução que em outra nomenclatura se opunha a adjetivos determinativos = pronomes adjetivos) (...) O adjetivo se refere sempre a um substantivo, claro ou subentendido, com o qual, se for variável, concorda em gênero e número. (LUFT, 1989)

Do ponto de vista sintático, os dois termos assumem funções próprias de substantivo, de modo que os termos ora funcionam como sujeito: “*Rosa* é a cor...” ou “*A Azul* se reuniu...” ora como predicativo, como: “a gente é *Azul*...”. Mas há contextos nos quais os termos assumem funções próprias de adjetivo, no caso, a função de modificador, evidente nos sintagmas “avião *rosa*”, “jeito *azul*”, bem como a de especificador “pintou de *rosa*”, revelando que a distinção entre essas duas classes pode se basear no critério sintático, tendo em vista a relação de dependência do adjetivo em relação ao substantivo.

Quanto aos textos referentes à publicidade da Ford, a análise sob o enfoque prescritivo também conduziria ao reconhecimento do item “novo” como adjetivo, em virtude do seu caráter qualificador, sob o critério semântico. Esse fato fica mais evidente quando o termo é usado na construção “uma nova categoria”, ou seja, fazendo referência a um outro tipo de carro, recém criado e provavelmente de maior

sofisticação. Porém, nas estruturas “*Novo* não é gostar de ir a lugares...” ou “*Novo* não é acreditar...”, embora a noção de algo recente, de mudança/novidade se mantenha, isso não é o suficiente para atribuir-lhe a denominação de adjetivo, pois, nesse momento, a classificação deve considerar a posição que ocupa o vocábulo na sentença, no caso, a posição de sujeito, ou a de objeto em “viva o novo”, levando a identificação do substantivo. Ocorre o que tradicionalmente se chama substantivação do adjetivo. Ressalte-se que, ainda que se classifique o termo como substantivo, a ideia de qualificação se mantém, enfatizando-se a noção de modernidade (modo de vida moderno/ carro moderno em oposição a estilo de vida ultrapassado/modelos de carros ultrapassados). Isso se deve ao fato de, semanticamente, o substantivo também ter essa propriedade. Confirma esse fato, a definição de Bechara:

Substantivo é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação) (BECHARA, 1999).

Deduz-se dessa situação que essas duas classes têm traços comuns, tendo predominado nos contextos em análise o uso como substantivo, razão por que Perini (1996) afirma que a classificação das palavras deve se apoiar na quantidade de traços que possuir uma palavra (mais traços de substantivo caracteriza a palavra como substantivo, e mais traços de adjetivo, como adjetivo).

A percepção de que, no interior de uma mesma classe, determinados elementos acumulam mais traços dessa classe, comparados a outros elementos, que teriam menos traços, conduz a distinção entre comportamento típico e atípico. Logo, haveria um *continuum*, ou gradação de traços, sendo protótipo o item que exibe mais traços.

Uma análise que, de outro modo, priorize os mecanismos de organização do texto publicitário, buscará explicar os efeitos de sentido provocados pelo jogo das palavras “rosa” e “azul”, contraste que define as atitudes das pessoas envolvidas – o *azul* associado à imagem da empresa, possivelmente representada por um empresário que tem atitudes práticas, simples e de cortesia em relação às mulheres, como evidenciam as construções “E não é porque a gente é *azul* que ia deixar de participar” ou “Esse é um jeito *azul* para contribuir com uma causa tão nobre. E tão *rosa*.” A associação rosa/mulher é mais nítida no texto comparada à associação *azul*/homem, mas é possível que a escolha das cores seja uma alusão aos universos masculino e feminino. Assim, mais que reconhecer classes gramaticais, interessa observar os recursos linguísticos de que faz uso o autor do texto para dar-lhe coerência. Em se tratando de textos publicitários, palavras qualificativas e avaliativas são recorrentes em razão dos objetivos traçados.

Passando à observação da fluidez que autoriza a migração de adjetivos e advérbios, consideremos os seguintes textos:

Texto (4):

Compre um *Ourocard* e concorra a prêmios incríveis.

IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

No Dia das Mães,
não obedeça.

Se ela disser que não precisa de presente, faça de conta que não ouviu.
Como você fazia quando ela dizia para não brincar na chuva, não andar descalço ou ir para cama cedo. Ourocar. Leve a vida **leve**.

Texto (5):

A panela inox Tramontina tem fundo triplo, cozinha mais **rápido** e **uniforme**.
É a única projetada de acordo com as necessidades e o jeito de cozinhar dos brasileiros.

Tramontina é Tramontina. (Caras, 26/05/06.)

Texto (6): Skol Beats.

A cerveja com muito mais RPM: rodopios por minuto.
Skol Beats.
A cerveja que desce **rodopiando**. (Veja, 06/08/03)

Texto (7): Nova tampa Skol Long Neck.

A única que abre como desce: **redondo** e **fácil**.
SKOL
A cerveja que desce **redondo**. (ÉPOCA, 21/11/05)

Uma análise que tome por base as palavras isoladas do conjunto textual, cujo parâmetro de observação seja apenas o sintagma de que o vocábulo faz parte, revela que as palavras em negrito nos respectivos grupos: vida *leve*, cozinha *rápido* e *uniforme*, desce *redondo* e *fácil* e desce *rodopiando* são de natureza modificadora, e, por conseguinte, poderiam constituir uma única classe gramatical. Considerando que pelo menos duas classes exibem essa propriedade semântica, a dos adjetivos e dos advérbios, seria possível incluí-las numa ou noutra classe. Por isso, fica evidente a ineficácia de uma classificação sustentada em um único critério. Um aspecto, de ordem sintática, diferenciador dessas duas classes, é a categoria a que pertence o termo sobre o qual incide a modificação: se o item atingido pela modificação é um substantivo, tem-se um modificador adjetival; se se trata de um verbo, um modificador adverbial. Ora, uma observação atenta conduz à verificação de que embora o vocábulo “leve”, no exemplo (4), apareça junto ao nome “vida”, está modificando o verbo: “Leve a vida *leve*”, fazendo alusão a um modo de levar/viver a vida, ou seja, um jeito de viver/viver levemente.

Também os outros termos se reportam a verbos – *cozinhar*, *abrir*, *descer*. Logo, em todas as situações, tem-se advérbios como modificadores, ou acrescidos à significação do verbo, encaixando-se às definições abaixo transcritas:

- “Advérbio – palavra de natureza (1) nominal [...] ou (2) pronominal [...] que se acrescenta à significação: a) de um verbo, b) de um adjetivo, ou de outro advérbio, ou c) de uma frase.” (LUFT, 1989).

- “Advérbio é uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio.” (CEGALLA, 1985)

Por outro lado, embora as palavras citadas atendam a esse requisito, apenas o termo “rodopiando”, no exemplo (6), é visto como advérbio, o que se deve provavelmente à marca de gerúndio “ndo” indicativa de “modo”. Os outros termos precisariam do “mente” para que se fizesse a associação, já que essa é outra marca indicativa de advérbio. Porém, como já mencionado, dizer que nesses casos os adjetivos estão sendo empregados com função de advérbio não soluciona o problema de classificação. Conforme Perini (1996), a palavra não muda de classe; ela compartilha traços de uma outra classe. Se as palavras em destaque nos textos, com exceção de “rodopiando”, figuram predominantemente junto a nomes, mantêm, portanto, a classificação de adjetivos.

Sob uma outra perspectiva de abordagem, uma análise que explore o poder criativo dos autores e que busque entender as escolhas das palavras e sua contribuição para o sentido do texto, irá destacar, no exemplo (4), o trocadilho entre o verbo “leve” e o adjetivo “leve”, recurso expressivo utilizado pelo autor, provavelmente, por causar maior impacto que o uso do termo “levemente”, considerando-se que a segunda ocorrência do termo “leve” permite várias interpretações (não apenas o atributo *leveza*, mas um estímulo à atitude de viver bem, de levar o “Ourocard”). Além disso, há uma relação de coerência entre a construção “leve a vida leve” e o que fora descrito anteriormente: “brincar na chuva”, “andar descalço”, convencionalizadas como atitudes características do estilo de vida proposto.

Quanto à publicidade da Tramontina, o que mais importa frisar é a rapidez e a uniformidade propiciadas pelo novo modelo de panela, aspectos que são reforçados na sentença “É a única panela projetada de acordo com as necessidades e o jeito de cozinhar dos brasileiros”. E, por último, comparando as sentenças “A cerveja que desce rodopiando” e “A cerveja que desce redondo”, podemos dizer que o uso do advérbio “rodopiando”, em (6), estabelece uma relação de coerência com o termo “rodopios”; enquanto a primeira ocorrência do termo “redondo”, em (7), que tem como escopo o verbo “abrir” na sentença “A única que abre como desce: redondo e fácil”, faz uma associação com o novo modelo de tampa da garrafa da cerveja. Por extensão, a repetição do termo, que agora tem como escopo o verbo “descer”, reforça a ideia de *facilidade*, em referência, desta vez, ao modo de ingestão da cerveja. O recurso da repetição, visível nesses exemplos, objetiva enfatizar as qualidades do produto.

5. Considerações finais

No início desta exposição, mencionamos a necessidade de refletir sobre o ensino de morfossintaxe nas aulas de gramática. Isso porque, sempre que se discute o ensino de língua, chama-se a atenção do professor para que conduza as atividades de modo a propiciar aos alunos o uso consciente da língua. Ao tratar das competências a serem desenvolvidas ao longo do ensino médio, os PCN (1999, p. 142-3) ressaltam que se deve “analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura [...]”. Nesse sentido, no processo de didatização dos conteúdos gramaticais, fazem-se necessárias atividades em cuja base

esteja uma concepção funcional e interacional da língua, dado que se espera do aluno não só o reconhecimento das categorias gramaticais e das funções sintáticas, mas o emprego adequado dos recursos linguísticos nos seus textos, apropriação que se dá a partir da análise de textos produzidos por outros autores.

No caso específico das classes de palavras, se para cumprir um programa curricular o professor precisar fazer um estudo classificatório, deve estar claro que no interior de uma certa classe há palavras que têm funcionamentos variados, sendo difícil distingui-las totalmente. Nesse sentido, as classes não são tão discretas com se imagina. Por isso, a noção de gramaticalização é importante, na medida em que permite explicar o caráter migratório de determinadas palavras, considerando que pressões comunicativas conduzem à existência de novos usos e, por conseguinte, novas funções para itens pré-existentes. Paralelamente, a noção de prototipicidade irá auxiliar a compreender o potencial funcional das palavras, através da identificação de traços formais e semânticos, estabelecendo-se uma escala gradativa de traços. Tratando de substantivos e adjetivos, Perini (2005), por exemplo, defende que essas duas classes se subdividem em pelo menos três: aquelas que só podem ser nomes de coisas (por exemplo: xícara), as que só podem expressar qualidade (paternal) e as que podem ser as duas coisas (maternal), sendo estas últimas mais numerosas.

Os dados aqui analisados confirmam essa fluidez categorial, o que evidenciamos nos usos dos termos *rosa*, *azul* e *novo*, que têm, potencialmente, traços das classes dos substantivos e dos adjetivos, como também nos usos dos termos *leve*, *uniforme* e *redondo*, que originariamente são adjetivos, mas nos contextos aqui focalizados atuam como advérbios. Concluímos, pois, que o professor não só deve conhecer todos os critérios de classificação como esclarecer ao aluno qual deles melhor se adéqua para entender o funcionamento de cada classe. No caso da relação substantivo/adjetivo ou adjetivo/advérbio, o critério morfológico se revela insuficiente, sendo mais seguro recorrer ao critério sintático para uma diferenciação entre essas classes. Mas, embora reconheçamos a importância de o aluno distinguir as diferentes classes e as funções por elas exercidas, mais que isso, importa saber para que elas servem no texto e que a escolha de uma classe em detrimento de outra atende a uma necessidade comunicativa do usuário. Foi o que mais procuramos mostrar através da análise dos recursos expressivos presentes nos textos publicitários.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*, Ministério da Educação, 1999.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CHRISTIANO, Maria Elizabeth A., SILVA, Camilo Rosa; HORA, Dermeval da. (orgs.) *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DIAS, Luiz Francisco. O estudo de classes de palavras: problemas e alternativas de abordagem. In: DIONÍSIO, Â.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.126-138.

DUTRA, R. *O falante gramático: introdução à prática de estudo e ensino do português*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONÇALVES, Sebastião C. L. et al. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 1989.

NEVES, M. H. de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo, Contexto, 2006.

_____. Aspectos da gramaticalização em português. In: *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 175-188.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática, 2005.

PINILLA, Maria Aparecida de. Classes de palavras. In: VIERA, Sílvia. R.; BRANDÃO, Sílvia F. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. (p.167-183)

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1998.

Aspectos (inter)subjativos no uso de sufixos graduadores nominais

Edvaldo Balduino Bispo²⁶
José Romerito Silva²⁷

RESUMO: Discutimos, neste trabalho, questões relativas à subjetividade e à intersubjetividade implicadas no emprego de sufixos graduadores nominais. Objetivamos analisar a constituição da subjetividade e da intersubjetividade a partir de usos desses elementos vinculados a experiências com o mundo objetivo. Interessa-nos, nesse sentido, observar os processos de transferência metafórica e metonímica subjacentes a essa constituição. Fundamentam nossa discussão pressupostos teóricos e metodológicos da Linguística Funcional e da Cognitiva, conforme postulados em Furtado da Cunha, Bispo e Silva (no prelo), Silva (no prelo), Givón (1984), Traugott e Dasher (2002), Lakoff e Johnson (1999), Langacker (2006), para citar alguns. O material de análise se constitui de exemplares textuais provenientes de fontes diversas, as quais incluem sites da internet, revistas, jornais, entre outras. Esse estudo pode contribuir para a compreensão das diferentes motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas configuradoras dos variados recursos morfológicos da expressão do grau.

PALAVRAS-CHAVE: grau; (inter)subjetividade; linguística funcional centrada no uso.

ABSTRACT: In this paper, we focus on subjectivity and intersubjectivity related to the use of degree suffixes of nouns and adjectives. We aim to analyze the construction of that (inter)subjectivity by using of those suffixes related to experiences from objective activities. We are interested in to observe the underlying metaphorical e metonymical processes in this construction. We are based on the theoretical and methodological support of Linguística Funcional Centrada no Uso, according to Furtado da Cunha, Bispo and Silva (forthcoming), Silva (forthcoming), Givón (1984), Traugott and Dasher (2002), Lakoff and Johnson (1999), Langacker (2006), and others. The database for this study are texts from sites of internet, magazines, newspapers and so on. This study may contribute to understanding of many cognitive, semantic and pragmatic motivations related to the different morphological features of expressing degree.

KEY-WORDS: degree; (inter)subjectivity; linguística funcional centrada no uso.

1. Introdução

O uso de sufixos graduadores nominais envolve, além de aspectos mórficos e semânticos – os quais são documentados na maioria dos compêndios gramaticais mais conservadores –, valores pragmáticos que revelam propósitos comunicativos diversos e apontam para relações (inter)subjativas implicadas no processo interativo. A título de amostragem inicial, vejamos as seguintes ocorrências:

²⁶ Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e-mail: edbbispo@gmail.com.

²⁷ Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e-mail: jromeritosilva@gmail.com.

- ... tem... um **barzinho**... do lado (...) eh... tem um **telão**... (*Corpus D&G/RJ*, 1995, p. 45).
- ...ele saltou do carro... pô... **putão**... e o motorista do táxi **tranquilíssimo** ... (*Corpus D&G/RJ*, 1995, p. 10)
- O casal [Angélica e Luciano Hulk] é tão **bonzinho** que ficou enjoado. Não aguento vê-los. Quando eles aparecem na TV, mudo de canal. Se estão em uma revista, viro a página. Demorei 24 horas até conseguir mexer em Veja. Os casais **mauzinhos** são muito mais divertidos. (*Veja*, 09/02/2011, p.)

Assim, enquanto o elemento destacado em *barzinho* (1) ou em *tranquilíssimo* (2) implicam a junção de um morfema derivacional a uma base lexical, incrementando-lhe dimensão reduzida, no primeiro caso, e intensificação de um dado estado de espírito, no segundo; em *bonzinho* e *mauzinhos*, presentes na amostra (3), além da noção de intensidade, o emprego do sufixo contribui para expressão de avaliação negativa que o autor do texto faz em relação ao casal de que trata.

Essa avaliação se dá por meio de processos cognitivos, dos quais destacamos a extensão metafórica, que parecem licenciar usos mais abstratos de formas que, inicialmente, vinculam-se a situações mais ligadas à experiência concreta. Além disso, a interpretação negativa também se deve às diferentes situações de interação verbal e a diversas pressões comunicativas a que se moldam, de forma geral, as construções linguísticas que utilizamos.

Neste artigo, em particular, investigamos aspectos subjetivos e intersubjetivos envolvidos no emprego de sufixos graduadores nominais, mais especificamente os tradicionalmente utilizados para indicar aumentativo e diminutivo em substantivos e os indicadores de superlativo em adjetivos e advérbios. Objetivamos analisar a constituição da (inter)subjetividade no emprego desses sufixos, identificando fatores cognitivos e motivações sociocomunicativas que a ela subjazem.

O lastro teórico-metodológico em que se sustenta nossa discussão é o da Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos definidos por Furtado da Cunha, Bispo e Silva (no prelo). Essa abordagem teórica congrega pressupostos da Linguística Funcional de inspiração em autores como Givón, Thompson, Hopper, Bybee, Traugott, Heine, entre outros, e da Linguística Cognitiva, segundo autores como Langacker, Lakoff e Johnson, Taylor e Tomasello.

Metodologicamente, este trabalho possui caráter eminentemente qualitativo, descritivo e explicativo, uma vez que visa elucidar questões (inter)subjetivas no emprego de sufixos graduadores, além de analisar fatores cognitivos e comunicativos subjacentes à constituição dessa (inter)subjetividade. Quanto ao material empírico utilizado, as amostras são provenientes de diferentes fontes, as quais incluem textos impressos de revistas e de sites da internet, entre outras.

2. Arcabouço teórico

A Linguística Funcional Centrada no Uso (ou *Usage-Based Linguistics*) – doravante, LFCU – representa uma abordagem da língua que aglutina pressupostos teórico-metodológicos da tradição funcionalista norte-americana e da Linguística Cognitiva. Entre os postulados fundamentais defendidos por essa corrente de estudos, podem ser apontados: a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e

da pragmática às análises, a concepção de língua como um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas, a não distinção rígida entre léxico e sintaxe, a postulação de que a unidade linguística básica é a construção, o posicionamento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural. De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e funcionais que desempenham um papel na aquisição, no uso e na mudança da língua (TOMASELLO, 1998).

Para a LFCU, a gramática é o resultado da estruturação de aspectos comunicativos e cognitivos da linguagem (TRAUGOTT, 2004). Nesse sentido, a gramática de uma língua é constituída de padrões regulares no nível dos sons, das palavras e de unidades maiores, como os sintagmas e as orações. Esse modelo teórico reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição de suas formas, de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação à função a que ela serve nos processos reais de comunicação. Logo, esse paradigma teórico procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita, retirados de contextos efetivos de interação verbal, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função comunicativa.

Resulta dessa perspectiva que as formas da língua não podem ser definidas nem categorizadas *a priori*. É o uso linguístico nas diversas situações de interação social que confere sustentabilidade empírica para a descrição e análise dos recursos verbais (FURTADO DA CUNHA, 2011).

Lakoff e Johnson (1999) postulam que o pensamento tem base corporal. Isso porque é mediante o corpo que o indivíduo se relaciona consigo mesmo, com o mundo físico e com o ambiente sociocultural ao seu redor. E é, portanto, através dessa interação que constrói os conceitos, os quais, por sua vez, são traduzíveis via linguagem. Logo, não há como negar a relação intrínseca existente entre experiência, pensamento e linguagem (MARMARIDOU, 2000).

O postulado da relação entre corpo e mente (ou da “*mente corporificada*”) evidencia por que uma enorme quantidade de conceitos abstratos emerge de noções concretas, tendo por base a dimensão corporal. Lakoff e Johnson denominam esse fenômeno de “*metáfora primária*”, afirmando que estas são automática e inconscientemente adquiridas na vivência comum do cotidiano desde a infância. Assim, adotando a ideia de que o pensamento é de natureza eminentemente metafórica, elimina-se a clássica distinção entre linguagem comum e linguagem literária, bem como a ideia de linguagem figurada como uma realização linguística especial. Em vez disso, considera-se a figuratividade como um fenômeno central no processamento cognitivo, espelhada em todas as manifestações da fala cotidiana (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Slobin (1980) admite que as línguas parecem expressar noções abstratas, por extensões metafóricas, da experiência concreta do comportamento sensório-motor. Assumindo o mesmo ponto de vista, Heine (1994) afirma que a emergência de estruturas linguísticas deriva de determinados processos cognitivos básicos, através dos quais os conceitos gramaticais são expressos em termos de algumas experiências humanas básicas, relacionadas ao modo como nós vemos o mundo, a onde as coisas estão localizadas, a como elas se inter-relacionam, a como as ações são realizadas, e assim por diante. Confirmando essa perspectiva teórica, Marmaridou (2000, p. 61) sustenta que

(...) o sentido emerge de nossas experiências corporais e, dado que nossas experiências são física e culturalmente motivadas, parece plausível assumir

que o pensamento, compreendido como uma estrutura cognitivo-cultural, modela a língua. [Tradução nossa].

E acrescenta mais adiante (na mesma página):

(...) já que o sentido surge de uma compreensão da experiência e já que ela é simbolicamente expressada através de uma forma linguística, segue-se que a forma linguística expressa como os seres humanos entendem a experiência, ou, alternativamente, como eles conceitualizam a realidade. [Tradução nossa].

Sendo as construções linguísticas uma codificação simbólica do modo como conceitualizamos, através de operações cognitivas, as coisas (categorias) com as quais interagimos fisicamente, o contato corporal projeta-se decisivamente na formação de conceitos mais abstratos. Assim, estes são reflexos metafóricos das noções adquiridas pela experiência.

Nesse sentido, a metáfora é entendida como um caso de operações entre domínios cognitivo-conceituais, imprescindível no processamento mental e no intercâmbio diário de significação comunicativa.

Lakoff e Johnson (1999) assinalam que, nas metáforas, ocorrem mapeamentos entre domínios conceituais, em que determinadas noções de um domínio são projetadas em outro. Ou seja, um conceito é formulado em termos de outro pelo fato de compartilharem alguma(s) correspondência(s) conceitual(is).

Para a abordagem funcionalista centrada no uso, a metáfora desempenha um papel importante na mudança linguística, no sentido de licenciar o uso de um dado conceito de base mais concreta, vinculado a alguma experiência sensorio-motora, em um contexto de significação mais abstrata. Dessa forma, a expressão do grau é, em muitos casos, uma evidência do mapeamento metafórico de um conceito mais ancorado na concretude em outro de natureza mais abstrata. Além disso, contribui nesse mapeamento, em muitos casos, o fato de se procurar seguir um dado paradigma já existente, o que significa economia de processamento, favorecido, ainda, pela inferenciação pragmática.

Quanto à metonímia, segundo Lakoff e Turner (1989), ela constitui um mapeamento dentro de um mesmo domínio conceitual, de modo que uma entidade de um domínio pode ser utilizada para se reportar a uma outra entidade desse mesmo domínio.

A LFCU compreende a metonímia como o processo cognitivo no qual uma entidade conceitual fornece acesso a outra entidade conceitual dentro de um mesmo domínio (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). As projeções metonímicas implicam uma transferência semântica que se dá pela relação de contiguidade conceitual entre os elementos no mundo biofísico e social. No contexto linguístico, essa contiguidade ocorre na linearidade da cadeia sintagmática e se relaciona à interdependência morfossintática entre as entidades envolvidas. A contiguidade e a interdependência entre signos, com a frequência de uso, resultam, muitas vezes, em reinterpretação e reorganização desses signos, ou seja, em *reanálise*. Em relação ao conceito de grau, observa-se que, em muitos casos, opera-se o mapeamento do conceito de tamanho no domínio da quantidade, isso porque *mais* é interpretado como *maior* e *menos*, como *menor* (SILVA, no prelo).

As projeções metafóricas e metonímicas podem estar associadas à subjetividade e às relações intersubjetivas envolvidas na codificação do grau. Por subjetividade,

entendemos a manifestação de atitudes, pontos de vista e crenças do falante/ escrevente em relação àquilo de que trata. A intersubjetividade, por sua vez, relaciona-se às estratégias de negociação de sentido, de preservação da face, de monitoramento de ações e reações entre os parceiros no processo de interação verbal, de aproximação/ distanciamento entre eles (SCHIFFRIN, 1990; TRAUOGOTT; DASHER, 2002).

3. Abordagens da categoria grau

O tratamento do *grau* nas gramáticas tradicionais, de um modo geral, tem-se limitado a uma sucinta exposição descritiva do que é comumente denominado *grau* (ou *gradação*, para alguns). Em todas as gramáticas, procede-se à divisão do tema nas seguintes categorias semânticas: *grau do substantivo*, *grau do adjetivo* e *grau do advérbio*. O primeiro é subdividido em *grau aumentativo* e *grau diminutivo*; os dois últimos subdividem-se em *grau comparativo* (que, por sua vez, secciona-se nos subtipos *de inferioridade*, *de igualdade* e *de superioridade*) e *grau superlativo* (com os subtipos *relativo* e *absoluto*). Quanto aos modos de expressão linguística dessas categorias, apresentam-se as formas *sintética* (com acréscimo de marca morfológica de gradação – prefixal ou sufixal²⁸ – no lexema) e *analítica* (com um termo graduador relacionado ao item lexical).

Em geral, a descrição de cada uma dessas categorias do grau é inserida no estudo das flexões da respectiva classe lexical. Essa descrição é, invariavelmente, exposta no final da seção, com acentuada tendência prescritivista quanto ao uso da variante culta. Podem-se citar como exemplos, entre os mais representativos dessa linha de abordagem, Almeida (1999), Bechara (2001), Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2008) e Rocha Lima (2010).

As exemplificações utilizadas para ilustrar esse fenômeno são, em alguns casos, invenções das possíveis formas de codificação (isto é, exemplos artificiais criados pelo expositor) e, em outros, colhidos dos clássicos da literatura.

No campo da linguística, existem alguns poucos trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo do grau. É o caso de Cruzeiro (1973), que aborda essa questão no português dos séculos XIII a XV. Trata-se de uma obra de cunho predominantemente descritivo (mas não normatizador nem restrito aos padrões cultos), que nos fornece um panorama dos diversos recursos intensificadores utilizados nesse período no português europeu.

Outro trabalho sobre esse tema é o de Staub e Regueira (1975), o qual se constitui numa explanação eminentemente descritiva, tratando das origens etimológicas do sufixo superlativo erudito (nas formas *-íssimo*, *-érrimo* e *-ilimo*). Discute, ainda, a questão flexão/derivação quanto à categoria *grau*.

Fonseca (1985), também abordando o mesmo assunto, dedica-se a analisar a configuração e o funcionamento da comparação enfática (denominada por Fonseca de

²⁸ Não trataremos aqui da questão flexão/derivação do grau, visto que ela já se encontra amplamente discutida em trabalhos como, por exemplo, os de Câmara Jr. (1989), Gonçalves (2007), Sousa (2008). Alinhando-nos à posição desses autores, defendemos que, do ponto de vista morfológico, o grau é um caso de *derivação*, pelo fato de, entre outros motivos, não ser obrigatório, ou seja, não é paradigmático; não ter relevância sintática, isto é, não influencia a concordância; ser formal e funcionalmente multifacetado, o que significa que pode ser expresso por recursos linguísticos diversos e exibe um variado leque de propriedades semântico-discursivas.

"*comparação emblemática*"), procurando conjugar fatores de ordem sintática, semântica e pragmática, no âmbito da Linguística da Enunciação.

O estudo de Lopes (2000), que se insere num projeto de pesquisa maior sobre os mecanismos de intensificação na fala culta de Salvador/BA, tem como objetivo específico identificar os fatores enunciativos e argumentativos subjacentes ao uso dos prefixos intensificadores, sob a ótica da Análise do Discurso.

Há, ainda, um texto de Melo (2003) e dois de Gonçalves (2003, 2007) versando sobre essa temática. O primeiro consiste de um pequeno artigo de orientação laboviana, enfocando a intensificação "não-convencional" em narrativas orais como "*avaliação implícita*". Quanto aos de Gonçalves, um (de 2003) concentra-se na "*função indexical*" dos sufixos *-íssimo*, *-érrimo* e *-ésimo*. É um trabalho que, situado no campo da Sociolinguística, intenta promover a interface entre prosódia, morfologia e pragmática, procurando estabelecer uma relação entre o sexo dos falantes e a escolha dessas formas intensivas. O outro (de 2007) encaminha-se para o domínio da morfologia lexical, retomando a velha controvérsia flexão/derivação do grau no português.

Além desses, Silva (2010), em sua pesquisa, trata o grau como um universal semântico-linguístico, ao lado de fenômenos como dêixis, transitividade, referenciação, entre outros. Nesse sentido, analisa essa categoria conceitual em seus aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos, correlacionando-os à sua variada configuração formal. Em trabalho mais recente (no prelo), o autor propõe a classificação do grau em seis categorias semânticas, quais sejam: dimensivo, quantitativo, intensivo, hierárquico, avaliativo e afetivo.

Assumindo a perspectiva adotada por Silva, discutimos, neste artigo, questões relativas à subjetividade e à intersubjetividade implicadas no uso de diferentes formas sufixais de grau. Buscamos, com isso, verificar a correspondência entre essas manifestações linguísticas e funções relacionadas à postura avaliativa do falante/escritor e/ou ao seu propósito de orientar o ponto de vista/a atitude do ouvinte/leitor.

4. Uso de sufixos graduadores e relações (inter)subjetivas

Nesta seção, analisamos algumas ocorrências de sufixos graduadores nominais com vistas a elucidar fatores cognitivos e sociointeracionais nelas envolvidos. Para tanto, distinguimos usos desses sufixos designativos de conceitos mais vinculados à experiência concreta/física do locutor daqueles cujo conteúdo associa-se principalmente a atitudes valorativas/retóricas do falante/escritor. Ademais, investigamos em que medida esses sufixos instanciam tais atitudes.

Observemos, de início, as ocorrências a seguir:

- ... tem... um **barzinho**... do lado (...) eh... tem um **telão**... (*Corpus D&G/RJ*, 1995, p. 45).
 - ... e dentro desses **espaçozinhos** de areia ela colocou umas **plantinhas**... (...) dão umas **rosinhas** vermelhas... (*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 327).
 - Um clássico que encanta há mais de 50 anos. Novo Fiat Cinquecento é um **carrão**. (www.youtube.com/watch?v=QmJczE6REc0. Acesso: 05/10/2011).
- (7) ... eu sei que tem um [rapaz] bem **bonitinho**... que é parecido com:: com um paquera que eu tenho... (*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 327).

Em (4) e (5), o emprego dos sufixos indica sentidos mais relacionados à concretude, uma vez que descreve propriedades relativas à dimensão física dos termos referenciais designados por *bar*, *tela*, *espaço*, *planta* e *rosa*. Quanto às ocorrências em (6) e (7), os sufixos vinculam-se a noções mais abstratas, visto que se associam a valores afetivos/ subjetivos atribuídos aos conceitos de *carro* e *bonito*. Nesse sentido, o uso do afixo em *carrão* relaciona-se à atitude avaliativa do falante, pois o *carro* em *tela* é, na verdade, um *carrinho* em termos de tamanho. Assim, pode-se dizer que *-ão* relaciona-se à estratégia argumentativa de supervalorizar as propriedades mecânicas e demais vantagens oferecidas pelo *Novo Fiat Cinquecento*, e não à dimensão física deste. No caso de *bonitinho*, o afixo *-inho* tem a ver com a forma emotiva de o falante referir-se à beleza do rapaz de quem trata.

A construção desses conceitos de natureza mais abstrata representa situações de extensão metafórica e/ou metonímica (SILVA, 2010). Como o processo de metaforização envolve mapeamento entre domínios conceituais distintos, assumimos que os usos mais abstratos (ligados à afetividade/ avaliação/ argumentação) dos sufixos graduadores nominais derivam de projeções conceituais vinculadas à experiência biofísica em termos de quantidade, volume e/ou dimensão. Vejamos os dados em (8) e (9).

(8) ... A captura de um sócia do ex-ditador [Saddam Hussein], de perfil igualmente **rechonchudo**, o **bigodão** espesso e o jeito absurdamente **bonachão**, para alguém com as mãos tão manchadas de sangue,... (Veja, 10/09/2003, p. 122).

(9) Além de ser um cara **sortudo** e um economista muito competente, Conrado Navarro é autor do excelente blog, que vai te ensinar a fazer sua conta bancária crescer. (<http://papodehomem.com.br/voc-sortudo/>. Acesso: 02/10/2011)

Podemos observar que os sufixos *-udo* em *rechonchudo* e *-ão* em *bigodão* destacam características relacionadas à dimensão física: no primeiro caso, atribuída a uma pessoa muito gorda e, no segundo, a um bigode grande/ espesso. Esses mesmos conceitos sufixais são mapeados com acepção intensiva/ avaliativa em *bonachão* e *sortudo* via extensão metafórica, cujo processo fundamenta-se no esquema cognitivo INTENSIDADE É DIMENSÃO (LAKOFF; JOHNSON, 1999).

Dessa forma, as noções intensivas nos sufixos de *bonachão* e *sortudo* derivam da associação estabelecida com a ideia de tamanho (isto é, *grande bondade* e *grande sorte*, respectivamente). Essa ideia vincula-se, por contiguidade, ao conceito de quantidade, posto que coisas mais numerosas (ou de maior quantidade) são, em geral, percebidas como tendo maior dimensão. Isso, de certo modo, confirma o postulado de Taylor (1992) quanto ao fato de que processos metonímicos precedem determinadas extensões metafóricas.

No que diz respeito à metonimização, o mapeamento ocorre no mesmo domínio conceitual entre noções contíguas. Esse fenômeno é ilustrado na amostra a seguir:

(10) Agora, independentemente do clube, o Robinho sempre vai jogar sob pressão na Inglaterra por conta do **dinheirão** que pagaram pelo passe dele e pelo prestígio de titular da seleção. (http://www.linguee.com.br/portugues-ingles/traducao/independente_mente.html. Acesso: 05/10/2011).

Em (10), o sufixo graduador aplicado a *dinheiro* remete à quantia considerável que foi paga a Robinho. Nesse caso, a noção de valor monetário associa-se

metonimicamente à de quantidade, em razão de haver relação contígua entre ambos os conceitos, ou seja, ao alto preço do passe do jogador subjaz a ideia de *muito dinheiro* em termos quantitativos. Em outras palavras, a noção de quantidade é mapeada em termos de tamanho: ao acrescentar itens a um conjunto de objetos, a consequência natural é o aumento de seu volume/tamanho.

Os processos metafóricos e metonímicos subjacentes aos usos de sufixos graduadores não apenas contribuem para veiculação de conteúdo semântico mas também para marcar a manifestação de subjetividade e/ou de relações intersubjetivas (TRAUGOTT, 2010). No que diz respeito à subjetividade, o uso de sufixos graduadores pode revelar atitudes avaliativas do falante/escritor em relação àquilo de que trata, expressando, entre outras, afetividade, ironia, prestígio, depreciação. Quanto às relações intersubjetivas, destacam-se, por exemplo, as funções retórico-argumentativas e estratégias interativas (tais como assinalar aproximação/ distanciamento entre os interagentes).

Observemos, no fragmento textual a seguir, a manifestação de (inter)subjetividade por meio do uso de sufixos graduadores.

(11) O bom **velhinho** ataca novamente

Era noite de Natal, mas a narrativa envolve **coelhinho** em lugar de renas. Durante a troca de presentes, Hugh Hefner, 84, fundador da revista PLAYBOY e eterno usuário de pijamas de seda, deu uma **caixinha** para a sua namorada, a modelo Crystal Harris, 24 (fizeram a conta?), capa da edição de dezembro da revista. E o que havia dentro? Nossa, um anel de noivado! “Crystal desfez-se em lágrimas. Foi uma noite memorável”, contou, pelo twitter, o bom velhinho. Hefner já teve duas outras mulheres e, no começo de 2010, quando oficializou o último divórcio, afirmou que nunca mais se casaria. Será que overdose de **balinha** azul causa uma certa confusão ou depois de uma certa idade não faz diferença? (*Veja*, 05/01/2011, p. 99).

O texto em (11) é parte do conjunto de textos da coluna social de *Veja*, cuja seção intitula-se *Gente*. Nela, são publicadas pequenas notícias com comentários acerca de celebridades, os quais podem apresentar conotação valorativa ou depreciativa. No caso em questão, o teor subjetivo desses comentários manifesta-se, entre outros recursos, por meio da sufixação gradual. Nesse sentido, o uso do sufixo *-inho(a)* em *velhinho*, *caixinha* e *balinha* indica avaliação/ apreciação do redator quanto ao envolvimento amoroso entre o dono da Playboy (um octogenário muito rico) e uma jovem modelo de 24 anos, contribuindo para a construção do viés irônico de que se reveste o texto.

A ironia, nesse caso, está estreitamente associada à insinuação, por parte do redator, do possível interesse implicado nesse relacionamento: o de a modelo promover-se em função do namoro. Essa ideia é reforçada pela recorrência a outros elementos, tais como a pergunta dirigida aos leitores “fizeram a conta?” (ressaltando a diferença de idade) e a expressão exclamativa “Nossa, um anel de noivado!” (insinuando, sarcasticamente, a falsa surpresa da modelo).

Vejamos, agora, a situação retratada em 12:

(12) F1 – Tu acha? Professor fica contando falta...

F2 – Eu acho um absurdo isso... por isso eu gosto de Medeiros... por isso eu dava ponto a ele... ele escolhambava mas... presença... ficar contando **faltinha**... vai pra lá ômi... Eunice também é assim... né não... Eunice?

F1 – Ela sabe que aquela **materiazinha** que ela dá... (*Banco Conversacional de Natal*, p. 2).

No excerto 12, extraído de uma conversação espontânea, os falantes tratam de procedimentos metodológicos de docentes da graduação. Nesse contexto, julgam a conduta de alguns de seus professores, compartilhando avaliação negativa que deles fazem. Para tanto, valem-se, sobretudo, do uso do sufixo graduador *-inha* em *faltinha* e *materiazinha*, que expressam o valor depreciativo atribuído a esses conceitos.

Cabe assinalar ainda que o texto em (12) é altamente interativo, posto que se trata de uma conversa informal. Nesse sentido, não veicula apenas subjetividade do falante em relação ao conteúdo de que trata, mas também envolve relações intersubjetivas, na medida em que ele procura orientar seu interlocutor, com vistas a fazê-lo compartilhar o ponto de vista defendido/ expresso. Podemos observar que os falantes F1 e F2 negociam a visão negativa que têm acerca de alguns professores (notadamente aqueles que controlam a frequência dos alunos às aulas), recorrendo, para isso, ao emprego do sufixo *-inha*. Esse recurso permite aos interlocutores partilhar a noção de desprezo quanto à postura desses professores.

Analisemos este outro texto da coluna social de *Veja*:

(13) Com ela, o mundo fica cor-de-rosa

O sobrenome pomposo ela herdou do tataravô barão. Já o papel da **lindona** no último filme da trilogia *Transformers* e o primeiro lugar numa famosa lista de mulheres mais sexy do mundo, a modelo inglesa Rosie Huntington-Whiteley, 24, herdou da atriz Megan Fox. Com um tipo de beleza considerado perfeito da cabeça aos pés – passando pelo **lacinho** cor-de-rosa que desafiou as leis da física no baile anual de gala do Metropolitan, em Nova York –, Rosie começou como modelo de roupas de baixo, mas rapidamente foi promovida para o lado de cima: o das beldades que se movimentam e até falam diante das câmeras. Mesmo que só um **pouquinho**, como o namorado, o **fortão** e o **caladão** Jason Statham. (*Veja*, 11 mai. 2011, p. 81)

Em (13), o redator procura destacar as qualidades/ virtudes da modelo inglesa Rosie Huntington-Whiteley, o que mostra uma orientação positiva na expressão da subjetividade. Nessa direção, o sufixo em *lindona* enaltece a beleza de Rosie; em *lacinho*, o elemento sufixal assinala o aspecto delicado de um acessório utilizado por ela; já a marca sufixal em *pouquinho* atenua o quanto a modelo fala diante de câmeras, destacando sua discrição. Da mesma forma, o *-ão* em *fortão* e *caladão* enfatizam características do namorado da modelo, auxiliando para compor a avaliação positiva não somente dela como também do mundo que a cerca.

Como podemos observar no texto comentado, o emprego desses afixos ratifica a tendência à expressão da subjetividade em gêneros dessa natureza (coluna social). Essa tendência está relacionada ao propósito comunicativo de apresentar uma informação sob a ótica particular do falante/ escrevente. Nessa perspectiva, o que constatamos com o uso desses sufixos é coerente com o pensamento de Tomasello (1998) e de Langacker (2006), segundo o qual os textos revelam, além do conteúdo informacional, a perspectiva a partir da qual essa informação é comunicada e deve ser compreendida.

5. Considerações finais

Baseadas numa abordagem funcional de estudo da língua, as discussões empreendidas neste artigo corroboram o pressuposto funcionalista de que há, de algum modo, íntima relação entre uso linguístico e codificação formal. Nesse sentido, a análise do emprego de sufixos graduadores nominais nas ocorrências aqui apresentadas confirma o percurso objetividade > subjetividade > intersubjetividade, conforme encontramos em Traugott (2010).

Essa trajetória implica o mapeamento de conceitos vinculados à concretude em conteúdos mais abstratos, o que envolve tanto projeções metafóricas, via analogia, quanto metonímicas, por contiguidade (SILVA, no prelo). Além disso, liga-se à expressão de subjetividade e às relações intersubjetivas constituídas nos processos de interação verbal. Por fim, esse percurso tem estreita relação com os aspectos ideacionais e interpessoais dos textos em que se materializa, revelando a convergência de fatores semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos.

Referências

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de linguística geral*. 7. ed. (rev. e aum.). Rio de Janeiro: Padrão, 1989.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CRUZEIRO, M. E. *Processos de intensificação no português dos séculos XIII a XV*. Lisboa: PCEF (18), 1973.
- FONSECA, J. Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas. In: *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*. II série, v. II, p. 213-250. Porto: Universidade do Porto, 1985.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal, RN: EDUFRN, 1998.
- _____. *Banco conversacional de Natal* [recurso eletrônico] Natal, RN: EDUFRN, 2011.
- _____.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. Rio de Janeiro: MAUAD, no prelo.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. New York: Academic Press, 1984.
- GONÇALVES, C. A. A função indexical das formações x-íssmo, x-érrimo e x-ésimo no português do Brasil. In: *Veredas* (Revista de Estudos Linguísticos), nº 9, jul/dez., p. 47-59. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2003.
- _____. Flexão e derivação: o grau. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 149-168.
- HEINE, B. Grammaticalization as an exploratory parameter. In: PAGLIUCA, W. (ed.). *Perspectives on grammaticalization* (Current issues in linguistic theory), v. 109, p. 255-287. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: CUP, 2003.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.

- _____.; _____. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. GEIM. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. (Col. As Faces da Linguística Aplicada).
- _____.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago/ London: UCP, 1989.
- LANGACKER, R. Subjectification, grammaticization, and conceptual archetypes. In: CORNILLIE, B. et al. (eds.). *Subjectification: various paths to subjectivity*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006, p. 17–40.
- LOPES, C. A. G. *Processos de intensificação prefixais na norma urbana culta de Salvador*. anais_con2int_mr.pdf. 2000. (Acessado em mar. 2004).
- MARMARIDOU, S. S. *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.
- MELO, I. F. A intensificação como mecanismo de avaliação implícita em narrativas orais. In: *Ao Pé da Letra: revista dos alunos de graduação em Letras*. v. 5., n. 1/2, dez., p. 37-43. Recife, PE: UFPE. Centro de Artes e Comunicação/Departamento de Letras, 2003.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- SCHIFFRIN, D. The management of a co-operative self during argument: The role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A. D. (ed.). *Conflict talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 241–259.
- SILVA, J. R. *Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos processos de intensificação*. 307f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Natal-RN: UFRN, 2008.
- _____. *O grau em perspectiva: uma abordagem centrada no uso*. (no prelo)
- SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1980.
- SOUSA, A. M. de. Retomando a discussão: grau – flexão x grau – derivação. In: *SOLETRAS*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p. 143-157. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/5018/3689>. Acesso em mar. 2013.
- STAUB, A.; REGUEIRA, P. B. A estrutura do superlativo absoluto sintético português. In: *Letras de Hoje*. Rio Grande do Sul: PUC-RS, 1973.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Great Britain: Laredan Paperbacks, 1992.
- TOMASELLO, M. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: _____. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, 1998, p. vii-xxiii.
- TRAUGOTT, E. C. Exaptation and grammaticalization. In: AKIMOTO, M. (ed.). *Linguistics studies based on corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Company, 2004.
- _____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K. et al. (eds.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010, p. 29-71. (Topics in English Linguistics, 66).
- _____.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: CUP, 2002.

A transitividade na conversação: uma abordagem funcional centrada no uso

Lúcia Chaves de Oliveira Lima²⁹

RESUMO: Este trabalho toma como objeto de estudo o fenômeno da transitividade na conversação. O objetivo é examinar como os predicados transitivos se comportam no discurso falado do português brasileiro. No Brasil, não há pesquisas que contemplem esse fenômeno no padrão discursivo conversação, o que justifica e revela a necessidade desta pesquisa direcionada a elucidar questões que envolvem a transitividade em conversas espontâneas do dia a dia. Isso posto, este trabalho busca descrever, explicar e compreender a transitividade com base em dados linguísticos concretos, produzidos por falantes nativos da língua portuguesa. Utilizamos os pressupostos teóricos da Linguística Funcional norte-americana inspirada em Hopper e Thompson (1980), Thompson e Hopper (2001), Givón (2001), Chafe (1979), Bybee (2010), entre outros, bem como da Linguística Cognitiva representada por pesquisadores como Taylor (1995) e Goldberg (1995), por exemplo. O material de análise é constituído por conversas extraídas do corpus Banco Conversacional de Natal (FURTADO DA CUNHA, 2011). Os resultados da análise dos dados sugerem que orações transitivas prototípicas não são muito frequentes na conversação. Esperamos, através deste trabalho, contribuir de algum modo para a compreensão do fenômeno linguístico pesquisado e para uma visão mais ampla do fenômeno da transitividade no português contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Transitividade; Conversação; Prototipicidade.

ABSTRACT: This work takes as a study subject the phenomenon of transitivity in the conversation. The focus is to examine how complements behave in the discussion in the Brazilian Portuguese. In Brazil, there are no researches that treat this phenomenon in the discursive conversation, for that reason it justifies and reveals the importance of this research that aims to answer questions related to the transitivity of ordinary conversations. That said, this work seeks to describe, explain and understand the transitivity based on concrete linguistic data, produced by native speakers of Portuguese language. We have used as theoretical assumptions the North-American Functional Linguistics, mainly Hopper and Thompson (1980), Thompson e Hopper (2001), Givón (2001), Chafe (1979), Bybee (2010), among others, as well as the Cognitive Linguistics presented by Taylor (1995) and Goldberg (1995), for example. This data consists in conversations from the corpus Banco Conversacional de Natal (FURTADO DA CUNHA, 2011). The results suggest that typical transitive sentences are not frequent in the conversation. We intend to contribute, in some way, to the comprehension of the linguistic phenomenon focused, as well as to contribute to a more general vision of the phenomenon of transitivity in the Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: Transitivity; Conversations; Prototypicality.

1 Introdução

²⁹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, UFRN. Membro do Grupo de Estudos Discurso & Gramática. luciachavess@hotmail.com

Transitividade, do latim *transitivus*, significa literalmente *ir além, passar adiante*. Esse fenômeno vem sendo pesquisado desde os gramáticos alexandrinos. No entanto, apesar de seu estudo ser antigo, não há uma classificação unânime entre os gramáticos. Diferentes abordagens, como a da gramática tradicional, da gramática descritiva e a perspectiva funcionalista, apresentam pontos de vista distintos. Essas diferenças residem, em parte, em como compreender e explicar o fenômeno.

Conforme a gramática tradicional, transitividade relaciona-se à necessidade de um verbo exigir um complemento, isto é, faz-se necessária a presença de um Sintagma Nominal (SN) codificado como objeto para que o sentido do verbo se complete. Se o verbo não necessita de complemento, diz-se que o verbo é de predicação completa e classificado como intransitivo.

Sendo assim, quanto à predicação, os verbos são classificados em transitivos e intransitivos, sendo os primeiros classificados em direto, indireto ou direto e indireto (bitransitivo). Bechara (2005) descreve a transitividade sob o enfoque da *Regência verbal*, um fenômeno formal cuja estrutura leva em conta apenas a relação entre o verbo e seu objeto, ou seja, é analisada sintaticamente. Para o autor, os verbos intransitivos são aqueles que não necessitam de delimitadores (Ela não *trabalha*) e os verbos transitivos diretos e/ou indiretos precisam de delimitação (Eles *precisam de socorro*). Nesse exemplo, o verbo *precisar* sem o SPrep *de socorro* tem predicação incompleta, isto é, precisa de mais informação para que a oração complete o sentido.

Vê-se, nessa abordagem, que a transitividade é compreendida como uma propriedade determinante do verbo. No entanto, ao observar textos produzidos em situação real de comunicação, percebemos que a construção da oração transitiva não segue uma estrutura regular como a descrita anteriormente, isto é, não apresenta uma estrutura fixa; o falante as constrói no discurso interativo, atendendo às situações comunicativas. Sendo assim, para compreender esse fenômeno, vamos analisar a transitividade na conversação. Nosso objetivo é descrever, explicar e compreender o fenômeno da transitividade com base em dados linguísticos concretos.

Para tanto, adotamos uma perspectiva funcional centrada no uso. Isto é, o trabalho se fundamenta nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional norte-americana, inspirada em Hopper e Thompson (1980), Thompson e Hopper (2001), Givón (2001), Chafe (1979), Bybee (2010), entre outros, bem como da Linguística Cognitiva, representada por Taylor (1995) e Goldberg (1995), por exemplo. Essas duas correntes teóricas compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos; dentre eles, destacam-se:

[...] não distinção entre léxico e sintaxe; incorporação da semântica e da pragmática; relação entre a estrutura das línguas e seu uso; análise de enunciados que ocorrem no discurso natural; gramática como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a linguagem; reconhecimento do estatuto fundamental das funções da língua na descrição das suas formas (FURTADO DA CUNHA, 2009).

De acordo com esse quadro teórico, *a língua é determinada e moldada pelas/nas situações reais de comunicação, decorrente de processos cognitivos e funcionais*. Esses processos desempenham um papel importante na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Podemos concordar, então, que a língua é uma estrutura maleável, pois se conforma a diferentes situações sociocomunicativas.

Nessa perspectiva, a *gramática* é resultado da estruturação dos processos cognitivos e funcionais da língua e por isso é vista como um sistema aberto, suscetível a mudanças e afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia. Ela é “[] um conjunto de formas, padrões e práticas que surgem para servir às funções que os falantes necessitam desempenhar com mais frequência” (FORD; FOX; THOMPSON, 2003, p.122)

Desse modo, podemos dizer que a frequência de um determinado uso determina os padrões gramaticais. A sintaxe é subordinada a mecanismos semânticos, que nossa mente processa durante a produção linguística. Este componente semântico, por sua vez, é subordinado ao componente pragmático (TOMASELLO, 1999). Em outras palavras, segundo Furtado da Cunha et al. (2003), as motivações cognitivas e os fatores pragmáticos são responsáveis pelo desenvolvimento de novas estruturas gramaticais, assim como pela (re)utilização de estruturas já conhecidas pelo falante para dar conta de novas funções. O arranjo dos elementos linguísticos no discurso ocorre de acordo com a perspectiva que o falante deseja enfatizar no ato interacional (FURTADO DA CUNHA et al, 2003).

Os dados que servem para a análise do fenômeno da transitividade foram retirados do *corpus* Banco Conversacional de Natal (FURTADO DA CUNHA, 2011). Esse banco de dados é uma amostragem diversificada que fotografa o uso da língua em situações reais de fala, ou seja, é estritamente conversacional e pode fornecer comprovação empírica para este trabalho. A amostra analisada na pesquisa corresponde a nove conversações representativas de discurso natural dos natalenses, as quais estão organizadas em torno dos seguintes temas: *Música, Esportes, Jogo de futebol, Video Game, Aula, Alimentação infantil, Água de Natal, Vendedores de salgados, Casa sorteada*. Como se pode perceber, os temas são variados e versam sobre assuntos do cotidiano.

As conversas foram selecionadas sem nos preocuparmos com o tópico discursivo nem com a quantidade de informantes. Levamos em conta, apenas, a extensão para termos uma amostragem mais homogênea.

2 Transitividade na conversação

Na conversação, o SN que funciona como o OD de um determinado verbo nem sempre é explicitado na fala. De acordo Furtado da Cunha (2006), o objeto direto não expresso pode ser de dois tipos: anafórico e inferido. “O objeto zero anafórico compreende os objetos contextualmente dados ou recuperáveis. Já a categoria zero inferido compreende os objetos previstos pela estrutura semântica do verbo” (p. 124). O primeiro pode ser recuperado no contexto discursivo/comunicativo, conforme (1) e (2).

- (01) 446 F2 eu fui com/eu fui mama/...
447 escondida de mamãe comprar...
448 um x-tudo...
463 tava dentro do saco:...
464 que o homem...
465 o saquinho mesmo do x-tudo...
466 é a:::uma sacola que ele **botou** pra eu...
467 para eu levar pra casa... (BCN– Evento: Vídeo Game)

O trecho em (1) foi retirado do evento discursivo *Video game*. No intervalo do jogo, os participantes falam sobre o que comer e F2 narra um fato ocorrido com ela. Observa-se que, na oração “*é a::uma sacola que ele botou pra eu...*” (linha 466), não há objeto explícito do verbo *botar*, mas ele é recuperado pelo ouvinte, uma vez que o SN *x-tudo* foi mencionado anteriormente na conversa.

Em (02), observamos, na linha 28, a oração *abri essa e coloca...*: o primeiro verbo tem como objeto o pronome *essa*. Geralmente, os pronomes retomam algo/algumém mencionado no discurso ou presente na situação comunicativa. Nessa conversa, o pronome *essa* aponta um elemento presente na situação, no caso, o lugar no gravador onde se coloca a fita.

- | | | | | |
|------|-----|----|-------------------------------------|---------------------------|
| (02) | 025 | F1 | quan/quando acabar aí... | |
| | 026 | | que dé o estalinho... | |
| | 027 | | você pega... | |
| | 028 | | abri essa e coloca ... viu? | |
| | 030 | F2 | vi... | |
| | 031 | F1 | [tá certo...] | |
| | 032 | | [grave só um lado...] tá... | (BCN– Evento: Vídeo Game) |

O segundo verbo *coloca* não tem nenhum complemento. Inferimos, de acordo com o contexto comunicativo, que o falante pede para *colocar* uma fita para ser gravada. Do mesmo modo, na oração “[**grave** só um lado...]”, o verbo *gravar* não tem objeto explícito; o falante não informa o que deve ser gravado. No entanto, de acordo com nosso conhecimento prévio sobre o evento *gravar* e dada a situação comunicativa, inferimos que se trata da *fita*.

Essas informações, quanto à presença ou ausência do objeto no discurso, tornam-se importantes, uma vez que são fundamentais para a seleção, descrição e análise do fenômeno aqui estudado.

Como se pode observar nos exemplos dados, a estrutura sintática do evento transitivo na fala espontânea é moldada em função da situação comunicativa e, por esse motivo, apresenta algumas diferenças da estrutura sintática prescrita pela Gramática Normativa. Isto é, não se comporta como uma categoria definida. De acordo com Martelotta (2010, p. 63),

[...], a gramática não pode ser vista como independente do uso concreto da língua, ou seja, do discurso. Quando falamos, valemo-nos de uma gramática, ou seja, de um conjunto de procedimentos necessários para, através da utilização de elementos linguísticos, produzirmos significados em situações reais de comunicação. Mas, ao adaptarmos esses procedimentos aos diferentes contextos de comunicação, podemos remodelar essa gramática, que, na prática, seria o resultado de um conjunto de princípios dinâmicos que se associam a rotinas cognitivas e interativas moldadas, mantidas e modificadas pelo uso.

Desse modo, o estudo da transitividade, na fala espontânea, deve ir além da análise do fenômeno estrutural, levando em conta, também, a situação real de comunicação, como demonstrada nos trechos das conversas (01) e (02).

Para dar conta desse fenômeno na conversação, adotamos a proposta de Hopper e Thompson (1980). Para esses linguistas, a transitividade envolve uma gradualidade entre dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação de um agente para um paciente, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Parâmetros da transitividade segundo Hopper e Thompson (1980)

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
5. Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
6. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	Modo realis	Modo irrealis
8. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do objeto	Objeto afetado	Objeto não afetado
10. Individuação do objeto	Objeto individuado	Objeto não individuado

Cada parâmetro contribui para a ordenação das orações de acordo com o grau de transitividade manifestado, determinando se a oração é menos ou mais transitiva.

Participantes Não pode haver transferência de ação a menos que dois participantes estejam envolvidos no evento. Em (03), o primeiro participante é o sujeito *eu*, e o segundo é o objeto *basquete*.

(03) lá eu joguei basquete...³⁰

Cinese Ações podem ser transferidas de um participante a outro, mas estados não. Logo, algo acontece com *as pedras* em (04), mas não com *a senhora* em (05)

(04) antes eu peguei todas essas pedras... durinha... e soquei...

(05) a mãe eu admiro muito a senhora...

Aspecto Uma ação vista do seu ponto final, isto é, uma ação perfectiva ou télica, como em (06), é mais eficazmente transferida para um participante do que uma ação que não tenha término, conforme ocorre em (07).

(06) **formei** meu jogo também... (perfectivo)

(07) ele num tava **comendo** nada (não perfectivo)

Pontualidade Ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm maior efeito sobre seus pacientes (08) do que ações que são inerentemente contínuas (09).

(08) quando eu **vi** o sete... (pontual)

(09) o saquinho mesmo do x-tudo...para **eu levar** pra casa...(não pontual)

Intencionalidade O efeito sobre o paciente é tipicamente mais aparente quando a ação do agente é apresentada como proposital. Assim, em (10), a ação de escrever foi intencional, enquanto em (11) não.

(10) por que que eu **escrevi** une livre... (intencional)

(11) eu acho que eu **esqueci** de colocar libra em português...” (não-

³⁰ Todos os exemplos são amostras de conversas do *corpus* Banco Conversacional de Natal.

intencional).

- Polaridade* Ações que aconteceram podem ser transferidas como em (12), mas ações que não aconteceram, não (13).
(12) aí eu **passo** no liquidificador... (oração afirmativa)
(13) cupim cega os dentes todinho...e **não come**... (oração negativa)
- Modalidade* Esse parâmetro se refere à distinção entre eventos *realis* e *irrealis*. As orações (14) e (15) são marcadas como *irrealis*. Na primeira, o verbo está no tempo futuro, o que indica que a ação de comprar ainda não ocorreu. No segundo, a partícula “*se*” aponta para a possibilidade de pegar ou não a máquina e denota um evento hipotético. Em (16), a oração é marcada como *realis*, o que significa que o evento ocorreu.
(14) eu é que vou **comprar** um gravador... (*irrealis*)
(15) Andressa se eu **pegar** essa máquina... (*irrealis*)
(16) eu fui...escondida de mamãe **comprar**... um x-tudo... (*realis*)
- Agentividade* Participantes que têm agentividade alta podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com baixa agentividade não podem.
(17) **ele** botou...pra eu levar pra casa... (agentivo)
(18) **o povo** tem o cabelo ruim (não agentivo)
- Afetamento* O grau em que uma ação é transferida para um paciente é uma função de quão completamente esse paciente é afetado. Assim, por exemplo, o afetamento é mais efetivo em (19) do que em (20).
(19) Eu bebi **o leite** todo.... (objeto afetado)
(20) Quando eu vi **o sete**.... (objeto não afetado)
- Individuação* Uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um paciente não individuado. Esse parâmetro agrupa seis traços, caracterizando o objeto como (a) Individuado: *próprio, humano-animado, concreto, singular, contável, referencial e definido*; (b) Não-individuado: *comum, inanimado, abstrato, plural, não contável, não referencial*.
(21) o saquinho mesmo do **x-tudo**... é a::uma sacola que ele botou pra eu... (objeto individuado)
(22) ela tem **trinta créditos** ainda... (objeto não individuado)

Como se pode ver, esses parâmetros analisam as propriedades do sujeito, do verbo, do objeto e da oração, de modo que a presença/ausência de uma propriedade pode implicar a presença/ausência de outra. “Embora independentes, [...] funcionam juntos e articulados na língua, o que significa que nenhum deles sozinho é suficiente para determinar a transitividade de uma oração” (FURTADO DA CUNHA, 2011. p.46).

Thompson e Hopper (2001), revisitando a noção de transitividade, mostram que, na conversação inglesa, a transitividade é muito baixa. Além disso, os autores explicam que um exame conclusivo das questões que originam a experiência de quantificar a transitividade das orações no discurso conversacional tem sérias implicações para a nossa compreensão da gramática da oração.

Os resultados desses autores mostram que, das 446 orações de três conversações face a face, 121 têm dois ou mais participantes. Essas orações se mostraram relativamente com transitividade baixa. Segundo os pesquisadores, esses achados corroboram os resultados de pesquisas em outras línguas e ratificam a importância dessas investigações para o estudo da estrutura argumental.

Além dos estudos da Transitividade na conversação inglesa (THOMPSON; HOPPER, 2001), destacamos a pesquisa de Vázquez (2004), que investigou o mesmo fenômeno na conversação hispânica.

A autora ancora-se em argumentos baseados na aquisição (cf. SLOBIN, 1981; NINIO, 1999) e na frequência de uso da construção transitiva. Isso a conduz a uma nova interpretação do protótipo, que passa a corresponder às orações de baixa transitividade. Após analisar mais de 5000 verbos, Vázquez selecionou os 20 mais frequentes e constatou que eles, além de apresentarem baixa transitividade, não condizem com a descrição dos verbos reconhecidos como mais frequentes por outros autores.

Esse novo olhar relacionado à transitividade somado às observações de diferentes perspectivas de conceber o fenômeno, como mostradas acima, culminaram em algumas reflexões que deram origem a essa pesquisa. Além disso, no Brasil, não há trabalhos que contemplem a transitividade na conversação, o que justifica e revela a necessidade deste estudo direcionado a elucidar questões que envolvem o fenômeno em conversas espontâneas do dia a dia.

Esta proposta de trabalho representa um recorte do meu trabalho de mestrado e é resultado da experiência como bolsista de Iniciação Científica (CNPq), na base de pesquisa *Discurso & Gramática*. Durante esse período, trabalhamos na constituição do *corpus* Banco Conversacional de Natal³¹ e na investigação das manifestações discursivas da estrutura argumental dos verbos transitivos³².

É importante ressaltar que há uma grande dificuldade em se trabalhar com dados reais de fala. Na interação espontânea, deparamo-nos com novas funções e construções. Por esse motivo, as questões que surgem quando se trabalha com dados reais de comunicação apresentam implicações para nossa compreensão da gramática da oração (cf. FURTADO DA CUNHA, 2006)

3 Método de investigação e tratamento dos dados

Inicialmente, selecionamos e computamos os verbos transitivos que ocorrem com um ou dois participantes. Levamos também em consideração os casos em que o objeto é zero anafórico ou inferido, dado que é muito frequente na conversação. Essa opção se justifica porque também estamos considerando o sujeito Ø (zero).

Não foram computados:

- Os verbos transitivos que têm como complemento um objeto oracional.

(23) eu sabia [*que ninguém ia mais pegar...*]

(24) eu pensei [*que essa sequência um dois...*]

(BCN– Evento: Vídeo Game)

³¹ O Banco conversacional de Natal é formado por conversas espontâneas. Essas conversas são altamente interativas e se dão entre pessoas que se conhecem, mas não compartilham as mesmas atividades ocupacionais, evitando assim uma amostra relativamente homogênea de falantes.

³² Nessa pesquisa, o trabalho focalizou verbos do tipo semântico de ação e de ação-processo.

- Os verbos transitivos em que não se pode recuperar o objeto dado na situação comunicativa.

(08) *bote* aqui na mão da titia.

(BCN– Evento: Alimentação infantil)

Após essa coleta, listamos os tipos e ocorrências dos verbos encontrados em cada conversa. Em seguida, cruzamos os resultados e os organizamos em ordem decrescente, a fim de selecionarmos os dez verbos mais frequentes. De acordo com Bybee (2010, p. xx.)

[...] a frequência de ocorrência pode influenciar significativamente a categorização na língua. Considerando também que usar uma língua é uma questão de acessar representações estocadas, aquelas que são mais fortes (as mais frequentes) são acessadas mais facilmente e podem, assim, ser mais facilmente usadas como base para a categorização de itens novos. Por causa disso, um exemplar de alta frequência classificado como um membro de uma categoria tende a ser interpretado como um membro central da categoria.

Pensando no(s) exemplar(es) de alta frequência no banco conversacional, consideramos viável, então, avaliar como mais frequentes os verbos transitivos que ocorreram em todas, ou em quase todas, as conversas, evitando assim o enviesamento dos dados.

Posteriormente, seguindo a proposta de Hopper e Thompson (1980), partimos para a análise dos dez traços sintático-semânticos da transitividade. Para tanto, analisamos duas ocorrências – a primeira e a última – dos dez verbos transitivos mais frequentes da *conversa 10* (Vídeo Game).

4 Análise dos dados: os 10 verbos mais frequentes

Nesta seção, apresentaremos, em primeiro lugar, os resultados quantitativos da nossa pesquisa e, na sequência, a análise dos dados de acordo com os dez traços sintático-semânticos.

Das 4210 unidades entonacionais referentes às 9 (nove) conversas analisadas no *corpus*, foram coletadas 721 ocorrências de verbos transitivos, representadas por 169 tipos diferentes de verbos. Em seguida, selecionamos os 10 tipos de verbos mais frequentes.

Estipulamos também, como critério de análise, além da frequência de ocorrência por tipo verbal, selecionar os verbos que estivessem presentes em todas ou em quase todas as conversas. Por exemplo, veja na tabela (1) alguns dos verbos mais frequentes e sua distribuição de ocorrências por conversa.

Tabela 1: Ocorrência dos verbos por conversa

IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

VERBOS MAIS FREQUENTES NO BANCO CONVERSACIONAL DE NATAL												
	Tipos de verbos	Ocorrências	Ocorrências por conversas ³³									Total
			nº4	nº6	nº9	nº10	nº11	nº15	nº16	nº17	nº18	
1	Fazer	83	3	17	10	3	2	20	6	12	9	9
2	Ter	55	9	9	5	7	2	7	8	3	5	9
3	Botar	48	5	2	-	2	3	15	8	4	9	8
4	Comer	25	-	-	-	1	-	22	-	1	-	3

Ao analisar a última coluna da tabela, que demonstra a quantidade de conversas em que cada verbo ocorreu, observamos que os três primeiros verbos mais frequentes: *fazer*, *ter* e *botar* apareceram em praticamente todas as conversas. No entanto, o quarto verbo (*comer*) ocorreu em apenas três conversas. Esse dado chamou à atenção, pois, das 25 ocorrências desse tipo de verbo, aproximadamente 90% se deram na conversa 15, *Alimentação infantil*. Notam-se, no pequeno trecho da conversa, posto a seguir, cinco ocorrências do verbo *comer*:

(26) 228 F1 porque ela sentava e ia **comer** comida...
 229 comida com () ela **comia** com tudo...
 230 ela () **come** só né...

(27) 234 F2 ente/ então o menino num **come** nada...
 238 **come** umas baganas com ()...

(BCN– Evento: Alimentação infantil)

Esse resultado nos mostra que o tópico discursivo pode motivar a frequência de determinados usos. O mesmo ocorre com os verbos, *gravar*, *vender*, *jogar* e *tomar*, conforme discriminado a seguir.

Vender – 70% de ocorrências na conversa *Vendedores de salgado*.

Jogar –77% ocorrências na conversa *Esporte*.

Tomar –72% ocorrências na conversa *Alimentação infantil*.

Gravar –63% ocorrências na conversa *Vídeo game*.

Observa-se que *gravar*, ao contrário dos demais verbos, não tem relação direta com o evento discursivo *Vídeo game*. No entanto, a frequência desse verbo está relacionada diretamente com o contexto comunicativo, com o fato de que as conversas estavam sendo gravadas. A ocorrência do verbo *gravar*, nas outras conversas, na maioria dos casos, tem a mesma explicação. Por esse motivo, não permaneceu na lista dos verbos mais frequentes.

Ao final desse levantamento, selecionamos os 10 (dez) verbos mais frequentes no *corpus* conversacional, totalizando 284 ocorrências. A tabela 2 apresenta os quantitativos absolutos e a porcentagem de ocorrências de cada tipo.

Tabela 2 : Tipo e ocorrências dos verbos mais frequentes

Nº	Tipos	Ocorrências	%
1	Fazer	83	29,2%

³³ Conversa nº 4 – *Música*, Conversa nº 6 – *Esportes*, Conversa nº 9 – *Jogo de futebol*, Conversa nº 10 – *Vídeo game*, Conversa nº 11 – *Aula*, Conversa nº 15 – *Alimentação Infantil*, Conversa nº 16 – *Água de Natal*, Conversa nº 17 – *Vendedores de salgados*, Conversa nº18 – *Casa sorteada*.

2	Ter	55	19,4%
3	Botar	48	17%
4	Pegar	18	6,3%
5	Querer	16	5,6%
6	Ver	17	6%
7	Tirar	14	5%
8	Comprar	14	5%
9	Colocar	11	3,8%
10	Levar	8	2,8%
Total		284	100%

Considerando a pesquisa de Vázquez (2004) e a frequência de ocorrência em nosso *corpus*, os tipos verbais da tabela 2 podem ser considerados os verbos transitivos prototípicos na conversação do português falado, em particular da região Nordeste. É importante dizer também que, dependendo da situação comunicativa, o mesmo tipo verbal pode ocorrer em construções de estruturas argumentais distintas.

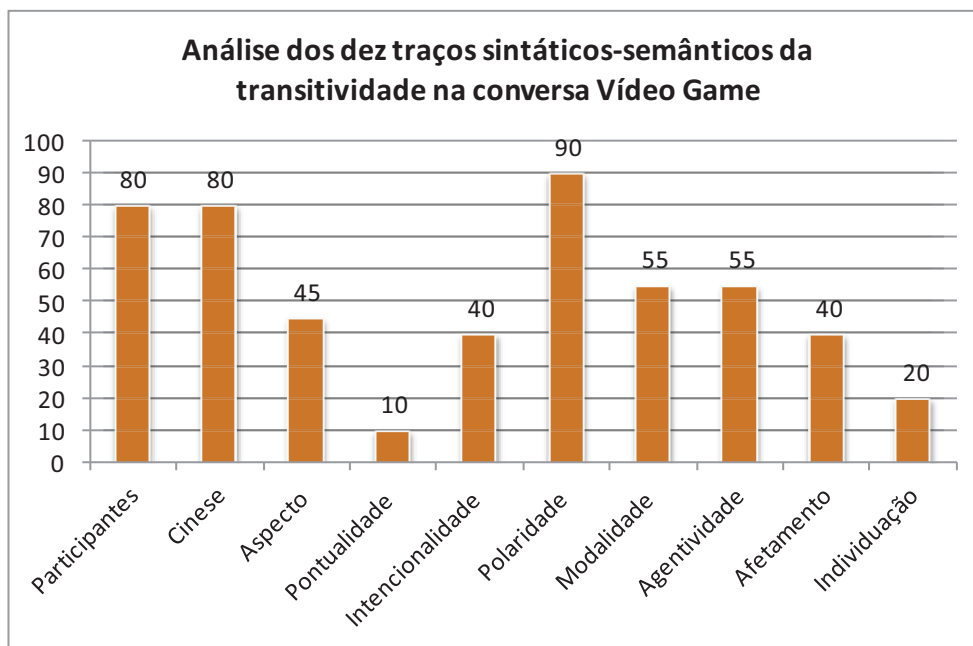
Não foram computados os verbos que funcionam como auxiliares, nem verbo suporte, nem verbos com objeto oracional. Consideramos, por exemplo, como ocorre com o verbo *fazer*, funcionando como *verbo pleno* (ação-processo), os casos de verbo principal em construções com auxiliares, (28), e modalizadores, (29). É um tipo de verbo que, assim como *ter*, é polissêmico e pode se encaixar em vários contextos, assumindo a função de outros verbos. Veja que, em (30), assume o sentido do verbo *frequentar* e é classificado como verbo de *ação* e, em (31), o verbo assume o sentido de *completar* e é classificado como verbo de *processo*.

- (28) *vai fazer* o muro? você vai fazer com quanto? com uma fiada? *Auxiliar (conv. 18)*
 (29) *podia fazer* um negócio bom né? *Modalizador (conv. 18)*
 (30) eu vou *fazer* capoeira...eu [queria fazer...]...mamãe num deixou... *Frequentar (conv. 06)*
 (31) faz dois anos...três ano...quatro anos...que eu mudei pra essa rua... *Completar (conv. 06)*

Na seção seguinte, submeteremos alguns verbos à análise dos dez traços sintático-semânticos propostos por Hopper e Thompson (1980), para averiguar qual o modelo da oração transitiva prototípica na conversação.

4.1 Análise da transitividade no Banco Conversacional

Como mencionado anteriormente, separamos duas ocorrências dos dez verbos mais frequentes da conversa 10 (Vídeo Game) para investigarmos o grau de transitividade da oração em que eles figuram. O objetivo é obter uma amostragem da transitividade na conversação, verificar qual é o modelo prototípico nesse gênero. O gráfico a seguir apresenta os resultados da análise dos dez traços sintático-semânticos das orações na conversa 10.



O gráfico mostra que 80% das orações têm dois participantes e apresentam verbos de ação. Desses verbos 45% têm ação concluída (perfectiva) e apenas 10% apresentaram ação durativa. Quanto ao sujeito da oração, 55% são mais agentivos e 40% são intencionais. Com relação à polaridade da oração, 90% são afirmativas; e quanto à modalidade, 55% representam orações marcadas como reais. Já em relação ao objeto do verbo, 40% são mais afetados e somente 20% são mais individuados.

Organizamos os resultados da análise como segue:

- (a) 9 e 10 traços = transitividade **alta**
- (b) 4 a 8 traços = transitividade **média**
- (c) 1 a 3 traços = transitividade **baixa**

Tabela 3: Demonstrativo do grau de transitividade oracional na conversa 10

	Transitividade baixa	Transitividade média	Transitividade alta
Orações	8	10	2
%	40%	50%	10%

A tabela 3 evidencia que orações transitivas prototípicas – com grau 10 de transitividade – não são muito frequentes na conversação.

Os nossos resultados demonstram que, na conversação, é mais frequente a transitividade média, correspondendo a 50% das orações analisadas, seguida da transitividade baixa, com 40% e, por último, a transitividade alta, com apenas 10% das orações.

Vejam alguns trechos extraídos da conversa 10 para análise da transitividade oracional.

- (39) 273 o problema é o seguinte...
 275 é porque sempre eu eu...
 276 **eu faço a sequência assim...**
 277 vindo daqui maior...

A oração destacada, segundo a Gramática Tradicional, representa oração transitiva, ou seja, conta com a presença do sujeito, do verbo e do complemento verbal. No entanto, após aplicarmos os dez traços sintático-semânticos, observamos que ela se afasta do protótipo (conforme proposto por THOMPSON; HOPPER, 2001), correspondendo à oração com *transitividade média*. Eis os traços apresentados: dois participantes (*eu e a sequência* [de cartas]), verbo de ação (*fazer*), sujeito intencional e agente (*eu*), oração afirmativa, oração realis (*modo indicativo*), objeto afetado (*a sequência – [de cartas]*). Posiciona-se na escala 7 de transitividade por ter os traços pontualidade, individuação do objeto e aspecto do verbo marcados negativamente.

O segundo excerto diz respeito às orações transitivas sem sujeito ou objeto expressos. Como mencionamos anteriormente, no uso real da língua, os SN que acompanham um determinado verbo nem sempre são explicitados na fala e podem ser de dois tipos: anafórico e inferido (FURTADO DA CUNHA, 2006). “O objeto zero anafórico compreende os objetos contextualmente dados ou recuperáveis. Já a categoria zero inferido compreende os objetos previstos pela estrutura semântica do verbo” (p. 124). Ou seja, enquanto os objetos anafóricos apontam para um referente recuperado do contexto discursivo anterior, os inferidos não apontam nenhuma informação que possa ser recuperada do contexto prévio. Veja-se em (40) um exemplo de oração com objeto direto anafórico.

- (40) 465 o saquinho mesmo do x-tudo...
 466 e a::uma sacola que **ele botou** Ø pra eu...
 467 para **eu levar** Ø pra casa...
 468 pronto...
 469 aí mamãe sentou em cima...
 470 o bicho chega ficou assim...

A não explicitação pode ocorrer ainda com o sujeito da oração. Então, adotando o mesmo critério de análise, consideramos os *sujeitos* não explícitos na oração, denominados, também, de anafóricos.

Em (40), as duas orações em negrito têm objeto zero (Ø) anafórico, constituindo um subtópico discursivo, ao lado do tópico primário, representado pelos sujeitos (FURTADO DA CUNHA, 2011). De acordo com o que foi discutido anteriormente, essas orações são codificadas como tendo dois participantes (*ele e x-tudo* anafórico, *eu e x-tudo* anafórico, respectivamente). Ambas têm sujeito intencional e agentivo (*ele e eu*), objeto afetado e individuado (*x-tudo*, nos dois casos), verbos de ação (*botar, levar*), aspecto perfectivo (*ação concluída*), oração afirmativa e realis. Posicionam-se no ponto 9 da escala por terem o traço pontualidade marcado como negativo.

Os trechos a seguir contêm orações transitivas com sujeito não agentivo.

- (41) 525 F4 ai...
 526 **queria** hambúrguer...
 (42) 413 F3 ela tá acabando ()...
 414 do vencedor... ((risos))
 415 F4 ela **tem** (trinta créditos ainda)...

As orações em (41) e (42) posicionam-se mais abaixo na escala de transitividade, ambas apresentando grau 3. Em (41), o sujeito, que é recuperado na situação comunicativa (F4), é um experienciador, e em (42), o sujeito é suporte de uma propriedade; logo, ambas não têm objeto afetado. Têm marcação negativa dos traços cinese, perfectividade, intencionalidade, agentividade, pontualidade, afetamento e individuação. Segundo Furtado da Cunha (2011), "O verbo querer, assim como os verbos de cognição e sensação, está sintaticamente mais próximo de um estado do que de uma ação".

5 Considerações finais

Nesse artigo, apresentamos os dez verbos transitivos mais frequentes na fala espontânea do português do Brasil e, na sequência, a análise desses verbos à luz dos dez traços sintático-semânticos da transitividade, proposto por Hopper e Thompson (1980).

De acordo com a análise, constatamos que orações transitivas – com grau 10 de transitividade – não são muito frequentes na conversação. Verificamos, então, que o modelo da oração transitiva prototípica na conversação divide-se entre a transitividade média, com 50% das orações, e a transitividade baixa, representada por 40% das orações analisadas. Adotamos esses critérios de análise – transitividade alta, média e baixa – por acreditar que a definição dicotômica – transitividade alta x transitividade baixa – não seja muito produtiva nesse trabalho, uma vez que lidamos com a noção de grau. Em todo caso, concordamos, como mencionado anteriormente, que orações com transitividade alta não são frequentes.

Conforme esses resultados, podemos dizer que compartilhamos parcialmente com os resultados da pesquisa de Thompson e Hopper (2001). Esses autores constataram que na conversação inglesa a transitividade é baixa.

Acreditamos que nossos resultados estão diretamente ligados à diferentes formas de usar a língua(gem) na conversa face a face. Concordamos com Thompson e Hopper que, na conversação, fala-se pouco sobre eventos e ações, a ênfase é na subjetividade: “[...] falamos de como as coisas são de acordo com ‘nossas perspectivas’. [...] descrevemos estados, revelamos atitudes, atribuímos propriedade às pessoas e situações, e damos nossos pareceres sobre situações e determinados comportamentos”.

As formas de conversar são baseadas em experiências pessoais, no olhar subjetivo sobre o mundo e sobre as pessoas (ao contrário da objetividade científica). Compartilhamos a vida privada, expressando nossos sentimentos e atitudes e expomos nossos pontos de vista sobre as pessoas e o mundo.

A partir desse levantamento, cremos ter avançado nos estudos da oração, contribuindo de algum modo para compreensão do fenômeno linguístico pesquisado bem como para a constituição de um quadro mais refinado acerca do fenômeno da transitividade no português contemporâneo.

Referências

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
BYBEE, J. Categorization and the distribution of constructions in corpora. In: BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010, p. 76-104.
FURTADO DA CUNHA, M. A. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. In *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 115-131, 2006.

- _____. *A gramática da oração: motivações cognitivas e interacionais*. Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq. Natal, 2009.
- _____. *Banco conversacional de Natal* [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2011.
- _____.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R., MARTELOTTA, M. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ /DP&A, 2003.
- GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p. 252-299, 1980.
- MARTELOTTA, M. E. Conceitos de Gramática. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 43-68.
- MELLO, H. R. *Mapeamento da organização sintática da fala espontânea informal do Português Brasileiro: um estudo baseado em corpus*. Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq, 2012.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- THOMPSON, S.; HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: Evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- TOMASELLO, M. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: _____. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, 1998, p. vii-xxiii.
- _____. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge/London: HUP, 1999.
- VÁZQUEZ, V. R. *Transitivid prototípica y uso*. vol. 21. p. 95-115, Venezuela, 2004.

Os marcadores da organização da estrutura narrativa (MON) no português do Brasil: implicações para o ensino

*Leonor de Araújo Bezerra Oliveira*³⁴

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma tese, cujo objetivo geral é descrever os marcadores da organização do discurso narrativo, considerando seu locus de ocorrência na estrutura narrativa e sua função discursiva, a partir da descrição de sua ocorrência em textos reais, orais e escritos, de diversas regiões do Brasil. Apresentamos um recorte do exemplário de ocorrências dos corpora estudados, correspondente em seu total a 14 relatos de experiência oral e escritos, do Corpus Discurso e Gramática (Seção Natal e Rio de Janeiro), com 23.065 palavras, e 11 lendas indígenas do Amazonas, com 11.447 palavras e o Corpus denominado "A fala de remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil", no Rio Grande do Norte, composto de inquéritos, com 16.589 palavras. São descritos os Marcadores da Organização da Estrutura Narrativa (MON), responsáveis por organizar a estrutura do discurso narrativo, tanto no nível sintático, quanto nos níveis semântico e pragmático. Dentre esses, destacamos os MON que funcionam como marcadores de evidencialidade (AIKENVALD, 2004), carregados de valores culturais e situacionais. A análise tem cunho predominantemente qualitativo, embora leve em conta também a frequência de ocorrência desses marcadores em contextos específicos de uso. Há indícios de que esses marcadores podem assumir diferentes funções discursivas, de acordo com o seu locus de ocorrência e da realização do padrão discursivo narrativo em que se encontrem (lenda, conto ou relato de experiência). Discutimos também algumas implicações para o ensino de língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: Marcadores da Organização do Discurso Narrativo (MON), evidencialidade, ensino.

ABSTRACT: This work is part of a thesis whose general objective is to describe the markers of the organization of narrative discourse - MON, considering its locus occurring in narrative structure and its discursive function, from the description of its occurrence in real texts, oral and written, of various regions of Brazil. Here is a clipping from the set of examples of occurrences of the corpora studied, corresponding her total experience reports 14 oral and written, of Corpus and Discourse Grammar (Section Natal and Rio de Janeiro), with 23,065 words and 11 Indian legends of the Amazon, with 11,447 words and Corpus called "the speech of the remaining Maroons Portalegre Brazil", in Rio Grande do Norte, consisting of surveys, with 16,589 words. Markers are described Organization of Narrative Structure (MON), responsible for organizing the structure of narrative discourse, both at the syntactic level, the semantic and pragmatic levels. Among these, we highlight the MON that act as markers of evidentiality (AIKENVALD, 2004), laden with cultural values and situational. The analysis is predominantly qualitative nature, but also takes into account the frequency of occurrence of these markers in specific contexts of use. There are indications that these markers can have different discourse functions, according to their locus of occurrence and the completion of the standard narrative discourse in which they are (legend, story or experience report). We also discuss some implications for the teaching of the mother language.

KEYWORDS: Markers of the Organization of Narrative Discourse (MON), evidentiality, teaching.

³⁴ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Professora do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFRN). Contato: leolunadeprata@hotmail.com

1 Introdução

A pesquisa que gerou este artigo faz parte de uma tese de doutoramento, a qual está inserida no âmbito da Linguística Aplicada, na linha de pesquisa Discurso, Gramática e Ensino, e tem como objetivo descrever os marcadores responsáveis pela organização do padrão discursivo narrativo - MON, a partir de sua ocorrência em *corpora* orais e escritos de diferentes realizações do padrão discursivo narrativo, considerando seu lócus de ocorrência e sua função discursiva.

A análise tem cunho predominantemente qualitativo, embora leve em conta também a frequência de ocorrência desses marcadores em contextos específicos de uso.

Neste artigo, é apresentado um recorte do exemplário de ocorrências dos *corpora* estudados na tese, correspondente a 14 relatos de experiência orais e escritos, do *Corpus* Discurso e Gramática (Seção Natal e Rio de Janeiro), com 23.065 palavras e 11 lendas indígenas do Amazonas, com 11.447 palavras e o *Corpus* denominado “A fala de remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil”, no Rio Grande do Norte, composto de entrevistas denominadas de *inquéritos*, cujo foco são as narrativas, com 16.589 palavras.

A escolha dos *corpora* baseou-se na preocupação em trabalhar com textos reais, autênticos e espontâneos, falados (ou transcritos da fala) e escritos, cuja natureza fosse predominantemente narrativa e cuja origem fosse de diferentes regiões do Brasil, embora não fosse objetivo fazer análise comparativa dessas regiões, mas ter uma visão geral de como esses MON ocorrem nas narrativas do português falado e escrito no país.

Destacamos os MON que funcionam como marcadores de evidencialidade, carregados de valores culturais e situacionais. Mais especificamente, trataremos dos MON, que marcam a evidencialidade relatada, nos tipos *hearsay*, nos moldes propostos por Aikhenvald (2003, 2004). Pensamos que os MON do tipo *hearsay* assumem função de evidenciador gramatical no Português Brasileiro.

Ao final, refletimos sobre as implicações que o reconhecimento desses marcadores podem ter no ensino de língua materna, propondo algumas posturas passíveis de serem incorporadas pelo professor de língua materna em sua prática pedagógica.

2 Base Teórica

Os recentes avanços nos estudos linguísticos revelam que a língua tem uma função fundamentalmente social (BYBEE, 2010) e que os processos da interação humana, juntamente com os processos cognitivos de domínio geral, moldam a estrutura e o conhecimento de uma língua.

A Abordagem Centrada no Uso aqui adotada defende que a organização da língua é ligada diretamente à experiência do usuário com a língua. Essa abordagem também denominada *linguística cognitivo-funcional* é representada por um grupo de teóricos (LANGACKER, 1987; CROFT, 1991, 2001; GOLDBERG, 1995; GIVÓN, 1995, BYBEE, 2010, TOMASELLO, 2003, dentre outros), para os quais a essência da língua é sua dimensão simbólica, com a gramática sendo derivada desta. Assim sendo,

[...] Na Abordagem Centrada no Uso, a competência com uma língua natural consiste em uma mistura de todos esses itens e estruturas, os quais constituem um conjunto mais complexo e diverso de

representações linguísticas do que a gramática nuclear das abordagens formais. Estes incluem o altamente canônico (nuclear), o altamente indiosincrático (periférico), e muitas coisas intermediárias³⁵. [...] (TOMASELLO, 2003, p. 5-6) (Tradução nossa)

Martelotta (2011) esclarece que esse tipo de abordagem não se limita à observação de aspectos formais, ou à difusão das formas pela estrutura social, mas incorpora dados semânticos, pragmáticos e discursivos em suas análises. Assim sendo, aspectos relacionados a restrições cognitivas, os quais consideram a captação de dados da experiência, sua incorporação e seu armazenamento na memória, além de aspectos associados à capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão adequada desses dados também são levados em consideração na análise. O autor destaca ainda que

[...] esses aspectos de ordem cognitiva só se materializam na interação, ou seja, não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural. (MARTELOTA, 2011, p. 56).

Essa valorização da cultura como um parâmetro de análise implica a concepção da sintaxe como estando ligada diretamente a fenômenos de natureza semântica ou discursivo-pragmática. Assim, a sintaxe se faz no discurso, ou, nas exatas palavras de Givón (2011, p. 300),

[...] a sintaxe é uma entidade *dependente*, funcionalmente motivada, cujas propriedades formais refletem – talvez não completamente, mas em grande proporção – as propriedades dos parâmetros explanatórios que motivam seu surgimento.

Martelotta (2011) afirma que o discurso é um processo que se desenvolve no tempo e no espaço, sendo, por isso, o responsável pelas transformações sofridas pelos elementos linguísticos, os quais irão compor a gramática da língua. Desse modo, é de se compreender que, no processo de gramaticalização, ocorra uma mudança na organização ou na categoria do elemento constituinte por que passam esses elementos.

Os elementos que funcionam no nível interpessoal e refletem o processo de criação do texto em diferentes situações de comunicação são denominados de *processuais*. Assumem, como função principal, a organização da comunicação, o que se reflete em usos específicos de construções em determinados *padrões discursivos*, conforme a concepção de Östman (2004), a qual explicitaremos mais à frente.

Alguns marcadores se especializam em organizar o conteúdo e a estrutura de alguns padrões discursivos e passam a desempenhar funções específicas, através de diferentes estratégias discursivas. Estamos denominando MON os Marcadores da organização do discurso narrativo. A tese tem como objetivo classificá-los segundo o seu lócus de ocorrência no discurso narrativo, as diferentes realizações do padrão

³⁵ [...]In the usage-based approach, competence with a natural language consists of the mastery of all its items and structures, and these constitute a much more complex and diverse set of linguistic representations than the “core grammar” of formal approaches. They include the highly canonical (core), the highly idiosyncratic (periphery), and many things in between.[...]

discursivo narrativo em que ocorrem (lendas, contos ou relatos de experiência) e as funções discursivas que assumem no discurso narrativo. Além disso, proporemos algumas estratégias e atividades que possam ser desenvolvidas em sala de aula, a partir dessa pesquisa.

Assim, pensamos que a identificação e o reconhecimento de funções específicas relacionadas aos marcadores responsáveis pela organização do discurso narrativo, tanto na fala quanto na escrita, podem ser uma contribuição da pesquisa linguística para a prática pedagógica, na medida em que a descrição do funcionamento desses marcadores pode ajudar os estudiosos da língua materna a percebê-la e analisá-la a partir do uso real, podendo atender a diversas demandas comunicativas de seu cotidiano.

Como parâmetro para analisar a estrutura da narrativa, embasamo-nos em um ensaio de Labov (1972) intitulado *A transformação da experiência em sintaxe narrativa*³⁶, no qual o autor define o que seria uma narrativa completa e explica as seis partes que a compõem: o resumo, a orientação, a complicação da ação, a avaliação, a resolução e a coda. Assumimos com Labov (1972, p. 359-360) que *narrativa* é um método de recapitulação da experiência passada através da enumeração de uma sequência verbal em que os eventos realmente ocorreram ou foram inferidos como tendo ocorrido.

Nessa perspectiva, uma narrativa mínima seria uma sequência de duas orações ordenadas temporalmente, cuja mudança de ordem resultaria em uma mudança na sequência temporal da interpretação semântica original. A estrutura da narrativa seria composta de seis partes: o resumo, a orientação, a avaliação, a resolução, a complicação da ação e a coda, tendo a avaliação uma função secundária que pode aparecer também nas demais partes da narrativa.

Um aspecto também relevante é o conhecimento da cultura Labov (1972, p. 380), pois

[...] um conhecimento da cultura nos diz que os enunciados aparentemente inexpressivos desempenham um papel avaliativo: eles são usados convencionalmente naquela posição para marcar e avaliar a situação.[...] (Tradução nossa)

Assim sendo, Labov (1972, p. 392) destaca o fato de que algumas frases vão além da função referencial, chegando ao nível da avaliação do fato narrado. Salienta certos eventos que são mais relevantes, comparando àqueles eventos que deveriam ou não ocorrer e correlacionando a dimensão linear da narrativa, ao sobrepor eventos uns aos outros, na medida em que ocorre uma associação entre a complexidade sintática e a avaliação.

Concordamos, neste trabalho, com Östman (2004), ao conceber a narrativa como sendo uma construção. Para tanto, o autor parte do princípio de que

[...] certos 'padrões discursivos' representam convencionalizações ou propriedades linguísticas específicas, que as colocam em pé de igualdade com as convencionalizadas, conhecidos como 'gramática'

³⁶ *The Transformation of Experience in Narrative Syntax*

³⁷ [...] a knowledge of the culture tell us the apparently inexpressive utterances play an evaluative role: they are conventionally used in that position to mark and evaluate the situation.[...]

pelo menos com respeito à percepção do conhecimento dos falantes em relação a uma língua como um sistema simbólico.[...]³⁸ (ÖSTMAN, 2004, p. 121) (Tradução nossa)

Östman (2004, p.125-6) destaca a importância de se integrar o fenômeno pragmático e discursivo com o que se conhece sobre gramática a partir de uma abordagem construcional. Ao mesmo tempo, afirma que “é crucial que os cálculos detalhados da estrutura e dos atributos da gramática sejam relacionados harmoniosamente com o que nós conhecemos sobre discurso.”³⁹ (Tradução nossa) Justifica com os quatro argumentos a seguir.

[...] (1) grande parte do discurso é convencionalizada; (2) o discurso não se opõe à sintaxe; (3) a aceitabilidade e a convencionalidade são dependentes do contexto; (4) a Gramática de Construções precisa reconhecer a utilidade dos frames holísticos que são semelhantes aos gêneros.[...]⁴⁰ (ÖSTMAN, 2004, p. 125-6) (Tradução nossa)

Östman (2004, p. 130) considera que

[...] um texto ou um discurso é mais do que uma combinação de partes definidas sintaticamente que possam ser vistas como seus constituintes.[...]⁴¹ (Tradução Nossa)

Assim sendo, Östman (*ibid*, p. 130-1) propõe uma abordagem que parta de noções discursivas como ‘tipo de texto’ e ‘gênero’, para que se possa questionar como o conhecimento dessas estruturas interage com o conhecimento gramatical. Toma como argumento que

[...] Se um padrão discursivo é para ser uma noção ao nível do discurso comparável àquela [noção] de construção ao nível da sentença, ela deverá combinar as características de forma, significado e função de um texto/discurso, dentro de um(a) construção padrão. [...]⁴² (Tradução nossa)

Como se pode perceber, a noção de ‘padrão discursivo’ proposta por Östman é tão abstrata como o é a noção de *construção* (Goldberg, 1995). E mais: é também um fenômeno cognitivo. Tanto a noção de *gênero* quanto a de *tipo textual* são igualmente

³⁸ [...] certain ‘discourse patterns’ represent conventionalizations of specific linguistic properties, which places them on equal footing with the conventionalized patterns known as ‘grammar’, at least with respect to capturing speakers’ knowledge of a language as symbolic system.[...]

³⁹ [...] it is crucial that detailed accounts of the architecture and attributes of grammar be attuned to what we know about discourse.[...]

⁴⁰ (i) much of discourse is conventionalized; (ii) discourse is not in opposition to syntax – the two complement each other; (iii) acceptability and conventionality are relative to context; and (iv) CxG needs to recognize the usefulness of holistic frames, which are akin to genres.[...]

⁴¹ [...] A text or discourse is more than the combination of the syntactically definable parts that can be seen as its ‘constituents’. [...]

⁴² [...] If a discourse pattern is to be the discourse-level notion comparable to that of construction on the sentence level, it should combine the characteristics of form, meaning, and function of a text/discourse into one ‘construction/pattern’.[...]

importantes para ele. Ressalta que os estudiosos costumam ver essas noções como sendo dicotômicas - duas perspectivas do discurso, o gênero referindo-se às relações externas que um texto/discurso revela nas relações sociais e nas pistas comunicativas; e o tipo de texto, focando nas relações internas de um texto/discurso, ou seja, na maneira como as frases são organizadas, umas em relação às outras no texto/discurso.

As noções de *gênero* e *tipo de texto* são, dessa maneira, incorporadas por Östman (2004) na medida em que este as relaciona, respectivamente, às noções de *forma* e de *função*, no nível da frase. Argumenta que, da mesma maneira como é necessário um ‘significado’ cognitivo para acoplar forma e função no nível das construções, também teria que haver um filtro que atuasse como mediador nas descrições entre gênero e tipo de texto. Para tanto, sugere a adoção do termo ‘padrão discursivo’, cuja noção seria correlata à noção de significado no nível da frase.

Os padrões discursivos correspondem a associações convencionalizadas entre *tipo de texto* e *gênero textual*, sendo considerados como ‘constelações de forma-significado’, conhecidas como ‘construções’. A adoção dessa noção propicia uma percepção melhor da coerência textual e discursiva. (ÖSTMAN, 2004, p. 132)

A categoria plano discursivo (FURTADO DA CUNHA et al., 2003), embora não seja aqui desenvolvida, por uma questão de espaço, também é considerada na análise dos dados na pesquisa.

Os marcadores da orientação da estrutura narrativa (MON)

Denominamos de MON os marcadores responsáveis por organizar a estrutura do texto/ discurso narrativo, tanto no nível sintático, quanto nos níveis semântico e pragmático. A análise das ocorrências dos MON nos *corpora* mostra indícios de que esses marcadores têm como função geral organizar o discurso narrativo. Dependendo da realização do padrão discursivo narrativo em que estão inseridas e do lócus da narrativa em que se encontram, assumem diferentes funções discursivas, como, por exemplo, chamar a atenção do interlocutor para o início da ação que vai ser narrada; iniciar a narração; marcar a evidencialidade do fato narrado; focalizar a atenção do interlocutor em determinado trecho da história; iniciar digressões sobre o fato narrado; retomar o fio narrativo após digressões; terminar a narração; avaliar o fato narrado.

Neste artigo, abordaremos apenas os marcadores cuja função discursiva é marcar a evidencialidade do fato narrado. Para tanto, analisaremos ocorrências desse marcador identificadas em *corpora* de relatos de experiência orais e escritos (Discurso e Gramática/ A fala dos remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil/Lendas do Amazonas).

3.1 Os MON marcadores de evidencialidade

De acordo com Aikhenvald (2011, p.602),

Evidencialidade é uma categoria gramatical com origem de informação em seu significado primário – ou seja, o falante viu o evento acontecer (conhecida como evidência visual), ou fez uma inferência baseada em conhecimento geral ou traços visuais (evidência assumida e evidência inferencial, respectivamente), ou alguém lhe contou sobre algo (conhecida como evidência relatada, de segunda mão, ou evidência de ouvir-dizer). (Tradução nossa)

Casseb-Galvão (2010, p.128) destaca que quanto a sua funcionalidade, “os evidenciais são importantes estratégias cognitivas e comunicativas, pois auxiliam na representação de práticas e atitudes culturais relevantes”. (CASSEB-GALVÃO, 2010, p.128) Assim, a observação de como esses marcadores funcionam na organização do discurso narrativo é bastante relevante.

Aikhenvald (2011) esclarece que os evidenciais podem resultar da gramaticalização de verbos, locativos e marcadores dêiticos ou ainda por membros de outras classes. No caso dos evidenciais originados de verbos, acrescenta que esses verbos aparecem na forma da terceira pessoa, como é o caso da construção *diz que*.

O marcador *diz (que)*

- [...] **Diz que** chegou um repiquete e alagou tudo. A água carregou essa mulher, que não teve por onde escapar. A alagação cobriu mato, terra, tudo. (Relato de experiência escrito/Corpus Lendas do Amazonas)
- [...] **diz...** ele/ ele era munto duente da garganta... e pegô um sapo e passô a barriga do sapo assim na garganta dele... pur fora... né?... e **diz que** ficô bom... e **diz...** (Relato de experiência oral/Corpus Remanescentes Quilombolas – RN)

Nos dados que examinamos, esse tipo de ocorrência aparece tanto nos relatos feitos pelos remanescentes quilombolas (língua oral), como nas lendas (língua escrita) dos habitantes do Amazonas. O lócus de ocorrência é predominantemente no início da narrativa, mas também aparece como sequenciador e com finalizador do tópico narrado.

Aikhenvald (2004) defende a existência de um sistema evidencial gramaticalizado no Português Brasileiro, assim como ocorre no Espanhol da América do Sul. Esse marcador teria, para Casseb–Galvão (op. cit.), o mesmo valor funcional da expressão “Era uma vez” e seria um recurso pragmático para qualificar o enunciado, atenuando a sua carga assertiva e, ao mesmo tempo, construindo o mundo no qual o enunciado passará a ter validade comunicativa.

A função desse marcador parece se enquadrar no que Aikhenvald (2003, 2004) classifica como evidência relatada, ou seja, aquela que dá a entender que a informação foi fornecida ao falante, no caso, o narrador, por um terceiro, a qual a autora classifica em dois subtipos: *hearsay* (ouvir-dizer) e evidência por suposição. As ocorrências anteriores e a subsequentes enquadram-se, a nosso ver, nesse primeiro subtipo, já que se trata de uma informação não necessariamente precisa e aberta a interpretações pelo ouvinte.

O marcador *Contam que*

Assim como acontece com o marcador *diz-que*, a construção *Contam-X-que* também é formada a partir de um *verbo de dizer*, ocorrendo também em terceira pessoa (*Contam*), como acontece com diversas línguas estudadas por Aikhenvald (2011). O valor de evidencial cumpre função semelhante, isto é, trata-se também de uma evidência relatada do tipo *ouvi-dizer*. No exemplo abaixo, o fato de X corresponder a *antigos antepassados* intensifica o valor de verdade e a força cultural do fato a ser relatado. O distanciamento temporal e espacial do falante em relação ao evento narrado é, segundo explica Casseb-Galvão (2010, p. 133), marcado pelo [disk] (diz-que), assim como,

acrescentamos, pela construção Contam-X-que, conforme a ocorrência a seguir. Vale salientar o uso do adjetivo *antigos* acrescido ao substantivo *antepassados*, intensificando ainda mais a distância temporal entre o narrador de hoje e o fato narrado.

- **Contam os antigos antepassados que** existiam dois grupos, duas comunidades *Huni Kui* que moravam separadas, mas próximas uma da outra. De vez em quando, pessoas de um grupo visitavam o outro para tomar conhecimento. (Lenda escrita/*Corpus* Lendas do Amazonas)

O marcador *Dizem que foi assim*

Esse marcador, que, à primeira vista, parece uma variante de *diz-que*, aparece nos *corpora* examinados apenas nas lendas e em posição de fim do evento narrado. Parece ter valor semelhante à expressão ‘I kan sey you namoore’ estudada por Bybee (2011). Esse marcador seria usado como um artifício retórico para concluir a narrativa, fechando o tópico narrado com o argumento de autoridade trazido do conhecimento de mundo, fruto da cultura.

- A velha *Yushã Kuru* animou-se. Aceitou o convite do seu genro e voltou para casa. Quando estava chegando em casa, bem na chegada, o pessoal, que já estava esperando, matou a velha Fêmea Roxa. **Dizem que foi assim.** (Lenda escrita/*Corpus* Lendas do Amazonas)

O marcador *Com nossos antepassados aconteceu assim*

Também usado como artifício retórico, esse marcador aparece exclusivamente nas lendas. O que o diferencia do anterior é o seu lócus de ocorrência, já que aparece tanto no início como no fim da narrativa, conforme veremos nas ocorrências 5 e 6 a seguir, que fazem parte de uma mesma lenda.

- **Com nossos antepassados aconteceu assim:**
Era um homem chamado *Yawa Xiku Nawa*. Era só ele e a mulher dele. Não tinha nenhum filho. [...]
(Lenda escrita/*Corpus* Lendas da Amazônia)
- [...] E consegui se sentar nos galinhos bem fininhos. Os outros se enxugaram e se separaram também. Por isso, até hoje, os pássaros são separados. **Com nossos antepassados aconteceu assim...**
(Lenda escrita/*Corpus* Lendas da Amazônia)

O marcador *(eu) sei que*

Essa construção tem seu lócus de ocorrência nos relatos de experiência, tanto do *Corpus* Discurso e Gramática quanto nos Remanescentes Quilombolas. Não aparece nas lendas. Costuma iniciar ou sequenciar a narrativa e introduz uma nova informação sobre o tópico narrado. Tem como matriz o verbo *saber*, que é semanticamente um verbo de cognição.

Nesse caso, vale destacar o fato de que o sujeito do verbo, ao se colocar como narrador, assume também a postura de personagem, ou seja, é parte do fato narrado e, portanto, tem um certo grau de responsabilidade em relação ao que narra, diferentemente das ocorrências anteriores. Funciona como marca de evidencialidade relatada, não necessariamente testemunhada visualmente, mas cognitivamente, já que o enunciador narra o que sabe e até onde sabe, ou por ter ele mesmo vivido realmente o

fato ou simplesmente por ter tomado conhecimento do fato, através de outrem. Conforme Bezerra Oliveira (2011, p. 17), é possível afirmar que

[...] o uso do verbo *saber* (sei) na construção passaria mais confiabilidade sobre o fato narrado para o possível interlocutor. O narrador teria realmente certeza de que o fato teria acontecido. [...]

Talvez isso venha a explicar o fato de esta construção não ter aparecido nas lendas, as quais são geralmente atribuídas a um narrador mais distante e não necessariamente testemunha do fato narrado.

No caso dos Relatos de experiência, destacamos algumas ocorrências.

• [...] ... **eu sei que** a gente parou em Santa Catarina ... parou em Santa Catarina como se fosse um pássaro ... ((riso)) (Relato de experiência oral/Corpus D & G – Natal)

8) [...] **Eu sei que** papai contava munta histora ((incomp.)) mas papai contava munta/ era demais... (Relato de experiência oral/Corpus Remanescentes Quilombolas – RN)

4 Contribuições para a prática pedagógica

Pensamos que estudar e ensinar a língua a partir de uma *Abordagem Centrada no Uso* implica promover mudanças importantes no processo pedagógico. Assim o objeto de estudo não é mais dado como algo estático, imutável, fora do seu contexto de produção. É preciso estudar a língua considerando sua realização autêntica, real, dinâmica e viva, ou seja, em sua complexidade, o que inclui o seu espaço e o seu tempo.

Estamos tomando o termo *ensino produtivo* como sendo resultante de um contexto escolar no qual a experiência possa levar à construção de um modo de ensino que permita ao aluno aumentar seu repertório de elementos linguísticos e culturais e aperfeiçoar a expressão oral, a leitura, a escrita e a capacidade de tomar a própria linguagem como objeto. (RIOLFI et al., 2008, p. 9) Esse tipo de relação pedagógica pressupõe metodologias, atividades e estratégias originais, capazes de possibilitar a coparticipação do aluno em sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, pensar o ensino produtivo significa trazer para a sala de aula a língua como um objeto real e descrever os diferentes usos, que inclui o reconhecimento das mais diversas construções e suas funções, abstraindo as regras da gramática da língua (não necessariamente as regras da gramática normativa), a partir de sua realização e compreendendo assim o funcionamento da língua que se usa no cotidiano em suas diferentes funções, inserida em sua cultura, nos propósitos comunicativos, no grau de intimidade entre os falantes, no seu conhecimento de mundo, considerando suas escolhas (conscientes ou não).

O estudo do padrão discursivo narrativo, considerado em situações de uso real, pode ser bastante interessante para os alunos, desde que eles sejam convidados a descobrirem, a partir de observações sistemáticas, quais são as instanciações de construções mais recorrentes em determinados lócus da narrativa, que funções discursivas elas desempenham e qual a relação dessas instanciações com as diferentes realizações desse padrão discursivo. Dessa maneira, a leitura e a produção de textos torna-se uma atividade de pesquisa ativa, em que os alunos podem observar o discurso em situações reais e, a partir daí, chegarem a conclusões sobre o funcionamento da

língua, inclusive nas modalidades oral e escrita, e de acordo com aspectos pragmáticos, que interferem na escolha de elementos do discurso.

Sendo chamados a produzir e a analisar os próprios textos, nas modalidades oral e escrita, os alunos passam a sentir-se como participantes do processo comunicativo e, ao mesmo tempo, estudiosos da língua que produzem. Isso lhes dá uma visão dinâmica da língua e uma possibilidade maior de analisá-la como objeto holístico. Para isso, há diversas estratégias possíveis, de que o professor pode lançar mão, para tornar a aula de língua materna interessante e produtiva.

As novas tecnologias da comunicação e da informação podem ajudar e muito na criação e adaptação de materiais didáticos a serem trabalhados em sala de aula, como, por exemplo, gravações de conversas, de palestras, de narrações e jogos, filmagens de eventos, trechos de filmes, peças de teatro ou de novelas, músicas, projeção de trechos de livros ou de textos produzidos pelos próprios alunos, com criação de pequenos *corpora*, podem ser trazidos para análise coletiva e participativa, por exemplo, em *tele-prompt*, com a mediação do professor.

Enfim, esses são apenas alguns exemplos de estratégias que podem ajudar a trazer ocorrências de língua real para servirem como objeto de estudo nas aulas de língua materna. Vale salientar que a motivação do aluno é resultado direto do reconhecimento da importância que o conhecimento sobre a língua que usa terá para sua vida de cidadão, agente de seu mundo.

Referências

AIKHENVALD, A. Y. Evidentiality in typological perspective. In: _____; DIXON, R. M. W. (eds.). *Studies in evidentiality*. Amsterdam: Benjamins, 2003, p.1-31.

AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

AIKHENVALD, A. Y. The Grammaticalization of Evidentiality. In: NARROG, H.; HEINE, B. *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 602-610.

BYBEE, J. 2010. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press.

_____. Usage-based theory and grammaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 69-78.

BEZERRA OLIVEIRA. As construções *ai eu sei que e ai pronto* em narrativas recontadas: textos de fala em sala de aula. 2011. In: *Anais do VII Congresso Internacional da Abralín*. Curitiba, Abralín: 2011. Disponível: http://www.abralin.org/abralin11_cdrom/ Acesso em 05/05/2012.

CANDIDO, G. V.; RIBEIRO, L. A. A. *Evidentiality in Shanenawa (Panoan) Language*. gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N1_18.pdf Acesso em agosto/2012.

Corpus Discurso & Gramática: Rio de Janeiro. Disponível em: www.discursoegramatica.lettras.ufrj.br/ Acesso em 8 de setembro de 2010.

CASSEB-GALVÃO, V. C. Uma propriedade distintiva na gramaticalização de um operador evidencial reportativo: token de narrativa. In: LIMA-HERNANDEZ, M. C.

Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino. São Paulo: Paulistana, 2010, p. 121-138.

CROFT, W. *Syntactic Categories and Grammatical Relations: the cognitive organization of information*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. *Radical construction grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.) *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal (RN) EDUFRN, 1998. In: www.discursoegramatica.letas.ufrj.br. Acesso em 8 de setembro de 2010.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica e TAVARES, Maria Alice. *Linguística Funcional e ensino de gramática*. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica e TAVARES, Maria Alice (orgs.). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal. RN: EDUFRN, 2007, p. 14-48.

GARCIA-MIGUEL e COMESAÑA. Verbs of cognition in Spanish. In: SILVA, A. S. da; TORRES, A; GONÇALVES, M. *Linguagem, cultura e cognição. Estudos de linguística cognitiva*. Coimbra. Almedina, 2004. V.1. GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: Benjamins. 1995.

GIVÓN, Talmy. *Compreendendo a gramática*. Organizadora: Maria Angélica Furtado da Cunha; Tradução e adaptação: Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta, Filipe Albani; Natal: EDUFRN, 2011.

GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press. 1995.

_____. *Constructions: a new theoretical approach to language*. In: *Trends in Cognitive Science*, 7, 219–224. 2003.

_____. *Argument realization: the role of constructions, lexical, semantics and discourse factors*. In: ÖSTMAN, J-O.; FRIED, M. *Constructions Grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam/Philadelphia: Joan Benjamins Publishing Company, 2005.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LABOV, W. *The transformation of experience in narrative syntax*. 1972. Disponível em:

<http://files.ynada.com/archive/Labov%20%20The%20transformation%20of%20experience%20in%20narrative%20syntax.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2011.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*, vol. 1: theoretical prerequisites. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

MARTELOTTA, M. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. v. 1. (Coleção leituras introdutórias em linguagem). São Paulo: Cortez, 2011.

ÖSTMAN, J-O.; FRIED, M. *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

SHENIBAPU MIYUI. *História dos Antigos*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2000. In: <http://www.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottEckardtProofs.pdf>

SOUZA, M; VIEIRA, W.; FONSECA, C. M. V. *A fala dos remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil*. Mossoró Edições: UERN, 2011.

RIOLFE ET AL. *Ensino de Língua Portuguesa*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*. v. 2. Cambridge, Massachusetts, London, England: The MIT Press, 2003.

TOMASELLO, M. *Constructing a language*. Boston: Harvard University Press, 2003.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (eds.). *Variation, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, p. 219-250.

Deitou-se estendido em cruz conta o oriente: anexos predicativos na Língua Portuguesa em uso

Maria Célia Lima-Hernandes⁴³

Introdução

A organização deste texto está centrada na experiência de orientação a trabalhos sobre mudança linguística, em especial nos contatos com as perguntas mais inocentes (e mais criativas) de nossos alunos de iniciação científica, representadas pela seguinte pergunta: então, só quando olho para trás é que percebo que a língua mudou?

A inocência nos libera da responsabilidade de ecoar o dito encrustado em nossas bases teóricas e, assim, nos permite pensar sobre o óbvio, sobre o inquestionável, e entender de forma produtiva o processo de evolução do pensamento humano. Todos os graduandos com que tive contato e tiveram a generosidade de comigo dialogar, questionar, oxigenaram minhas ideias.

A decisão de relatar essa experiência, neste texto, me conduziu, então, ao tratamento de uma polêmica na área dos estudos sobre gramaticalização, o campo da abordagem metodológica. Aquelas perguntas ‘inocentes’ guiarão minhas reflexões, por isso as reproduzirei aqui: o que é língua em uso? A mudança só ocorre quando olho para trás? Só há gramaticalização quando houve mudança de classe? Reanálise é fenômeno aplicável exclusivamente à mudança de fronteira sintática? Todas essas questões desembocam num mesmo tema: a dinamicidade linguística, que permite formular uma única resposta a essas questões, as quais, em última instância, desenharam um roteiro de desenvolvimento deste texto.

1. Movimento e dinâmica dos eventos

Sapir, no início do século XX, elaborou a metáfora da dinâmica de um rio que projeta um curso, numa direção previsível para seu movimento. A monotonia não integra a vida desse rio, que sofre com os efeitos de seu entorno. A cada ameaça por forças entrópicas, respostas em busca da vida e da renovação são emitidas (são as forças anatrópicas). Essas forças são episódicas. Às vezes uma folhinha que cai no rio não é percebida num cenário tão mais amplo de árvores e plantas, e pessoas e fenômenos meteorológicos, mas é essa folhinha a causa de uma pequena alteração ocorrida nesse mesmo curso, ou pela força ou pela direção.

Se forças externas provocarem outros efeitos no rio, mais impactantes, ninguém considerará que a folhinha foi o primeiro passo (ou o primeiro sinal de que um vendaval – ou um tornado – estava se anunciando). O rio não se alteraria não fosse a queda da folhinha, mesmo que ela tenha sido somente o prenúncio de algo maior.

Num exercício físico simplório, como transferir pelo uso de uma mangueirinha inserida numa das pontas num balde cheio de água e em outra ponta num recipiente vazio, sabe-se que nada ocorrerá se não houver, preliminarmente, um impulso deflagrador. Com uma pequena aspirada do ar que bloqueava o caminho (aparentemente vazio dessa mangueirinha) um fluxo arrebatador começará a se movimentar e só parará

⁴³ USP - CNPq

quando todo o conteúdo do balde for transferido para o outro recipiente anteriormente vazio, mas existem condições propícias para que esse impulso tenha seu êxito no movimento prospectado, tais como a posição do recipiente vazio em relação ao balde cheio, o diâmetro da mangueira que servirá de caminho de passagem para o líquido, antes estagnado, ou mesmo a extensão desse objeto que servirá de transferidor.

O balde não se esvaziaria se não se inserisse nele a mangueirinha, nem se não houvesse o sugamento do ar que invisivelmente ali preenchia o diâmetro e a extensão da mangueira. Nem o rio nem o balde têm autonomia para iniciar qualquer movimento sozinhos. O certo é que o balde e o rio sofreram mudanças consideráveis nas cenas descritas.

Olhar para esse balde em dois estágios de sua aparência (enquanto vazio e depois cheio) pode ser muito significativo se se tem o conhecimento de que o balde é o mesmo nas duas cenas. É certo que há recursos diversos para essa verificação. Posso perguntar ao dono do balde se é o mesmo balde nas duas cenas, posso medir e buscar detalhes de sua história (o desgaste pelo uso e pelo tempo, um detalhe qualquer que eu tenha percebido num desses recipientes, tais como um risco, um furo, um traço qualquer). Mas eu preciso saber que um mesmo balde pode estar cheio ou vazio, que é um objeto que normalmente pode conter líquido, dentre outras coisas.

Essa é a experiência que acumulamos com a vivência, com a maturação social, com a maturação cognitiva. Uma criança, a depender de seu estágio de evolução ontogênica, não saberia dizer com a mesma convicção, e a despeito de todas as evidências, que o balde seria o mesmo nas duas cenas presenciadas. Faltar-lhe-ia a consciência sobre os processos.

Minha cachorra durante seus dezesseis anos de vida, convivendo comigo desde seus primeiros meses, demonstrava ter mais consciência de meus passos futuros imediatos do que eu mesma, que agia automática e compulsivamente guiada por objetos externos, como relógio, hora, agenda, telefone. Ela aprendeu a recolher evidências de minhas ações futuras imediatas em minhas ações, mesmo nos momentos que não se constituíam um espaço conjunto de atenção, ou seja, mesmo nos momentos em que eu não me dirigia a ela ou nos quais com ela desenvolvia alguma atividade.

Poderia ela se enganar em suas ‘previsões’? Haveria 100% de garantia de que ela acertasse meu passo seguinte, por exemplo, em saber qual seria a diferença processual entre me vestir para trabalhar às 8h porque teria acordado às 7h30 e me vestir para trabalhar às 8h porque teria acordado às 7h? Para mim, a diferença era o relógio, a tensão, a preocupação, o arrependimento até. E para ela? Que evidências lhe davam garantias de que eu me sentaria ao sofá para lhe dar um afago entre um gole e outro de café?

Ser treinado para captar de uma fotografia um processo dinâmico pressupõe aprender a reconhecer em minúcias técnicas (e intuições) muitos outros processos, muitos outros fenômenos. É inclusive um processo de aprender a reconhecer erros e equívocos, que só podem ser apreendidos se se tiver antes vivenciado algo similar. Então, aprendemos a apreender. Tudo efeito de memórias. Mas isso não mudará o fato de que o balde nos dois momentos definitivamente é o mesmo, de que um tufão pode e

certamente alterará muitas propriedades do rio, de que minha cachorra correrá para o sofá se houver evidências de que eu não esteja atrasada. Os eventos são previsíveis.

O fato de apresentar este texto sobre o tema que escolhi talvez pareça inesperado para alguns que não conheciam a programação nem minha trajetória científica, mas, sendo linguista e vendo o título, obviamente não será difícil projetar uma linha de reflexão muito próxima da que percorri em minha casa, enquanto eu planejava o que falaria.

Portanto, fotografias são sincrônicas mas podem ser dispostas numa mesma linha diacrônica se eu tiver *frames* disponíveis para criar uma linha imaginária e a elas dar movimento. O acerto dessa organização dependerá das condições e do nível de detalhamento a que se consegue aceder.

2. A mudança gramatical e suas evidências

A tradição sobre gramaticalização permite interpretar que só terá se gramaticalizado o item que tenha sofrido descategorização. Mas isso não necessariamente implica mudança de classe, mesmo porque essas dez classes tradicionalmente listadas não dão conta do que se emprega realmente na língua em situação comunicativa.

Parece senso comum acreditar que são três as grandes fases da vida humana: nascer, viver e morrer. Quando sabemos da morte de alguém logo pensamos em sua trajetória de vida. Mas somente os episódios de que tivemos conhecimento participam dessa sincronia.

Na tentativa de categorizar essas três etapas da vida, segmentamos indivíduos em faixas etárias distintas. Em cada época, rótulos diferentes vão sendo atribuídos aos grupos que reclamam seu espaço, seus direitos, suas exceções. Por conta disso, deveres e obrigações, acessos e restrições são alterados socialmente. Atualmente, uma das segmentações possíveis seria a seguinte⁴⁴:

- (i) Bebê (até 2 anos) – Recém-nascido – barulhentos, ciclo de sono instável, exigem 24h de trabalho intenso, não se locomovem
- (ii) Bebê propriamente dito: choram menos, sono mais sintonizado com o ciclo de sono familiar, exigem 16 horas de trabalho intenso, locomovem-se em pequenas distâncias
- (iii) Criança (até 12 anos) – criança propriamente dita – não choram, mas ainda fazem algum barulho, ciclo de sono estável, demandam algum trabalho e muita vigilância em casa, correm o tempo todo e fazem correr
- (iv) Pré-adolescente (*between – be tween*) – fazem rir, adoram barulhos, andam em grupo, ciclo de sono alterado nos finais de semana, dão trabalho fora de casa, permanecem grande tempo sentados ou deitados na frente da tevê ou do computador
- (v) Adolescente (até 15 anos) – adolescente propriamente dito (aborrecente) – fazem enlouquecer, adoram ou detestam barulho, tem sono imprevisível, exigem distância
- (vi) Quase-adulto (sem reivindicação de rótulo social ainda)

⁴⁴ Essa divisão de fases de vida é puramente baseada em minha intuição e em informações sociais a que tive acesso cotidianamente. Não representa a segmentação oficial, tampouco científica.

- (vii) Adulto (a partir de 21 anos)
- (viii) “Melhor idade” (a partir de 60 anos) – melhor idade – (idade da aposentadoria)
- (ix) Idoso propriamente dito

Um indivíduo não acessa outra fase exclusivamente pela idade, embora direitos, deveres e exceções garantam sua inserção num desses grupos mais prototipicamente. Fatores derivados do contexto histórico podem afetar essa classificação. Essa divergência se explica pela idade aparente, que pode diferir em grande medida da idade cronológica. A idade das partes biológicas também. Pode-se ter 20 anos e uma pele de 30 ou 40 por ter trabalhado sob o sol na lavoura cotidianamente. É a ação do ambiente sobre o organismo.

No campo linguístico, uma construção pode ser jovem, porém, se imantada por uma construção produtiva que se revela frequente, pode ser confundida com essa outra mais frequente, mais abstrata. Ela será facilmente pressuposta. É o caso da construção subjacente ao título deste trabalho, qual seja, *deitou-se estendido em cruz contra o oriente*. Nessa frase, identifica-se a presença de um predicativo do objeto direto, também conhecido, numa perspectiva histórica, por anexo predicativo, sobre o qual tratarei mais adiante.

Retomando o exemplo da idade biológica, outros elementos também guiam nossa percepção. É o caso dos atributos físicos, como flacidez da cutis, manchas senis, rugas, doenças, limitações de alguns movimentos, articulação mandibular, dentre outros. O envelhecimento é um processo e ele vai se mostrando em todas as atividades, inclusive na codificação linguística. Em uma boate ter chapelaria, por exemplo, quando não mais se guarda ali chapéu é uma pista de que, em outros momentos, o uso do chapéu era usual e que levar esse objeto para esse ambiente era um hábito. A demanda de um uso pode ser apreendida pelo ambiente, via marcas contextuais.

A abstração de hábitos e a abstratização de usos linguísticos caminham juntas. É apenas uma categorização. Existem contraexemplos aos atributos, existem exceções. O que é certo é que o processo é contínuo.

A ciência vai dando passos adiante com as descobertas de áreas diversas. Intralinguisticamente também se vê isso. A lexicologia há tempos contribuiu com o seu método de controle de usos de palavras, via quantificação *type* e *token*; anos depois, esse mesmo método foi útil para todos os que se interessaram em apreender dinâmicas de mudança, via controle de usos. Foi o que fez Joan Bybee, só para ficar no campo dos estudos sobre gramaticalização.

A despeito da categorização artificial imposta pela sociedade, existe a dinâmica social de cada indivíduo agindo em simultâneo. Tanto a sociedade quanto a dinâmica individual fazem com que marcas de experiência cotidiana e habitual sejam incorporadas à própria conformação fisiológica e até psicológica.

Somos produtos das ações a que nos submetemos e a que somos submetidos. A categorização social nem sempre coincide com a vitalidade do sistema. O que guia o senso comum, a despeito disso, é a ideia de que crianças não sabem muito, que adolescentes tendem a enlouquecer propositadamente seus familiares e que idosos são sábios. Na língua, há também os mitos e axiomas.

Se a escolarização for intensa, contraditoriamente poderemos não conseguir enxergar fenômenos em mudança porque fomos bem treinados na normatividade. De

todo modo, o que se percebe mais claramente é aquilo que nos grita aos ouvidos, que nos salta aos olhos. Há fatos, no entanto, que não se mostram, são invisíveis, seguem em seu silêncio produzindo alterações aqui e ali, tal como a folhinha caída no rio. Ainda assim o processo de uso iniciado é contínuo e seu efeito é certo. Foi o que presenciamos com a mudança da construção *risco de vida* (LIMA-HERNANDES, 2007), usada continuamente sem ser estranhada por ninguém, pois a memória de parcelas informativas habituais eram repostas cotidianamente, via memória individual do que foi coletivo. Então, é natural que algumas células sociais ainda percebam a construção na totalidade (*risco de perder a vida*), mas também é natural o estranhamento das células mais jovens, sem a memória de leituras prévias, sem a memória de interações pregressas.

Esse processo vai se manifestando de forma mais ou menos forte em palavras, em construções e em processos que se redobram sobre si. Não temos nenhuma garantia de que essas propriedades sejam de fato inerentes às categorias que as carregam num dado momento sincrônico. Vejamos um caso linguístico.

Façamos um teste de atribuição de sentidos à palavra *muglir* (LIMA-HERNANDES, 2006). O que contribuiria para a conformação do sentido dessa palavra? Talvez pudesse remeter a alguma ação do menino *Mogli*, talvez pudesse significar algo relativo à ação de *engolir*. O som, a forma e o contexto podem agir em benefício de um sentido plausível, ainda que a palavra não exista efetivamente dentre os usos da língua portuguesa.

Vejamos outro exemplo mais próximo do tema selecionado para discussão neste texto:

(1) Encontrei a porta arrombada. (reproduzido de Bechara, 1999)

Quais os sentidos depreendidos dessa construção? Talvez um, talvez dois. O que determinaria a existência de um ou outro sentido? Ambos os sentidos são possíveis devido à codificação linguística ou existe algo mais que auxilie nessa compreensão?

A gramática escolar ensina que esse é um predicado verbo-nominal por combinar em seu interior um verbo de ação (*encontrei*) seguido de um objeto direto (*a porta*), modificado por um adjetivo (*arrombada*). Para se admitir que o último termo seja um adjetivo modificador, necessariamente deve-se admitir a ‘presença’ (ainda que elíptica) de um verbo de ligação na base construcional da sentença. Com essa solução, reconhece-se que *arrombada* é um predicativo do objeto.

Não se pode perder de vista que a língua é processada na mente e que as pessoas comunicam-se imaginando um estado ideal de intercompreensão, manifestado num jogo intersubjetivo complexo, que requer, muitas vezes, um exercício também complexo para sua apreensão. Em busca desse espaço de interação, no ambiente escolar, o aluno tem barrado pela própria bagagem sociocultural seu acesso ao contexto de produção.

A despeito de compreender sua base semântica e saber empregá-la com eficácia em suas produções cotidianas, não se consegue manter essa eficiência quando o que está em jogo é a compreensão da construção em si, ou seja, quando um alto grau de consciência sobre o uso lhe é solicitado. O que ocorre nessas situações quando o aluno usa automática e fluentemente uma construção, mas não consegue verbalizar seu funcionamento?

Essa é uma das questões que move este estudo, o que naturalmente nos conduzirá à resolução da segunda questão: como esse tipo de construção ‘esdrúxula’ se foi desenvolvendo na língua portuguesa? Aqui argumento sobre a possibilidade de essa construção ser resultante de duas forças: uma de base pragmática (elisão de informação compartilhada e desnecessária na produção *on line*) e, como efeito dessa decisão conversacional, sua similaridade com outra construção muito frequente da língua, propiciando que uma construção seja atraída e incorporada por outro padrão construcional mais vivo e presente na consciência individual.

Essa atração é motivada pela reanálise, um mecanismo cognitivo que providencia velocidade e leveza durante o processamento mental. Em seu sentido *lato*, reanálise atuará como uma solução durante a ‘passagem do bastão’ de uma geração a outra da comunidade linguística. Então, a forma sozinha e atomicamente analisada pode não ser suficiente no reconhecimento dessa distinção. Também a classe de palavras tradicionalmente pensada não permite essa distinção. Mas são dois elementos distintos e funcionalmente diferentes: um nomeia e o outro classifica de modo a indicar sua prototipicidade semântica.

Essas questões implicam, naturalmente, as orientações teóricas adotadas pelo pesquisador, mas, para além disso, exigem que se reflita sobre a questão do método e se invista no treinamento dos iniciantes para que enxerguem a mudança, sim, a partir de fotografias.

Quando o primeiro capítulo de *Principles of linguistic change (social factors)* apresenta os choques sociais causados pelo simples uso da expressão *ice box* em vez de *refrigerator*, ou da competição entre *who* e *whom*, atribuídos por tradicionalistas à falha na escolarização, Labov (2001) não relatava apenas sua experiência de falante, com o primeiro exemplo, e de observador de uma geração mais jovem, com o segundo exemplo. Ele principalmente depunha a favor da importância do contexto para a explicação das preferências geracionais atribuídas no senso comum à faixa etária ou classe social (LIMA-HERNANDES, no prelo). Ele tratava de fotografias, a partir das quais teria condições de projetar mudanças.

Durante o desenvolvimento da interação, os participantes vão categorizando fatos, coisas, seres e, mais do que isso, vão categorizando as próprias construções em uso. Olhar para a língua em uso é desenvolver a sensibilidade para esse trabalho silencioso realizado pelos falantes durante o processo comunicativo. O fato de uma construção A, em *input*, soar similar a uma construção B (exercício mental a partir de seu conhecimento linguístico), produz um movimento cognitivo de associação entre ambas e a adoção de uma mesma estratégia sintática que, se nenhum ruído daí derivar, será ratificada a cada nova interação em que surja.

O resultado disso é que duas construções são alinhadas e reconhecidas como pertencentes a um mesmo padrão construcional, ainda que originalmente venham de desenvolvimentos distintos. É essa aproximação mental que provoca a reanálise⁴⁵ como

⁴⁵ Reanálise aqui é assumida com o sentido de um procedimento rotineiro em situações interativas como estratégia de intercompreensão. Alinho-me, assim, à definição proposta por Harris e Campbell, 1995, p. 2: “reanalysis to be essentially a hearer-based procedure. Listeners aim at understanding what speakers say.” Tenho conhecimento, contudo, de que esse rótulo pode se aplicar a muitos fatos linguísticos, tais como demonstra Mira Mateus *et alii*, em sua *Gramática da língua portuguesa* (p. 982) com o subsistema lexical: “um processo de formação de palavras que consiste na reintegração de uma estrutura sintáctica

uma só. Como a língua é processada na mente, as estratégias de solução de problemas comunicativos também derivam desse *locus*. Em sendo essa solução recorrente, dois efeitos simultâneos vão se corporificando na língua: as soluções ao longo das gerações e o próprio caminho encontrado para essas soluções. Um desses caminhos produtivos é a reanálise. É o caminho que hipotetizo ter norteado a mudança da construção predicativa anexa e apresentarei a partir de agora as motivações para essa suposição.

3. O predicativo anexo: fóssil discursivo-pragmático

Cada uso, uma codificação. Cada função, um contexto. Mundo perfeito da linguística funcional! Mas e o que dizer das aulas de gramática e dos casos apresentados nos livros didáticos e gramáticas? São também língua em uso, em uso na sala de aula. Em uso para reflexão, para exercício mental.

Então o papel do professor de português, tanto nas aulas de literatura quanto nas de gramática, é mesmo abreviar a angústia do aluno, mostrando que existem sentidos historicamente construídos que estão embutidos em trechos, frases, palavras, construções.

Segundo informações das gramáticas normativas e também das escolares, há três tipos de predicado. Não é esse o discurso? Verbal, nominal e verbo-nominal. E a tradição do manual didático é mais forte do que a reflexão que permitiria a autonomia do aluno. Como explicar o inexplicável em gramática? As aulas de português não podem mais ser decoreba! Eis aqui minha provocação.

Se a base da oração é o verbo: um verbo = uma oração, dois verbos = duas orações, frase não precisa ter verbo. Oração, sim. E os tipos de verbos? De ação, de ligação. Os de ação configuram predicados verbais; os de ligação, os predicados nominais. Que outro tipo de verbo daria origem a predicados verbo-nominais?

Said Ali (1964) e seu discípulo, Bechara, alertam: não há como existir um predicado verbo-nominal, não do ponto de vista sincrônico, não do ponto de vista daquele que está em sala de aula. Não. Resolvamos o problema: basta substituir seu rótulo. Eis que ele será um predicativo anexo. O que mudou foi o rótulo, mas a motivação para cada um dos rótulos não é exatamente a mesma, pelo menos sincronicamente. Olhar para o predicado é diferente de focalizar o predicativo. Quando se olha para lugares distintos, não se pode falar da mesma coisa. Predicado verbo-nominal volta-se para a categorização dos predicados, com base no verbo. Predicativo anexo volta-se para a categorização do predicativo, com base no qualificador. Coisas distintas sincronicamente!

As aulas de sintaxe nesse tópico são sempre motivo de frustração para o professor de português. Os alunos compreendem quando o professor ensina, mas não conseguem resolver sozinhos outros casos apresentados. O que provoca esse erro maciço, essa incompreensão geral? Arriscam alguns professores que é o nível cada vez

como uma palavra”. Ilustra esse fenômeno o nome do objeto guarda-chuva, em cuja origem aparecia sempre ligado ao verbo “utensílio que serve para proteger/guardar da chuva”, segundo as autoras, resultado da retenção tanto do verbo quanto do complemento.

mais baixo do alunado. O desinteresse talvez... Essa é a melhor desculpa para eximir-se de responsabilidades explanatórias.

Quando Ilari publica seu livrinho de exercícios semânticos, querendo provocar o exercício mental tão distante da sala de aula, mais do que ensinar a língua, ele ensinou o caminho da reflexão. Façamos exercício similar com o exemplo de Bechara (1999): *Encontrei a porta arrombada*.

É possível, com uma explicação simples, compreender que se trata de um predicado verbo-nominal, pois existe um contexto corrente que permite compreender que um verbo de ação (*encontrei*) está explicitado, mas na sequência existe um qualificador que teve seu verbo de estado elidido (e ela *estava* aberta). Esse desdobramento, contudo, somente pode ser feito pela mente do professor. O aluno não alcança esse caminho para resolver o que se pretende, pois o contexto frequente dá conta do problema. Existe, contudo, uma outra interpretação que não é cogitada pelo autor. Vejamos:

- (1a) Encontrei a porta arrombada. (o estado da porta é conhecido e esperado)
- (1b) Encontrei a porta e ela estava arrombada. (o estado da porta é inesperado)
- (1c) Encontrei a porta arrombada. (o estado da porta é inesperado)

Em (1a), pressupõe-se que é condição inerente à porta ser arrombada, ou seja, já se sabia e se compartilhava a informação de que a porta estava arrombada. Em (2b), esse raciocínio não se aplica, pois ali compreende-se que foi surpresa saber que a porta estava arrombada. Logo, em (1a), *arrombada* é adjunto adnominal; em (1b) é *predicativo do sujeito*. Entende-se que somente a segunda base interpretativa permitiria uma evolução para (1c). Portanto, só se pode compreender a adoção de um novo rótulo em Bechara e Said Ali, se se analisar o dado de um ponto de vista diacrônico. Somente nessa abordagem, hipotetizo, podemos compreender a orientação para a rejeição ao rótulo por importantes gramáticos como Said Ali e Bechara como predicativo anexo. Considerando a relevância de se saber algo mais sobre a trajetória desses usos, separei as 120 primeiras páginas da *Demanda do Santo Graal*⁴⁶ e de lá retirei todos os dados em que participios passados eram empregados. Separei-os por padrões funcionais, com o espírito voltado para a identificação de padrões recorrentes. Encontrei o seguinte.

a) Verbo de ligação (40 ocorrências) – é sabido que os verbos de ligação prototípicos podem integrar algumas construções típicas, quais sejam, passiva analítica, predicativa e equativa. São as mais recorrentes e revelam um espectro construcional bem variado. As predicativas anexas misturam-se formalmente e semanticamente a essas construções, pois graças à aparência similar atrai para perto de si construções passivas com agente subentendido no seguinte formato:

- (2) A espada era booa e o golpe foi grande e ferido de grã fôrça, e **foi** em Sagramor tam mal-treito, que se nom pôde teer em seela, e caeu em terra tam estorgido, que nom soube se era noite, se dia. (p. 11)

De aparência similar e produzindo efeito semântico próximo, estão as seguintes construções: (i) predicativas que qualificam o sujeito sintático (vide 3); (ii) circunstanciais de estado muito próximo a uma qualidade não inerente ao indivíduo (vide 4), em cujos exemplos não se percebe distinção clara entre os verbos *ser* e *estar*, favorecendo a confusão em contextos críticos suficientemente recorrentes para produzir

⁴⁶ Texto do século XIII, lido a partir de cópia feita no século XV.

uma reanálise; (iii) circunstanciais indicativas de mudança de estado, com a presença do agente ou da ação-evento que produziu esse efeito (vide 5 e 6); (iv) circunstanciais-marcador de tempo pretérito composto, ainda com a ideia remanescente de apresentar a mudança de estado em si (vide 7), posto que é codificado por um verbo no particípio que funciona ambigualmente como um adjetivo qualificador em função predicativa.

(3) ...ca el nom era tam vivo nem tam ligeiro nem o sabia tam amiúde ferir, que o Erec nom ferisse outrossi, ... (pp. 15-16)

(4) - Senhor, disse el, eu soom mui mal-chagado, e hei já tanto perdudo do sangue, que nom é se maravilha nom. (p.14)

(5) Quando Erec ouviu o que dizia Galvam, foi espantado, que bem cuidava que o amava Galvam de todo seu coração... (p.14)

(6) E Galvam lhi foi dar u~ua espadada per cima do elmo, a maior que pôde, assim que Erec foi do golpe estorgido e vaão; (p.15)

(7) ... e pôs diante tôda aquela fôrça e tôda aquela bondade de armas que el pôde poer e amostrar, como aquel que bem sabia e conhocia que era as morte chegada. (p. 15)

b) Locução Verbal – (27 ocorrências), configurada construcionalmente na sequência verbo auxiliar *haber* + verbo pleno. É interessante recordar que o verbo *haber* ainda indicava posse nesse período, o que nos faz hipotetizar, com base nas ocorrências identificadas e no conhecimento linguístico, que os elementos vizinhos deveriam conter o traço não-animado, o que de fato ocorreu na maioria dos dados desse tipo (vide 8). No entanto, outras ocorrências depunham a favor da distinção entre objetos concretos e abstratos (vide 9 a 11). Dentre essas, identificamos casos que parecem desempenhar funções ambíguas pelos seguintes motivos: (i) o verbo *haber* estar sintaticamente muito distante e estar inserido em uma construção alternativa, com seu objeto elidido, porém com outros materiais intervenientes (vide 12), (ii) já concorrer nessa função o verbo *ter* sintaticamente ligado a um verbo no particípio, permissível de duas leituras diversas: predicativa e passiva analítica (vide 13).

(8) E quando virom Erec que jazia de bruços, seu escudo cabo si e as espada, nom no conhecerom, ca **havia** sas armas cambiadas com que o êles virom. (p. 18)

(9)...e, certas, pois vós sodes morto e tam pouco há, eu som aquêle que jamais nom haverei lidice ataa que vos **haja** vingado. (p. 13)

(10) Êles nom conhociam Estor, polas armas que **havia** cambiadas. (p. 25)

(11) - Senhor, semelha-me que **há** ganhada a honra da Mesa Redonda, ca estas letras vo-lo mostram. (p. 29)

(12) ... nem **havia** i tam forte nem tam bem armado... (2 ocorrências)

(13) Entõm foi a ~ua espada, (...) que **tinha** desarmada fora do almofre...

c) Verbos intransitivos (36 ocorrências) – Esse conjunto de dados englobou vários casos semanticamente diversos, porém construcionalmente similares: (i) verbos codificadores de movimento do corpo (26 ocorrências) são prototipicamente intransitivos, sendo estes os que dão mais condição de abrir espaço para um mudança para que participios sejam reanalisados como predicativos, haja vista a ambiguidade entre predicativo anexo e adjunto adverbial de modo (vide 14 a 21); e (ii) verbos estativos (10 ocorrências), com um verbo típico, mais frequente, e não marcador da posição no espaço desenvolvendo uma forma locucional para codificação do aspecto imperfectivo, gerando a leitura de modo transitório (vide exemplos 22 a 25).

- (14) ... **sobiu** em seu cavalo assi mal-chaguado
(15) Êle **andou** assi errado como vos digo, e aveo que a ventura o levou a u~ua fonte que era aa entrada de u~ua veiga; (p. 33)
(16) ... e entom aque-vos u~u cavaleiro já quanto de idade, que **saiu** da foresta assi desarmado como rei Artur; (p. 33)
(17) Aquel dia, que el caçava, lhe aveo assi, que perdeu tôda as companha e todos seus caães, e o veado depós que ia, assi que **andou errado** pola foresta u~ua hora de acá e outra de alá, assi como aquel que nunca muitas vezes caçara per aquela foresta.
(18) Beenta seja esta casa, ca nunca i **vem** tam desconselhado que se em conselhado nom parta. (p. 39)
(19) E el assi iindo pensando e chegando aas tendas, **saiu** u~u cavaleiro a êle armado, que lhe disse: ... (p. 58)
(20) Pois Erec fêz esta oraçom, **deitou-se estendido** em cruz contra o oriente, e fêz sas oraçoões as melhores que soube, e jouve assi, ataa que foi alto dia; (p. 10)
(21) ... o outro nom tam mal, e êste foi Erec; e êles se **erguerom sanhudos** e com pesar grande, ca ambos eram de grandes corações. (p. 12)
(22) ... começou-se entom o doo tam grande e tam fero, comos e todos seus amigos **tevessem mortos** ante si. (p. 25)
(23) Entom começou a catar o menino que **jazia envolto** em pano de sêda e disse-lhe: ... (p. 35)
(24) Entom disse a ~u~u seu irmão, que **estava desarmado**: (p.59)
(25) Tristam, que u~u pouco **estava sanhudo**, respondeu-lhe: (p.59)

d) verbos transitivos (16 ocorrências) – Esse conjunto engloba os seguintes verbos: (i) verbos de atitude (6 ocorrências), que propiciam uma franca leitura de predicativo anexo, pois há uma qualificação do objeto direto, típico complemento do verbo codificador, com traço mais humano e mais animado (vide 26 e 27); e (ii) verbos de percepção (10 ocorrências) – numa função idêntica aos verbos atitudinais (vide 28).

- (26) ... e por maau cavaleiro e por covardo me terriam, se nom **vingasse** parente tam chegado.(p.14)
(27) ...assi que o ferro pareceu da outra parte, e **meteu-o** em terra tam mal-treito, que nom houve mester meestre. (p.50)
(28) Ora nom podedes dizer, pois me **virdes morto**, que vós me matastes, mais o falimento de meu cavalo. (p. 17)

Chamamos a atenção para um conjunto de verbos que, embora se sobreponham gramaticalmente a outras categorias anteriormente descritas, funcionam de um modo um pouco diverso, por terem a codificação sintática pouco variável e por codificarem uma ação, embora possivelmente intencional, marcada pelo movimento involuntário de um ser humano (14 ocorrências):

- (29) ... e **achou-o tam mal-chagado**, que houve del mi grã doo. (p. 19)
(30) ... e el houve grã pesar quando achou o que rei Mars fezera a sa madre e em qual ventura el fôra quando o **achou** o montanheiro pendurado aa árvor. (p. 39)
(31) ... e por êsto partiria el de booa mente esta batalha, se podesse aa honra de ambos, e atendeu tanto que foram ambos cansados e que se **fêz** u~u afora do outro mal-treitos e mal-lassos, ca muito sofreram. (p. 52)

(32) A espada era booa e o golpe foi grande e ferido de grã fôrça, e foi em Sagramor tam mal-treito, que se nom pôde teer em seela, e **caeu** em terra tam estorgido, que nom soube se era noite, se dia. (p. 11)

Descartamos dessa análise, providencialmente, os verbos identificados inicialmente como verbos-suporte (3 ocorrências⁴⁷) e a justificativa para isso é que nem sempre é possível ter a garantia de que a interpretação sincrônica atual seja correspondente ao uso da sincronia dos documentos. A dúvida sobre a incorporação sintática do objeto direto à semântica lexical do verbo foi decisiva para elidir esses verbos do conjunto dos analisados. Esses supostamente identificados continham em sua raiz os verbos *dar* (1 ocorrência) e *fazer* (2 ocorrências).

Também nem sempre foi possível confirmar a elisão suposta de termos. Nessa hipótese, sustentaríamos a ideia de que houve originalmente um verbo de ligação não realizado na situação comunicativa, o que fez aproximar duas informações antes distantes. Se comprovada, essa seria evidência para a raiz do predicativo do objeto ser vinculada ao processamento interacional de compartilhamento de informação e alta pressuposição. Os casos foram os seguintes:

a) com possível elisão de substantivo (2 ocorrências) – o substantivo surgiria da elisão de informação substantiva pressuposta à época.

(33) Estas letras vos envia **u~ua** empardeada que eu achei bem longe daqui, nom há grã tempo. (p. 30)

b) com possível elisão de adjetivo (3 ocorrências) – a função adjetival relacionar-se-ia historicamente às locuções verbais com *haver* e com as construções predicativas, o que faria surgir dados como os seguintes (às vezes, ambíguos):

(34) ca nom **há homem** tam atrevido na vila que vos ouse albergar.

(35) Entom andou tanto, que topou com Ebes o nomeado, u~u cavaleiro da Mesa Redonda, arrizado e muito ardido. (p. 48)

Trata-se de uma construção linguística bastante interessante por alguns motivos, dentre os quais sua ambiguidade construcional, que a torna próxima de outras em interpretação.

Conclusões

Como se pode notar, mas não de forma definitiva, se não numa suposição bastante interessante, verbos de atitude e verbos de percepção – e também os estativos, que são mais próximos ao indivíduo e às suas ações típicas –, não dão acesso a outras leituras que não a predicativa. Essa ideia ainda não me permite concluir da forma como eu esperava este texto, mas já licencia deixar pistas registradas da intuição de que ações mais integradas ao indivíduo produzem menos ambigualmente a leitura avaliativa,

⁴⁷ “...deu ~ua tam grande lançada a Amatim...”; “Rei Artur, quando viu as letras que diziam: - “Esta é a seeda de Artur o pequeno”, **feze-se** u~u pouco afora todos espantado com a grã lidice que ende houve;... (p.36)”; “Quando Tristam êsto ouviu, **feze-se** afora muito espantado e disse-lhe: - Quem és tu? (p.50)”

codificada pelo predicativo do objeto direto, que categoricamente é, nessa amostra limitada, de configuração mais humana.

Creio que este texto, se não explica, em sua totalidade, o processo de mudança empreendido pelas construções de verbo de ligação e o percurso suficiente de entrecruzamentos que elas se impõem fortemente pela frequência de uso e fracamente pelas inovações que se vão semanticamente emergindo, ao menos constitui-se uma contribuição para se reconhecer a diferença de escolhas terminológicas entre predicado verbo-nominal (um contrasenso se nos lembrarmos que um predicado toma por núcleo um verbo principal e não dois) por um lado, e para se refletir sobre o jogo de forças que se impõe durante a situação interacional. O resultado, sem dúvida, é uma mente afetando a outra pelo que sugere e pelo que claramente codifica em seu encadeamento sintático.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

HARRIS, Alice C.; CAMPBELL, Lyle. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LABOV, William. *Principle of linguistic change – social factors*. Massachusetts: Blackwell, 2001.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Emolduramento pragmático e extensão das significações: âmbitos relevantes para o revestimento semântico. *Polifonia*, v. 12, p. 129-140, 2006.

_____. Esquecimento histórico e mudança lingüística: um risco de vida no português brasileiro. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V. L. (orgs.). *A língua portuguesa no mundo – I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

_____. *Nova mente, outro contexto*. Texto apresentado no I Simpósio do Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática. Niterói: UFF, no prelo.

MAGNE, Augusto. (ed.). *Demanda do Santo Graal*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / INL - Ministério da Educação e Saúde, 1944.

SAID ALI, Manoel. *Gramática secundária*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1964.

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. [s. ed.] Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.

Justificativa teórico-metodológica para conjugar teoria constructional e teoria da gramaticalização no estudo de marcas de intersubjetividade

Vânia Cristina Casseb-Galvão⁴⁸

RESUMO: O presente artigo trata das bases do projeto de pesquisa individual vinculado ao Projeto Temático O português contemporâneo falado em Goiás (“Fala goiana”), voltado para a análise e a descrição do estatuto semântico-sintático e discursivo de expressões de intersubjetividade a serem observadas em dados sistematizados do português contemporâneo falado em Goiás e que serão alvo de discussão no “Grupo de Estudos da Linguagem: análise, descrição e ensino”, sediado na Faculdade de Letras da UFG. O objetivo maior deste texto é apresentar justificativas teórico-metodológicas para a conjugação dos postulados da Teoria Construcional e da Teoria Clássica da Gramaticalização na descrição de marcas de intersubjetividade. Para cumprir esse objetivo, trago a justificativa teórico-metodológica, a hipótese de pesquisa, alguns aspectos metodológicos e, a título de considerações finais, apresento possíveis objetivos a serem alcançados na conjugação teórico-metodológica pretendida. As construções a serem analisadas envolvem os significados contextuais de “Pra mim”, “Que eu saiba”, “Se não me falha a memória”. PALAVRAS-CHAVE: Construções; Gramaticalização, Intersubjetividade.

ABSTRACT: This article deals with the foundations of the individual search project linked to the thematic project “The contemporary Portuguese spoken in Goiás (Goiás “speak”), dedicated to the analysis and description of semantic-syntactic and discourse status of intersubjectivity expressions observed in the contemporary Portuguese spoken in Goiás-Brazil and which will be subject of discussion in the “Group of language studies: analysis, description and teaching”, based in the Faculdade de Letras da UFG. The main objective of this text is to provide theoretical-methodological justification for combining the postulates of Constructional Theory and Classical theory of grammaticalization in the description of intersubjectivity. Will be presents the bases of research, the theoretical-methodological justification, the research hypothesis, some methodological aspects and the objectives to be achieved. Contextual meanings of the expressions “Pra mim”, “Que eu saiba”, “Se não me falha a memória” will be analyzed.

KEY-WORDS: Constructions; Grammaticalization; Intersubjectivity.

1 Introdução:

O presente artigo trata das bases do projeto de pesquisa individual vinculado ao Projeto Temático *O português contemporâneo falado em Goiás* (“Fala goiana”)⁴⁹,

⁴⁸ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do CNPq. Email: vcasseb@terra.com.br.

⁴⁹ O Projeto *O português falado em Goiás* se constitui a partir de um conjunto articulado de projetos da área da Teoria e Análise Linguística, de orientação funcionalista, e objetiva investigar fenômenos de constituição do português do Brasil a partir de variedades linguísticas visíveis na fala goiana. Os pesquisadores envolvidos neste projeto estão unidos pela concepção partilhada de que a língua se constitui na atividade interativa, logo, as categorias linguísticas de naturezas discursiva, gramatical,

voltado para a análise e a descrição do estatuto semântico-sintático e discursivo de expressões de intersubjetividade observadas em dados sistematizados do português contemporâneo falado em Goiás e que foram alvo de discussão no “Grupo de Estudos da Linguagem: análise, descrição e ensino”, sediado na Faculdade de Letras da UFG.

O objetivo maior deste texto é apresentar justificativas teórico-metodológicas para a conjugação dos postulados da Teoria Construcional e da Teoria Clássica da Gramaticalização na descrição de marcas de intersubjetividade. Para apresentar as bases da investigação, trago a justificativa teórico-metodológica, as hipóteses de pesquisa, alguns aspectos metodológicos e, a título de considerações finais, apresento alguns resultados esperados com essa conjugação.

2 Justificativa teórico-metodológica para um estudo de marcas de intersubjetividade na fala goiana a partir da Teoria Construcional e da Teoria Clássica da Gramaticalização

Rosa (2009) analisou as expressões de intersubjetividade foco desta pesquisa como marcadores discursivos recorrentes no discurso relatado. São expressões do tipo *Pra mim*, *Que eu saiba* e *se não me falha a memória*, exemplificadas em 1 (A), (B), (C), usadas para indicar uma avaliação do locutor a respeito do conteúdo de seu ato de fala, uma estratégia pragmática relativa ao modo como o locutor pretende que o seu interlocutor interprete o conteúdo proposicional. São, portanto, marcas de intersubjetividade, qualificadoras do *dictum*:

- (A) Educação **pra mim** é... além de aprender... (Fala goiana, F, 3)
- (B) **Que eu saiba**, não haverá aula... a universidade vai entrar em greve (amostra não sistematizada)
- (C) **Se não me falha a memória**, o meu amigo jogava no Goiás. (amostra não sistematizada)

A noção de intersubjetividade envolve o reconhecimento de que locutor e interlocutor contribuem efetivamente para sucesso de um ato de fala e deixam marcas

semântica e lexical estão a serviço da produção de sentido decorrente da atividade cooperativa que é a linguagem em suas múltiplas manifestações. A língua, portanto, é reconhecida como um sistema dinâmico, inacabado, fluido, em processo de constituição. Contribuem para isso processos de mudança em geral e processos de mudança em direção à gramática ou ao discurso – fenômenos que serão tratados a partir dos pressupostos da Gramática Funcional, da Gramática Funcional do Discurso, da Teoria da Gramaticalização e da Teoria Construcional. Os pesquisadores nele reunidos integram o Grupo de Estudos da Linguagem: análise, descrição e ensino, subgrupo “Grupo de Estudos Funcionalistas” (GEF), sediado na Faculdade de Letras da UFG desde junho de 2004. Os objetivos geral (a) e específicos (b, c, d) do “Fala goiana” envolvem, respectivamente, (a) documentação e análise do português falado em Goiás, considerando-se os aspectos da constituição social e cultural das comunidades de fala envolvidas, e sua visibilidade em fenômenos gerais de mudança linguística, bem como, os reflexos dessas mudanças na formação identitária dos goianos em várias dimensões sociais dos usos da língua, e (b) Composição de um conjunto significativo de informações com vistas a caracterizar a variante do português falada no estado de Goiás a partir de descrições e análises funcionalistas. (c) Promoção de generalizações a respeito do estágio atual da língua falada na região tão peculiar do território brasileiro, tendo como parâmetro o português do Brasil, especialmente a variante culta, amplamente descrita e analisada nas últimas décadas. (d) Observação de processos de mudança em curso ou já implementados em subsistemas específicos da variante goiana, no que diz respeito à organização sintática, lexical, semântica e discursiva.

desse empreendimento dialógico no discurso a se constituírem sujeitos de linguagem (subjatividade). Um direcionamento especial da intersubjetividade é feito por Traugott e Dasher (2002), que trabalham essa noção em estudos que envolvem a formação do sistema semântico, a gramaticalização e a organização pragmática. Eles definem a subjatividade como um subdomínio da semantização envolvendo as manifestações de crenças e atitudes do falante, e a intersubjetividade como as manifestações do ouvinte ou das faces do ouvinte. Traugott (2010) reavalia essas noções e reconhece a intersubjetificação, o processo diacrônico de semantização, e a intersubjetividade, o processo de desenvolvimento de significados do domínio da subjatividade.

A heterogeneidade discursiva e o caráter dialógico da interação linguística indicam que falante e ouvinte contribuem na mesma proporção para a excelência de um ato de fala, favorecem o entendimento da indissociabilidade entre o eu e tu. A intersubjetividade é a representação da experiência do *eu* que pressupõe um *tu*, pois, de acordo com Benveniste (1995, p. 286), a “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego o *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha locução um *tu*”.

Portanto, reconheço a intersubjetividade como um amplo domínio relativo à organização da interação, e, por isso mesmo, como um campo fértil para arranjos no nível semântico e reanálise no nível sintático, envolvendo significados relativos tanto às manifestações do falante quanto do ouvinte.

Esse reconhecimento, no entanto, não invalida a proposta de Traugott (2010) para embasar análise dos processos subjacentes a esses arranjos.

A primeira hipótese é a de que processos de gramaticalização são extremamente produtivos na constituição do paradigma de intersubjetividade e são decorrentes de negociações pragmáticas, atribuidoras de novos significados contextuais, a formas conceituais pré-existentes: *Pra mim*, *Que eu saiba*, *Se não me falha a memória* têm um significado conceitual, de valor semântico mais concreto, mais descritivos, como em contextos do tipo 2 (A), (B), (C):

2. (A) Ele trouxe um presente **pra mim**. (objeto indireto, dativo)
- (B) Talvez ele pense **que eu saiba** de muita coisa sobre o sequestro (predicado encaixado)
- (C) **Se não me falha a memória**, eu escrevo com riqueza de detalhes sobre coisas que vivi quando ainda era ainda muito criança. (oração condicional)

A co-ocorrência desses usos na interação sugere um rearranjo no sistema linguístico do português brasileiro, provavelmente, já implementado no dialeto goiano. E, o valores mais discursivos visíveis em 1, e os descritivos, conceituais, em 2, indiciam um processo de gramaticalização, caracterizado por deslizamentos discursivo-funcionais em que as expressões linguísticas transpõem-se do léxico para o discurso (HEINE et al., 1991, HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Essa noção de rearranjo vai ao encontro de Gonçalves et al. (2007), para quem, em um estudo sobre gramaticalização, os termos “*unidade lexical*” e “*unidade gramatical*” servem apenas para diferenciar o conjunto de propriedades que identificam uma e outra categoria, e não para expressar um entendimento de que se reconhece a constituição do sistema linguístico em categorias discretas. As categorias lexicais prototípicas fazem referência a dados do universo biopsíquicosocial, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades. Já as categorias gramaticais, prototipicamente, têm propriedades que atuam no nível da organização do discurso, são elementos de vinculação entre palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias

interativas, codificando noções como tempo, aspecto, modo, modalidade, evidencialidade etc.

Interessa, portanto, identificar e descrever os usos que integram o provável contínuo de gramaticalização dessas expressões, mensurar seu grau de gramaticalidade, mostrar os deslizamentos discursivo-funcionais que esses usos de uma mesma forma apresentam na transposição do léxico para a gramática ou, numa visão mais ampla, para o discurso (visto como uma unidade interpessoal), e, também, descrever a funcionalidade dessas expressões no português falado em Goiás.

Os postulados da Teoria (Clássica) da Gramaticalização (TCG) seriam suficientes para se atingir esses objetivos não fosse por um relevante detalhe: a constituição estrutural dessas expressões. Nos usos mais abstratos de *Pra mim; Que eu saiba e Se não me falha a memória*, os elementos estruturais aparentemente perderam suas propriedades composicionais e, tudo indica, constituem uma unidade semântico-discursiva. Além disso, “*Pra mim*”, “*Que eu saiba*”, “*Se não me falha a memória*”, em sua acepção concreta, funcionam, respectivamente, como dativo, predicado encaixado e oração condicional.

É sabido que a TCG é especialmente usada para dar conta da gramaticalização de itens, mas Hopper e Traugott (1993, 2003) e Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) já vislumbravam processos de gramaticalização envolvendo estruturas complexas, num prenúncio do que se vem conhecendo como Teoria das Construções, Teoria Construcional (TC) ou Gramática das Construções.

Essa abordagem tem sido produtiva para descrever processos que envolvem elementos estruturalmente complexos como orações, locuções, expressões, sequências textuais etc. A ideia é recorrer aos parâmetros clássicos para aferir a gramaticalização e para descrever seus desencadeadores, seguindo, especialmente, os postulados de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991)⁵⁰, e recorrer às postulações cognitivo-funcionais da TC para mostrar a reconfiguração sistêmica, o que permite, até mesmo, a ampliação da concepção de léxico como repertório representativo das categorias da língua.

Braga e Paiva (no prelo), por exemplo, estudam as orações complexas de causa no tempo real, a fim de mostrar a evolução dessas construções no português entre os séculos XVIII a XX e de relacionar essas mudanças entre si, de forma a mostrar a reorganização do conjunto de construções causais ao longo desse período.

O pressuposto para o estudo que aqui se propõe está em Hopper e Traugott (2003), para quem a gramaticalização não atinge apenas um determinado item, mas toda a construção que ele integra.

E muito difícil definir construção devido às diferentes configurações estruturais que esses elementos podem ter. Braga e Paiva (no prelo) esboçam uma definição, dizendo que o termo construção “remete a um segmento linguístico semântica e morfossintaticamente mais complexo e, possivelmente, maior do que uma palavra”. A construção se opõe ao item lexical prototípico, elemento estrutural e conceitualmente mais ou menos independente.

Goldberg (1995, 2006) são trabalhos de relevo na TC. Eles oferecem base para a compreensão do estatuto construcional, dos princípios cognitivos que orientam a propositura dessa perspectiva, e para parâmetros de análise dos valores semânticos e funcionais das construções, além de oferecerem base epistemológica para se traçar o contínuo de mudança que levou ao desenvolvimento de construções nas línguas. Para Goldberg (2006), determinado padrão é uma construção na medida em que algum de

⁵⁰ Uma das obras mais representativas do referencial “clássico” da Teoria da Gramaticalização.

seus aspectos formais ou funcionais não seja previsível dos seus elementos composicionais ou de construções pré-existentes.

Isto posto, constituem a bibliografia básica da análise aqui projetada obras clássicas da Teoria da Gramaticalização: Heine, Claudi e Hünemeyer (1991); Traugott,(1993, 2003); Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) etc, as básicas da TC, Goldberg (1995, 2006), Heine; Kuteva (2004, 2005, 2006), obras de referência da Linguística Cognitiva, Langacker (2008) e Croft (2007), e da teoria da (inter)subjetividade, desenvolvida por Traugott (2010).

Uma pesquisa dessa natureza, além de focar aspectos relevantes do processamento cognitivo dos falantes, permite uma análise dos usos da língua em uma comunidade de fala específica e a observação de um fenômeno de linguagem atentando-se para relações internas (gramaticais e cognitivas) e externas (sociais) ao sistema linguístico. Tal justificativa vai ao encontro do que afirmam Braga e Paiva (no pelo):

As construções linguísticas exibem uma estrutura de protótipos e integram redes de associações. Estão interligadas por relações de herança que motivam muitas de suas propriedades e que permitem capturar generalizações entre elas bem como explicar sub-regularidades e exceções.

A segunda hipótese é que uma análise da gramaticalização envolvendo todo o ambiente morfossintático e a unidade de sentido evocada em *Pra mim, Que eu saiba e Se não me falha a memória* oferece subsídios para a compreensão da constituição da intersubjetividade como macro domínio da linguagem, relativo à atualização dialógica e heterogênea do discurso, e como elemento de organização no micro nível da sintaxe, visível em paradigmas que expressam diversas nuances semânticas, auxiliares da composição dos efeitos sentidos pretendidos nas instâncias pragmáticas, tais como dúvida, certeza, especulação, ironia, credibilidade, firmeza.

Na TC não se faz distinção categórica entre léxico e gramática, que são vistos como resultado de um contínuo de elaborações cognitivas que subjazem à constituição linguística. Nos polos *mais concreto* e *mais abstrato* desse contínuo estão, respectivamente, representações linguísticas mais “conteudísticas” e mais “esquemáticas” (LANGACKER, 2008; CIRÍACO, 2011). Por isso, há grande chance de compatibilidade em se trabalhar a noção de construção, observando-se fenômenos relativos à gramaticalização, como decategorização (que envolve migração de uma categoria mais lexical para uma categoria mais gramatical), gradualidade da mudança, coalescência (que envolve perda de fronteira e fusão morfossintática), metaforização em intersubjetificação (recrutamento conceptual para expressar gramaticalmente ou discursivamente as impressões do falante) e dessemantização (descoramento de valores semânticos conceituais).

Nessa mesma direção, Casseb-Galvão e Lima-Hernandes (2012), ao tratarem do equilíbrio de forças na gramaticalização, dizem que a gramaticalização

produz consequências para a forma e para a função dos elementos. Promove alterações semânticas, morfológicas, sintáticas e fonético-fonológicas nos sistemas envolvidos, as quais são de tal modo inter-relacionadas que nem sempre é possível delimitar claramente suas fronteiras e/ou verificar uma hierarquia entre elas. O que desenha a rota, contudo, não são esses elementos linguísticos, mas a maneira

como as pessoas concebem o mundo e como organizam (e associam) mentalmente seus hábitos e rotinas.

3 Aspectos metodológicos

A investigação pretendida impõe uma análise de dados de língua em uso; por isso, como os demais trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Temático *Fala goiana* (BARROS, 2011; SILVA, 2012; MACHADO, 2012; COSTA, 2012), optamos então pela utilização de dados coletados em situação interativa efetiva.

O *corpus* do projeto *Fala goiana* é constituído por amostras de fala de nascidos ou chegados até 12 anos nas cidades de Goiânia (capital) e na Cidade de Goiás (antiga capital). São homens e mulheres, com escolaridade variando entre zero e nove anos, divididos em três faixas etárias: menos de trinta anos, de trinta a cinquenta anos e acima de cinquenta anos. O *corpus núcleo* (ou *mínimo*) é formado por doze inquéritos do tipo entrevistas com documentador, ou *fala monitorada*, em termos de Labov (2008), e envolvem situações em que os informantes serão conduzidos a contar experiências vividas na comunidade, situações de perigo etc.

O *corpus* está sendo elaborado para exposição em domínio público, salvaguardados o direito de voz e o sigilo sobre a identificação pessoal do informante. Atualmente, o grupo trabalha na revisão e na sistematização das transcrições do *corpus núcleo*, para posterior disponibilização *on line*. A opção por essa amostra está relacionada à:

- necessidade de se trabalhar com dados significativos do português falado atualmente em Goiás;
- composição de dados contemporâneos, permitindo uma descrição mais próxima do que seja a configuração do estágio atual da língua;
- coleta dos dados, à escolha da modalidade textual oral e à transcrição ocorridas sob forte rigor metodológico, de orientação Sociolinguística variacionista: foram controladas variáveis sociais como sexo/gênero; faixa etária, escolaridade, renda, origem geográfica (GONÇALVES; TENANI, 2005);
- presença de textos do tipo narrativo (relato de experiência pessoal, narrativa recontada; relato de opinião), favorecendo a ocorrência de marcas de intersubjetividade.

Os dados relevantes serão aqueles atos discursivos em que se observa o uso de *Pra mim, Que eu saiba, Se não me falha a memória*, em seus valores mais e menos contedísticos, mais ou menos lexicais, conceituais.

Arrolados os dados, os parâmetros de análise e a descrição serão elaborados a partir dos postulados da TCG e da TC. Em termos gerais, esses parâmetros devem favorecer a visualização da mudança, a descrição de padrões funcionais (construcionais) e o reconhecimento dos mecanismos de gramaticalização, conforme especificado a título de considerações finais.

4 Considerações finais: possíveis objetivos a serem alcançados com a conjugação teórico-metodológica pretendida

As justificativas apresentadas, as hipóteses esboçadas e a metodologia de análise eleita para a conjugação Teoria Construcional e Teoria da Gramaticalização permitem

que se preveja como objetivo maior da pesquisa a análise da manifestação linguística da intersubjetividade, no dialeto goiano, o que favorece a verificação de aspectos discursivos e socioculturais das comunidades de fala envolvidas.

E, mais especificamente, a proposta permite que, na distinção dos usos de *Pra mim, Que eu saiba, Se não me falha a memória*, seja considerada a organização estrutural, o estatuto sintático-semântico e a funcionalidade desses dados, integrantes de uma variante específica do português brasileiro, o que favorece a observação da provável implementação de um paradigma constituído por construções de intersubjetividade a partir de formas conceituais preexistentes no sistema linguístico.

Pretende-se também, analisar a implementação desse paradigma a partir das postulações da TCG e da TC, observando os parâmetros de gramaticalização e de coalescência, entre outros, que atestam a abstratização e o estatuto de “construções” a esses elementos da língua. E, considerando-se, conforme Ciriaco (2011, p. 109), que “a construção é um pareamento de forma (sintática e/ou fonética e fonológica) com significado (funções semântica, pragmática e discursiva)” [...] e que “a teoria construcional considera que toda e qualquer unidade gramatical pode ser descrita como uma construção, incluindo morfemas ou palavras, idiomatismos, padrões frasais ou oracionais parcialmente ou totalmente preenchidos” (op. cit.), tem-se como objetivo também contribuir para a Teoria de Construções, na medida em que *Pra mim, Que eu saiba* e *Se não me falha a memória* constituem um contínuo de complexidade, se considerados os seus respectivos padrões estruturais, e a sua descrição pode representar o alargamento do leque de possibilidades dos elementos da língua passíveis de serem gramaticalizados e constituírem um todo construcional.

Tudo isso permite a elaboração de generalizações a respeito da atualização linguística do domínio da intersubjetividade na fala goiana. É o que se pretende alcançar.

5 Referências

- BARROS, D. M. *Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo na fala goiana*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- BERTOQUE, L. A. D. P. *As construções de voz na Fala goiana*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (em elaboração).
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes / Unicamp, 1995.
- BRAGA, M. L; PAIVA, M. C. *Gramaticalização e gramática de construções: estabilidade instabilidade no uso de orações complexas de causa em tempo real (no prelo)*.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CASSEB-GALVÃO, V. C; LIMA-HERNANDES, M. C. O equilíbrio em mudança linguística: a gradualidade em processo. In: SOUZA, E. R. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. V. 1. São Paulo: Contexto, 2012, p. 153-170.

CASSEB-GALVÃO, V. C. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diskⁱ] no português brasileiro. *Revista Filologia e Língua Portuguesa* (13), 2. Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo, 2011, p. 305-336.

CIRÍACO, L. S. *A hipótese do contínuo entre o léxico e a gramática e as construções incoativa, medial e passiva do PB*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte: 2011.

COSTA, L. A. *Os usos derivados do verbo Dizer na fala goiana: enfoque na faixa etária III*. Relatório PIVIC. Faculdade de Letras, UFG, Goiânia, 2012.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, S. C. L.; TENANI, L. E. Aspectos metodológicos na constituição de um corpus de fala espontânea. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 34, 2005, p. 462-487.

GONÇALVES, S. C. L. ET AL. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004. 2nd. Edition.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: Chicago University Press, 1991

HEINE, B; KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. *Language contact and grammatical change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. T. *The changing languages of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 2nd edition.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. v. I: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987

_____. *The English Passive. Concept, image and symbol: the cognitive basis of grammar*. Capítulo 4. Mouton de Gruyter, 1990.

_____. *Foundations of cognitive grammar*. v. II: descriptive application. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.

_____. Construction Grammars: Cognitive, Radical, and Less So. IBANEZ, F. et AL. (eds.), *Cognitive linguistics: internal dynamics and interdisciplinary interaction*, 101-159. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2005.

_____. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: THOMPSON, S.; HAIMAN, J. (orgs). *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 181-225.

_____. New reflections on grammaticalization and lexicalization. In: WISCHER, W; DIEWALD, G. *New reflections on grammaticalisation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 2002.

LIMA, J. P. Grammaticalisation, subjectification and the origin of phatic markers. In: WISCHER, W; DIEWALD, G. *New reflections on grammaticalisation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 2002. p. 363-378.

MACHADO, L. S. Construções evidenciais derivadas de dizer no português falado em Goiás: um estudo em faixas etárias. Relatório PIBIC. Faculdade de Letras, UFG, 2012.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*.

PEREIRA, M. H; BRAGA, M.; PAIVA, M. da C. Gramaticalização da construção (PREP¹)+(det)+N+(PREP²)+QUE. In: VITRAL, L.; COELHO, S. *Gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas, Mercado das Letras, 2010, p. 173-200.

ROSA, C. R. P. *A multifuncionalidade de expressões de subjetividade no discurso relatado*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SILVA, L. A. *As bases corporais da gramática: categorização linguística, construções metafóricas e discursivização no português goiano*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. (Cambridge Studies in Linguistics, 97). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, 57, p.33-65, 1989.

_____. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (Ed.). *The handbook of historical linguistic*. Oxford: Blackwell, 2003a. p.624-647.

_____. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, R. *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 124-139.

_____. (Inter)subjectivity and intersubjectification: a reassessment. In: CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L. (Ed.). *Subjectification, intersubjectification*

**IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES**

and grammaticalization. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p. 29-71. (Topics in English Linguistics, 66).

A articulação discursiva da linguagem oral por crianças em fase de alfabetização

Alexandre Yuri Ribeiro Guerra⁵¹

RESUMO: Este projeto visa investigar se há uma evolução verificável na articulação da linguagem oral por crianças em fase de alfabetização. Um problema pouco estudado tem sido a descrição da gradação e domínio das funções cognitivas mais complexas da linguagem humana através da ontogênese, os quais são justificados por Tomasello (2003 [1999]) nos processos evolutivos filogênicos. Por intermédio dos critérios adotados nas pesquisas de Bybee (2003) e Lima-Hernandes (2010), testa-se a hipótese da evolução da língua em uma progressão escalar cada vez mais elaborada, polarizada pelas categorias de concretude e abstratização, as quais exigiriam funções físicas e psicológicas cada vez mais maduras de desenvolvimento. O material de análise da pesquisa se constituirá de quinze vídeos de entrevistas concedidas por crianças na faixa etária dos três aos treze anos para amadores, repórteres jornalísticos e apresentadores televisivos. Com base nos sete fatores discursivos de Beaugrande e Dressler (1983) e na ocorrência do uso de orações subordinadas concessivas e adversativas com presença de subjuntivo, tentaremos responder aos seguintes questionamentos: (i) se a complexidade da articulação da linguagem semântica e pragmática nas fases de desenvolvimento infantil se processaria de modo gradual e regular, conforme o amadurecimento; (ii) quais dos sete fatores discursivos apresentados por Beaugrande e Dressler (1983) atuariam nesse processo de gradação; e (iii) se o “efeito catraca”, descrito por Tomasello (2003 [1999]), seria verificável na linguagem oral através dos usos linguísticos empregados pelas crianças em faixas etárias distintas.

PALAVRAS-CHAVE: Cognição; Língua Portuguesa; Sintaxe.

ABSTRACT: This project aims to investigate the conjunction of sentences by children in the literacy phase. This problem takes the theme of the gradation and domain of more complex cognitive functions of the human language throughout the ontogenesis and phylogenic evolution processes (cf. Tomasello (2003 [1999])). Through the criteria adopted on the researches taken by Bybee (2003) and Lima-Hernandes (2010), the hypothesis of the evolution of language is tested in a scale progression increasingly more well-elaborated, polarized by the categories of concreteness and abstratization, which would demand physic and psychological functions increasingly more mature in terms of development. This study investigates this linguistic object with fifteen videos of interviews granted by children in the age group of three to thirteen-years-old made by amateurs, news reporters and television hosts. Based on the seven discursive factors by Beaugrande and Dressler (1983) and in the occurrence of the use of clauses of contrastive relation presented (correlation about concessive, adversative clauses and subjunctive mood), it will be discussed (i) the complexity of the semantic and pragmatic articulation in the language of children, according to their maturation development, (ii) discursive factors presented by Beaugrande and Dressler (1983) in this process of gradation, and (iii) the "Ratchet Effect" (Tomasello (2003 [1999])) from the linguistic uses performed by children in distinctive ages.

⁵¹ Graduando pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); e-mail: alexandre.guerra@usp.br.

KEYWORDS: Cognition; Portuguese Language; Syntax.

1 Introdução

Conforme postulados dos estudiosos da gramaticalização, que se fundamentam principalmente na proposta de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), uma progressão escalar na mudança linguística pode ser vincada pela evolução humana, e nos desenvolvimentos de cunho mais cognitivo, tal como lidos em Bybee (2003) e Lima-Hernandes (2010).

Esses desenvolvimentos, ainda de acordo com os postulados mencionados, apresentariam um paralelo de usos na evolução gramatical das línguas naturais, o qual poderia tomar como representação ilustrativa um *continuum* em cujos polos estariam opostas as categorias de traço [+concretude] e as de [-concretude]. Revela-se aí uma gradação que merece ser testada com o uso de elementos linguísticos por crianças. É o que propomos neste projeto: testar a hipótese de que uma gradação cognitiva cada vez mais complexa dos seres humanos – também mobilizada no desempenho de funções físicas e psicológicas cada vez mais elaboradas – teria um paralelo nos empregos linguísticos conjuntivos de polaridade negativa. Referimo-nos às conjunções MAS e SÓ QUE em relação às conjunções concessivas, que, por sua natureza, expressam a asseveração da informação contida na oração principal (NEVES, 2000:865).

Segundo Neves (2000:755), a conjunção MAS “marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados” e, dado que a língua é um sistema semântico, quando o falante escolhe esse elemento, ele necessariamente está organizando a informação de modo a estabelecer algum tipo de contraposição em direção oposta⁵², de contraposição na mesma direção⁵³ ou de contraposição em direção independente⁵⁴. No entanto, nem sempre só para a contraposição esse item é mobilizado. Ele pode ser empregado para sinalizar uma eliminação de informação já expressa⁵⁵.

Numa visão mais geral, poder-se-ia afirmar que o fato de uma criança empregar conjunção adversativa e não a concessiva referendaria o paralelo evolutivo da raça humana (filogenia) por meio da ontogenia. Assim sendo, o desenvolvimento de todas as capacidades humanas seria processado do nível mais simples para o mais complexo, ou seja, do concreto para o abstrato, inclusive na materialização linguística, pelo menos em alguns aspectos⁵⁶.

⁵² Para Neves (2000), a contraposição configuraria um valor funcional guarda-chuva, dentro do qual estariam a marcação de contraste, de compensação, de restrição e de negação de inferência.

⁵³ Para Neves (2000), a contraposição na mesma direção configuraria um valor funcional em cuja base estaria a comparação.

⁵⁴ Para Neves (2000), a contraposição em direção independente configuraria um valor funcional em cuja base estaria a novidade de um argumento ainda não levado em consideração.

⁵⁵ Há, ainda, um último tipo de emprego de MAS, descrito por Neves (2000): o empregado em início de enunciados. Por fugir à conexão sintática de orações, este será desconsiderado nesta pesquisa.

⁵⁶ Sabe-se, por meio de pesquisas com crianças, por exemplo, que alguns usos abstratos podem ser adotados em idades tenras pelo simples contato com situações mais elaboradas ou pelo contato intenso com adultos. Seria o bastão filogênico sobrepondo-se, na corrida do desenvolvimento humano, ao bastão ontogênico. Isso foi, por exemplo, demonstrado em Paula & Leme (2010).

Sabe-se que crianças em idade tenra possuem capacidades cognitivas mais restritas do que as de um adulto. Isso é evidenciado, por exemplo, nas dificuldades em reconhecer expressões complexas tanto verbais quanto não verbais, além da pouca articulação no uso da linguagem; do mesmo modo, crianças revelam capacidades físicas também expansíveis em complexidade ao longo do tempo, como é o caso da capacidade de se sentar aos seis meses e a capacidade de locomoção a partir de nove meses.

Durante o processo de desenvolvimento, a criança passa a apresentar o domínio de funções cognitivas mais complexas, atingindo o seu auge em idade adulta e, após essa fase, às vezes retorna a um estágio anterior em idade avançada, sofrendo limitações de suas capacidades cognitivas e até mesmo físicas. Essa progressão é lenta, contínua e, às vezes, manifesta-se em saltos, segundo Tomasello (2003[1999]), justificados nos processos evolutivos filogênicos. É o que faz, por exemplo, o bebê humano distinguir-se do chimpanzé por volta dos nove meses de idade.

Também na língua a evolução é lenta, contínua e, às vezes, manifesta-se em saltos, conforme resultados que estudos sobre processos de gramaticalização têm evidenciado. Não sabemos, contudo, até que ponto esse paralelo pode ser referendado e talvez nem estejamos ainda teoricamente preparados para sabê-lo.

2 Problemas e Hipóteses

Um problema pouco investigado no que se refere ao processo de desenvolvimento dos usos linguísticos através da ontogênese tem sido a descrição de como se dá o nível de complexidade, ou seja, o peso da gradação do concreto para o abstrato na elaboração das construções linguísticas via oralidade nas etapas iniciais da vida.

Seres humanos em idade adulta alcançam níveis cognitivos relativamente similares, pelo menos no nível básico, já que não se notam diferenças de funções básicas, apreensíveis pelas habilidades motoras e de uso da linguagem entre letrados e analfabetos, por exemplo. Todavia, conforme o desenvolvimento cognitivo, especialmente durante a fase de alfabetização, as crianças demonstram uma ampliação do léxico, o que conseqüentemente lhes propicia uma maior habilidade de articulação de informações em língua falada.

Uma hipótese aventada é que, da mesma forma que ocorre na comunicação oral humana, haveria um processo de gradação cognitiva, do concreto para o abstrato, abrangendo todas as capacidades humanas de cognição, sendo que tal processo se manifestaria tanto na ontogênese quanto na filogênese da espécie.

Guardadas as devidas diferenças de processos de aquisição e mesmo de fase de maturação da criança, observamos afirmação similar em Ferreiro e Teberosky (1986, *apud* Barrera e Maluf, 2003), quando afirmam que crianças em fase de alfabetização parecem interpretar inicialmente a escrita como uma forma de representar objetos (concreto) e, só então, aprendem que a língua escrita é uma representação do som de palavras (abstrato), concepção esta denominada de *hipótese do nome*. De acordo, ainda, com essas autoras, as crianças estabeleceriam uma correspondência entre a quantidade de palavras escritas e a quantidade de referentes do enunciado. Também, a noção infantil de que se necessita mais de uma letra, em geral três, para que esteja escrito algo legível (*hipótese da quantidade mínima de letras*), dificulta a percepção dos artigos e de certos pronomes, preposições e conjunções como sendo palavras.

Tais casos evidenciam que, em determinada fase de evolução, a criança ainda não adquiriu ferramentas adequadas para os processamentos cognitivos mais complexos

de abstração, o que só vai ocorrer durante a fase de alfabetização. Portanto, a língua escrita, dentre as três etapas descritas, seria a mais complexa e que exigiria maior capacidade cognitiva para o seu processamento e compreensão.

A influência da escrita se desdobraria então para a oralidade, através do aprendizado da leitura, das regras gramaticais de escrita e, até mesmo, do contato com adultos alfabetizados, o que favoreceria a produção de discursos mais formais e elaborados ao se utilizar com maior frequência dos recursos de textualidade, tais como os apontados por Beaugrande e Dressler (1983, *apud* Val, 1999: 5), os quais seriam: “a *coerência* e a *coesão*, que se relacionam com o material conceitual e linguístico do texto, e a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade* e a *intertextualidade*, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo”.

Relativo à estrutura de organização do texto em língua falada, surgiria no plano da expressão recursos mais elaborados e complexos, como o uso da voz passiva, articuladores lógicos de discurso mais comumente encontrados em língua escrita (expressões como *por exemplo*, *dessa forma*, *todavia*, *por outro lado*, *etc.*) além da presença de estruturas de elaboração consideradas mais complexas e ensinadas tardiamente nas escolas, tais como as orações subordinadas concessivas e adversativas com presença de subjuntivo.

No que concerne ao processo ontogênico, primeiramente a criança aprenderia a se expressar não verbalmente e a reconhecer seus co-específicos (Tomasello, *id.*), para depois então aprender a se locomover. Logo em seguida, conseguiria articular a linguagem através do processo de aquisição linguística. Finalmente, aprenderia a língua escrita através da alfabetização, reconhecendo as variadas associações entre significantes e os seus significados. Se isso for verdade, então a criança alfabetizada já contaria com as ferramentas necessárias para lidar com inferências também.

3 Justificativa

Sobre a característica específica da cognição humana, Karmiloff-Smith (1992) afirma que a inserção do indivíduo em ambientes complexos de interação só se dá mediante o aperfeiçoamento contínuo de habilidades linguísticas:

[...] o aperfeiçoamento das habilidades de comunicação linguística das crianças dá a elas a possibilidade de participar de interações discursivas complexas, nas quais os pontos de vista explicitamente simbolizados dos interagentes se chocam e, por isso, têm de ser negociados e resolvidos. Esses tipos de interações podem levar as crianças a começar a construir algo como uma teoria da mente de seus parceiros de comunicação, e, em alguns casos especiais de discurso pedagógico, internalizar as instruções do adulto e começar assim a se auto-regular e refletir sobre seu próprio pensar – conduzindo talvez a certos tipos de metacognição e redescrição representacional. (Karmiloff-Smith, 1992, *apud* Tomasello, 2003 [1999]:12-13)

Entretanto, não foi somente esse autor a desenvolver pesquisas nesse direcionamento. Também Tomasello (2003 [1999], pp.13-14) afirmou, a respeito da ontogênese, que crianças crescem no meio de tradições históricas e sociais constituídas, o que lhes proporcionaria os seguintes resultados ontogênicos:

- (a) beneficiar-se do conhecimento e das habilidades acumuladas de seus grupos sociais;
- (b) adquirir e usar representações cognitivas perspectivas na formação de símbolos linguísticos (e analogias e metáforas construídas a partir desses símbolos); e
- (c) internalizar certos tipos de interações discursivas, o que promove a capacidade de metacognição, redescrição representacional e pensamento dialógico.

Esses resultados permitiriam reconhecer que a criança tem à sua disposição para resolver problemas comunicativos o conhecimento e as habilidades acumuladas por seus pais, irmãos e familiares, bem como o proveniente de pessoas mais próximas. Do mesmo modo, sendo ser analógico por excelência, teria a sua disposição ferramentas imprescindíveis para a dialogia e um *footing*, tais como a inferência, fator sumamente cognitivo. O fato de ambos os conhecimentos integrarem a evolução ontogênica não garante que ambas sejam também ferramentas de resolução de problemas comunicativos.

Um complicador, ainda, para a questão é a complexidade intrínseca da língua escrita. Gombert (1990, *apud* Barrera e Maluf, 2003), comentando sobre a percepção de crianças dos sistemas de linguagem escrita e de linguagem oral, assente que é necessário um nível mais alto de abstração e de elaboração cognitiva para o tratamento da linguagem escrita, visto que ela necessita da reflexão consciente do indivíduo. Relativo à carga de cognição para a resolução de problemas na linguagem, Tomasello (2003 [1999]:12) enfatiza que a estratégia de dividir para compreender é um método comum:

[...] as línguas naturais contêm recursos cognitivos para dividir o mundo em coisas, tais como eventos e seus participantes – que podem desempenhar muitos e variados papéis nesses eventos – e para formar categorias abstratas de tipos de eventos e de participantes.

A respeito do processo evolutivo filogenético, a título de ilustração, é senso comum admitir que as etapas poderiam ter um paralelo na evolução ontogênica. Primeiramente surgiria o ser que se desenvolve fisicamente e se locomove com quatro membros. Depois, ficaria ereto, caminharia e identificaria estratégias mais impactantes para sua sobrevivência. Também aprenderia a se comunicar oralmente, deixando, em estágios mais recentes, os seus registros na História através da língua escrita.

Essa direção de mudança replicada a cada evolução infantil, na verdade, aparece em vários autores que estudam a aquisição da linguagem ou mesmo em autores que estudam a evolução da mente humana. Tomasello (2003[1999]), por exemplo, se refere às evoluções cognitivas humanas também apresentando os estágios em ordem similar e, como marco mais recente, associa a língua escrita à inauguração de organizações sociais mais complexas. Esse processo demonstra um avanço gradual na evolução das capacidades cognitivas, assim como o que ocorre individualmente com todos os seres humanos:

Isso significa que a maioria, se não todas as habilidades cognitivas exclusivas da espécie dos seres humanos, não se deve diretamente a uma herança biológica única, mas resulta antes de uma variedade de processos históricos e ontogenéticos [...]. (Tomasello, 2003 [1999]:20)

Uma pergunta derivada da reflexão sobre essas afirmações é a seguinte: analfabetos também reconheceriam a língua escrita como uma representação de objetos da mesma forma que crianças? Acredita-se que uma resposta positiva para essa questão seria pouco provável, pois uma pessoa em fase adulta já desenvolveu diversas habilidades cognitivas e internalizou certos tipos de interações discursivas, mesmo não possuindo contato direto com a língua escrita.

Então, o foco de atenção precisa mesmo ser circunscrito à criança, daí o objetivo deste projeto: verificar a possibilidade de uma evolução na articulação discursiva da linguagem oral realizada por crianças em fase de alfabetização, o que nos levaria à hipótese de uma provável gradação cognitiva da língua falada na ontogênese.

Com vistas a atingir esse objetivo, orientamo-nos pelas seguintes questões: A articulação discursiva das crianças, de acordo com os critérios de textualidade adotados por Beaugrande e Dressler (1983), dá-se de forma mais elaborada e complexa conforme o amadurecimento da idade? O uso das construções formadas por orações subordinadas concessivas e adversativas com presença de subjuntivo são mais frequentes em crianças mais velhas e, portanto, com maior probabilidade de terem desenvolvido habilidades cognitivas complexas, por via de um maior contato com a língua escrita e ao “efeito catraca”, proposto por Tomasello (1999 [2003])? Para dar conta desse objetivo e responder essas questões, analisaremos extratos de fala de crianças na faixa etária dos três aos treze anos de idade, às quais cederam entrevistas em vídeo para amadores, repórteres jornalísticos e apresentadores de programas televisivos.

4 Objetivo

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar se há uma evolução verificável na articulação discursiva da linguagem oral realizada por crianças em fase de alfabetização. Havendo uma resposta positiva para tal questionamento, poder-se-ia levantar a hipótese de um provável processo de gradação cognitiva do concreto para o abstrato em língua falada na ontogênese, avançando nos estudos da relação entre ontogenia e filogenia no campo da oralidade. Essa inquirição auxiliará a checar os resultados de pesquisa de Paula e Leme (2010:20), que afirmaram que

[...] a criança inserida em um mundo permeado pela escrita, ao encontrar repetidas vezes as mesmas palavras, extrai intuitivamente regularidades em termos de padrões sonoros, ortográficos, semânticos e pragmáticos, mobilizando seu potencial para aquisição da linguagem.

Se as autoras estiverem corretas em sua análise, então o que favoreceria a expansão e a diversificação do conhecimento linguístico das crianças nas modalidades oral e escrita da língua seria justamente a regularidade e sua frequência. As questões relevantes que tocam esta pesquisa são, em outras palavras, checar:

- (i) se o nível de elaboração e complexidade de articulação semântica e pragmática da linguagem em crianças em fase de alfabetização processa-se de modo gradual e regular, conforme o seu amadurecimento;

- (ii) quais dos fatores discursivos apontados por Beaugrande e Dressler (1983) atuam ou não nesse processo de gradação;
- (iii) se o “efeito catraca” presente em Tomasello (1999 [2003]) seria verificável na linguagem oral através de um desenvolvimento estável e constante de habilidades cognitivas mais complexas com o desdobramento da língua escrita, atendo-se, para isto, na análise de frequência do uso de construções formadas por orações subordinadas concessivas e adversativas com presença de subjuntivo em crianças na faixa etária dos três aos treze anos de idade.

5 Material e Métodos

O projeto tem como *corpus* de análise quinze vídeos com entrevistas concedidas por crianças na faixa etária dos três aos treze anos de idade, realizadas por amadores, repórteres jornalísticos e apresentadores de programas televisivos.

O método será a investigação da articulação da linguagem presente nos extratos de fala, a partir dos sete fatores do discurso apontados por Beaugrande e Dressler (1983): *coerência* e *coesão* (fatores semântico/formal); *intencionalidade*, *aceitabilidade*, *situacionalidade*, *informatividade* e *intertextualidade* (fatores pragmáticos).

Após esta etapa, analisaremos se há ocorrência do uso de orações subordinadas adversativas e concessivas com presença de subjuntivo nas falas infantis, visando observar se o seu uso é mais frequente em crianças com idade mais avançada ou não, atendo-nos ao “efeito catraca” proposto por Tomasello (2003[1999]), qual seja, o efeito cumulativo da transmissão e de inovações culturais de práticas e processos cognitivos mais complexos por imitação; circunscreve-se esta pesquisa ao estudo da complexidade do discurso infantil e a gradação da percepção linguística ao longo do amadurecimento cognitivo.

Espera-se checar na linguagem se a criança pode revelar esse efeito em uma idade mais tenra, em etapas pré ou iniciais de alfabetização, o que daria peso a uma interferência do conhecimento explícito, ou se, na verdade, o conhecimento implícito seria a base para esse reconhecimento.

6 Forma de análise dos resultados

A primeira etapa será a análise do discurso infantil nos quinze vídeos, a partir dos fatores discursivos de Beaugrande e Dressler (1983) e apontados por Val (1999), o que se realizará do seguinte modo:

- 1) Fatores semânticos/formais:
 - (14) *coerência* - observaremos se os discursos são aceitos como coerentes na configuração de mundo conceitual do receptor das informações;
 - (15) *coesão* – será verificado se as estruturas gramaticais e lexicais são bem estruturadas, de modo que os conceitos expressos através do texto oral sejam claros para a compreensão do ouvinte.
- 2) Fatores pragmáticos:
 - *intencionalidade* – análise do esforço da criança em produzir um discurso coerente para satisfazer os seus objetivos na situação comunicativa;

- *aceitabilidade* – se a criança atende às expectativas do receptor e se há uma cooperação dos seus objetivos;
- *situacionalidade* – se o texto oral da criança é pertinente e relevante ao contexto em que ocorre;
- *informatividade* – se o discurso infantil é esperado e conhecido no plano conceitual e no formal;
- *intertextualidade* – se a criança é capaz de relacionar com facilidade assuntos externos e retomar assuntos anteriores aos já abordados na entrevista.

Na segunda etapa, observaremos então se há ou não uma ocorrência frequente no uso de orações subordinadas adversativas e concessivas com presença de subjuntivo em todas as entrevistas, para que possamos identificar se existe uma tendência de gradação de uso deste complexo recurso linguístico conforme o avançar da idade e das faculdades cognitivas.

Finalmente, com todos os dados em mãos, concluiremos respondendo às questões levantadas no objetivo deste trabalho, atendo-nos ao “efeito catraca” de Tomasello (1999 [2003]) e nos fatores discursivos apresentados por Beaugrande e Dressler (1983), se a complexidade cognitiva do discurso oral infantil se processa de modo gradual e regular, ou seja, através de um *continuum* do concreto para o abstrato, conforme o seu amadurecimento.

Referências

- BARRERA, S. D.; MALUF, M. R. Consciência metalinguística e alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. In: *Psicol. Reflex. Crit.* v. 16, no. 3. Porto Alegre, 2003
- BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London/New York: Longman, 1983.
- BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- GOMBERT, J. E. *Le développement métalinguistique*. Paris: PUF, 1990.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: A Conceptual Framework*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1991.
- KARMILOFF-SMITH, A. *Beyond Modularity: A Developmental Perspective on Cognitive Science*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- LIMA-HERNANDES, M. C. Mudança gramatical: caminhos a percorrer. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- PAULA, F. V. de; LEME, M. I. da S. Aprendizagem implícita e explícita: uma visão integradora. In: *Psicologia em pesquisa*, UFJF, ano 04, n. 1, p. 15-23, jan-jun/2010. Disponível em: www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2010/07/v4n1versaoCompleta.pdf. Acesso em: 20/01/2012.
- VAL, Maria da Graça C. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Mente de antigamente: relação entre semântica e ordenação do advérbio

Julia Oliveira Costa Nunes⁵⁷

Rosana Azevedo Martins⁵⁸

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar as possíveis motivações na ordenação dos advérbios de tempo e aspecto com o sufixo –mente (como frequentemente e atualmente), numa visão diacrônica da mudança desses elementos. Para tanto, coletamos e analisamos as ocorrências de advérbios em cartas pessoais e oficiais dos séculos XVII, XVIII e XIX, fazendo uso dos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Baseada no Uso, sendo esta um tipo de abordagem que considera haver estreita relação entre a estrutura linguística e o uso que os falantes fazem dela em contextos reais de comunicação. No quadro da linguística funcional, ao relacionarmos a posição do adverbial com a sua semântica, utilizamos o princípio icônico da proximidade (subprincípio da integração): conteúdos mais próximos cognitivamente também estão mais integrados sintaticamente; e ainda, o que está mais afastado cognitivamente também estará separado na estrutura. Outro aspecto a ser abordado diz respeito à gramaticalização. Apresentamos, neste artigo, alguns dos resultados da investigação, cujos objetivos foram: (i) analisar os advérbios de acordo com sua função semântico-pragmática; (ii) estabelecer uma relação entre semântica e posição do advérbio; e (iii) observar o papel (inter)subjeto do contexto na mudança do item.

PALAVRAS-CHAVE: Advérbios; Iconicidade; Gramaticalização

ABSTRACT: This study focus on adverbs of time and aspect formed by the suffix –mente (e.g. ultimamente, constantemente), which usually correspond to -ly suffixed adverbs in English (e.g. lately, constantly). We analyzed all clauses with adverbs of time and aspect in –mente from a corpus composed by official documents and personal letters of the 17th, 18th and 19th centuries in Brazil. Our analysis followed the Usage-Based Functional approach, according to which the speaker's linguistic system is fundamentally grounded in "usage events". As for the Functional linguistics theoretical contribution, we are focusing on Iconicity, mainly the proximity principle (conceptual distance tends to match with linguistic distance), and grammaticalization. Thus, in order to create a criterion to explain the different positions that the mentioned construction can assume in the clause, we established three main objectives to pursue: first, classify the adverbs observing their semantic-pragmatic features; then try to establish a relationship between semantics and the positions of the adverb; and finally observe (inter)subjective role of the context in linguistic change.

KEY-WORDS: Adverbs; Iconicity; Grammaticalization

1 Introdução

Para cada estudo envolvendo advérbios e locuções adverbiais é necessário levar em conta o contexto de uso. Cada situação comunicativa, seja oral ou escrita, apresenta conjunto de características que devem ser consideradas na análise dos itens adverbiais.

⁵⁷ Doutoranda, UFRJ, juliaocnunes@ufrj.br

⁵⁸ Graduanda, UFRJ, rosana_2405@hotmail.com

Há ainda um grande campo de pesquisa acerca do tema, uma vez que os advérbios são itens de natureza diversificada, de difícil classificação e que apresentam funções variadas na língua. Segundo Martelotta (2012, p. 13):

[...] a categoria dos advérbios é reconhecidamente a menos homogênea e, portanto, a mais difícil de ser definida. [...] o rótulo advérbio designa um conjunto muito diferenciado de elementos, constituindo uma categoria fluida que tende a se adaptar às intenções comunicativas envolvidas no discurso.

A distinção entre categorias lexicais e gramaticais é, por tradição, uma visão categórica das classes de palavras, no sentido de que ou o elemento pertence a uma classe, ou pertence a outra, não existindo a possibilidade de uma situação intermediária ou ambígua. Nesse sentido, o **léxico** seria constituído de elementos que estabelecem uma relação de referência com dados do universo biossocial: designam entidades, ações e qualidades. Esses elementos possuem valor referencial e um caráter objetivo, uma vez que refletem uma associação mais direta com fatos do mundo extralinguístico. Já a **gramática** seria formada de elementos que organizam os itens do léxico no discurso, tendendo a adequar-se a restrições morfosintáticas ou a conduzir estratégias pragmático-discursivas. Esses elementos possuem um valor estrutural ou funcional, que, por assumirem um papel referente à organização interna da gramática ou do discurso, possuem caráter mais subjetivo.

Ainda segundo Martelotta (2012), sendo o que chamamos de *advérbios* uma categoria “fluida”, é preciso levar em conta as noções de gradualidade e *continuum*, pois eles são elementos que ora tendem ao léxico, uma vez que expressam circunstâncias, ora à gramática, pois podem apresentar características de classes fechadas, confundindo-se, em alguns casos, com conjunções⁵⁹. Sendo assim, os advérbios são termos intermediários, já que possuem ao mesmo tempo características do léxico e da gramática.

O presente trabalho está vinculado à tese de doutorado *Mente de Antigamente*, cuja proposta é analisar os advérbios em *-mente* de tempo/aspecto (como *frequentemente, antigamente, regularmente*) em *corpora* compostos por cartas⁶⁰ (pessoais e oficiais) dos séculos XV ao XX, observando tanto questões estruturais quanto semântico-pragmáticas no uso, na variação e na mudança desses elementos através do tempo. Neste artigo, exporemos algumas das questões acerca do estudo dos mencionados itens, apresentando alguns dos resultados encontrados para os séculos XVII, XVIII e XIX.

Utilizamos os pressupostos teóricos da *Linguística Funcional Baseada no Uso*. O termo *usage-based model* foi utilizado inicialmente por Langacker (1987) para designar modelos teóricos que privilegiam o uso da língua. Alguns autores têm usado o termo para se referir às análises que, de um modo geral, refletem uma tentativa de união entre as tradições da linguística funcional e da linguística cognitiva. Denominamos *Linguística Funcional Baseada no Uso* um tipo de abordagem que considera haver estreita relação entre a estrutura linguística e o uso que os falantes fazem dela em contextos reais de comunicação: “um tipo de abordagem que não se limita à observação de aspectos formais, ou da difusão das formas pela estrutura social, incorporando, em

⁵⁹ Brinton e Traugott (2002), Heine (2003), Martelotta (2008).

⁶⁰ Neste artigo, o *corpus* utilizado é parte dos *corpora* do projeto PHPB.

suas análises, dados semânticos, pragmáticos e discursivos” (MARTELOTTA, 2011, p. 56).

2 O Conceito de tempo e aspecto e suas implicações na análise dos advérbios

As definições dadas ao aspecto no português são diversificadas e, segundo Travaglia (1994), alguns pontos em comum entre as diferentes conceituações podem ser tomados como os seguintes:

- a) aspecto seria a “maneira de ser da ação”;
- b) é a indicação da duração do processo de sua estrutura temporal interna;
- c) é a indicação dos graus de desenvolvimento, de realização do processo, o modo de conceber o desenvolvimento do processo em si;
- d) aspecto envolve tempo;
- e) é definido como marcador de oposições entre certas noções simples: término/não-término, início, resultado, etc.

O primeiro ponto (a) se mostra pouco útil na definição do aspecto por se confundir com elementos não-aspectuais ligados tanto ao “modo verbal” e à “modalidade” (tais como dúvida, necessidade, obrigação, volição, etc), quanto ao que é chamado de “modo de ação” (noções como progressão, conação, diminuição, etc). Da mesma forma, o último ponto (e) apenas nos auxilia na medida em que pode nos ajudar a perceber a generalização que envolve as oposições e noções citadas. Apenas os pontos intermediários (b, c, d) nos dão elementos de partida para conceituar “aspecto”.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que TEMPO pode ser dividido em três sentidos básicos:

1. Categorical verbal (passado, presente e futuro), ao qual o autor se refere como **tempo**;
2. Flexão temporal (agrupamento de flexões da conjugação verbal), referido como **tempos flexionais**;
3. Ideia geral e abstrata (sem consideração de sua indicação pelo verbo), ao qual o autor se refere como TEMPO.

O aspecto é então uma categoria verbal ligada ao TEMPO, pois indica, acima de tudo, o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando sua duração. Tanto tempo quanto aspecto são categorias de TEMPO, entretanto as duas não se confundem:

- (i) tempo – situa o momento de ocorrência da situação em relação ao momento da fala como anterior (passado), simultâneo (presente) ou posterior (futuro) a esse momento. É uma categoria dêitica, uma vez que indica o momento da situação de enunciação. Aqui temos a datação;
- (ii) aspecto – não é uma categoria dêitica, pois se refere a situação em si. “São as diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna da situação, sua duração”.

Sendo assim, temos tempo como algo externo à situação e aspecto como algo interno. A síntese da definição de aspecto para Travaglia (1994, p. 93) é:

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação.

As noções aspectuais normalmente indicam fases da situação, havendo três pontos de vista diferentes: (a) desenvolvimento da situação, o que nos dá três fases: início, meio e fim; (b) completamento da situação, o que nos dá duas fases: a da situação incompleta e a da situação completa; e (c) realização da situação, o que nos dá três: a da situação por começar, a da situação começada ou não acabada, e a da situação acabada.

Na análise dos advérbios em *-mente* de tempo ou aspecto, podemos perceber que cada item deve ser analisado inserido em seu contexto, uma vez que um mesmo item pode ser percebido dentro de dois tipos semânticos diferentes, como ilustrado nos exemplos abaixo:

(1) “O nosso amigo Francisco Paula | Fonseca a quazi 2 mezes que andava bastante doente, porém | sempre dizendo que não era cousa que vale-se apena, ultimamente achou-se muito fraco, por causa desta fraqueza veio-lhe um febre que todos os recursos e conferencias dos medicos nada valeu, a febre tinha se apoderado do corpo que a medecina não deu volta...” (carta particular, século XIX).

(2) “... se te demorares, eu lá irei vel-os, estou neste firme proposito, tudo agora me anda mal, perdi a fé, necessito respirar uma attmosfera mais pura do que esta, minha vida ultimamente tem sido de disabores e lutas” (carta particular, século XIX).

Em (1), o item *ultimamente* pontua o verbo *achar-se*, como algo que aconteceu recentemente, anterior ao momento da enunciação. Já em (2), o mesmo item parece ressaltar a “gradualidade” da ação, ou sua duração. É possível observar que o aspecto do verbo está diretamente relacionado à “característica semântica” do advérbio, uma vez que em (1) o aspecto do verbo se refere ao desenvolvimento da situação (no caso, o fim); já em (2), temos a referência à realização da situação (não-acabada).

O estudo do papel semântico dos mencionados elementos aponta para cinco possibilidades de interpretação:

a) Advérbio de tempo – aquele elemento que localiza o evento antes (passado), durante (presente) ou depois (futuro) do momento da fala. Ex: anteriormente, antigamente, presentemente, etc.

(3) “Como este que agora mando aprezenssa de vossa exçelencia como quem lhe pode por o remedio. que tenho noticia de que deçendia de india desta aldea chegou ater commigo para saber da serteza. para oque ajuntando alguñs indios mais antigos que o conheceçe machei muitos que o conheçião a seus passados; dizendo que antigamente viera a esta aldea hum homeim cujo se chamava Sebastiam Fernandez elevara hua india para dar leite a hua creanssa” (carta oficial, século XVIII)

No exemplo, o advérbio localiza a ação em algum momento do passado. A ação é pontual, portanto o advérbio passa ser interpretado como um dêitico. Como os advérbios em *-mente* são muito menos específicos do que advérbios simples com “ontem”, hoje”, etc, não estamos chamando os elementos analisados de dêiticos, mas sim de “temporais”.

b) Advérbio de aspecto – dentre as ocorrências analisadas, identificamos dois tipos possíveis de aspecto para os advérbios estudados:

b.1) Durativo: aquele elemento que ressalta a duração do evento, da situação. Ex: perpetuamente, eternamente, etc.

(4) “Não posso partir para ahi por que tenho tido muitas dificuldades ultimamente em minha vida, espero de possuir alguma cousa como bem sabes, tudo acha-se em mãos de outros, não recebo juros, desde Setembro que nada posso obter, habituado a contar com certos recursos, vejo-me agora na dura necessidade de recorrer a empréstimos” (carta pessoal, século XIX).

b. 2) Reiterativo: aquele elemento que ressalta a frequência do evento, da situação. Ex: assiduamente, diariamente, etc.

(5) “... o estado infilis em que deprezente se acha esta Villa e seu termo pelas mortes e a suadas que diariamente estão comitados huma tropa de Omens armados ou para me espresar de Cabras fascinerosos vindos do Rio do Peixe mandados pelos comdandantes daquela Villa...” (carta oficial, século XIX).

Em (4), a “ação” é não-acabada, ou seja, não é pontual, diferentemente de (3), anteriormente apresentado. O advérbio expressa o período em que o evento ocorre, isto é, sua duração. Já em (5), o elemento adverbial assinala a frequência da ação. Os advérbios aspectuais não concorrem com o aspecto do verbo, ou seja, não há desconexão entre eles. Advérbios de aspecto atribuem caráter aspectual a verbos pontuais, assim como verbos com aspecto durativo podem alterar a interpretação dos próprios adverbiais. No que diz respeito à posição dos advérbios, não encontramos ainda diferenças entre esses dois tipos de aspecto, portanto, para a exposição da análise quantitativa, faremos referência ao grupo dos aspectuais, apenas.

c) Advérbio polissêmico (aspecto + modo) – aquele item que apresenta tanto um caráter aspectual quanto qualitativo, ressaltando a duração do evento assim como a forma como foi realizado. Ex: intempestivamente, ligeiramente, etc.

(6) Hontem pelas dez horas da noite, recolhendo-me a caza na companhia de Joaquim Joze Gomes dos Santos, montados a cavalo, e com hum Page que nos acompanhava taõ bem de cavalo, vindo pelo corredor, que vem da Solidade para o Sitio do Mondego, gritou o dito Page porque o atacaraõ Senhores, Ladroões o que ouvindo seu Senhor odo. Joaquim Jozé Gomes, deo vozes, dizendo atire-lhe Senhor D. Antonio. Voltei rapidamente o cavalo sobre a maõ da redea com a infelicidade de se lhe ensarilhárem as furnas desorte, que cahio de garupa, e me fez saltar fora da séla... (carta oficial, século XVIII)

O advérbio em (6) pode ser interpretado tanto quanto um qualitativo (expressando a forma como a ação foi realizada), quanto um aspectual (focalizando a duração da ação). Dessa maneira, estamos considerando tais elementos como híbridos, seja a predominância de uma característica ou de outra. Os advérbios polissêmicos têm as mesmas restrições dos aspectuais, como será discutido mais adiante.

(d) Advérbio sequencial – aquele elemento que é frequentemente utilizado em enumerações e sequências textuais, que compartilha características [+ gramaticais] com as conjunções e até mesmo com modalizadores⁶¹. Ex: Anteriormente, finalmente, etc.

(7) “Alem da remessa das Recrutas, que recomendo a Vossa Senhoria, lhe ordeno tão bem faça tirar no Seu destrito, eme dirija, com amayor brevidade, humaexactaRelação dividida nas Classes seguintes. / **Primeiramente**: Detodos os Navios eoutras Embarçaçoens, quenavegaõ desse Porto para os da Costa da Mina eoutras partes deAfrica. / Em Segundo lugar: Detodos os quefazem comercio de Porto a Porto, asim nas diferentes partes dessa Capitania, comonas outras da costa do Brasil. / Em terceiro Lugar: De todos os Marinheiros, Grumetes, eMoços, asim Livres, como Escravos, que habitaõ nesse Porto, e em todos os da sua dependencia; comprehendidos os que fazem ocomercio de transporte pelos Rios e Ribeiros dessa Capitania. / Em quarto Lugar: Detodos os Pescadores, quehabitaõ nos referidos Portos” (carta oficial, século XVIII)⁶².

Partimos do princípio de que os elementos sequenciais são aqueles que mais se aproximam do caráter coesivo, a depender de sua função discursiva. Em (7), o advérbio “primeiramente” inicia uma enumeração, seguido das locuções “em segundo lugar”, “em terceiro lugar” e “em quarto lugar”, também em destaque no trecho.

No total de ocorrências do *corpus* analisado até agora, temos os dados distribuídos como na tabela a seguir:

Tabela 1: Semântica do Advérbio

	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Tempo	25 (42,1%)	27 (35,1%)	33 (34%)
Aspecto	14 (24,6%)	24 (31,2%)	40 (41,3%)
Polissêmico	2 (3,5%)	18 (23,3%)	18 (18,6%)
Sequencial	16 (29,8%)	8 (10,4%)	6 (6,1%)
Total	57 (100%)	77 (100%)	97 (100%)

O percentual de advérbios do grupo aspectual aumenta do século XVII (24,6%) ao século XIX (41,3%). Também o mesmo aumento pode ser percebido nos usos do advérbio como um elemento polissêmico, uma vez que no século XVII havia apenas

⁶¹ Não estamos separando, neste artigo, os tipos de conectivo; apresentamos apenas os resultados gerais.

⁶² O símbolo “/” foi utilizado para marcar as mudanças de parágrafo na carta, neste exemplo especificamente.

3,5% de dados desse tipo e nos século seguinte há um considerável aumento para 23,3%.

Considerando o número de palavras do *corpus* de cada século aqui representado (aproximadamente 32.000 palavras em cada gênero), é possível dizer que houve um pequeno aumento, em geral, nos usos dos advérbios em *-mente* de tempo e aspecto, com ênfase nesse último grupo. Há duas hipóteses para explicar essa diferença: como são os mesmos gêneros textuais nos três séculos, a primeira diz respeito ao tipo de texto.

Partindo do princípio de que alguns tipos textuais implicam um uso maior de advérbios temporais, por exemplo, havendo predominância destes no gênero estudado, isso poderia afetar a quantidade de advérbios em cada século. Por exemplo, se tomarmos as cartas pessoais do século XIX e constatarmos que há predominância do tipo narrativo e este não ocorrer nos outros séculos, teríamos aí nossa diferença do uso dos advérbios. Ao observarmos o *corpus* estudado, não é essa a hipótese que parece se confirmar. Temos então a segunda possibilidade: a mudança semântica dos advérbios (de qualitativos a aspectuais) é responsável pelo aumento gradual da frequência de ocorrência.

Se partimos dos apontamentos de Martelotta e Campos (2010), que mostram que a construção [adjetivo+mente] já era constante no Latim (com noções qualitativas), no período estudado o sufixo *-mente* era extremamente produtivo (até mesmo no português contemporâneo). Mais do que a produtividade do sufixo, a mudança interna, ou seja, extensão e conseqüente mudança semântica das formas já existentes, contribuiu para o aumento das ocorrências desses elementos.

Tomemos como exemplo o advérbio “regularmente”. Encontramos ocorrência desse elemento como advérbio com valor mais qualitativo nos séculos XVII e XVIII. Observemos os exemplos:

(8) “Depois disso respondi-lhe, que eu considerava a minha resolução, e a minha vontade inhabilitadas para proseguir este negocio; porque não sendo applicaveis os Artigos de Gerra, nem existindo na Marinha methodo algum, que regularmente se observasse, devia elle recorrer á prática...” (documento oficial, século XVIII).

(9) “Amanhã começam as provas parciais. Continuarei a escrever regularmente; apenas você desculpará se fizer cartas curtas ou apressadas” (carta pessoal, século XX).

No exemplo (8), o sentido do adjetivo regular (de regra), base do item adverbial, preserva ainda seu sentido inicial. Sendo assim, o item não carrega a noção temporal, mas sim qualitativa. Já em (9), o advérbio *regularmente* é considerado aspectual, indicando a repetição, frequência de um evento.

A noção de inferência sugerida aponta para o fato de que os movimentos de mudança desses itens ou dessas expressões ocorrem por motivações contextuais, na linha de que falante e ouvinte negociam o sentido no ato da interação. O adjetivo *regular* já pressupõe algo que pode acontecer com frequência, uma vez que significa que há imposições que impedem que algo ocorra de forma diferente, pois estão prescritas nas “regras”. Em contextos onde o verbo apresenta o aspecto “durativo”, há o momento de ambigüidade em que é possível ampliar o escopo do advérbio, como no exemplo a seguir.

(10) “Com quanto continue satisfatório o seu estado geral, não ten tido nos ultimos dias nenhuma melhora. Continúa alimentando-se regularmente e dormindo mais ou menos bem, com auxilio da morfina” (carta pessoal, século XIX).

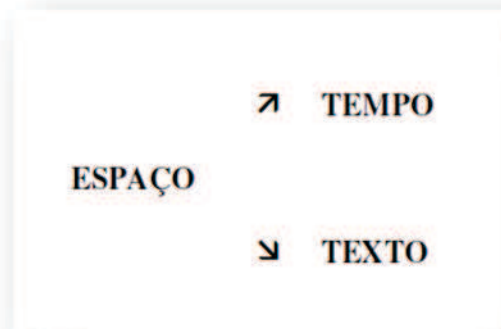
O que parece acontecer não é o desaparecimento de um dos significados, apenas a restrição do uso do advérbio como qualitativo e um aumento significativo do seu uso como aspectual. No *corpus* da segunda fase do século XX, não encontramos casos em que o advérbio fosse qualitativo, no entanto sabemos que ocorrências como em (10), nas quais pode haver ambiguidade, são perfeitamente possíveis no português contemporâneo.

De forma semelhante temos a mudança do item *geralmente*, que passa de um advérbio “qualitativo”, no qual o adjetivo ainda tem semântica forte, a um advérbio aspectual reiterativo. Nos séculos aqui analisados, encontramos ocorrências do advérbio significando “em geral” ou “de forma geral”, fazendo sempre referência a algo em sua totalidade, como no exemplo a seguir:

(11) “O Paraná não tem a vantagem das grandes vias fluviaes como o Amazonas, nem um territorio geralmente chato como o Rio Grande do Sul; suas vias de comunicações, ainda atrasadas, tornão os transportes demorados e caros” (carta de leitor, século XIX).

Em (11), o advérbio faz menção à totalidade do território do Rio Grande do Sul como algo “chato”, ou seja, plano. Nos mesmos séculos, já encontramos o uso do advérbio como aspectual. Resta-nos verificar se a mudança semântica ocorre entre os séculos XV e XVI e quais são os contextos de ambiguidade.

Já para os advérbios tomados como **sequenciais**, devemos também observar a questão da metáfora proposta por Heine et alii (1991). Observemos o seguinte quadro⁶³:



Este apresenta um modelo de escala para o processo [+concreto] > [-concreto], em que a expressão de dados espaciais é mais básica e mais concreta que a expressão de dados temporais, que por sua vez é mais básica e mais concreta que a expressão das relações discursivas. Existem, no texto, elementos de organização interna, que são provenientes da gramaticalização de dados espaciais, que podem ou não, seguindo um processo escalar de abstração, expressar de forma intermediária expressões temporais.

⁶³ Heine et alii (1991, p. 182), quadro proposto na representação do processo de gramaticalização característico do uso dos operadores argumentativos.

Não se pode, portanto, analisar a expressão da circunstância de tempo sem pensar diacronicamente, uma vez que ela tende a ocupar uma posição intermediária numa mudança por gramaticalização espaço > (tempo) > texto, ou sem levar também em consideração outras noções analogicamente semelhantes às quais a noção temporal pode se adaptar no uso sincrônico da língua, em função das conveniências comunicativas características do diálogo. Temos então o exemplo (12):

(12) “Estes Indios não querem sivilização por mais exforcos que se fação, por que sempre procuraõ os prençipios dos seos Gintilismo, epor que o prençipio da sivilização hé otimor, obediencia, e fidalidade nehuma destas vertudes elles querem adotar; epor isso nunca já mais se sivilizaraõ. (...) Obediencia essa vertude taõ exelente elles não adotaõ, por que não há aquem elles atenhaõ, domesmo modo temos que hé o prinçipio detoda sabedoria. ***Finalmente*** afidelidade que hé outra vertude taõ expeçial elles anaõtem, enunca ateraõ, por que tenho exprimentado etenho expriençia dos proçedimento delles, se hoje estaõ desposto adetender alvoz de Sua Majestade Imperial, amanhã ou hoje mesmo vem qual quer individuo eofereçe hum bocado decarne e Agoardente para serem contra Sua Majestade Imperial, estaõ promptos, edispostos...” (carta oficial, século XIX).

Ao observarmos o *corpus*, percebemos que advérbios como *finalmente* adquiriram características típicas de elementos conectivos, pois assumem uma função de coesão textual e se fixam na margem esquerda da oração. Em (12), o advérbio tem um caráter conclusivo, não fazendo referência qualquer a tempo, mas contribuindo para relações sintático-semânticas internas.

Em outros casos, o advérbio *finalmente* parece não só concluir uma sequência (seja temporal, ou textual, como no exemplo apresentado), mas também assumir características ainda mais subjetivas, pois aparentemente marca uma atitude do falante/escritor (principalmente em ocorrências no século XX), como em (13):

(13) “E você sabe velhinho que só você pode fazer alguma coisa por mim! Acho que me será difícil agora, livrar-me da depressão em que estava. ***Finalmente*** eu agora estou esperando alguma coisa! E era o que eu precisava: esperar!” (carta pessoal, século XX)

O advérbio *finalmente*, apesar de ser o mais frequente, não é o único advérbio a fazer a passagem de especificador temporal para elemento conectivo. Advérbios como *anteriormente* e *primeiramente* também aparecem indicando sequências textuais e não temporais. Dos advérbios de tempo e aspecto, no entanto, apenas o item *finalmente* parece ter esse significado mais avaliativo da atitude do falante.

3 Semântica e posição

Para analisar o comportamento do advérbio no que concerne às posições assumidas, é preciso estabelecer uma base de classificação simples e clara, visto que, em se tratando de ordem vocabular, as possibilidades nos tipos de textos analisados são múltiplas e complexas. Com isso, toma-se como ponto de partida a ordenação do item diretamente relacionado ao verbo. Obviamente, a estratégia estaria longe de ser uma tarefa simplificada, afinal as fronteiras oracionais não são claramente definidas, mesmo sendo um texto escrito.

Por consequência, foi verificada a posição de cada item em relação ao verbo, isto é, se o dado adverbial ocorre antes ou depois do verbo principal da oração na qual se realiza e se há ou não material interveniente tal como sujeito, uma locução adverbial ou outro advérbio, um complemento etc., os quais denominamos X. Com isso, temos:

a) Advérbio em posição pré-verbal, mas não imediatamente antes do verbo, ou seja, há presença de material interveniente (AdvXV);

(14) “...nem acondido como devião, os que prezençarão o facto, a atalhar a desordem começada; a qual *i’mediatamente* se remediou quando os tumultuosos, conforme elle nomeava a vinte e tantos Marinheiros de Fragatas Venus, virão ir para bordo...” (documento oficial, século XVIII).

b) Advérbio em posição pré-verbal, imediatamente antes do verbo (AdvV);

(15) “...e contanta maior equidade, quanto a razão donosso desterro, e a consequencia dos nossos incommodos se faz digna. *Consequentemente*, vendo-me d’algua forma esquecido, no recto Tribunal da Justiça...” (documento oficial, século XVIII).

c) Advérbio em posição pós-verbal com presença de material interveniente (VXAdv);

(16) “...não encontrando Ordem em contrario do Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador, e Capitão General daquela Capitania por escrito, ou comunicadapelo Sargento mior de Ordenansas Antonio Jozé Coelho, seguirá até Vila Rica aonde procurará as Instrusoens do mesmo General para as observar tão *pontualmente*, como o pede o Serviso de Sua Magestade, e a escolha, que fis de Vossa Mercê para huma diligencia sumamente importante, confiado no seo zelo, e no seo merecimento...” (documento oficial, século XVIII).

d) Advérbio em posição pós-verbal, imediatamente após o verbo (VAdv)

(17) “Asentei logo que sendo esta rezolução em virtude de hum Decreto que a Mesma Senhora fora servida expedir, eu o devia seguir *imediatamente*, atendendo á utilidade que Rezultava aos Interéses da Fazenda Real com o estabelecimento deste Novo Plano...” (documento oficial, século XVIII)

A partir desse fator, analisamos as ocorrências encontradas em cada século e temos os resultados como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2: Posição do Advérbio em relação ao verbo

	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Adv(X)V	26 (46%)	22 (28,6%)	18 (18,6%)
AdvV	12 (21%)	25 (32,5%)	32 (33%)
V(X)Adv	7 (12%)	4 (5,2%)	17(17,5%)
VAdv	12 (21%)	26 (33,7%)	30 (30,9%)

Total	57(100%)	77(100%)	97(100%)
-------	----------	----------	----------

Percebemos, ao analisar a tabela, que há preferência pelas posições pré-verbais no século XVII, com 67% dos dados em **Adv(x)V** e **AdvV**, contra 33% dos dados nas posições pós-verbais. O mesmo ocorre no século XVIII, no qual 61,1% dos dados ocupam as posições pré-verbais. Já no século XIX, essa diferença se torna muito mais discreta. Consideramos que nesse século há um certo equilíbrio entre as duas posições, com 51,6% dos dados em posições pré-verbais e 48,4% dos dados em posições pós-verbais.

Ainda na mesma tabela, se considerarmos as posições adjacentes ao verbo (**AdvV** e **VAdv**), podemos concluir que houve uma sensível mudança: os advérbios passam a ocupar as posições mais próximas ao verbo, chegando a 63,9% dos dados no século XIX.

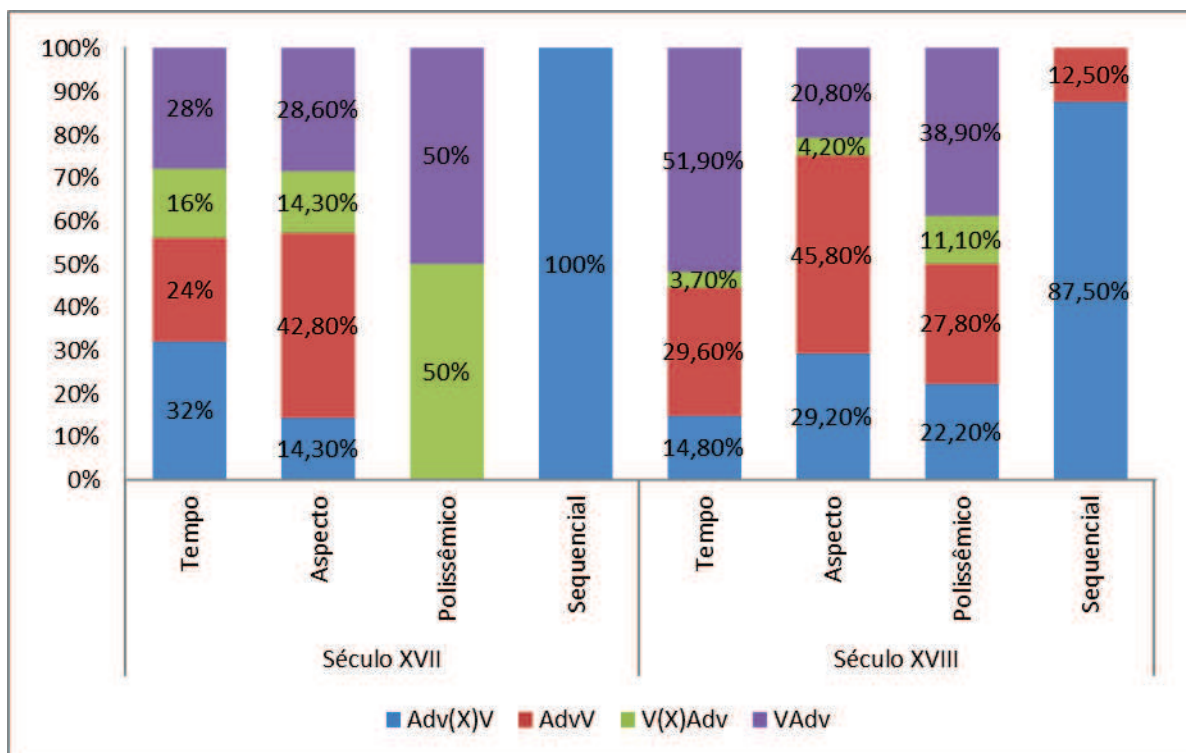
Partimos do princípio de que os advérbios aspectuais têm uma relação forte com os advérbios qualitativos, já que modificam a ação verbal, apresentando o modo como elas ocorrem. O que individualiza os aspectuais é que a caracterização da ação reflete, de um modo geral, aspectos associados a noções temporais. Martelotta (2012, p. 51) especifica que “os elementos adverbiais básicos estão ligados à significação básica do verbo. Nesse sentido os advérbios prototípicos são mais relacionados semanticamente a ele: os qualitativos e os aspectuais”.

Com base no subprincípio icônico da proximidade, ou seja, elementos cognitivamente mais integrados são realizados sintaticamente mais integrados, percebemos que os advérbios de aspecto (durativos, reiterativos e também aqui incluímos os polissêmicos), são elementos “internos à situação” (sendo o que podemos chamar de exemplos prototípicos de advérbios). Assim, acreditamos que a tendência é que estes elementos apareçam mais próximos ao verbo. Já advérbios de tempo, sendo “externos à situação”, há a expectativa de que apareçam às margens da oração. Além disso, os elementos sequenciais, pela sua relação com a coesão textual, tenderiam a aparecer na margem esquerda da oração, sendo esta a posição fixa dos sequenciais.

Fizemos o cruzamento dos dois fatores apresentados nas seções anteriores para que fosse possível verificar a ordem preferencial dos advérbios de tempo e aspecto de acordo com sua semântica, como apresentaremos nos gráficos desta seção.

Gráfico 1: Séculos XVII e XVIII

IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
 XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
 TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES



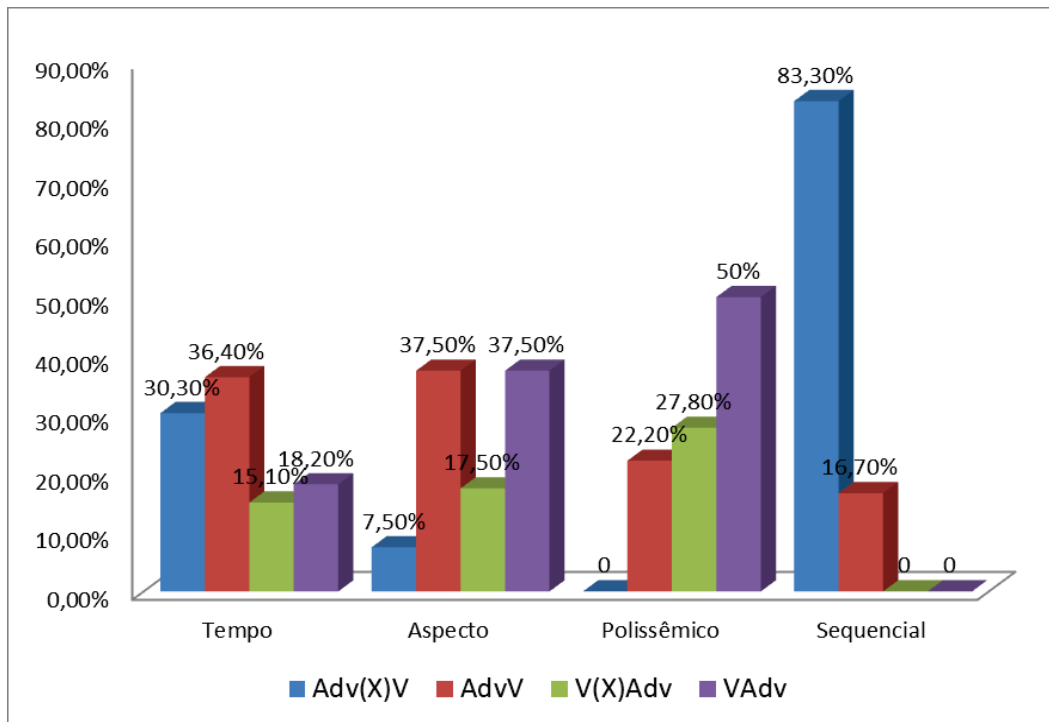
Observando o gráfico, é possível perceber que no século XVII há um certo equilíbrio entre as posições pré e pós-verbais no que diz respeito aos advérbios tidos como temporais. Quanto aos aspectuais, já podemos notar uma preferência por posições adjacentes ao verbo (**AdvV** e **VAdv**), enquanto os dois únicos dados de advérbios polissêmicos foram ambos pós-verbais. É importante ressaltar que não só há um bom número de sequenciais, mas também que 100% das ocorrências desse tipo de advérbio estão na posição Adv(X)V. No *corpus*, percebemos que todas essas posições referentes a esses elementos são de margem esquerda, como esperado, pelas razões que expusemos anteriormente. Além disso, esperamos encontrar os contextos onde a mudança espaço>(tempo)>texto ocorre (nos séculos XV e XVI), uma vez que já era uma interpretação semântica comum no século XVII.

No século XVIII percebemos que há um número sensivelmente maior de advérbios de aspecto (76,6%) e polissêmicos (66,7%) nas posições imediatas ao verbo. Da mesma forma que no século anterior, os sequenciais aparecem todos na margem esquerda da oração, até mesmo os que se apresentam em posição AdvV, como no exemplo (18).

(18) “Quando já supunhão os Espagnoes que estavamos esmorecidos, de pertender acção alguma, eque na verdade ninguem já esperava de ter acção que fosse boa, intentou o Böhm dálla no dia acima referido; primeiramente festejamos os annos da Raynha Nossa Senhora com hum magnifico banquete antes de pôr em marcha a suatropa” (carta pessoal, século XVIII).

No exemplo, o sujeito da oração não está presente e também não há nenhum outro elemento interveniente, portanto a posição do advérbio é considerada AdvV. No entanto, continua sendo a margem esquerda da oração. Em relação ao século XIX, temos os resultados como mostrados no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Século XIX



Os advérbios de tempo continuam oscilando entre as posições pré e pós verbais na comparação entre os séculos. No entanto, há um número significativamente maior desses elementos nas posições anteriores ao verbo no século XIX. Além disso, os advérbios aspectuais assumem majoritariamente as posições adjacentes ao verbo, assim como os polissêmicos aparecem mais na posição pós-verbal. Os sequenciais são todos em margem esquerda, sendo as ocorrências de AdvV como apresentadas no exemplo (18).

Percebemos que, em alguns dos casos em que os advérbios de aspecto se mantiveram na posição pré-verbal, há diferença de interpretação semântica. Observemos os exemplos a seguir:

(19) “Desejo muito, que tudo aí esteja correndo *normalmente* e que você emfim obtenha tudo o que agora almeja” (carta pessoal, século XX).

(20) “Para você que não conhece o amor, eu vou lhe ensinar uma coisa que a experiência me ensinou: o homem quando ama, dilata, aumenta o limite que concede ao proprio orgulho. As coisas que *normalmente* o afetaria, encontram no proprio amor uma justificativa. Mas, o limite está sempre lá, pronto a se ferir, assim as coisas se excedam” (carta pessoal, século XX).

O advérbio *normalmente* (cujas primeiras ocorrências no nosso *corpus*, até o momento, se dão no século XX), quando posterior ao verbo é interpretado como um advérbio qualitativo, como no exemplo (19) e, quando em posição pré-verbal, é interpretado como um aspectual, como apresentado em (20).

4 Considerações finais

O principal objetivo deste trabalho foi o de estudar a ordenação dos advérbios de tempo e aspecto em *–mente*, buscando os possíveis fatores que pudessem motivar as diferentes posições desses elementos em um *corpus* composto por documentos oficiais e cartas pessoais do português escrito nos séculos XVII a XIX.

Em nossa análise preliminar dos advérbios de tempo e aspecto em *–mente*, percebemos que entre os séculos XVII e XIX houve um pequeno mas significativo aumento do uso de advérbios em *–mente* de tempo e aspecto; imaginamos que isso ocorra pela mudança semântica que os elementos em *–mente* sofrem ao longo dos séculos, sendo adicionadas noções aspectuais novas.

A construção [adj+mente] perde analisabilidade e composicionalidade ao longo dos séculos, o adjetivo base perde força semântica, o escopo do advérbio se amplia e ocorre então a mudança. Procuraremos explicar esse ponto, em trabalho posterior, através de uma análise mais aprofundada das ocorrências no *corpus* e do estudo das questões de mudança sintática e semântica apontadas por Bybee (2010) e Traugott e Dasher (2005).

No que concerne à posição dos advérbios, a análise aqui apresentada parece indicar uma fase de transição da posição preferencial pré-verbal para a pós-verbal. Como mencionado, os advérbios qualitativos passaram das posições anteriores ao verbo para as posteriores. Esperávamos que o mesmo ocorresse com os polissêmicos e os aspectuais, e a partir dos resultados percebemos que essa hipótese pode se confirmar.

Em relação aos advérbios de tempo, notamos uma distribuição mais livre uma vez que esses elementos não são internos à cláusula. O estudo das funções discursivas que podem ser atribuídas a esses elementos pode explicar sua ordenação. Além disso, os advérbios tidos como sequenciais se posicionam às margens da oração em todos os séculos apresentados.

A partir da análise inicial, notamos ser importante analisar o comportamento de cada item adverbial separadamente, pois eles parecem se comportar de forma diferente (seja em relação à ordenação, seja em relação à semântica). Buscaremos uma análise mais qualitativa desses elementos. Também tentaremos analisar os aspectuais durativos e reiterativos separadamente, apesar de não termos visto ainda diferença de posição entre eles.

Referências

- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- LANGAKCER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização de sequenciais portugueses: uma trajetória do espaço para o texto. In: *Revista de Estudos Linguísticos/Linguistic Studies da Universidade Nova de Lisboa* (nº 2, Marcadores Discursivos). Lisboa: Edições Colibri, 2008.

**IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática
TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES**

MARTELOTTA, M. E. *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, M. E. Advérbios: conceitos e tendências de ordenação. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. *Adverbiais – aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: EDUFF, 2012.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

